

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**ANDREY MININ MARTIN**

Práticas, experiências e os (des) caminhos da luta pela terra em  
Três Lagoas-MS

Maringá - UEM  
2010

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**ANDREY MININ MARTIN**

Práticas, experiências e os (des) caminhos da luta pela terra em  
Três Lagoas-MS

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá-UEM, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais)

Orientador: Professor Dr. Ângelo Aparecido Piori.

Maringá - UEM  
2010

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

2010.

Maringá, \_\_\_\_\_ de fevereiro de

## **AGRADECIMENTOS**

Sou grato a todos aqueles que me acolheram, me ouviram e me acompanharam nessa caminhada, pois mesmo com minhas constantes ausências, estiveram sempre comigo.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à família, sempre. Meu porto seguro, com quem pude sempre contar em todos os momentos.

Ao pai Roberto, pelo afeto e ajuda nas horas difíceis nessa caminhada, por me entender em muitas escolhas e decisões.

À mãe Wilma, pelo carinho e amor imensurável, nunca mediu esforços para estar comigo, para me ajudar em tudo, mesmo nas ocasiões em que não entendia bem o que eu estava fazendo, me apoiou em todos os momentos, com o amor que só uma mãe tem.

À irmã Krisna, pelas intermináveis horas “roubadas” na frente do computador, sempre esteve ao meu lado, em sua caminhada nos estudos junto a minha, da Universidade ao Mestrado.

Ao professor Ângelo Priori, pela orientação ao longo do Mestrado, pela ajuda em todos os momentos, pelas palavras ditas, questões apontadas, para além da própria dissertação, pelo respeito, competência e dedicação.

Aos professores Milton Carlos Costa e Luiz Felipe Viel Moreira, pela contribuição e indicações no exame de qualificação.

Ao Professores do PPH-UEM, em especial a Sidnei Munhoz, João Fábio Bertonha, Reginaldo Dias, Luiz Miguel do Nascimento. Dedico outro grande abraço aos professores da UEM, Rivail e Célio, dois grandes amigos que, apesar de não serem meus professores em sala, me ensinaram muito, pelas muitas conversas travadas, compartilhando experiências e saberes que levarei para toda a vida.

Agradeço muito a Gisele, pela ajuda e atenção em tudo que necessitei ao longo do Mestrado.

Aos professores do Curso de História da UFMS em Três Lagoas, Norma M. Doro, pelo carinho, Vítor W. Neto de Oliveira e José Carlos Ziliani, grandes mestres e amigos de todas as horas Giovanni J. da Silva, exímio professor que muito ajudou nas leituras, da graduação ao Mestrado. Em especial agradeço a professora Maria Celma Borges, querida orientadora de minha graduação, que me ensinou os caminhos da questão agrária e me ajudou a entender a vontade que emana dos sujeitos que lutam pela terra, assim como da professora Rosemeire Ap. de Almeida, cujo respeito pelos saberes do homem do campo abriram as portas para minha compreensão como sujeito e pesquisador.

Ao agente da Pastoral da Terra, Mie, amigo que muito contribui nessa caminhada. Aos queridos amigos de Maringá, em especial a Paulinho, Márcio, David, Thalisson e Micael, companheiros que dividiram anseios, vontades, dúvidas e emoções, e que ficarão marcados para o sempre.

Aos grandes amigos de Três Lagoas dos tempos de graduação, que estão pelo mundo afora, pelos mestrados, lecionando e percorrendo muitos outros caminhos, mas que sempre estão por perto para trocar aquela conversa de botas batidas. Em especial, dedico um grande abraço a Giani, inestimável amiga que me acompanha desde os primeiros dias da graduação e também no mestrado, pelo carinho e paciência pelas muitas conversas.

Aos companheiros da minha “terrinha”, Guararapes/SP, velhos amigos que sempre estão a minha volta, me apoiando nos momentos bons e ruins. Pelos diferentes caminhos trilhados, nossas vidas ainda se unem, na certeza de que amizades como estas nunca terminam.

Ao amigo Leandro, por ter muito me ajudado em todos os momentos em que precisei, pelas muitas conversas e pela hospitalidade em sempre me receber.

O meu reconhecimento à CAPES pela oportunidade de me conceder a bolsa de estudos ao longo do Mestrado, pois foi imprescindível para realização do trabalho.

E, por fim, mas nunca menos importante, aos sujeitos que deram vida a este trabalho; a todos os assentados no Pontal do Faia, pelo relatos concedidos e pelo carinho que me receberam ao longo desses últimos anos, em especial ao senhor Jair e dona Sônia que de braços abertos me receberam em sua casa. Suas histórias e experiências foram imprescindíveis para minha compreensão dos campos Sul-Mato-Grossenses, experiências que levarei para toda a vida. Aprendi a ter muita admiração e carinho por todos que, ao longo dos anos, vivenciaram as trajetórias de dor e alegria na busca da terra prometida.

Todos nós somos esse homem que não só luta para viver a vida de todo dia, mas que luta também para compreender um viver que lhe escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse um viver destituído de sentido.

José de Souza Martins

## RESUMO

Este trabalho possui como proposta analisar a disputa pela posse da terra no município de Três Lagoas, buscando entender as diferentes trajetórias e práticas que motivaram a formação de movimentos sociais neste contexto. Na virada do século XXI, aproximadamente quarenta e cinco famílias ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas se organizaram e iniciaram um acampamento às margens de uma das estradas do município, em busca de conquistarem terras de uma fazenda em desapropriação. Ao analisarmos, minimamente, as ocorrências deste evento, nos deparamos com a existência de uma problemática muito além daquela luta e daquele momento, envolvendo disputa e posse pela terra que abrangia outros sujeitos e outras lutas no município desde fins da década de 1970. O objetivo deste trabalho é compreender as trajetórias e experiências dos sujeitos que participaram dos movimentos sociais nos campos três lagoenses, a fim de evidenciar as diferentes formas de organização, mediação e representação presentes na luta pela terra neste espaço. No seu conjunto, o estudo revela a concentração de terras existente no município e o histórico bloqueio ao seu acesso.

**Palavras-chave:** Terra, Três Lagoas, experiências, acampamento, assentamento.

## **ABSTRACT**

This work is proposed to analyze the dispute over land in the municipality of Três Lagoas, seeking to understand the various paths and practices that led to the formation of social movements in this context. At the turn of the century, around forty-five families from the Rural Workers Union of Três Lagoas organized and started a camp on the banks of one of the roads in the city, seeking to conquer land from a farm in expropriation. By analyzing the minimally occurrences of this event we are faced with the existence of a problematic beyond that fight and that time, involving a dispute over land ownership and covering other subjects and other struggles in the city since the late 1970. The objective of this work is to understand the trajectories and experiences of the subjects who participated in social movements in três lagoenses fields in order to highlight the different forms of organization, mediation and representation in the present struggle for land in this space. Overall, the study reveals the concentration of land in the municipality and the existing historic block their access.

**Keywords:** Earth, Três Lagoas, experiences, camp, settlement.



## LISTA DE SIGLAS

ARABAP – Associação dos Ribeirinhos Atingidos pela Barragem Porto Primavera

BOC – Bloco Operário e Camponês

CAND – Colônia Agrícola de Dourados

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEDAMPO – Centro de Documentação e Apoio aos Movimentos Populares

CELUSA – Centrais Elétricas do Urubupungá

CESP – Companhia Energética de São Paulo

CNBB – Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COAMS – Coordenação das Associações dos Assentamentos do Mato Grosso do Sul

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária

FAT – Fundo de Apoio ao Trabalhador

FETRAF – Federação dos Trabalhadores na agricultura

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins

IAJES – Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviço

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAP – Movimento de Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NOB – Noroeste do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SFAP – Serviço de Formação de Agentes de Pastoral Popular

SOMECO – Sociedade de Melhoramentos e Colonização

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TERRASUL– Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

VCP – Votorantim Celulose e Papel

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I – Uma construção historiográfica: inquietações teóricas</b> .....	28
1.1–Campesinato e(m) movimento: um olhar historiográfico.....	29
1.2 – O Campesinato brasileiro: complexidades do presente tecidas pelo passado	46
1.2.1 - Mediadores e a política no campesinato.....	60
<b>CAPÍTULO II – Tempos, espaços e trajetórias em Mato Grosso do Sul</b> .....	72
2.1 <i>O tempo</i> : o tear da história no interior dos Brasis.....	73
2.2 <i>O espaço</i> : antigos problemas, novas lutas.....	92
2.2.1- Da Igreja ao povo: “fazemos nossa a causa dos trabalhadores”.....	94
2.2.2 -“A água não é violenta, violenta é a barragem” .....	106
2.3 <i>As trajetórias</i> : sujeitos na formação de um acampamento.....	115
2.3.1- Terra para quem nela trabalha: os braquiaristas e o acampamento Jatobá.....	116
2.3.2-1986, a luta continua: Acampamento América Rodrigues da Silva.....	125
2.3.3-Para além da cerca e da celulose: a luta continua?.....	137
<b>CAPÍTULO III – O acampamento, os sujeitos e os agentes mediadores: práticas e experiências na formação de um Assentamento</b> .....	141
3.1 Caminhos e descaminhos na organização.....	142
3.1.1 O Assentamento Pontal do Faia: seus sujeitos, suas histórias.....	146
3.2 Entrar no assentamento: quando “alguns” personagens saem de cena.....	154
3.2.1 Havia um bar no meio do caminho.....	170
3.3 Promessas que não se realizaram e a realização do que não prometeram: trabalho e cotidiano no assentamento.....	176
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS - Novos caminhos</b> .....	188
<b>FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	194
<b>APÊNDICE</b> .....	203

## INTRODUÇÃO

O historiador não é o que sabe, mas o que procura  
(Lucien Febvre)

“Eram onze e quinze da manhã quando pela primeira vez subi no ônibus na escola Afonso Pena, em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, rumo ao assentamento. Dentro do ônibus se encontravam cerca de vinte crianças, de idades variadas, juntamente com alguns adultos que se dirigiam às fazendas ao longo do percurso ou mesmo para o assentamento”.

Esta é a primeira frase do caderno de campo que muito nos acompanhou nas pesquisas nos últimos quatro anos. Este contato em dezembro de 2005 com a pesquisa de campo seria o primeiro de muitas viagens a tal destino, evento que se repetiria em outros agostos, maios e setembros.

Nossos estudos sobre a questão agrária iniciaram neste mesmo ano, ainda na graduação, a partir da aprovação do projeto para a Iniciação Científica, momento em que começamos um trabalho centrado no assentamento Pontal do Faia, único existente no município, e que marcaria todo o desvelar de uma problemática mais ampla do que nossos olhos enxergavam naquele momento.

A primeira ida ao assentamento ficou assim programada para aquele fim de manhã do dia 02 de dezembro de 2005, como combinado com uma das famílias assentadas, local onde iríamos nos hospedar. Passadas algumas horas de estrada, percorrendo fazendas e adentrando alguns caminhos, chegamos ao assentamento, e nos dirigimos ao lote 18, pertencente a dona Sônia e seu Jair. Casa bonita, ainda em construção naquele momento, ocupava o centro do sítio, como eles o chamam, com um grande pomar e a horta ao fundo. Fomos logo entrando, sendo muito bem recepcionados. Interessante observar como o cheiro do pomar, dos animais e do mato molhado se misturava a outros cheiros, como dos eucaliptos plantados pela multinacional, próximo ao assentamento.

Aqueles primeiros dias representaram tardes, manhãs e noites muito ricas para a compreensão inicial de uma teia de relações que estavam ali estabelecidas, engendradas por vontades, descrenças e muitas experiências.

Voltando ao assentamento em outras oportunidades, sendo sempre bem recepcionados, nossa presença já não se fazia desconhecida, visto o fato de termos andado já o suficiente para muitas das 45 famílias saberem quem somos, mas também para entendermos que não éramos daquele local. Estando ali novamente naquele espaço, minha presença, sempre bem-vinda, estava carregada de identificação, como “o menino da faculdade, que fazia as entrevistas”, “o do gravadorzinho que andava pra lá e pra cá escrevendo no caderninho”.

Em uma das visitas, logo quando chegamos, já familiarizados com a casa, trouxemos de presente um vinho, pois sabíamos que seu Jair gostava. “Oh, este aqui é dos bons”, retrucou para o amigo do sítio vizinho que ali se encontrava, discorrendo sobre sua experiência como vendedor em mercados pelo Brasil afora. Logo em seguida, com a chegada de outros dois assentados, inicia-se uma conversa profícua sobre questões cotidianas, como a venda do leite, a renda produzida por esse e questões relacionadas ao sindicato, às reuniões e aos cursos. Críticas ao individualismo de muitos, aos baixos preços do leite, assim como o distanciamento da organização sindical pareciam nortear os problemas que saltam à vista. Devem ser estes alguns dos motivos que infelizmente fizeram com que muitas famílias deixassem a terra conquistada.

“Fazer entrevista? Não, não. Isso não ajuda em nada para nós”. Frases como esta e outros pensamentos semelhantes também se mostraram presentes na pesquisa de campo, demonstrando as diferentes percepções do pesquisador em meio ao contexto pesquisado. Nossa presença e a finalidade daquele trabalho eram expressas por diferentes concepções, produzindo múltiplos olhares sobre nosso papel em campo, e que influenciavam diretamente no andamento das entrevistas e na forma como analisávamos o objeto pesquisado. São fatores que esboçam diferentes experiências sobre a negação, contidas por motivações particulares ou ligadas a esferas de poder ali engendradas, ou mesmo por não considerarem que o simples fato de contar-nos suas histórias contribuiria para seus problemas. Isso só a leitura do trabalho como um todo pode nos dizer.

Mas o fato é que são experiências que não podem ser ignoradas para compreensão da pesquisa. Caminhando pelas estradas, pelos campos e currais, ouvimos muitas histórias sobre a vida no assentamento, sobre o cuidado com os animais, sobre a chuva, de onde vem, como vem, os projetos que dão errado, o

relacionamento entre os sujeitos, entre os mediadores, enfim, nuances que estão ligadas ao que é aquele espaço e as problemáticas da pesquisa.

Problemáticas estas que, por várias vezes, mesmo com todas as explicações sobre nosso trabalho, saltavam à boca dos sujeitos, “para que você está estudando a gente?”, “onde isso vai aparecer?”, “mas você tem uma renda da faculdade para fazer tudo isso né?”. Transformam-se em curiosidades sobre alguém que está ali como curioso, como quem procura algo, investiga, compartilha e recebe, e tudo isso faz parte de nós, do que é ser historiador.

As experiências adquiridas na trajetória da pesquisa, em campo, nos arquivos, pelas leituras feitas e nos debates travados, nos levam a refletir sobre o próprio caminhar da pesquisa, do projeto inicial ainda feito na graduação até os últimos rabiscos tecidos já na dissertação, fazendo-nos observar como o trabalho esta sempre em situação provisória, sendo questionador e questionado a todo o momento.

Na virada para o século XXI, aproximadamente 45 famílias cadastradas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas se organizaram junto a este mediador e iniciaram a formação de um acampamento às margens da BR-163, em busca de conquistarem terras na fazenda Pontal do Faia, que estava em processo de desapropriação pelo INCRA. Ao analisar minimamente as ocorrências deste evento, nos deparamos com a existência de uma problemática muito além daquela luta, envolvendo disputa e posse da terra que abrangia outros sujeitos e outras lutas em todo o município desde fins da década de 1970. O objetivo deste trabalho é compreender as trajetórias, memórias e experiências dos sujeitos que participaram dos movimentos sociais no campo a partir de fins da década de 1970 no município de Três Lagoas, buscando evidenciar as diferentes formas de organização, mediação e representação presentes na luta pela terra<sup>1</sup> neste espaço.

Para tanto, observamos que a disputa pela posse da terra foi motivada por diferentes circunstâncias ao longo do período estudado, cada uma com suas particularidades, mas todas envolvendo sujeitos pela conquista de um espaço para viver. Junto a estes, buscamos entender a participação dos agentes mediadores no processo de organização da lutas, como cada um difundiu suas ações, as disputas

---

<sup>1</sup> Concordando com as considerações feitas por Fernandes (2001) e Almeida (2003), neste trabalho optamos por fazer maior referência ao termo “Luta pela Terra”, do que “Reforma Agrária”, visto o fato de que não visualizamos uma clara política de reforma agrária no município, mas sim a organização de sujeitos excluídos da terra lutando por um pedaço de chão, e assim pela reforma agrária.

envoltas e a representação que tiveram, questões que contribuem para compreensão deste momento histórico.

O município de Três Lagoas possui uma população de aproximadamente 86.000 habitantes e encontra-se na porção leste do Estado de Mato Grosso do Sul, no chamado “Bolsão sul-mato-grossense”<sup>2</sup>, fazendo divisa diretamente com o Estado de São Paulo. Localizado na região Centro-oeste, o Estado ainda faz divisa com cinco estados brasileiros, limitando-se a leste com Minas Gerais e São Paulo, ao Sul com o Paraná, ao norte com Mato Grosso e Goiás, sendo ainda fronteiro com Bolívia e Paraguai.

É um Estado onde o latifúndio e a disputa por terras estão presentes desde sua formação, parte do revelar de suas histórias, expresso por um passado de concentração fundiária, de lutas, resistências e ocupações, que vão além de sua criação em 1977. Dadas por diferentes práticas e modos de vida e de luta, as memórias deste passado se abrem para a continuidade no tempo presente, que ganha forma de um conflito que perpassa a conquista de um pedaço de chão (ALMEIDA, 2003).

E como ocorre no Estado, tais circunstâncias também se apresentam no desvelar da problemática presente na região pesquisada, e que compõe intimamente uma das justificativas de nossa pesquisa. Desde os primeiros momentos de povoamento, no século XIX, a região de Três Lagoas foi palco de disputas territoriais, envolvendo ações de particulares, projetos governamentais e uma gama de relações envoltas no coronelismo, pistolagem e políticas baseadas no desenvolvimento econômico da grande propriedade. Fato este que vem a corroborar com a atual situação do município e suas grandes propriedades, calcadas na pecuária e cada vez mais na monocultura.

Esta situação historicamente presente na região foi acompanhada da ação de grupos e sujeitos que questionavam a condição de oprimidos e excluídos da terra. Na maioria das vezes a força da mão que conduzia a situação vigente foi mais forte, mas não a única, visto o crescimento das grandes propriedades, da expulsão de sujeitos do campo e na crescente dependência de categorias de trabalhadores ligados a esses, desvelando uma situação que marcaria a primeira metade do século XX. Porém, novos tempos, novos sujeitos e as experiências dotadas destes

---

<sup>2</sup> São 11 as cidades que fazem parte do chamado Bolsão: Três Lagoas, Paranaíba, Selvíria, Aparecida do Taboado, Inocência, Bataguassú, Brasilândia, Cassilândia, Santa Rita do Pardo, Chapadão do Sul e Costa Rica (TOLLENTINO, 1986).

grupos contribuíram para o germinar de novos movimentos sociais, que por meio de manifestações e organizações baseadas em seu cotidiano e com a presença de mediadores, como o sindicato e grupos ligados à Igreja, deram início a uma série de ações voltadas para a luta pela terra na região. E é destas ações que estamos em busca de compreensão, permeadas em questões de nosso tempo presente.

“Questionar um mundo que me coloca em questão”, como argumentou Bourdieu (1983), faz-se presente na pesquisa, por estarmos lidando diretamente com questões de nosso tempo, em movimento, questões que nos levam a *“refletir sobre a presença dessa natureza física do historiador em seu tempo e no seu tema”* (CHAVEAU, TÈTARD, 1999, p. 16).

Segundo os autores, é indispensável considerar e ao menos refletir sobre a presença do pesquisador no tempo e no espaço pesquisado, o que mostrará direta ou indiretamente, como sua participação e posicionamento estão presentes na leitura do objeto pesquisado, das fontes e na escrita. Torna-se inevitável, pois ocorre que antes de ser analista, *“o historiador é homem, cidadão, ator ou espectador, e há alguns anos, tanto em seus escritos como em seus cursos, ele reivindica ou reconhece cada vez mais seu próprio pertencimento à história”* (CHAVEAU, TÈTARD, 1999, p.28).

Entre imagens do presente e representações desse tempo e de um passado vivo na pesquisa, o pesquisador põe à prova seus pressupostos, visões de mundo e acaba por se utilizar de conceitos e instrumentos de análise cunhados em seu tempo. Isso se torna natural, pois como ressalta Remond:

O historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e o qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma a “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época (1996, p.13).

Parece-nos que o historiador, ao se ver presente no contexto de seu objeto/campo de pesquisa, tem ampliadas as lentes que o permitem perceber relações, tramas e jogos que outrora se mostravam opacos e que, à medida que compreende como sua presença é rica, vão descortinando-se, na medida também em que compreende que sua presença se faz imperfeita, provisória e incompleta.

Ao conseguirmos visualizar tal dinamicidade da pesquisa, da relação que o pesquisador imprime sobre a leitura que faz das fontes e do trabalho à luz do tempo



presente, torna-se possível uma maior compreensão do que se está pesquisando e de como poderemos falar do “outro”. Como assevera Portelli (2004), beber na fala dos sujeitos da pesquisa, sobre aquele momento vivido é dialogar com o tempo a partir do outro e *“falar sobre o “outro” como sujeito está longe de ser suficiente, se não nos enxergarmos entre outros e se não colocarmos o tempo em nós mesmos, e nós mesmos no tempo”* (p. 313).

Longe de uma possível neutralidade científica, como filhos de nosso tempo, nossas histórias também se fazem vivas e aqui escritas com olhares daqueles que viveram e vivem este tempo, e assim a objetividade deste trabalho instaura-se na compreensão dos problemas de nosso tempo, que se encontram junto aos novos movimentos sociais do campo, por onde buscaremos entender o objeto pesquisado.

A problemática em que esta inserida a pesquisa, da questão agrária, dos acampamentos, assentamentos e outras manifestações destes movimentos na atualidade são um bom exemplo de como o pesquisador trabalha com questões de seu próprio tempo. Como assevera Stélide (1999), a questão agrária e tais formas de organização dos movimentos sociais de luta pela terra nos cobram um posicionamento, não nos deixam em cima do muro e nos fazem posicionar sobre a luta, sobre suas manifestações. São problemas sociais de um passado também existentes em nosso tempo, e se torna complicado fechar os olhos para a existência de tais questões sem nos posicionar.

Pensamos que talvez seja a existência destas questões em nosso tempo que também nos conduziram a tal empreitada, pois as inquietações que nos levaram a escolha do objeto de pesquisa. Desde o início de nossa formação, na graduação, tivemos a oportunidade de participar de pesquisas de campo com grupos de trabalho do curso de Geografia, realizando viagens para assentamentos, principalmente no Pontal do Paranapanema-SP, local muito representativo da luta destes grupos, principalmente para o MST. Em cada encontro, saltavam-nos aos olhos muitas questões que por vezes não transpareciam na mídia e em conversas travadas sobre estas questões, o que nos fizeram perceber como o não conhecimento de toda a problemática ali presente empobrecia a compreensão destes movimentos. E nosso próprio desconhecimento de muitas destas questões levavam-nos cada vez mais a mergulhar neste universo de pesquisa.

Encontramos muitos desafios na caminhada, posto que na escolha de nosso objeto de pesquisa não encontramos uma bibliografia específica sobre a região e

tampouco sobre a existência e organização de alguns movimentos sociais, havendo poucas ressalvas<sup>3</sup>. O desinteresse de muitos pesquisadores em trabalhar este contexto tornou o trabalho mais desafiador, visto que muitos apontavam que o município não possuía uma “verdadeira luta”, seja lá o que isso signifique para eles, o que nos instigou ainda mais a procurar pelos descaminhos, contradições e possíveis vestígios documentais que levassem a indícios e pistas sobre um espaço permeado por lutas e pelo poder. Como assevera Vieira et al (2005), no caminho da pesquisa, encontramos pistas que nos levam a outros indícios que nos levam a reformular nossos pressupostos iniciais, pois entendemos que a pesquisa se faz em sua própria prática, como um campo de possibilidades.

A própria percepção de que existe um bloqueio à reforma agrária e um combate à organização de movimentos de luta pela terra na região e, principalmente, no município, tornavam-se de antemão uma justificativa e problemática para nós, que buscaríamos a partir deste, compreender a trama que se difundia em tais discursos.

Assim, temos formado o recorte temporal da pesquisa: compreender as lutas que se formaram em Três Lagoas a partir de fins da década de 1970, momento em que se destacam as primeiras organizações e manifestações destes movimentos sociais juntamente com o gestar de alguns dos principais mediadores que colaboraram nas ações. A necessidade deste recorte se deu junto ao trabalho com as fontes, já que observamos que ampliação do período estudado, definindo alguns eixos centrais, possibilitaria maior compreensão do desvelar de toda a problemática, de seus avanços e recuos, conquistas e perdas, ligadas a um contexto mais amplo do Estado e do país.

Por estes caminhos, partimos para a busca das fontes, momento em que a interdisciplinaridade é a guisa para construção do trabalho e leitura das mesmas. Conforme Vieira et al (2005), o diálogo entre o pesquisador e os registros, as fontes, deve-se fazer por meio também do diálogo com outras disciplinas, o que contribui para a amarração dos conceitos, dos métodos e da interpretação das fontes. Assim:

Esta não é pensada agora em termos de utilização, pelo historiador, do conhecimento, conceitos e técnicas elaborados por outras disciplinas, mas significa a construção do objeto pelo historiador a

---

<sup>3</sup> Trabalhos como o de Marisa de Fátima Lomba de Farias, fruto de sua dissertação de Mestrado em Sociologia e alguns trabalhos de campo desenvolvidos por grupo de alunos do curso de Geografia da UFMS, Campus de Três Lagoas são algumas das poucas referências existentes.

partir da problematização de seus conhecimentos e das possíveis contribuições de outras disciplinas. O diálogo estabelecido pelo historiador com as evidências é mediado pelas reflexões do historiador que se utiliza também de reflexões feitas por outras disciplinas. É desse diálogo que surgem os conceitos que o historiador vai elaborar (p.26).

Nosso contato com as fontes iniciou-se pelo caminho inverso. Juntamente com as leituras e discussões bibliográficas, iniciamos o trabalho de campo no assentamento, buscando nos familiarizarmos com aquele espaço e com os sujeitos, de forma a buscar realizar o trabalho com as fontes orais. Para tanto, realizamos dezessete entrevistas no assentamento com sujeitos participantes de todo o movimento, desde o acampamento até a constituição da vida no assentamento ao longo destes nove anos. De toda forma, não utilizamos todas as entrevistas, mas a realização das mesmas foram fundamentais para a compreensão das questões que se mostraram presentes.

Não nos limitamos a escolhas prévias dos sujeitos, nem à quantidade de entrevistas a serem realizadas, fazendo-as no próprio trabalho e no contato com os sujeitos na pesquisa de campo. A maioria das escolhas foi feita principalmente com aqueles que estão desde o início da luta, ampliando a contribuição para as questões buscadas na pesquisa.

Somadas a estas, também utilizamos três entrevistas com agentes mediadores que estão intimamente ligados a esta luta e outras ocorridas dentro do contexto pesquisado, feitas respectivamente com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas, Genir Neves da Silva, o agente da CPT, Mieceslau Kudlavicz e com René Parrens, Coordenador do MST na Região de Andradina, São Paulo.

No processo de pesquisa, também tivemos contato com questionários que foram aplicados no assentamento no ano de 2006 e que se tornaram fontes muito interessantes para serem trabalhadas junto às fontes orais, pois trabalhar com questionários fechados traz uma situação de oposição ao sujeito entrevistado.

O trabalho com estas fontes levou-nos a outras pistas, as quais nos levaram a outros indícios do contexto a ser pesquisado. Conforme a pesquisa foi se desfiando em novas questões, a necessidade de busca de novos documentos foi se desenhando, traçando novos rumos para o desvelar do trabalho. Neste sentido é que fomos tomando conhecimento do contexto presente no município, das

manifestações ocorridas pelas lutas dos ribeirinhos, dos acampamentos ocorridos nos anos 1980 e a teia de relações entre mediadores como a CPT, a Pastoral Social e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais até a formação do assentamento Pontal do Faia em 2001.

O corpo documental, então, levou-nos ao trabalho com uma diversidade de fontes oriundas da organização destes movimentos, formuladas pelos próprios sujeitos participantes, assim como pela imprensa local. Utilizamos documentos do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, Arquivos da CPT-Três Lagoas, CPT- Campo Grande, Arquivos do IAJES, Documentos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Documentos do CEDAMPO- Campo Grande e dados provindos do IBGE e INCRA<sup>4</sup>.

Em cada um dos arquivos pesquisados, encontramos diversas catalogações. Para nossa pesquisa, resolvemos separá-los pelo ano de sua produção, para depois realizarmos a leitura e utilização dos mesmos. Catalogamos assim, fontes produzidas entre o período de 1982 e 2009. Boletins informativos produzidos pelos próprios sujeitos junto aos mediadores, relatórios, panfletos, cartas, cartilhas, nada nos escapou de uma refinada análise para se abrirem como ricas fontes para compreensão do objeto pesquisado. No caso das fotografias, optamos por não lançá-las no corpo do trabalho, mesmo reconhecendo sua importância como fontes que expressam vontades e angústias, e que testemunham aspectos ligados ao grupo ou sociedade estudada.

Em relação aos jornais, encontramos uma diversidade de reportagens produzidas que faziam menção direta aos eventos que ocorreram e a respeito dos sujeitos diretamente ligados aos movimentos e entidades. A partir de uma minuciosa leitura do conteúdo, tendo a atenção em tencionar o contexto, por quem e sobre quem a matéria foi produzida, utilizamos algumas reportagens de dois jornais locais, o *Jornal do Povo* e *Gazeta Popular*, três jornais de municípios da região, *A Fronteira*, de Presidente Epitácio-SP, *Jornal Regional*, de Andradina-SP e *Paranaíba Jornal*, de Paranaíba-MS, dois jornais da Capital Campo Grande-MS, *Correio do Estado* e *Jornal da Manhã*, e uma matéria produzida no *Jornal O Estado de São Paulo*-SP. Em cada uma das fontes utilizadas, buscamos observar também como os movimentos gestados naquele espaço transpareciam na ótica da imprensa, as

---

<sup>4</sup> Devemos ressaltar que o IBGE trabalha com a noção de “estabelecimentos” e o INCRA com a de “propriedades”, o que pode contribuir para possíveis diferenças na tabulação dos dados.

relações que sujeitos e agentes mediadores possuíam com parte da sociedade, os ataques aos movimentos, seus posicionamentos e demais questões que saltavam das páginas.

Do mesmo modo que pontuamos as fontes que circunscrevem nosso trabalho, também gostaríamos de ressaltar a problemática da não existência de muitos documentos, visto que este é um fato que permeia o nosso trabalho como historiadores. No caso de nossa pesquisa, em muitos momentos, nos dirigindo aos arquivos, como no Fórum de Três Lagoas, nas Delegacias Civis e Militares, não tivemos acesso à parte da documentação, devido alguns problemas burocráticos que permeiam o trabalho. Porém, o mais grave foi a forma como encontramos grande parte desta documentação, totalmente amontoada em salas fechadas, sem nenhuma organização, catalogação e a menor higienização, o que dificultou o trabalho. A forma como grande parte destes documentos encontra-se nestes locais propicia a perda de grande parte do material, isto quando não acontece destes órgãos e entidades “queimarem” parte da documentação por não existir mais local para guardá-las.

A análise destas fontes tornou-se possível juntamente com um corpo bibliográfico que dá base a nossas discussões e leituras do objeto de pesquisa. Para tanto, realizar um estudo sobre a luta pela terra em Mato Grosso do Sul, especificamente em torno das ações ocorridas em Três Lagoas nas últimas décadas não seria possível sem o diálogo com estes autores e com conceitos que iluminassem nossa caminhada, não no sentido de limitar nossos pressupostos, mas de expandir as possibilidades, elaboradas junto às práticas da pesquisa.

Eder Sader, ao apresentar um trabalho que buscava compreender as novas formas de organização popular gestadas nas décadas de 1970 e 1980 na grande São Paulo, ofereceu-nos novas possibilidades de se pensar a pluralidade de movimentos sociais e sujeitos que adentravam a cena história naquele contexto em muitos locais do país, por meio de suas experiências de organização baseadas em seu cotidiano e trabalho.

Os sujeitos da região pesquisada, no campo e na cidade, encontraram, junto a estes movimentos, formas de expressarem suas reivindicações, ligadas à renovação de canais de expressão como os sindicatos e grupos ligados à Igreja, como as CEBs, CPT e Pastoral Social. A partir destes canais, ampliaram suas ações e por meio de suas experiências em movimento se viram presentes em uma rede de

movimentos sociais, que articulavam múltiplas formas políticas, sociais e culturais de organização, calcadas em seus modos de vida e de luta, questão ressaltada por Ilse Scheren-Warren (1999).

Encontramos em E. P. Thompson contribuições fundamentais para compreensão de nossa problemática, pois suas considerações fizeram-nos perceber como em meio à luta de classes que se opera junto aos movimentos, os sujeitos se fazem vivos, dignos e possuidores de suas histórias, de vontades, interesses e saberes, e que por meio de suas experiências, dadas e compartilhadas, lutavam por seu espaço, em busca de romperem com a situação vigente.

Da mesma forma, o sociólogo José de Souza Martins apresenta-se como um dos principais interlocutores na compreensão do mundo rural brasileiro, contribuindo para elucidar, tanto quanto para problematizar os possíveis caminhos de suas histórias e suas lutas, nos fornecendo importantes contrapontos para as questões envoltas em nosso espaço de pesquisa. Buscando trabalhar principalmente com suas obras formuladas nos anos 1980 e 1990, suas considerações vão além deste trabalho, pois nos fazem perceber como as lutas de homens e mulheres do campo ao longo de nossa história compõem a própria luta do povo brasileiro.

Por isto, os grandes embates históricos de ontem e de hoje, de índios e pobres da terra, nas palavras de Martins:

(...) transfiguram o modo de viver em modo de fazer história, por meio da qual o homem se faz, a História vivenciada. A História por meio da qual o homem se faz, e a sociedade se transforma e se propõe, assim, como a transformação da vítima em protagonista da esperança (...). Protagonista que proclama na insistência, na resistência e na luta a dignidade do viver como limite para a voracidade inescrupulosa do desenvolver sem condicionamentos e sem mediações propriamente sociais. (1998: 690)

No bojo de nossa empreitada, observamos que os sujeitos em movimento constroem plurais representações sobre a luta, sobre o movimento e os agentes mediadores que participam de tais ações. Compreender estas representações que são compartilhadas pelos diversos sujeitos contribui para que possamos entender os caminhos do próprio movimento, da organização assim como da própria (re) criação do campesinato. Quem são os sujeitos que participam destas lutas? Quais suas histórias? De onde vêm? Como percebem sua participação na luta?

Segundo Roger Chartier, as representações da luta, do mundo que os cerca são produzidas e determinadas pelos próprios sujeitos em movimento, por seus interesses ou daqueles que os forjam, buscando legitimar outros interesses, práticas e visões de mundo, por meio dos quais organizam seus esquemas de classificação, divisão e interpretação de sua realidade, em que julgam, legitimam e agem, sendo estabelecidas em um campo de concorrências e luta de representações.

Desta forma, trabalhar com o campo das representações para a compreensão das lutas e da vida destes sujeitos, remete-nos a buscar outros elementos que também estão emaranhados em sua formulação e nos possibilitam o “fazer-se” da pesquisa. Elementos como a memória e o simbolismo acabam por fazer parte do campo de compreensão da pesquisa, do campo simbólico, seu poder e espaço de representação. Segundo Pierre Bourdieu, *“o poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder (...)”* (1989, p. 15).

Pensar sobre o significado do acampamento na luta pela terra é compreender os diferentes espaços onde se formam os símbolos e representações, espaços de unificação e mobilização do grupo em busca de seus ideais. Para o autor:

É sem dúvida, no trabalho de mobilização e mais precisamente, no trabalho de unificação e de universalização que se gera uma grande parte das representações que os grupos dão de si próprios e da sua unidade as quais eles condensam, para as exigências da luta em idéias-força ou em sinais de reagrupamento. (1989, p. 75).

A compreensão destas representações contribui para repensarmos as relações estabelecidas dentro do grupo, entres os sujeitos e os agentes mediadores da luta. E a partir de sua compreensão brotam importantes considerações sobre o próprio conceito de política expresso por estes grupos, em suas práticas e modos de vida e de luta. René Remond (1996) já nos lembrava que o campo político e o fazer-se da política, longe das tradicionais concepções, encontra-se ligado às práticas cotidianas da sociedade, dos grupos e dos indivíduos, integrando todos os atores de todas as classes, expressas por suas manifestações, lutas e comportamentos.

Não buscamos realizar uma apresentação de todos os pressupostos teóricos que nos embasam a pesquisa, visto que estes se encontram tecidos ao longo do trabalho, em meio a nossas interpretações e questionamentos.

Da mesma forma, tecem-se nossas considerações a respeito da utilização da História Oral. Esta é pensada por meio de um leque de trabalhos que nos permitem compreender as potencialidades do narrador, concebendo, como ressalta Aberti (2004) recuperar o vivido conforme concebido por quem o viveu. Por este caminho, os sujeitos, ao contarem suas experiências, expressarem suas opiniões, dão sentido a gestos e sentimentos, deixando com que o entrevistado se torne sujeito de seus próprios atos, de suas próprias histórias, percebendo-se como parte de um todo em que está inserido.

Estas fontes, como ressalta Portelli, as *“fontes orais, contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e que agora pensa que fez”* (1997, p. 01). Assim, possíveis distorções de acontecimentos, fatos e o entrecruzar de informações ganham sentido para aqueles que os narram, não como erros, mas como suas interpretações do vivido e do recordado, entre suas experiências e como se constroem como memórias, entre aquilo pelo que passou e como se lembram que se passou (AMADO, 1995).

Por isso, as memórias compõem substrato de nosso trabalho. Por esta relação Portelli no ensina que:

(...) Importante não é ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades, de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma as suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico (1997, p. 33).

Estas memórias podem ser captadas coletiva ou individualmente, expressas e compartilhadas por um grupo, porém entendemos que somente podem ser compreendidas nos discursos individuais, pois são formuladas pelas interpretações de cada sujeito, por envolver experiências e diferentes visões de mundo. Os relatos constroem-se como representações da memória individual, que colabora para construir a memória coletiva daquele grupo, daquela luta. A difusão destas memórias pode se tornar instrumento de luta contra possíveis violências, não somente físicas, mas simbólicas, sendo expressas das mais variadas formas, tanto pelos gestos como também pelo silêncio e esquecimento.

Como ressalta Montenegro:



O tempo da memória é o tempo da experiência de um período de vida, de atividade profissional, política, religiosa, cultural, afetiva...que nos arrebatam e condicionam quase que inteiramente, nos fazendo perceber e reconstruir a realidade de uma determinada maneira. Realizar uma entrevista é sobretudo a tentativa de visitar com o entrevistado esses territórios diversos, que se relacionam e se comunicam através de uma lógica para nós desconhecida (1993, p. 60)

Em todo este trabalho com as fontes orais, nos preocupamos sempre em não perder o respeito por aqueles que nos falam, deixando-os livres para expressar suas vontades, negações e dúvidas. Isto colabora para que estes venham a fazer suas observações e análises desprovidos de qualquer obrigação ou expectativa de estar correspondendo a algo, fato para o qual Montenegro nos chama a atenção e que sentimos no trabalho de campo.

Assim a produção do documento oral é resultante deste relacionamento entre entrevistado e entrevistador, em que ambos estão envolvidos na produção da fonte, mesmo não sendo muitas vezes harmoniosa esta relação, como assevera Portelli (1997).

Apresentada a dinâmica da dissertação, buscamos estruturar o trabalho em três capítulos, divididos pelas partes, mas complementares no todo. No primeiro capítulo buscamos apresentar uma discussão a respeito da noção de campesinato e de alguns de seus principais enfoques teóricos, buscando observar como esta noção se encontra em movimento junto aos sujeitos do campo, estabelecendo um diálogo interdisciplinar com a historiografia que nos dá suporte à discussão e que contribui para podermos pensar a (re) criação camponesa ao longo dos movimentos sociais ocorridos na história. A partir de tal discussão estabelecemos um diálogo com o campo brasileiro, suas manifestações ao longo da história e como os novos movimentos sociais tomaram corpo e forma junto aos agentes mediadores destas lutas.

No segundo capítulo, adentramos na discussão sobre o espaço pesquisado, apresentando os principais caminhos da história do Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Três Lagoas, tecendo um enfoque para as manifestações do campo e como se constituíram tais movimentos naquele território, destacando o estabelecimento do homem do campo na região, as disputas de terras e o gestar dos principais agentes mediadores das lutas. Somado a isto apresentamos o início

das lutas neste espaço e como se formaram os novos movimentos sociais, decorrentes das lutas dos ribeirinhos e ilhéus a partir da década de 1970 e também a formação dos primeiros acampamentos nos anos 1980. É de se ressaltar o árduo trabalho para realizar este mapeamento e a discussão, visto a ausência de trabalhos existentes sobre a região, tendo muitas vezes que ampliarmos o foco para melhorarmos a compreensão do contexto pesquisado.

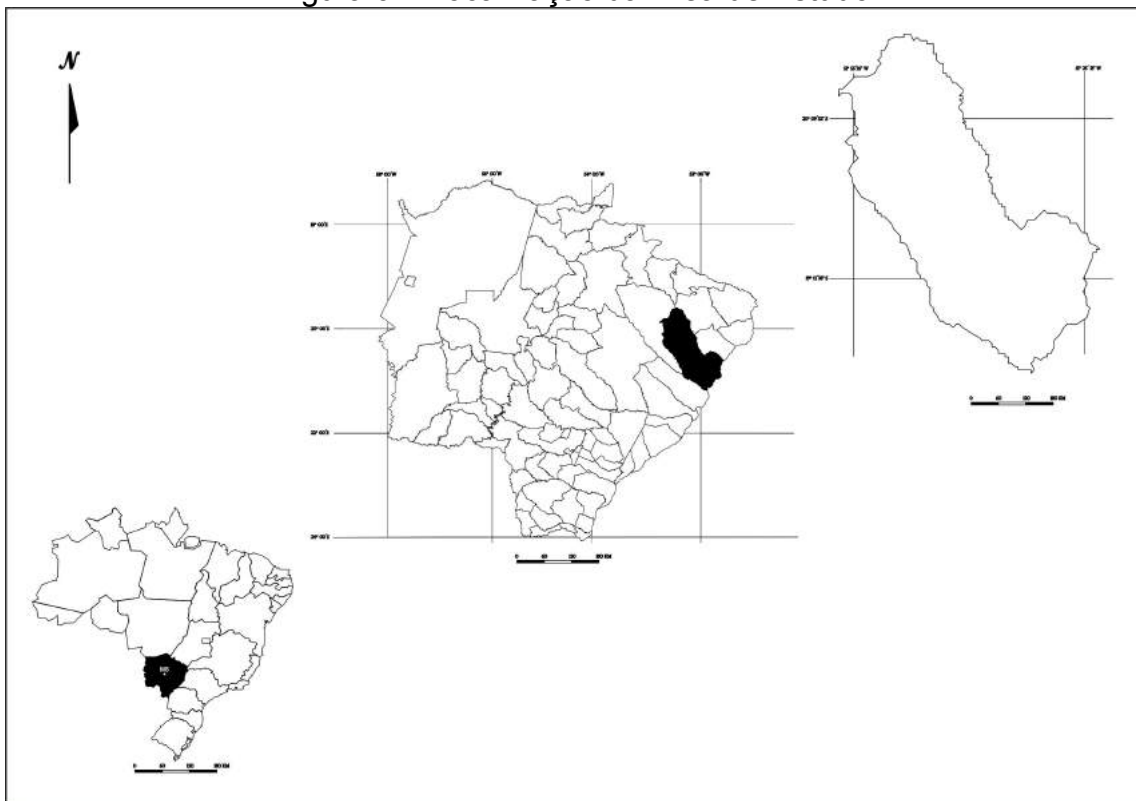
No terceiro e último capítulo partiremos para a discussão centrada no assentamento Pontal do Faia, buscando observar como, a partir dos anos noventa, a organização sindical traçou os caminhos para o gestar de novas possibilidades de conquista de terra na região, que resultaram na formação de um novo acampamento e na consolidação do assentamento. E a partir de tal fato, buscamos desvendar como se deu tal a organização, suas relações políticas e sociais, quem são os sujeitos envolvidos e como este assentamento se encontra consolidado ao longo dos anos, os seus caminhos e as possíveis dificuldades enfrentadas, para assim tentarmos fazer um balanço do contexto em que este se formou.

As reflexões expressas apresentam o diálogo entre os sujeitos da pesquisa e este que a escreve. Podemos considerar que as experiências são mútuas, justificando a consideração de tais relatos. O trabalho ganhou forma, novos contornos e se encontra agora expresso nas páginas desta dissertação, em busca de novos indícios e pistas que deem continuidade a tais discussões. Os relatos e experiências do pesquisador, apreendidos no caderno de campo, somados a leitura crítica das fontes contribuem também para a desconstrução de algumas imagens que, por vezes, carregamos sobre a vida e o trabalho no campo, sobre aqueles que lutam pela terra e como vivem.

Mas por que, mesmo com a formação de novos canais de expressão naquele contexto, com grande participação dos sujeitos, no campo e na cidade, a conquista de terras em Três Lagoas dificilmente ocorre? Por que ao longo dos anos oitenta e noventa, mesmo com a ação destes grupos e com a existência de terras naquele espaço a conquista de terras parecia cada vez mais distante, somente tendo acesso a mesma saindo da região. Por que somente no gestar de um novo século, ligados a pedagogia de luta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, outros sujeitos vieram a conseguir um espaço para viver? O que se esconde por detrás de tal contexto?

Estes são alguns dos indícios que nos levam a discorrer ao longo destas páginas sobre a problemática em questão, em busca de novos caminhos, que vão muito além desta pesquisa.

Figura 01: Localização da Área de Estudo



Fonte: IBGE, 2009. Org. MARTIN, A.

## Capítulo I

# UMA CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA: INQUIETAÇÕES TEÓRICAS

- 1.1 *Camponeses e(m) moviment*
- 1.2 *o: um olhar historiográfico*

Campesinato é um modo de vida  
(Fei H.Tung – Antropólogo chinês)

Pensar o campesinato e assim os camponeses hoje é uma tarefa que se formula em meio ao olhar para as transformações que o campo sofreu, e ainda sofre, ao longo dos séculos, de suas rupturas e deslocamentos em meio a uma luta pela conquista e permanência na terra. São as vontades destes sujeitos que nos levam à necessidade de apreender as práticas e representações que estes fazem da terra e da possibilidade de voltar a ela. Mas, quais são os traços que permanecem e quais os que se transformam nesta noção de campesinato? Quais os mecanismos de buscas que possibilitam a volta/ou permanência para/no o campo?

Partindo desta perspectiva importa-nos observar como o homem do campo, o assim chamado de *colono, agricultor, trabalhador rural, lavrador*, enfim, o *camponês*<sup>5</sup>, pode ser pensado pela historiografia, e como tais noções foram e ainda são utilizadas, visando lapidar alguns pressupostos que se encontram emaranhados em possíveis definições e caracterizações, pensadas aqui a partir da observação dos sujeitos, pois estes não são estáticos, e assim como os conceitos “(...) *refletem o pensamento sobre o objeto e, justamente por conta disso, são dinâmicos*” (ALMEIDA, 2003, p. 34).

No caso dos conflitos ocorridos no município de Três Lagoas, faz-se necessária esta discussão, com a finalidade de compreendermos quem são aqueles sujeitos envolvidos em tais lutas, para assim podermos entender como estes homens e mulheres tecem suas histórias, e como podemos apresentá-los à História, por meio das possíveis fontes e das questões situadas em seu tempo.

Na extensa literatura tecida sobre o campesinato ocorre que, em alguns casos, a noção de camponês é utilizada de maneira superficial, o que pode abarcar complicações para seu entendimento, pois o erro não se encontra na palavra, mas na utilização que dela está sendo feita (CARRARA, 2008, p. 27). O constante diálogo entre as disciplinas contribui para que tais noções sejam pensadas e gradualmente adequadas ao seu possível correlato sentido, proporcionando clareza

---

<sup>5</sup> No Dicionário Aurélio “O que habita e/ou trabalha no campo; campônio, rústico”.

à explicação. Buscaremos, então, apresentar estes possíveis sentidos, a fim de explicitarmos o(s) mais adequado(s) sentido(s) para nossa pesquisa.

O termo campesinato, na observação de Hobsbawm (1998), abarca diferenças e contradições no que tange ao trabalho no campo e à produção agrária, sendo passível de crítica qualquer generalização. Salaria que este termo deve ser apreendido na observação da forma e da finalidade do trabalho com a terra, do que se produz e qual a funcionalidade de sua produção. Isto implica observarmos, pensando o chamado camponês tradicional da Europa do século XIX, as diferentes estruturas sócio-econômicas que se encontram no ponto de origem da noção de campesinato. Para o autor:

É difícil estabelecer exatamente onde se situa esse ponto, mas é evidente, por exemplo, que nem os fazendeiros comerciais da Inglaterra do século XIX, nem os proletários rurais de algumas economias de plantação em larga escala nos trópicos se enquadram no “problema do camponês”, embora por certo constituam parte do “problema agrário”. (HOBBSAWM, 1998, p. 216).

Para Hobsbawm, este campesinato é expresso na forma coletiva do trabalho e da produção, a fim de inibir possíveis diferenciações dentro de um grupo social, no sentido da acumulação, não só de recursos, mas também do trabalho que exercem. Constituem assim “(...) *um conjunto de pessoas que mantém o mesmo tipo de relação com os meios de produção, bem como outras características econômicas e sociais comuns*” (HOBBSAWM, 1998, p. 218).

Em outro trabalho, *Rebeldes Primitivos*, ao empreender estudo sobre movimentos sociais nos séculos XIX e XX, o autor ressalta que no caso do campesinato este se diferencia de outros movimentos, principalmente, pelo fato de suas relações não se desenvolverem pelos moldes capitalistas, e que este sistema penetrou em suas vidas pela atuação de forças econômicas exteriores a seu cotidiano. Forças que, por vezes, não compreendiam e não controlavam, principalmente por não nascerem nos moldes da sociedade moderna, mas sim terem que adentrar o seu meio de forma indireta.

Para os historiadores, quanto mais longínquo é o mergulho na história, em busca de compreender o campo, mas difícil ele se torna. Como já ressaltado por Duby<sup>6</sup> (1987) as fontes para tal projeto são um obstáculo a ser desvendado pelos

<sup>6</sup> Geógrafo além de historiador, as contribuições de Duby são imensas. Seu pensamento, expresso em suas obras, contribuem para compreendermos o fazer-se da história e do historiador, pensados

pesquisadores, devido a sua limitação e, quando estas estão disponíveis, sua origem pode ser colocada em dúvida. Isto porque muitas vezes são provenientes de um contexto exterior ao campo e são fontes tecidas por meio da visão do outro, uma visão êmica, confundindo determinadas características destes sujeitos. São fontes, é claro, mas que dificultam observar as transformações deste contexto por meio do mesmo.

Por isso, grande parte desta documentação é passível de se encontrar expressa sob pré-concepções acerca do campesinato, sobre seu modo de vida, sua cultura e as condições daquela sociedade. Assim, como ressalta Cardoso (2002), o camponês acaba sendo representado ao longo da história a partir de determinadas fontes utilizadas, de acordo com a época e as relações que estabelecem em determinado contexto.

Teodor Shanin, um dos maiores expoentes do pensamento sobre o campesinato pontua que:

Camponês é uma mistificação (...) não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral, e o mesmo é válido para o contexto histórico. (...) O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades. (2005, p. 01-02)

Designando ou sendo designados, como salienta Moura (1986), os camponeses perpassam gerações, lutando, sendo oprimidos, se recriando e se redefinindo. Expressam, ao longo de sua história, suas crenças e religiosidades, manifestações que, nos momentos difíceis e de felicidade, compõem elemento de união e transformação. Em cada contexto, em cada sociedade, estas crenças provocaram discórdia e conflitos com determinadas instituições religiosas vigentes, como a Igreja Católica Apostólica Romana, e com o Estado, fazendo de seu caráter religioso sua vontade política, na defesa de seu modo de vida, de sua cultura e trabalho. Lutas que, segundo Moura, foram necessárias, pois “*o poder dominante era eficaz, cruel e violento, como tem sido tão variados contextos históricos de luta contra as injustiças e desigualdades*” (1986, p. 25).

---

como uma construção, feitos a partir do fino tecer das fontes e da minuciosa análise do historiador.

Mesmo a noção de campesinato sendo imprecisa e designada diferentemente em diversas localidades do mundo<sup>7</sup>, devido às especificidades formuladas nas experiências adquiridas, no modo de vida e de luta, Shanin apresenta possíveis elementos que podem contribuir para observar o campesinato tradicional e como a partir da oposição de quais elementos deram-se as transformações do camponês atual.

Pontua como traços característicos deste campesinato a “forma extensiva de ocupação autônoma” de seu trabalho, sendo esta familiar, e feita a partir do controle dos meios de produção. Aqui se observa a existência de um equilíbrio na diversidade do que é plantado, buscando suprir as necessidades familiares. Outro ponto ressaltado pelo autor é o que denomina de “normas e cognições típicas” da vida do camponês, pensando aqui as especificidades de sua vida, seu tempo de trabalho e de lazer.

Ressalta como outra plausível caracterização a dinâmica social que se constrói no modo de vida camponês, a forma como se relacionam, seja na ajuda mútua no trabalho ou mesmo na troca dos produtos produzidos. Seu ritmo de trabalho e cooperação refletem a dinamicidade de sua vida, pensada e articulada a partir do ciclo do plantar e do colher. Dessa forma, “(...) suas decisões são orientadas pelas necessidades do núcleo familiar”. (ALMEIDA, 2003, p.75)

Devemos ressaltar que as observações feitas por Abramovay (1997), por exemplo, tecem algumas características do que corresponderiam a essa atividade familiar. De acordo com o autor, estas características são: a gestão é feita pelo proprietário, os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco, o trabalho é fundamentalmente familiar, o capital pertence à família, o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família e, por fim, seus membros vivem na unidade produtiva (Apud ALMEIDA, 2003,

---

<sup>7</sup> Não somente em diferentes localidades, mas em diferentes tempos e sociedades. Segundo CARRARA (2008), na antiguidade grega clássica se apresentavam as terminologias *agroikos* (homem matuto, rude), *leptoktētōr* (o pequeno proprietário rural), *ge ōrgos* (trabalhador na terra), ficando no grego moderno *chōrikos* (habitante do campo) e *autourgos* (que trabalha na terra com as próprias mãos). Em localidades como o Egito, encontram-se as terminologias *ummāl/awāmil*, para designar os trabalhadores. No latim, a utilização desta terminologia segue a conotação grega: *rusticus*, *agricola*, *ruricola*. Na sociedade feudal o latim recebeu a herança do termo *pagānus*, que significa habitante do campo (*pāgus*), que posteriormente vem a ser utilizado pelo latim eclesiástico para se referir aos não cristãos, em decorrência da resistência do homem do campo ao cristianismo, o que acabou por ser incorporado ao vocabulário da maioria das línguas neolatinas, como o português, *pagão*. Posteriormente, define-se a utilização da palavra *pāgensis* para identificar o “homem do campo”, e que acabou por provir o termo *paysan*, no Francês e *peasant*, no inglês, (p.32-33).



p. 87). Para Abramovay estes elementos correspondem ao modelo descrito como agricultura familiar, que se opõe à lógica camponesa pensada por Shanin.

Este é um exemplo dos possíveis embates teóricos que se formam à luz do campesinato. Eles podem ser mais corretamente explicitados a partir da compreensão dos *paradigmas* que os compõem. Os paradigmas revelam diferentes posturas teórico-metodológicas estabelecidas pelos pesquisadores na/para interpretação do objeto estudado e, neste caso, da noção de campesinato. As relações entre o desenvolvimento capitalista e a especificidade do trabalho camponês na terra se encontram no centro destes pressupostos, que ganham dinamicidade com as transformações do campesinato.

Podemos destacar assim, segundo Oliveira (1991), a percepção de dois paradigmas clássicos: o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário. Seu embate se encontra no centro das questões sobre o desenvolvimento da agricultura em meio ao capitalismo e o que tal relação provoca no campesinato.

Na perspectiva do Paradigma da Questão Agrária formulou-se um debate, principalmente, até a década de 1980, sobre a permanência ou o fim do campesinato. Seu problema é estrutural, pois consideram que as relações capitalistas destroem e (re) criam o campesinato<sup>8</sup>. Uma de suas vertentes acredita na destruição do campesinato, decorrente da constante penetração do capitalismo no campo, que transformaria as relações de trabalho e o próprio trabalho camponês. Outros autores negam tais caminhos para o campesinato, pontuando seu caráter de recriação, decorrente do contraditório desenvolvimento capitalista, apoiados nas diferentes práticas expressas pelo trabalho no campo, na renda da terra e nas demais diferenças econômicas tecidas pelo campesinato.

A partir da década de 1990, constrói-se o Paradigma do Capitalismo Agrário, e alguns trabalhos passaram a observar essas transformações como resultantes em uma nova etapa do campesinato. Este paradigma veio a ser expresso principalmente por Abramovay, que buscou romper com a visão leninista/kautskysta e desenvolveu seu pensamento defendendo que estas modificações transformaram a própria noção de campesinato e sua transformação na agricultura familiar. Logo, elucidou que o camponês, ao modificar sua relação e a função do trabalho na terra,

---

<sup>8</sup> Discussão realizada também por Bernardo Mançano Fernandes, no “XIX ENGA-Encontro Nacional de Geografia Agrária”, ocorrido na USP entre os dias 02 a 07 Fev. de 2009.

pela força do sistema capitalista, em alguns casos, cria relações de produção diferentes da camponesa, que seria para o autor, a agricultura familiar.

Na leitura deste movimento do campesinato, estes autores<sup>9</sup> buscaram compreender as transformações a partir do processo de expansão e transformação capitalista e o deslocamento em relação às formas e às unidades de produção do campesinato.

As primeiras concepções de vertente marxista pontuavam no século XIX a “*dissolução da propriedade privada baseada no trabalho de seu proprietário*”, sendo neste processo dissolvidas as unidades de produção familiar camponesa e assim, o campesinato (SHANIN, 2005, p. 06.). Desta forma, os trabalhos que se desenvolveram, como os de K. Kautsky e Lênin, por exemplo, pontuaram que as transformações proporcionaram a principal mudança na estrutura camponesa, e estabeleceram que “*o principal motor da transformação capitalista da sociedade rural foi a industrial, que sobrepujou, subordinou e finalmente destruiu a agricultura camponesa*” (2005, p. 07). Assim, segundo Lênin, observando o campesinato russo, sua única alternativa era sua ligação com o movimento operário na busca da consolidação do socialismo para assim transformar a terra em propriedade social<sup>10</sup>.

Na literatura russa, Nicolai Bukharin, teórico do Partido Comunista, chegou a pontuar que os camponeses se assemelhavam à pequena burguesia das cidades, alegando que não formariam uma classe por se desmembrarem frente ao avanço capitalista. Ressaltou que estes camponeses podem ser observados em três grupos, a “burguesia agrícola”, “os camponeses médios” e, os “semi-proletários e proletários”, sendo que a partir de tal distinção poderia se compreender os rumos do campesinato<sup>11</sup>.

Esta mostrou ser uma vertente teórica que compreendia, para muitos destes pensadores, que as transformações resultariam no fim do campesinato, decorrente deste processo de “*penetração das relações capitalistas de produção no campo*”. Na observação leninista, que se apresentou inicialmente próxima da feita por Kautsky,

---

<sup>9</sup> Discorrendo sobre o Paradigma da Questão Agrária podemos citar: Marx, Kautsky, Lênin, Luxemburgo, Chayanov, Shanin, Martins e Oliveira. Já para compreensão do Paradigma do Capitalismo Agrário destacam-se: Mendras, Lemarche, Abramovay, Veiga e Schneider. Podemos citar estes autores por serem considerados expoentes para se pensar tais concepções.

<sup>10</sup> Ver: LENIN, V. I. *O partido dos trabalhadores e o campesinato*. Escritos. Publicado em Abril de 1901 no *Iskra*, n.º 3. *Iskra*. Lênin Collected Works. Moscou: Progresso, 1964, vol.4, pp. 420-428.

<sup>11</sup> N. Bukharine e E. Preobrazhensky. *ABC do Comunismo*. 1920, 1º Ed. 1922. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/bukharin/1920/abc/index.htm>, Acessado em 19 de fevereiro de 2009, às 18h24min. \_

era na “(...) *dinâmica intercamponesa de “aprofundamento” das relações mercantis, a divisão do trabalho e a diferenciação de classe que constituíram o ponto central da transformação capitalista*” (LÊNIN, 1974, Apud SHANIN, 2005, p. 07)<sup>12</sup>.

Para a vertente do Paradigma da Questão Agrária, o trabalho familiar não existe realmente dentro campesinato, sendo este uma ilusão que está condenada ao sistema capitalista, e que a utilização desta expressão “*induz ao erro, ilude o público, levando-o a acreditar na não-existência de trabalho assalariado*” (LÊNIN, 1980, p. 18). Rompia-se assim, nesta perspectiva, a unidade familiar tradicional<sup>13</sup>.

Apresentando pressupostos contrários, na perspectiva de Abramovay (1992), o problema é conjuntural, pois o campesinato seria uma economia incompleta e sua integração ao capital possibilitaria a metamorfose do campesinato em agricultura familiar. Pontua assim que a agricultura familiar é desenvolvida nos chamados países ricos, o que ponderaria sua importância no desenvolvimento do campo e da sociedade. Assim, o campesinato não sobreviveria ao caráter capitalista, que romperia com suas estruturas sociais, no qual “*transformam não só sua base técnica, mas, sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses tornam-se agricultores profissionais*” (1992, p. 126). Tem-se assim o pressuposto, segundo esta perspectiva, de que o entrave está no campesinato e não no capitalismo (FERNANDES, 2006, p. 15).

Estes camponeses, homens e mulheres, jovens ou de mais idade, acabam por se portam de diferentes formas nas diferentes situações decorrentes do processo de expansão do capitalismo. Não transformariam seu modo de vida do cair do sol ao nascer do mesmo, nem tanto deixariam suas práticas culturais e sociais à margem de um possível comportamento moderno. Este é um processo que se desenvolve, como já visto, no decorrer da vida destes sujeitos, nos mais diferentes lugares, das mais diferentes formas, envolvendo expropriação, (re) territorialização e sua recriação.

---

<sup>12</sup> Porém, esta concepção pensada a partir do camponês europeu do século XIX, seria revista mais tarde pelo próprio autor, que observaria, a partir do campesinato russo e da natureza capitalista de sua agricultura, traços que se transformaram, mas que ainda dotavam de elementos do campesinato tradicional. Ver: Shanin, 1980.

<sup>13</sup> Martins, tratando das concepções pensadas por Lênin e empregadas por teóricos no Brasil é mais enfático: “Lênin, anticamponês, foi transformado num teórico do campesinato no Brasil, pelos pesquisadores, sem que suas interpretações fossem vistas na perspectiva e nas limitações das particularidades do processo histórico de que nasceram - as do desenvolvimento do capitalismo na Rússia” (1993, p. 28).

Desta forma, corroborando com as perspectivas de um paradigma que compreende a recriação deste campesinato, pensamos sua condição calcada nas múltiplas estratégias de (re) existência, nas dinâmicas reinvenções do seu cotidiano, de suas relações, de trabalho e de vida, que ocorrem em meio a conflitos e visões de mundo que se chocam, pois estes podem não ser idênticos e assim não possuir projetos de vida semelhante.

Diferenciação econômica e exclusão podem fazer parte deste campesinato, que em meio à destruição e dominação provocadas pelo capital, se recria na tentativa de construir suas próprias condições de existência, para além do determinismo deste capital. Faz isto, por exemplo, por meio das múltiplas lutas de resistência e alternativas de produção e manutenção no campo que se tornam enfim, meandros nos quais se estabelecem a (re) criação camponesa, articulando relações não capitalistas de produção dentro do sistema capitalista, como observa Martins (1986).

As observações são tecidas no seio das transformações do sistema capitalista e levaram os autores explicitados a perceber como esses elementos modificariam o modo de vida e de trabalho do campesinato. O capitalismo desenvolve suas relações sociais, sua produção e reprodução de contradições, que também modificariam as técnicas de produção e divisão do trabalho no campo. Porém, segundo Shanin, não seriam elementos suficientes que resultariam no desaparecimento do campesinato, e sob estas condições:

(...) os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês (...) Os camponeses são marginalizados, a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-se atrasada. (SHANIN, 2005, p.09)

Por continuarem a existir e assim manter relações com outras classes, transformam e são transformados, tornando-se necessário compreender tais relações. Wolf (1984), realizando estudo sobre movimentos de lutas camponesas<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> México, Rússia, China, Vietnã do Norte, Argélia e Cuba são os países pesquisados.

no século XX, ressalta a necessidade de se pensar a partir de que parâmetros e a quais relações estamos nos referindo a determinado grupo, sendo que o modo pelo qual se emprega a noção de camponês não constitui noção absoluta, mas sim, um instrumento de análise. Saber, então, as diferenças de comportamento que se expressam entre arrendatários e proprietários, entre lavradores e artesãos, entre os que aram e colhem e aqueles responsáveis pela produção, proprietários e trabalhadores assalariados, os que supervisionam e os que são supervisionados, entre os que mantêm estreitas relações com os mercados e aqueles que trabalham junto à família para consumo particular, enfim, contribui para a reflexão sobre o que muda nesta noção de campesinato.

Em cada um dos casos estudados por Wolf, do México à China, da Rússia ao Vietnã, portados com suas especificidades, mas também com elementos associativos, ficou evidente a penetração do capitalismo no campo, assim como evidentes os mecanismos encontrados para defender-se de tais forças desagregadoras, que os forçavam a lutar contra e, ao mesmo tempo, a buscar uma nova ordem para sua existência. Chefes tribais, fidalgos proprietários de terras e outros beneficiários de uma ordem social e cultural vigente, viram-se pressionados pela figura do empresário, e outras figuras nascentes com o capitalismo, como o mineiro, o ferroviário, o operário industrial, o trabalhador agrícola... O campesinato torna-se, então, para nós pesquisadores uma categoria rica, no sentido de que para manter-se como tal, *“se apega aos esquemas tradicionais que lhe garantem acesso à terra e ao trabalho dos parentes e vizinhos”* (1984, p.15), mas, ao mesmo tempo, se transformam nestas lutas, pois *“quando o protagonista camponês acende a tocha da rebelião, a estrutura da sociedade já esta ardendo, pronta a incendiar-se. Terminada a batalha, a estrutura já não será mais a mesma.”* (p. 353), e tal camponês já não é mais o mesmo.

Partindo de pesquisas sobre o campesinato europeu e o latino-americano, Guzmàn (2005), observando a formação do pensamento social agrário no transcorrer dos séculos XVIII e XIX, ressalta que o campesinato é mais do que uma categoria histórica, por expressar uma forma de manejo dos recursos naturais de cada local, diversificando tal trabalho de acordo com os conhecimentos e o nível tecnológico de cada momento histórico em que vivem, sem deixarem de ser camponeses. Nesta perspectiva, a discussão não mais seria se o campesinato havia

desaparecido, mas agora era necessário definir categorias que compreendessem estas transformações e permanências conjuntamente.

As indagações até o momento explicitadas são importantes para que não se realize uma leitura superficial da questão em foco, qual seja as condições desta recriação camponesa, que podem ser pensadas junto às transformações e potencialidades que se expressam a partir da noção de campesinato, as articulações que acabaram por fazer do camponês uma *classe* em constante transformação. Mas, podemos entendê-los como uma classe?

Compartilhamos aqui das contribuições que E. P. Thompson<sup>15</sup> tem a dar para esta questão. Entende-se por classe “(...) *um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência (...) um fenômeno histórico*” (1987, p. 09). Nesta perspectiva, ressalta que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. (1987: 10)

Desta forma, compreendemos que os camponeses constituem uma classe que se constrói no fazer-se da luta pela defesa de seus valores, de sua formação social e cultural, em oposição a outros valores, ideais e modo de vida, e dimensionam suas práticas em defesa de seus costumes. Assim, compreendemos que estas transformações que se operam no bojo do campesinato são na verdade uma luta em busca do que representam como fonte de sua identidade: a terra, e as transformações que se dão no caminhar da luta não são compreendidas como negação de sua identidade, mas sim como parte dela. Portanto, colabora para

---

<sup>15</sup> Podemos citar como exemplo de obras do autor que contribuem para esta discussão: *A formação da classe operária inglesa – A árvore da liberdade*. Vol.01 Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, *Tradición, Revuelta y Consciencia de clase*. 3ª. Edição. Barcelona: Editorial Crítica, 1989, *A misérias da teoria ou uma planetária de erros* (uma crítica ao pensamento de Althusser). Zahar editores S.A Rio de Janeiro, 1981.

pensar este campesinato não como coisa pronta e acabada, como uma classe pura, mas sendo tecida no fazer-se de suas histórias, de suas experiências<sup>16</sup>.

Thompson ressalta que esta concepção de classe se torna inseparável da luta que determinada classe trava em oposição a outra, e completa argumentando que:

(...) as classes não existem como entidades separadas, que olham ao redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Pelo contrário, as gentes se encontram numa sociedade estruturada em modos determinados (crucialmente, porém não exclusivamente, em relações de produção), experimental a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesses antagônicos, começam a lutar por estas questões e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer este descobrimento como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo real histórico. (1986, p. 37)

Wolf (1984) compreende esta classe como a de sujeitos que se encontram em circunstâncias históricas próprias que os levam a agir conjuntamente, em busca de determinados interesses coletivos, de acordo com as circunstâncias que estão ligadas às suas lutas. Assim observa-se ao longo de sua obra a busca em ampliar as perspectivas antropológicas de pensar o camponês e de suas transformações ao longo de determinadas lutas e relações que se estabelecem.

Temos que o camponês das sociedades tradicionais do pós Revolução Industrial segundo Hobsbawm, possuía consciência da diferença que existia em relação à minoria não-camponesa a quem era subordinado. Esta observação já traz elementos para entendermos a existência da consciência de uma classe por parte dos camponeses, entendida na oposição à existência de outra classe, *“(...) permitindo que até mesmo camponeses de regiões diferentes, com dialetos, roupas e costumes diferentes, se reconhecessem uns aos outros como “camponeses”, pelo menos nas relações pessoais”* (1998, p. 219-220).

Neste caso:

(...) uma plena “consciência de classe” camponesa é concebível, na medida em que a diferenciação dentro do campesinato é secundária em relação às características comuns a todos os camponeses e aos

<sup>16</sup> Para Thompson, a experiência é “uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”. (1981, p. 15).

seus interesses comuns contra outros grupos, e na medida em que a distinção entre eles e outros grupos seja suficientemente clara. (HOBBSAWM, 1998, p. 221)

Tal concepção ajuda entender algumas destas características do camponês tradicional, e nos elucida observar algumas das transformações operadas no seio desta classe ao longo das décadas, compreendendo que a própria (re) criação camponesa se torna uma especificidade para observarmos como “(...) *as comunidades camponesas reagem a esses processos gerais e como estes nela se refletem*”. (SHANIN, 2005, p. 04).

Ao mesmo tempo em que estes traços ajudam nas observações da (re) criação campesina, salienta Shanin, tornam-se insatisfatórios, quando usados de forma estrutural, negando outras possíveis especificidades geradas no processo de transformação destes sujeitos e de seu modo de vida e de luta. Para o autor:

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. (...) O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades, reações e interações com o contexto social mais amplo. (SHANIN, 2005, p. 05)

A concepção do trabalho e da propriedade camponesa, que se constitui assim a partir da exploração do trabalho, com fins familiares, não busca necessariamente a acumulação de capital, mas a sobrevivência de sua unidade familiar. Assim, na propriedade camponesa “(...) *o princípio é outro (...) em que a produção de mercadorias objetiva a obtenção de dinheiro para aquisição de mercadorias que não se produzem, mas que são indispensáveis à reprodução da família*”. (PAULINO, 2003, p.20). Esse fato é denominado por Oliveira como renda pré-capitalista, em que:

A renda pré-capitalista é diretamente produto excedente, ao contrário da renda capitalista da terra, que é sempre sobre acima do lucro, fração da mais-valia, portanto. Embora na origem as primeiras formas de renda da terra sejam pré-capitalistas, cabe esclarecer que sob o capitalismo elas perdem esse caráter, à medida que entram no processo de produção do capital.(...) Hoje elas devem ser entendidas



dentro da lógica contraditória do capital. É através delas que o próprio capital, contraditoriamente se produz, criando as condições necessárias para implantar e desenvolver seu processo de reprodução ampliada. (1986, p. 76)

O sentido do campesinato e de seus sujeitos pode se encontrar, então, no significado da terra e da família como representação de sua vida, de sua moral, de seu trabalho. E podemos perceber que, em suas práticas, esses sujeitos encontram diferentes mecanismos para se manterem ou voltarem para o campo. Isto pode ser expresso no valor simbólico que a relação trabalho e comida, por exemplo, possuem para estes sujeitos, sendo “(...) *categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza*”. (WOORTMANN, 1990, p. 37).

Para tal debate, a sociologia da prática de Bourdieu contribui para pensarmos os valores expressos pelo campesinato em sua (re) criação, por meio de suas representações, símbolos, enfim, suas práticas que o apresenta ao mundo ou “*a visão de sua própria posição neste mundo, a visão de sua identidade social*” (BOURDIEU, 1989, p. 139) <sup>17</sup>.

Desta forma, pensar como os valores expressam a continuidade e (re) criação camponesa é possível, vislumbrando a existência de um *habitus* camponês, que permite observar como determinadas condições sociais, presentes historicamente em seu meio, mesclam-se com suas novas práticas, o que possibilita-nos tecer considerações sobre determinados comportamentos característicos da lógica camponesa. A forma como Bourdieu observa a noção de *habitus* contribui para que, ao observar o campesinato, entendamos que suas estratégias se formulam por meio da mudança e da permanência, na qual em alguns casos, a mudança ocorre na busca pela permanência, ou seja, na tentativa de manterem determinados valores, como a terra, expressos no sentido das múltiplas lutas nela e por ela, dimensionam novas práticas e representações de suas experiências, em que ao transformar sua ação, recriam também sua condição como campesinato.

Desta forma, *habitus*, nas palavras de Bourdieu, é potência geradora, possuidora de uma lógica objetiva e transformadora, que “*faz com que nós*

---

<sup>17</sup> Para tanto, abrimos um parêntese para ressaltar que tal empreitada deve muito as contribuições tecidas por Almeida (2003) em seu trabalho, as quais foram fundamentais para revelar novas possibilidades de pensar a (re) criação camponesa à luz de alguns conceitos elucidados por Bourdieu.

*‘reproduzamos’ as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível”* (1983, p. 105), no sentido de proporcionar que entendamos o fato de que uma classe, no caso, o campesinato, alie práticas sociais passadas, somando-às as necessidades de seu momento histórico na busca de sua condição de existência, ou como pontua Almeida, *“é o sistema de disposições adquiridas por meio da aprendizagem do sujeito que diante de situações novas, pode gerar estratégias práticas”* (2003, p.200).

Esta dinamicidade da recriação camponesa será mais evidente, ao realizarmos um diálogo conjunto entre as fontes deste trabalho e as diversas situações calcadas em nossa pesquisa, nos quais poderemos observar como estas condições de recriação se expressam nas múltiplas estratégias de ida ao campo ou a permanência nele, como, por exemplo, nas relações com os agentes mediadores, motivo de discussão nos demais capítulos.

Destarte, a dimensão expressa pelo *habitus* camponês, possibilita pensarmos que muitas das características construídas historicamente nesta noção de campesinato, já pontuadas ao longo da discussão, também estão inseridas nesta lógica da recriação, sendo possível perceber que podem se criar novas relações sociais e modos de vida, dependendo das experiências e práticas acumuladas pelos sujeitos, em que marcas expressivas, como o trabalho familiar, e seu controle dos meios de produção, integram novas etapas de sua realidade nas diversas formas de contato com a terra.

Apenas para elucidarmos tal questão, o relato do senhor Benedito Amâncio<sup>18</sup>, já com 73 anos de idade, hoje assentado no Pontal do Faia, expõe que de volta ao campo, dono de suas terras, vivendo somente ele e sua esposa, a presença dos filhos ainda é constante naquele meio, mesmo não morando junto aos pais, pois *“vem, ajuda fazer as coisas, vem assenta coisa aqui, faz curral, ajuda a plantar, os filhos, netos vem, os irmão vem da cidade, nora, churrasqueando, mata uma galinha, a leitoa ta ali pra comer, é o que quer, graças ao bom Deus”*, o que soma-se á fatura do plantar e do colher, *“eu não sei o que é comprar um arroz, um feijão, planta tudo, to comendo arroz do ano passado ainda, vendi um pouco, deu outro pro pessoal plantar, quando quero levo e mando beneficiar, taí, cheio de arroz ai...”*, portanto, o *habitus* do plantar e do colher, de tirar da terra seu sustento soma-se às mudanças geradas pela ida dos filhos para outro meio, mas sem que perdessem o

---

<sup>18</sup> Amâncio, Benedito. Entrevista. Assentamento Pontal do Faia, 05 de Dezembro de 2008.

contato e o trabalho com a terra, que um dia, segundo o pai, darão continuidade ao seu trabalho, conquistado na busca de seu sonho: um pedaço de terra para trabalhar.

Devemos ressaltar, como bem observa Almeida, que tais diferenciações, seja no agir, no pensar e no modo de vida, estão relacionadas ao *campus* em que estes sujeitos estão inseridos. Portanto, o *campus* se torna o espaço onde tais diferenciações se produzem, se expressam e geram outras diferenciações. Assim, este (o campus) acaba sendo definido pelos diferentes *habitus* que nele existem, se tornando “*um espaço em disputa em que seu estado natural é o conflito*”<sup>19</sup>, como poderá se observar quando discutirmos as diferentes representações expressas pelos assentados do Pontal do Faia em relação, por exemplo, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas.

Tal *habitus*, ou melhor, tais *habitus* expressos em seu *campus*, produzem o sentido do modo de vida camponês, por meio de plurais manifestações de suas representações, como a terra, sinônimo de trabalho, a família, sentido do trabalho e a liberdade, no sentido de fugir de uma lógica capitalista, do patrão, por exemplo.

É importante ressaltar que, na história do campesinato, o acesso à terra e aos meios de produção esteve, como ainda está, ligado às principais lutas travadas por esses sujeitos, em busca de manterem seu contato direto com o trabalhar na terra, a fim não correrem o risco de passar por necessidades, como a de não conseguir ter ou comprar o que produzem.

Este medo é provocado principalmente pela lógica capitalista, que desmembra o trabalhador do que produz e o faz reivindicar por seu modo de vida, seus costumes, o que na maioria das vezes é alterado por tal lógica e se torna elemento importante da resistência e recriação camponesa.

Em outro importante estudo realizado por Thompson, a questão é analisada para se pensar os costumes em meio à expansão e formação de uma sociedade capitalista industrial, no qual os camponeses da Inglaterra do século XVIII e XIX realizam motins da fome para reivindicarem acesso à comida e à venda de sua produção, como também a manutenção e respeito a seus costumes. Desta forma, o acesso à terra e aos bens produzidos se mostra necessário para o modo de vida

---

<sup>19</sup> Discussão realizada no Ciclo de Palestra, promovido pelo curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de três Lagoas-MS, no dia 10 de abril de 2006.

camponês, representado não somente no produto, mas em toda cultura expressa pela economia moral, pois:

Como para os camponeses a subsistência depende do acesso à terra, o que está no centro da análise, mais do que a venda de alimentos, são os costumes relativos ao uso da terra e o direito de acesso aos seus produtos. E o costume é visto (contra um pano de fundo de memórias da fome) como algo que perpetua imperativos de subsistência e usos que protegem a comunidade contra riscos. Esses imperativos são também expressos em relações protetoras de senhor - arrendatário (ou benfeitor-cliente) em resistência às inovações técnicas e a racionalização do mercado, no qual elas poderiam acarretar riscos em caso de crise [...]. A ameaça a essas instituições e normas, associada com a expansão européia e com as racionalizações do mercado, provocou muitas vezes a participação dos camponeses em movimentos revolucionários (1998, p.259).

E por este mesmo acesso é que os camponeses se recriam, transformando seu modo de vida junto a ela.

A partir destas transformações do campesinato, a essência desta análise se cria na observação de como estes sujeitos operam e articulam seu modo de vida e de luta, entendendo que as transformações dentro da família e do grupo é que estão em jogo, e afetam diretamente a observação que fazemos da (re) criação do campesinato.

Não podemos compreender estas relações apenas no âmago da lógica capitalista, pois o processo de (re) criação camponesa vai além destas estruturas e se apresenta no campo das representações, em que os sujeitos demonstram suas práticas e necessidades de vida, não se limitando ao mundo da mercadoria. Desse modo, ressaltamos que a especificidade camponesa se encontra na constituição desta classe como exterior ao modo capitalista de produção, já que *“(...) são ao mesmo tempo proprietários de terra e trabalhadores, acrescido do fato de que a organização do campesinato se funda numa relação não-capitalista”*. (ALMEIDA, 2003, p. 82)

Neste aspecto, a autora afirma que devemos observar as lutas que engendram este campo, no sentido de apreender as crenças que o sustentam, os jogos de linguagem e as relações simbólicas que nele se geram, observando-o como local de produção de relações que criam novas formas de pensar, agir e se relacionar (BOURDIEU, 1989). E estas relações se dão em um processo de

incertezas e questionamentos, pois são pensadas e articuladas por seres humanos, que apresentam inúmeras possibilidades de investigação e representação.

Desta forma, pensar a utilização de conceitos ou de qualquer outro aparato teórico se torna questionável quando feita de modo generalizado, pois o termo campesinato pode ser observado de diferentes formas, em diferentes sociedades. Compreendemos os conceitos como instrumentos de análise e sua utilidade e utilização estão sujeitas às perguntas feitas, às maneiras como estas se relacionam aos esquemas de questionamentos teóricos mais gerais e a seu esclarecimento da realidade (SHANIN, 2005).

Segundo as considerações de Shanin, os camponeses diferenciam-se de uma sociedade a outra e mesmo dentro de sua própria sociedade, pois relacionam-se com sujeitos sociais possuidores de outras características. Por isto, o conceito se mostra insuficiente por si, mas possui potencial investigativo e nos leva a buscar mais a fundo o que se está pesquisando, e assim não deve assumir uma condição de explicativo, mas de articulador do conhecimento e do objeto que está sendo estudado, pois "(...) *nenhum conhecimento pode ser a mesma coisa que seu objeto*" (THOMPSON, 1981, p. 41).

Portanto:

Não devemos esperar que a compreensão da realidade social se faça tão somente a partir da elucidação do significado das palavras que a mesma sociedade coloque à nossa disposição. A tarefa da investigação científica se reveste exatamente em ir além destes sentidos. Por outro lado, toda palavra tem acepções socialmente compartilhadas, e com "camponês", nos diversos contextos em que foi utilizada nos últimos cinco mil anos não foi diferente (CARRERA, 2008, p. 34).

Os pressupostos explicitados contribuem para pensarmos as transformações que estão emaranhadas nos estudos sobre o campesinato e que apresentam alguns caminhos para entendermos a vida camponesa, não em busca de verdades, mas de indícios que podem levar a outros caminhos.

Como já pontuado, a interdisciplinaridade é regra nesta pesquisa e, por isso, a compreensão das questões até aqui explanadas, assim como de outras que seguem por este trabalho, são dinâmicas, como os sujeitos, compreendendo que priorizar determinadas "*categorias fixas, abstratas, instituídas, puramente analíticas, em detrimento do processo real significa perder de vista os processos constitutivos*

*deste real*”, porque *“todo o conceito é histórico, formados por homens reais, concretos, com interesses e valores também reais e concretos”*, como ressaltado por Vieira (et al, 2005, p. 09).

Não se limitando somente a estes caminhos, buscamos apreender outros, expressos através das lutas camponesas, de suas resistências e de possíveis contradições e brechas que se formulam no aparto teórico, a fim de enriquecermos nossa percepção dos homens e mulheres, sujeitos desta pesquisa.

Assim, buscaremos neste momento realizar algumas considerações a respeito do Brasil, para que se possa compreender as matizes do camponês tradicional, devido as transformações historicamente ocorridas, como a relação campo-cidade, que encurtando as distâncias, serviu também para criar novas formas de resistências e de negação à lógica capitalista, levando estes sujeitos a se organizarem e darem novos rumos a situação do campo brasileiro.

## ***1.2 O campesinato brasileiro: complexidades do presente tecidas pelo passado***

José Dexe de Medeiros, brasileiro, 65 anos, participou da formação do Assentamento Pontal do Faia desde o acampamento, sempre buscou ter uma “terrinha” para dizer que é sua, para plantar o que quer e poder terminar a vida sossegado. Para conseguir chegar até aqui, percorreu muitos caminhos pelo país, por fazendas, cidades, muitos estados, sempre de empregado, o que para ele não era bom, porque não dava pra viver do jeito que queria, e quanto mais andava, mais buscava ter seu próprio canto. “Trabalhar para os outros não é a mesma coisa”, dizia ele, que como muitos outros brasileiros possuem em suas histórias as marcas destas trajetórias:

Rapaz, de onde eu sou, sou do estado da Bahia, da Bahia vim para São Paulo, depois de São Paulo fui pra Curitiba, e lá servi o exército, voltei pra São Paulo, depois entrei no Mato Grosso, trabalhei até como peão de gado, no ano de 65, 66, até no ano de 1970 trabalhei até de peão, nas fazendas. Ai fui pro Alto Sucuriu, fui trabalha para um fazendeiro (...) Ai lá trabalhei na fazenda, toquei roça lá e lá eu casei. Depois de lá, fiquei até 1970, e fui pra Castilho, de Castilho fui pra Andradina, de lá fui pra Araçatuba e de lá fui pra São Paulo de

novo, trabalhar lá. E lá trabalhei no frigorífico na época, aí de lá voltei pra Três Lagoas, e daí fiquei aqui até agora, trabalhei no frigorífico aqui na época e depois fui trabalhar nas fazendas aqui em volta, trabalhar de tratorista, tomar conta da fazenda e aí trabalhei um ano e dois meses no posto de gasolina aqui em Três lagoas, aí depois fui tomar conta numa fazenda em Rio Verde e quando eu saí da fazenda no rio verde no dia 30 de Março de 2000, quando foi dia 23 de julho nos entramos aqui no acampamento, em 2000<sup>20</sup>.

O difícil acesso à terra fica evidente na compreensão de todas estas andanças, de um lado para outro, como evidente em grande parte das entrevistas realizadas no assentamento, e outras mais que apreendemos em trabalhos já realizados.

As Marcas das experiências relatadas acima, apreendidas por estes sujeitos ao longo da trajetória de suas vidas compõem o cenário do que representam os novos integrantes do campesinato brasileiro. Suas vidas estão repletas de novas experiências que evidenciam suas trajetórias e lutas pelo acesso à terra, mas que ao mesmo tempo são marcadas pelo retorno a um modo de vida tão desejado, seja no trabalho familiar, na produção para o consumo ou mesmo na serenidade buscada na vida no campo. Tais observações nos fazem pensar no longo caminho e pelas diversas categorias sociais que integraram, e ainda integram esta figura tão rica da história brasileira. Quem é esse novo homem do campo?

Estudar o campesinato é estudar a questão agrária<sup>21</sup> em suas especificidades. E no Brasil esta tarefa abarca percorrer toda sua história, pois essa está aqui presente desde que na América Portuguesa se concentrou, se dividiu, expropriou e subjugou, deixando desde então uma vastidão de homens pobres livres<sup>22</sup> sem acesso à terra.

A questão agrária reflete então o desenrolar de uma problemática, da constituição da propriedade da terra, do acesso e permanência nela assim como o caráter de sua utilização. E como agentes centrais em tais problemas, estão homens e mulheres que perpassam a nossa história, travando múltiplas lutas em busca de seu espaço, inovando, recriando e se articulando por diferentes caminhos

---

<sup>20</sup> Medeiros, José Dexe. Entrevista. Assentamento Pontal do Faia, 27 de novembro de 2006.

<sup>21</sup> A expressão *questão agrária* surge a partir dos primeiros estudos de Economia Política que analisavam o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. STELIDE, 1997, p. 08.

<sup>22</sup> Esta categoria designa, na visão de Castro, a “imprecisa ‘camada intermediária’ da sociedade brasileira escravista, dificilmente pode ser definida do ponto de vista estrutural enquanto ‘despossuídos’. Se existiam, e são freqüentes as menções de época à sua presença, o que se torna necessário é determinar os significados da ‘pobreza’ naquela sociedade”, e por não possuírem terras fixas a mobilidade é característica destas populações (1987, p. 95-96).

e trajetórias. Por isso, da mesma forma que a propriedade da terra se formou como principal problema agrário de nossa história, como observa Martins (1997), expropriando e subjugando, também proporcionou o fazer-se de novos atores sociais, de *“sujeitos fazendo história, disputando lugares e ideologias”*<sup>23</sup>.

Entender a funcionalidade destas primeiras iniciativas de concessão de terras colabora para analisar como algumas estruturas sociais foram se estabelecendo e juntamente com elas, como foram se transformando novas categorias sociais em busca da posse da terra.

Deve-se ressaltar que nesta discussão não pretendemos apreender todas as formas como estes homens pobres livres encontraram para ter tal acesso às terras no decorrer da história da questão agrária nacional, tampouco estabelecer uma discussão historiográfica sobre tal questão, ou mesmo dinamizar os estudos que trabalham a partir de outras perspectivas e que aqui não se apresentam. Assim, pretende-se, a partir da bibliografia consultada, estabelecer uma discussão para compreender como se deu historicamente a recriação camponesa, elegendo aqui o que consideramos relevante para compreendermos tais transformações e que a partir destas possamos elucidar as questões envolvidas nas lutas no município de Três Lagoas.

A chegada lusitana em terras tupiniquins significou o início de um longo processo de transformação no uso e posse da terra. Esta posse que era até então comunal, dos povos aqui existentes, passava agora a fazer parte dos bens da Coroa portuguesa, que exerceu o processo de colonização por meio da agricultura tropical, termo utilizado por Novais (1984). Era, então, regida para funcionalidade econômica da metrópole: a de fornecer matéria prima especializada para o mercado externo, de preferência produtos pouco comercializados, como o Pau-Brasil, mas não somente este, dando margem ao início de outras atividades de monocultura e subsistência, como a Cana-de-açúcar. Juntamente com este modelo econômico, o sistema colonial empreendeu também parte de seu modelo de produção, baseado no trabalho compulsório, semi-servil e escravista (NOVAIS, p. 59)<sup>24</sup>. Tal produção

---

<sup>23</sup> Expressão utilizada por Yara Maria Aun Khoury, na palestra de encerramento da “XI Semana de História: História e historiografia: perspectivas e desafios”, realizada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, em 12/09/08.

<sup>24</sup> Segundo o autor, o trabalho livre não foi empregado por decorrência da abundância de terras, pois “de fato, a possibilidade de utilização do trabalho livre, na realidade mais produtivo e, pois, mais rentável em economia de mercado, ficava bloqueada na situação colonial pela abundância do fator terra: seria impossível impedir que os trabalhadores assalariados optassem pela alternativa de se apropriarem de uma gleba, desenvolvendo atividades de subsistência” (1984, p. 59).



crescia conjuntamente com os fracassos empreendidos pela coroa portuguesa<sup>25</sup>, que cada vez mais necessitava do auxílio econômico da América Portuguesa. A população da colônia crescia paulatinamente assim como se desenvolviam grandes extensões de terras de unidades produtoras, como os engenhos.

A forma encontrada pela Coroa para desenvolver a produção e a distribuição das terras foi da concessão de capitânicas hereditárias, cedidas a membros da nobreza ou demais prestadores de serviço à Coroa (STÉLIDE, 1997, p. 09), chamados de Donatários, que por sua vez tinham a função de gerar lucros à Coroa, por meio do plantio comerciável, principalmente da monocultura, como a Cana, assim como através de tributos cedidos pela repartição de suas terras, chamadas de sesmarias.

As sesmarias eram principalmente doadas àqueles que possuíam condições e recursos para sua exploração, pois a principal finalidade de tais concessões era de promover maior aproveitamento do solo e da produtividade, como a de preservar o controle das unidades produtivas coloniais (LARA, 1988). Não sendo precisas as dimensões de tais concessões, as Sesmarias viabilizaram a consolidação do latifúndio<sup>26</sup>.

Da mesma forma que tais concessões deram margem à expansão destas grandes propriedades, para além de suas atuais fronteiras, também representaram novas possibilidades para uma pluralidade de sujeitos, homens pobres livres, adquirirem um pedaço de chão para sua subsistência. Assim, as pretensões de aumento da produtividade por meio da divisão das terras deram margem ao surgimento de novas categorias sociais que iam além da figura dos sesmeiro e seus escravos, surgindo, por exemplo, de arrendamento de terras aos arrendatários que, muitas vezes, sublocavam parcelas de terras a pequenos lavradores (MOTTA, 1998, p. 122). Era comum encontrar próximos dos engenhos pequenas lavouras de subsistência e propriedades que produziam alguns alimentos, constituindo importante atividade para o consumo local. Assim homens pobres livres, escravos negros e índios, inseridos na contradição do sistema por estarem à margem da

---

<sup>25</sup> Parte destes problemas estão ligados a união dinástica com a Espanha (1580-1640) e da política de guerra dos Habsburgers, que resultou na destruição de sua marinha e na perda de parte de seus domínios, que foram ocupados por inglesas e holandeses, restando poucas possessões, como o Brasil (BAUER, 1998).

<sup>26</sup> Segundo Motta (1998), as Sesmarias foram criadas em Portugal em fins do século XIV, mais precisamente em 1375, com o objetivo de resolver os problemas de abastecimento interno, forçando aumentar o aproveitamento do solo.

lógica econômica colonial, qual seja, a economia para o mercado externo, criavam suas “brechas” para subsistência, por meio destas pequenas possessões (SCHWARTZ, 2001).

Os “espaços” estabelecidos para este tipo de produção marcaram um importante momento para o desenvolvimento do campesinato brasileiro<sup>27</sup>, pois como a estes não era permitido o acesso às terras, restou-lhes a posse e a criação de estratégias para tal acesso. Uma destas formas encontradas ficou conhecida como *brecha camponesa*, que se caracterizou como um dos mecanismos para produção de alimentos aquém da economia colonial de exportação, contribuindo para o abastecimento interno e para diminuir a precariedade deste tipo de produção na colônia, que era deixada de lado pela Coroa Portuguesa (LINHARES E SILVA, 1981). Tendo funcionalidade a partir século XVII, como ressalta Schwartz, esta atividade protocamponesa era exercida não somente por homens pobres livres, mas também por escravos índios e negros que, além de trabalharem nos engenhos, também produziam alimento para autoconsumo, fornecendo a base alimentar para subsistência interna. Por vezes, este trabalho era exercido aos domingos, feriados religiosos e possíveis descansos dos engenhos e, assim que terminada sua cota de trabalho dedicavam-se aos roçados na busca de *“obter um certo grau de independência econômica vendendo o excedente nos mercados locais ou ao próprio proprietário”* como também para a possibilidade de comprar ou conseguir sua própria liberdade ou a de um ente querido” (SCHWARTZ, 2001, p. 99).

Estes homens pobres livres, população rural de pequenos agricultores, arrendatários e dependentes, os quais o autor designa como roceiros, permaneceram anônimos por muito na história, visto o papel desempenhado por esses no provimento alimentar de cidades, garimpos e engenhos. Por vezes foram considerados como *“população ‘telúrica’, fixa no interior, a ser catalogada pelos observadores como flora e fauna, e obrigados a ver a história passar por eles”* (2001, p. 125).

---

<sup>27</sup> Sobre a existência do campesinato no país ressalta Linhares e Silva que “para um conjunto importante de historiadores, o segmento camponês faria seu aparecimento na sociedade brasileira por volta de 1850, com a chegada dos colonos europeus. Para Oliveira Viana, Luis Amaral ou Alberto Passos Guimarães (em posições nitidamente diferenciadas), não possuímos um campesinato antes do século XIX. Outros autores, mesmo quando não apontam para a colonização sulina como a única origem dos camponeses no Brasil, como no caso de Caio Prado Júnior, veem o camponês como um produto tardio do processo de formação de classes no campo, seja pela desagregação do latifúndio, seja pelas necessidades da urbanização acelerada em especializar um segmento rural na produção de alimentos. Apontamos um novo caminho e ressaltamos a necessidade de serem realizadas ainda um sem-número de verificações empíricas” (1981, p. 136).

Desta forma, mesmo sendo uma atividade menor, se comparada ao sistema produtivo dominante, a agricultura de subsistência representou a abertura de novos espaços de ocupação das terras e de sua diversidade produtiva<sup>28</sup>, dando margem ao trabalho de um campesinato livre do determinismo econômico da metrópole. Ao contrário, proporcionou o gestar de novas categorias sociais que se relacionavam ao mesmo tempo com o latifúndio monocultor e com as pequenas produções, ocupando espaços não ocupados pela agricultura comercial de exportação e ausente da ambição expansionista do latifúndio. Longe dos mecanismos de doação focalizados pela Coroa Portuguesa, a ocupação destas pequenas propriedades estava dimensionada pela posse da terra com a finalidade do abastecimento interna, variando de uma região a outra, de escravos a sitiantes, homens pobres livres em uma terra transitória, *“como se fossem ocupantes ocasionais de glebas provisórias”* (LINHARES E SILVA, 1981, p. 119).

Por tais questões concordamos com os autores quando ressaltam que:

Se é verdade que o mecanismo de doação de terras do Estado português nunca favoreceu a formação de um amplo campesinato nas terras coloniais, também é verdade que inexistia qualquer aparelho de vigilância ou repressão que impedisse a ocupação intrusiva das terras virgens. Nas regiões de maior adensamento das fazendas de cana e demais produtos de exportação tornava-se impossível o surgimento de um campesinato livre face à grande pressão exercida pelos ‘homens bons’ sobre os mecanismos de distribuição de terras. Nada, porém, impedia que homens livres pobres ou negros fugidos fossem, aos poucos, se internando nos sertões, constituindo-se numa retaguarda da ocupação branca do litoral (1981, p.130).

Juntamente com o desenvolvimento das longas extensões de terras em que a monocultura era trabalhada, desenvolviam-se também novas formas de vida e trabalho, em regiões onde estes homens pobres livres, ex-arrendatários, sitiantes, posseiros, agregados, escravos fugidos ou libertos encontravam um lugar para viver junto à terra a fim de germinar seu trabalho, conquistado por lutas que se arrastaram ao longo de sua história. Compreendendo a existência e a força de tais lutas,

---

<sup>28</sup> Segundo Linhares e Silva “Um dos motivos da rápida vitória da agricultura de alimentos, entre nós, já no século XVI, deve-se, sem dúvida, aos empréstimos feitos à agricultura indígena. Entre os diversos gêneros cultivados, nessa época, podemos citar o milho (*Zea mays*), a mandioca (*Manihot sp.*), os feijões (*Phaseolus* e *Canavalia*), a abóbora (*Curcubita*), a batata doce (*Ipomea*), o cará (*Dioscorea*), o amendoim (*Arachis*), a pimenta (*Capsicum*) e a banana (*Musa*)”. (1981, p.137).

corroboramos com Motta (1998) quando ressalta que por vezes a historiografia brasileira é determinista ao apontar que estes sujeitos conseguem acesso à terra somente por consequência do desenvolvimento territorial dominante, inseridos como parte de um processo daquela estrutura fundiária, não também como resultante das lutas e dos movimentos empreendidos por estes sujeitos, que, ao longo da história colonial e dos séculos seguintes, recriaram suas formas de trabalho e de acesso à terra. As múltiplas categorias sociais que vão se formando neste desdobramento em busca do acesso à terra, derivadas das diversas formas de contato com a terra, expressam esta diversidade.

Os conflitos ocorridos nos Brasis do período colonial e Império elucidam como estes sujeitos, por diversos locais e motivações expressaram sua insatisfação por determinadas condições de produção e reprodução camponesa. Obra que elucidam estas questões se encontra no compêndio de textos organizados por Motta e Zarth (2008), no qual as *Formas de resistência camponesa* se destacam no campesinato brasileiro, dando noção de sua *visibilidade e diversidade ao longo da história*<sup>29</sup>. Tais práticas se apresentaram em forma de contestações como nas ocorridas em Minas Gerais no século XVIII<sup>30</sup>, contra a cobrança de tributos abusivos sob os lavradores, camponeses pobres, índios e mestiços que frequentemente eram ameaçados de perderem suas terras. Responderam sob a forma de protestos por ações como o roubo de dinheiro, mercadorias de comboieiros, queima de engenhos e destruição da produção. Esse enfrentamento às estruturas imperiais não é observado como mera manifestação descontrolada, mas, como bem nos ensinou Thompson, deve ser decodificado para se entender os possíveis mecanismos de defesa que expressam estas ações<sup>31</sup>. Da mesma forma, outras manifestações podem ser apontadas como negação de conformidade com situações de dominação no campo. Revoltas contra os padrões de pesos e medidas na comercialização camponesa no nordeste, contra o recrutamento arbitrário dos caboclos, como no exemplo da *Balaiada* (1838-1841) no Maranhão e o movimento da *Cabanagem*, que se opôs ao controle opressor estatal, pensado por Ricci como um movimento centrado nas *“experiências de classe que se constituíram temporalmente em uma*

---

<sup>29</sup> MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). *Formas de resistência camponesa: viabilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. Vol. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. 352p.

<sup>30</sup> “*Viva o povo! Morte aos traidores: as quimeras do sertão em Minas Gerais, 1736*”. In: MOTTA, Márcia, ZARTH, Paulo, Op. Cit.

<sup>31</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

*associação entre práticas culturais herdadas e aquelas partilhadas pelos cabanos ao longo de sua saga revolucionária*” (2008, p. 156).

Tão importante quanto estas manifestações, foram a existência dos Quilombos e *Mocambos* que entre os séculos XVI e XIX contribuíram na formação e ocupação de vastas regiões no interior do país e representaram uma alternativa de resistência ante ao sistema escravista e outras duras condições de trabalho do período. Segundo Maestri e Fiabani (2008) estes grupos quilombolas formados por nativos, libertos, homens pobres livres e escravos fugidos desenvolviam importante horticultura para subsistência do grupo como também para eventuais trocas de produtos nos comércios próximos (p. 64). Seu desenvolvimento, ainda a ser melhor estudado na historiografia, representou a possibilidade de contato com a terra, local de seu trabalho, verdadeira *brecha camponesa* na sociedade escravista colonial (p.65). Caracterizou-se como importante meio de repúdio ao sistema latifundiário e da possibilidade de homens pobres livres trabalharem livremente<sup>32</sup>.

Porém, muitos foram também os meios encontrados pelo sistema latifundiário para manter as possessões de terras e o sistema escravista, como exemplo, os acordos feitos desde o século XVI com os sucessivos governos, para compra e venda de escravos e de não hipotecarem suas terras, em caso de dívida. Outro mecanismo presente foi por meio do vínculo de terras concedido através do *Morgadio*. Este presente na colônia, desde o início do século XVII, constituiu uma forma de organização familiar bem característico do sistema empreendido pelas sesmarias, o de criar mecanismos que impedissem a fragmentação das terras assim como a fragmentação da família.

Martins ressalta que o morgadio possibilitava que as riquezas de determinada família não se dispersassem, por meio do sistema de heranças, da mesma forma que dava margem para o não desmembramento das propriedades. Estas também eram mantidas pelo mecanismo de casamentos intrafamiliares, no qual as famílias mais abastadas procuravam realizar casamentos com membros também possuidores de terras, para assim não diminuir tal concentração, mas aumentá-la. Enquanto isso, decorrente destes mecanismos que provocavam a diferenciação em relação às outras categorias sociais que buscavam acesso às terras, a maioria

---

<sup>32</sup> Ressaltam Maestri e Fiabani que “Não havia e não podia haver preocupação com a posse da terra nos quilombos. Para o quilombola, a terra era apenas o local de objetivação do trabalho e, jamais, meio de apropriação do trabalho alheio ou bem de valor mercantil” (p. 80).

diferenciada, excluída, estes homens pobres livres por vezes conseguiam adquirir pequenas posses, mas dificilmente tornavam-se sesmeiros (1986, p. 34).

Ressalta o autor que os fazendeiros conseguiam legitimar suas posses por meio do título de sesmaria, porém o mesmo não ocorria com os pobres da terra, para maioria mestiça, cabocla, posseiros e escravos livres, pois na maior parte das vezes estes direitos eram efetivados em nome do fazendeiro. A existência de tais situações *“configuravam a desigualdade dos direitos entre o fazendeiro e o camponês - desigualdade essa que definia os que tinham e os que não tinham direitos, os incluídos e os excluídos”* (MARTINS, 1986, p. 35).

Com o fim do sistema de sesmaria, por volta de 1822<sup>33</sup>, os conflitos agrários não diminuíram, pelo contrário, como observou Motta (1998), a não existência de uma clara política sobre as concessões de terras não definia critérios para o acesso à terra. Neste sentido, fica cada vez mais evidente que tal legitimação ocorresse pelo cultivo empregado na terra, dando margem por um lado, à expansão da grande propriedade e, por outro, à posse por outras categorias sociais, como a interessante figura do posseiro. Tiveram, então, até a promulgação da Lei de Terras, a possibilidade de se tornarem pequenos proprietários<sup>34</sup>.

A existência de múltiplas categorias sociais e os conflitos que elas expressam na busca da conquista da terra são evidências de uma sociedade formada não apenas pelo senhor – escravo e o grande fazendeiro – pequeno arrendatário, mas por homens pobres livres, sujeitos atuantes historicamente, que para além de *“não terem razão de ser”, constituíam personagens reais e diferentes entre si, cujo sonho era representado pela possibilidade de deter uma parcela de terra: lutavam pela posse de terras que acreditavam lhes pertencer”* (MOTTA, 1998, p. 45)<sup>35</sup>.

Intensas disputas se formaram no período, principalmente entre a figura dos posseiros e sesmeiro, que, de um lado, reivindicavam o acesso à terra por seu

---

<sup>33</sup> É interessante ressaltar que esta veio a ser suspensa por D. Pedro por pedido de um posseiro, de nome Manuel José do Reis, que reivindicou a posse das terras onde viviam ele e sua família já há vinte anos. (MOTTA, 2008, p. 86).

<sup>34</sup> Como observou Sâmara (1981) esta noção, assim como a de posseiro, adquiriu historicamente pluralidade e podem ser englobados neste período roceiros, pequenos sitiantes, chacareiros, plantadores de pouca renda, pequenos fazendeiros, agregados etc. SAMARA, Eni de Mesquita. *Os Agregados: Uma Tipologia ao Fim do Período Colonial (1780-1830)*. In: *Estudos Econômicos*, vol. 11, n.3, Dez, 1981.

<sup>35</sup> Motta faz uma leitura crítica contrária a de outros autores, como de Maria S. de Carvalho Franco, no sentido de não considerar que estes homens pobres livres *“não tinham razão de ser”*, ressaltando que tal leitura *“expressa uma visão empobrecedora da sociedade colonial ao considerar a pouca ou nenhuma importância dos chamados homens livres e pobres”*. Op. cit, p. 57.

trabalho nela, cultivando, desbravando matas, por outro os grandes latifundiários impediam estas posses, alegando serem donos das terras, mesmo que, por vezes, não estivessem trabalhando nelas. Buscavam de todas as formas impedir que estes posseiros, assim como agregados, ex-escravos tivessem acesso às terras, questionando a todo o momento a legalidade das posses, forçando-os por meio dos instrumentos do poder e da violência a saírem das terras.

A situação tomou novos horizontes com a promulgação da Lei de Terras de 1850, que, em meio ao debate, e às múltiplas interpretações tecidas em defesa da possibilidade de maior acesso às terras ou da legitimação dos antigos sesmeiros, evidenciou: agora a terra se tornava mercadoria. A principal forma estabelecida para legitimar o dono das terras dificultou o acesso de outras categorias sociais, principalmente pelas irregularidades com que os fazendeiros empregavam para adquirirem as possessões, como violência contra posseiros e grilagem de terras, *“protegidos por uma rede de poder que ia muito além das porteiras de suas fazendas”* (MOTTA: 2008, p. 100) que asseguravam a demarcação de terras devolutas, muitas delas ocupadas há tempos por posseiros. Desta forma, a vitória da mercantilização do acesso às terras provocou, além da concentração de terras em poucas mãos, a construção da visão de um posseiro invasor, aumentando, por um lado, a existência de figuras como os agregados, parceiros e colonos, como pontua Eisenberg (1989), ressaltando que tais leis não interferiram somente no acesso a terra, mas também nas relações de trabalho do país, como no sistema escravista e no trabalho livre<sup>36</sup>.

Neste aspecto, cabe ressaltar a presença de outra categoria, a do colono como importante figura do campesinato brasileiro. Designação decorrente da política de colonização, eram colonos para o Estado todos aqueles imigrantes vindos ao país *“para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública, ou na formação de colônias nos lugares que estas mais convierem”*<sup>37</sup>, que segundo a lei também podiam adquirir terras por meio da compra.

---

<sup>36</sup> Deve-se ressaltar que muitas são as interpretações tecidas pela historiografia sobre as transformações ocorridas no processo de implantação da Lei n.601, de 18 de setembro de 1850, permeando o debate de polêmicas. Compreendemos que os desdobramentos desta lei corroboram tanto para os trabalhos que evidenciam a implantação da propriedade privada, assim como aqueles que analisam as brechas e fracassos existentes em sua implantação, calcados na discussão do direito agrário.

<sup>37</sup>“Lei de Terras”. Lei n.601, de 18 de setembro de 1850, Artigo 18.

Esse, logo para se diferenciar do *caboclo* e do *caipira*, foi caracterizado ao longo de suas trajetórias como figura idealizada, cheia de virtudes morais, possuidores de liberdades, mas que escamoteiam parte da realidade presente em sua participação no campo brasileiro. Eram alvos da política agrícola injusta do governo, de altos preços impostos pelos comerciantes como também das especulações na compra de terras. Constituíram importante figura nas transformações ocorridas no campo e, desde sua chegada aqui, também lutaram por melhores condições de vida e de acesso à terra. Veja-se de passagem desde meados do século XIX com a revolta dos colonos na Fazenda Ibicaba<sup>38</sup>.

Destarte, a concentração de terras intensificada na segunda metade do século XIX no Brasil, decorrente também das mudanças oriundas da lei de 1850, dificultou a condição de trabalho camponesa, levando estes sujeitos a se movimentarem de duas principais formas: parte deste campesinato adotou diversos mecanismos de vínculo com a terra, como arrendamentos, parcerias e colonato. Tal acontecimento, na perspectiva de Linhares e Silva (1999), permitiu que os latifundiários suprissem a demanda de escravos causada pelo gradual fim do tráfico (somando-se ao fato de muitos terem sido indenizados até a Proclamação da República) com o trabalho destes muitos camponeses expropriados, assim como com o auxílio da mão de obra imigrante. A outra parte, vendo-se expropriada de condições de trabalho, expulsa de suas terras ou fugindo de adversidades naturais, como a seca, forma grande contingente de trabalhadores migrantes, que passam a viver nas estradas do país, desempenhando outras funções, como podemos observar na figura dos viajantes, em busca de uma terra para trabalhar, como no exemplo dos trabalhadores temporários. Neste contexto, Linhares e Silva ressaltam que estes sujeitos também assumem novas formas de luta, compondo movimentos de contestação da ordem, na busca de sanar problemas como a fome. Apresentam-se como exemplos, a formação dos cangaços e outros grupos que fazem de saques e levantes uma saída para sua condição de miséria, como também movimentos milenaristas, que, a partir da religiosidade camponesa, expressam possibilidades de contestação para seus problemas.

Muitas são as histórias de luta pela terra no Brasil, lutas que trazem na memória, como nos movimentos de Canudos (Bahia), Contestado (Fronteira Santa Catarina e Paraná) e Juazeiro (Ceará), a capacidade de resistência e organização

---

<sup>38</sup> Ver: DAVATZ, Thomaz. *Memórias de um Colono no Brasil (1850)*. São Paulo:Edusp, 1980.



dos sujeitos do campo, que assim como (re) criam formas de se manterem na terra, também são interpretados pela historiografia de diferentes formas e caracterizações. Segundo Grynszpan e Dezemone (2007) em alguns destes movimentos sociais<sup>39</sup>, como o de Canudos, não era pelo termo camponês pela qual parte da sociedade e mesmo da historiografia denominava seus participantes, mas na verdade por jagunços ou sertanejos, descritos por alguns até como bandidos e fanáticos, uma concepção um tanto carregada de tendencialismos<sup>40</sup>.

De matutos a bugres, caiçaras, tabaréus ao saudoso caboclo, estes são termos construídos que também assumem no presente duplos sentidos. Como salienta Martins (1986), estas taxativas noções vêm caracterizar os que estão longe, distantes do “progresso”, das cidades e que por isso “*são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos e inacessíveis. Às vezes querem dizer também “preguiçoso”, que não gosta do trabalho. No conjunto são palavras depreciativas, ofensivas*” (p.22).

Estas noções, consagradas na literatura, que na primeira metade do século XX o representou nos moldes do homem grosseiro, atrapalhado, que “*não sabe vestir-se ou apresentar-se em público*”, foi ressaltado por Câmara Cascudo, ou por Monteiro Lobato no lendário Jeca tatu. Nas palavras de Naxara:

Monteiro Lobato combatia a visão edulcorada, apresentando ao público um Jeca Tatu como regra do caipira brasileiro, despido de qualquer romantismo, com uma carga negativa enorme, como sendo impermeável ao progresso e à civilização. Sua figura era a de um ser sombrio, comparada ao urupê, fugindo à luz, desenvolvendo-se nos lugares escuros da natureza, sem nada de criador, sem iniciativa, parasita da sociedade. (1998, p.25)

Sob a intolerância republicana, dos regimes coronelistas e no apito da industrialização é que esses sujeitos vão estabelecendo suas novas práticas sociais, suas novas expressões de movimento, em um momento no qual o que se espera

<sup>39</sup> Segundo Burke (2002), um dos primeiros historiadores a fazer uso do termo foi Hobsbawm, em sua obra *Rebeldes Primitivos*, designa uma série de categorias como movimentos sociais, como banditismo social, sociedades secretas rurais, movimentos camponeses milenaristas, motins urbanos pré-industriais, seitas religiosas trabalhistas assim como o movimento de organização revolucionário operário primitivo. Para Burke, um possível ponto fraco de tal análise é justamente o amplo uso que faz da expressão. In: *História e Teoria Social*. São Paulo: Unesp.

<sup>40</sup> Para compreender as transformações destes movimentos ver: LIMA, Eli Napoleão de. *Para não esquecer Canudos* e MACHADO, Paulo Pinheiro. *Invenção e tradição na formação das “cidades santas” do Contestado*. In: MOTTA e ZARTH. Op. Cit; MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado*. In: FAUSTO, Boris. (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. São Paulo: Difel, 1977.

deles era apenas se tornarem mão-de-obra para a iminente industrialização. São alvos de uma elite que, como pontua Linhares e Silva (1999) providencia para o povo o quartel antes da escola. Vão na contramão, na negação que o destino feito pelas classes burguesas e latifundiária buscou estabelecer, e por isso acabam sendo, de norte a sul do país denominados como a figura do passado, da preguiça, do atraso versus o progresso (BORGES, 2004).

Mas o interessante é pensar em, como aparentemente, o rural transforma-se e revigora-se ao mesmo tempo. Não só de forma êmica, como quando os sujeitos se dimensionam em novas lutas, em novos contextos sociais por seus interesses, assim como nas diferentes noções que transbordam de sua diversidade, mas também na forma como o mundo rural é designado a partir “de fora”, das cidades e da visão social (determinista, por vezes) que emana de lá. Da mesma forma que com o advento da industrialização estes foram pensados como os novos braços para o processo industrial, taxando de atrasados aqueles que se negavam, uma forte expressão política foi sendo designada para a classe “camponesa”. Não que estes não possuíssem força política, pois a luta pela terra já a expressa, como bem evidenciaram nos movimentos que eclodiram ao longo de sua história, mas esta diversidade de sujeitos e de lutas era vista por elementos externos como importante força política que deveria se organizar, como pontuado pelo PCB, que veremos adiante.

Mediante esta dinamicidade, os termos camponês e latifundiário no Brasil, têm parte de sua utilização neste período importada da esquerda que, segundo Martins, se tornou usual na busca de abranger grande parte dos sujeitos do campo que compartilhavam de características comuns, de vida e das lutas que se realizavam. É assim, de uma denominação do político provinda da observação de uma dimensão cultural que se processou seu uso neste período, buscando levar a uma noção mais clássica do conjunto de homens e mulheres que decorrentes de seu modo de vida e de luta, compartilhavam de experiências semelhantes. Para Martins “(...) a palavra camponês não designa apenas seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou a cidade, mas na estrutura da sociedade” (1986, p. 22). Esta denominação ressaltou também sua dinamicidade cultural<sup>41</sup> que caracteriza sua

---

<sup>41</sup> Compartilhamos aqui de uma noção de cultura próxima da pensada por Clifford Geertz. Ver: *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: Cultura Ltda, 1989.

forma de trabalho, de sociabilidade, sua representação da terra, como terra de trabalho e mesmo a noção do tempo e o ritmo de trabalho no campo, provinda das necessidades familiares.

Nos anos 1950 e 1960 as ligas camponesas desempenharam um papel fundamental na atomização das lutas neste período, ganhando projeção nacional em lutas de resistência, pela permanência legal nas terras. Tornou-se, de certa forma, uma representação do campesinato no período. Assim, devido a essas lutas, a forma como se observava o campo até então se modificou, continuando a ser visto por muitos como lugar do atraso<sup>42</sup>, mas não por decorrência de condições naturais ou mais genéricas, e sim pela diferenciação econômica e social, em oposição aos moldes do sistema capitalista.

Para Oliveira (2001), a presença e a participação do camponês dentro do modelo capitalista se dão pela própria contradição e desenvolvimento desigual do sistema, que excluindo o homem de sua terra, leva-o a desempenhar relações de trabalho e de dependência a terceiros, como em parcerias e no trabalho acessório, como da utilização do trabalho camponês em mão-de-obra assalariada. O conceito de camponês neste período aparecia como tradução da luta pela resistência social a este modelo que estava em andamento.

Ser camponês neste período dos anos 1950-60, denotava segundo Ricci (1999), uma figura social em transição, decorrente da aguda expropriação do latifúndio, confrontando-se com um modo de ser tradicional do homem do campo. Sintetizava em sua figura uma experiência e um modo de viver e trabalhar a terra, que a partir destas transformações do período, levam estes sujeitos a entrarem em cena como atores políticos em busca de seu lugar social.

O desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, como já ressaltado, continuou a modificar os tradicionais modos de vida camponês, decorrente das dificuldades de permanência no campo, devido ao crescimento do latifúndio, das formas de desenvolvimento da agricultura, no tocante à mecanização da produção, levando alguns camponeses a migrarem ou a passarem a trabalhar para os grandes

---

<sup>42</sup> Na perspectiva de Novais e Mello “Matutos, caipiras, jecas: certamente era com esses olhos que, em 1950, os 10 milhões de citadinos viam os outros 41 milhões de brasileiros que moravam no campo, nos vilarejos e cidadezinhas de menos de 20 mil habitantes. Olhos, portanto, de gente moderna, “superior”, que enxerga gente atrasada, “inferior”. A vida da cidade atrai a e fixa porque oferece melhores oportunidades e acena um futuro de progresso individual, mas, também, porque é considerada uma forma superior de existência. A vida no campo, ao contrário, repele e expulsa.” (1997, p. 576).

proprietários. Porém, sua grande maioria preferiu lutar e assim (re) criar novas possibilidades da conquista da terra e da permanência no campo. Como resultante, ao longo dos anos 1970, continuaram as lutas de resistência na terra e pela terra por reforma agrária, articuladas por sindicatos e novos movimentos sociais. Ao longo da década, a figura do antigo camponês novamente se apresenta em uma multiplicidade de sujeitos em luta, dando lugar a uma nova representação da classe, abrindo-se para novas formas de organização. Assim, “(...) a própria noção de identidade camponesa e de representação começa a ser repensada” (RICCI, 1999, p. 139).

Entendemos assim, que estas lutas nos levam as novas possibilidades de pensarmos o homem do campo e do que venha a ser, na segunda metade do século XX, o camponês, decorrente de como muitos movimentos de luta pela terra articulam a luta. A expropriação do homem do campo levou os trabalhadores a se organizarem e a fazer surgir diferentes movimentos de luta pela terra, assim como o de agentes de apoio a esta luta.

### **1.2.1 Mediadores e a política no campesinato**

Grzbowski (1991) nos ensina que os movimentos sociais devem ser percebidos a partir de uma relação dialética, na dinamicidade das experiências que os compõe, tecidas pelos atores que vivem o momento e constroem o movimento. E isto se dá por meio de conflitos, lutas, avanços e recuos, que recriam o próprio movimento, em suas relações internas e externas, por meio da sociedade em que estão inseridos e dos mediadores que permeiam suas ações. E, no século XX, estes mediadores têm presença ao longo da história do movimento camponês.

Ainda na primeira metade do século XX, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), na expansão do debate sobre os problemas sociais do país, elege a “questão agrária” como uma necessidade do partido e coloca a organização dos trabalhadores do campo como importante para a transformação política nacional e para a revolução agrária. Segundo Piori (2000) desde sua fundação em 1922, o partido já expressava preocupação em discutir e organizar “as massas” camponesas para juntamente com outras frentes de luta (como se evidenciou na formação do BOC) realizar as transformações necessárias para o país, dentre elas, a reforma

agrária. Somente em fins dos anos 1940 é que o partido alcança maiores iniciativas, decorrente de seu período na legalidade, entre 1945 e 1947. De volta à ilegalidade, procura atuar principalmente por intermédio dos sindicatos, atuando junto aos já constituídos e na consolidação de outros.

Buscavam então a organização dos camponeses considerando sua diversidade, ressaltando que, *“seja de sítiantes, colonos, meeiros ou arrendatários, que levassem em conta às condições locais e de condições de vida de cada segmento, bem como o grau de desenvolvimento, tanto associativo como político”* (2000, p.163). O exemplo das Ligas Camponesas nos anos 1950 representava uma possibilidade de ação, visto o papel que estas desempenharam nas lutas no campo<sup>43</sup>.

Neste momento, juntamente com a ação política representada pelas ligas camponesas e sua postura de luta pela terra, uma nova perspectiva de reforma agrária se consolidava com o processo de sindicalização, criando novas categorias sociais, possuidoras de projetos políticos diferenciados, face ao assalariamento no campo e as demais metas traçadas pelas novas formas de ação induzidas pelos mediadores. A própria ação de posseiros e dos movimentos sociais que se formam no período, como assevera Martins (1986), estabelece-se não somente na posse da terra, mas na defesa da renda provinda desta. Temos como exemplo os movimentos ocorridos em Trombas e Formoso, de 1946 a 1964, Governador Valadares (1955-1964), no Paraná em Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema e região de Porecatu (1955-1961)<sup>44</sup>, Teófilo Otoni (1945-1948) e nas regiões de Santa Fé do Sul e Araçatuba.

Destarte, segundo Silva (2006), a noção de “trabalhador rural” vai se destacando para designar esta nova categoria social, que passam a designar todos aqueles assalariados que trabalham a terra, em oposição àqueles que não a trabalham diretamente, como os fazendeiros latifundiários, referindo-se, então, aos patrões e grandes proprietários de terras, sendo empregado principalmente pelos sindicatos, por esferas governamentais e pela comunidade acadêmica. Ressalta ainda o autor que:

---

<sup>43</sup> Ver: STÉLIDE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil*. Vol. 4. Expressão Popular, 2006. e AZEVEDO, Fernando Antônio. *As ligas Camponesas*. São Paulo: Paz e terra, 1982.

<sup>44</sup> Tais questões são discutidas em: PRIORI, Ângelo A. *O protesto do trabalho*. História das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná (1954-1964). Maringá: Eduem, 1996.

Nos anos 40 e início dos 50, “trabalhador rural” era tido como sinônimo de “assalariado” ou de “empregado” rural, designava simplesmente todo o indivíduo exercendo uma atividade rural remunerada para outrem. A expressão visava na maioria das vezes distinguirmos essa categoria social das demais presentes no meio agrícola, tais como arrendatários, sitiante, lavrador, fazendeiro, parceiro, posseiro e do próprio camponês (2006, p. 30).

Um exemplo da crescente participação da categoria é a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a CONTAG, em 1963, que se transforma em importante mediador na organização destes trabalhadores rurais junto à estrutura sindical. Criada no diálogo entre as posições políticas das ligas e dos sindicatos, conforme Ricci (1999), a CONTAG:

Não nasceu de um projeto único. Trata-se de uma organização dinâmica contextualizada, que define e redefine sua trajetória a partir dos descaminhos das transformações políticas da sociedade. Uma entidade que é apropriada, em suas significações políticas, de forma diferenciada pelos sujeitos que a compõem: dirigentes nacionais, dirigentes de federações, dirigentes de STRs, lideranças de movimentos, base sindical (p. 38).

Ressalta Martins que ao longo de sua trajetória e de suas práticas, tal organização assumiu posições ambíguas, no sentido de que ao mesmo tempo em que contribuía nas lutas e reivindicações dos trabalhadores, era característico seu posicionamento político como instrumento do Estado, usado principalmente para conter conflitos e outras possíveis formas de reivindicação no campo. Por isso, como também observa Ricci, durante o período militar os sujeitos mal apareciam na estrutura sindical, “*não aparecem, não vivenciam plenamente a realidade*” (1999, p. 31), sendo figuras que seguiam e se adaptavam a realidades já marcadas. Somente com o processo de transição política e o surgir de novos movimentos sociais e mediadores é que foi se superando este modelo estruturalista, apresentada pela vontade política dos sujeitos participantes, se abrindo para novos caminhos organizativos, mesmo dentro dos sindicatos.

Podemos perceber que, neste período, em meio ao conflito pela posse e uso da terra, num constante processo de “(re) territorialização do trabalho”, na observação de Thomaz Junior (2002), os camponeses se recriam não mais como proprietários, no tocante de sua denominação, mas como trabalhadores rurais,

assentados, ocupantes, sem terra, etc... E na medida em que estes vão dinamizando suas possibilidades de acesso à terra, também se dinamizam os mediadores destas lutas, representados em antigas e novas categorias. Conforme Martins (1986), a medida que o PCB e as ligas foram perdendo influência nos movimentos camponeses, destacam-se a participação da Igreja e dos sindicatos como mediadores dos conflitos no campo.

Nos anos 1970, a intermediação da Igreja continuou a ser um canal de expressão dos movimentos sociais, que influenciou no desenvolvimento das lutas e em parte da própria noção do trabalhar na terra para a classe camponesa. A “terra de trabalho” em oposição à “terra de negócio” nasceu na discussão apresentada no documento da 18ª assembleia da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), em 1980, em que os bispos reconheceram neste conceito elementos favoráveis para superação de uma visão capitalista da realidade das lutas no campo, abrindo novos caminhos para estes sujeitos se estabelecerem na terra a partir de regimes alternativos de trabalho (CAMERMAM, 1980). Martins, que no período era colaborador da CPT, afirmou na época que a luta contra a “(...) *expropriação da terra é uma luta contra a conversão da terra de trabalho, terra utilizada para trabalhar e produzir, em terra de exploração, terra para especular e explorar o trabalho alheio*”.

Neste período, a política agrária do regime militar impôs um doloroso processo de modernização do campo, o que gerou graves conflitos de terra, massacres e a continuada expulsão do homem do campo para as cidades. Contra tais questões surge em meados dos anos 1970 a Comissão Pastoral da Terra, a CPT, gestada em 1975 em Goiás, e se consolidou por todo Brasil como forte apoio na luta pela terra, buscando criar novas alternativas para o desenvolver de movimentos sociais<sup>45</sup>. A partir de um trabalho direcionado pela Teologia da Libertação, buscava uma nova ação dentro da Igreja Católica no campo, a partir de elementos místicos da bíblica, o que colaborou para criar novas frentes de luta e acender uma nova expressão de pedagogia de movimento que, segundo as comissões, buscavam romper com algumas práticas sindicais, tidas como

---

<sup>45</sup> Segundo Poletto (1985) a CPT tem sua origem em acontecimentos e questões anteriores a sua data oficial. Os primeiros frutos de sua formação estão na “Igreja de posseiros, peões e índios” em São Félix/MT, que a partir da atuação do primeiro bispo Dom Pedro Casaldáglia e de outros da equipe pastoral da prelazia buscaram um compromisso da Igreja e de Jesus Cristo com os povos da região. Posseiros, peões, índios e outros sujeitos marginalizados eram aqueles pelas quais nasceu a Igreja e que se mostrava aberta a apoiar lutas em defesa destes. In: Comissão Pastoral da Terra (CPT). Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – Dez anos de caminhada. Dom Pedro Casaldáglia e al. Petrópolis: Vozes, 1985.

acomodadas pela pastoral. Seu trabalho de base possibilitou o surgimento de novos movimentos sociais destacando-se os Movimentos dos Atingidos por Barragens, Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento de Bóias-Frias, todos entre o período de 1976 e meados dos anos 1980.

È característico de sua participação observar como se construíram estes novos movimentos sociais, suas práticas e o florescer de novos sujeitos sociais no campo, como bem caracterizado na expressão do Movimento dos Sem Terra. Formado no início dos anos 1980, tornou-se um dos principais movimentos de luta pela terra, em defesa do camponês e da terra de trabalho<sup>46</sup>. Chaves, pensando a participação da comissão no surgimento do MST, destaca que:

O nexu entre religião e política apresenta-se como elemento determinante de características do MST enquanto ator social. Esse nexu encontra-se na própria origem do Movimento, no suporte institucional inicial fornecido pela Comissão Pastoral da Terra, fundamental à articulação do MST como entidade política autônoma com abrangência nacional. (2000, p. 21)

Segundo Medeiros (2007), terminologias correntes para designar estes sujeitos do campo, como “colonos da terra”, “lavradores” e “arrendatários”, passaram a serem compartilhadas com termos como “trabalhadores sem terra”, dimensionando um caráter autônomo para o movimento. Esta transformação, articulada conjuntamente com as experiências dos sujeitos em luta, também colaborou para que a própria noção de campesinato passasse a ser observada a partir de diferentes formas e movimentos de luta pela terra, como no caso do MST.

A expansão do MST, em outras regiões, com a participação de outros sujeitos e ações, das marchas, dos acampamentos e assentamentos, possibilitou criar novas formas de ser “sem terra”, tendo o movimento que incorporar novas situações de luta, abrangendo desde as lutas dos “colonos” do sul, passando pelos “ex-arrendatários” de Mato Grosso, até os trabalhadores que saíam da cidade de volta para o campo. (MEDEIROS, 2007).

---

<sup>46</sup> Vasta é a bibliografia sobre este importante movimento. Podemos citar como exemplo os trabalhos de: FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000; STÉDILE, João Pedro (org). *A reforma agrária e a luta do MST*, ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 1997; \_\_\_\_\_; FERNANDES, Bernardo M. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.



Esta situação estabeleceu novas perspectivas de compreender o homem do campo, que a partir destas lutas, modificou sua própria identidade e a do movimento:

A constituição do MST se fez concomitantemente à formação de uma nova identidade “sem terra”, ou, para ser fiel ao próprio nome do Movimento, “trabalhador rural sem terra”. Se as lutas tenderiam a transformá-los em trabalhadores com acesso à terra, “assentados”, o termo “sem terra” permaneceu como símbolo do vínculo com o MST. (MEDEIROS, 2007, p. 571)

Mesmo assim, segundo Caldart (2000), ser “Sem Terra” hoje significa mais, ou não significa o mesmo, do que “(...) *ser trabalhador rural ou camponês que não possui terra para cultivar, muito embora não seja possível entender a identidade “Sem Terra” sem compreender sua raiz na cultura camponesa e nas questões do campo*” (p.24). Por isso, a categoria camponês também se encontra intrínseca ao modo de vida destes sujeitos, e mesmo não possuindo a mesma terminologia de outros tempos, nem mesmo a mesma densidade que “sem terra” para o MST, acaba por ganhar novos significados em meio às novas condições de vida e de luta do homem pela/na terra:

Hoje como antes, um *ethos* camponês é ainda a principal motivação que leva à assunção da identidade de sem-terra, capaz de conduzir à organização de uma luta caracterizada pelo enfrentamento do Estado. Essa orientação no sentido de realização do ideal camponês do trabalho autônomo, condição para a liberdade e dignidade do pai e, portanto, da unidade e continuidade da família, continua a ser a força motivadora que congrega milhares de sem-terra. Neste sentido, é significativo que o símbolo maior do MST, a bandeira que substituiu a cruz, tenha ao centro homem e mulher com instrumento de trabalho, representando a família. (CHAVES, 2000, p. 124)

A existência da (re) criação do campesinato faz-se no próprio processo de luta contra a expropriação para assim entrar e permanecer na terra. Neste aspecto, a própria função da terra buscada pelo MST demonstra suas raízes na existência do campesinato. Para o MST a vida na terra, “terra de trabalho”, é buscada a fim de superar o modelo de produção capitalista, que se coloca em oposição a sua permanência na terra, apresentando-se em busca de um modelo coletivo de cooperação.

Segundo Fabrini:

Os camponeses assentados vinculado ao MST demonstram que não querem somente terra. Mas, ao lutar pela terra desenvolvem resistência para continuar existindo num modo de produção adverso que não permite a sua existência. O seu projeto é continuar existindo enquanto camponês, mas existindo fora dos limites da subordinação que estão submetidos na produção capitalista. (2002, p. 259)

Inicialmente, o MST denominava-se como uma articulação dentro dos setores sindicais, possuindo vínculos estreitos com a oposição sindical do período de seu surgimento. Porém, aos poucos foi construindo sua proposta de luta, sua forma de ação e organização, que se diferenciava dos sindicatos. Com estas transformações ao longo de sua história, a participação pela reforma agrária incluiu novas frentes de luta, contando com a adesão além dos que queriam terra estritamente para o trabalho e visavam reproduzir um modo camponês de existência. Assim, no bojo da (re) criação destas formas de ser camponês, a conquista da terra passou a ser apenas um ponto de partida, buscando valorizar o modo de vida camponês, do que é ser homem do campo a partir de uma pedagogia da terra.

O valor da família se encontra ligado à valorização do modo de vida camponês, um modo de vida em que grande parte das decisões tomadas são orientadas pelas necessidades familiares, fazendo com que a família esteja presente em todos os momentos do processo de conquista da terra. Este modo de vida é percebido no fazer-se do cotidiano, como já ressaltado, na forma de trabalhar a terra, na divisão deste trabalho. Percebemos, neste cotidiano, como observa Almeida que “(...) o lugar da horta, do pomar, do cachorro, do gato, do porco, do paiol, enfim, é o prolongamento do trabalho cotidiano”. (2003, p. 272), e é neste cotidiano que se fundem os valores e o modo de manter a unidade familiar.

Desta forma, manter-se camponês que dizer:

(...) não negar seu passado nem sua raiz como um determinado tipo de trabalhador e de filho da terra, até porque é nela que se sustentou para entrar na luta pela terra, e mesmo para ser do MST. Isto implica até mesmo em recuperar certas tradições alimentares do campo, assim como em cultivar alguns traços de valorização da família e da vida comunitária que permitam que as experiências de cooperação agrícola, por exemplo, desenvolvam-se entrelaçadas a padrões culturais já existentes. (CALDART, 2000, p.225)

Como parte desta característica de trabalho com a terra almejada pelo MST, passa a ser reafirmada a questão da preservação ambiental, da soberania alimentar,

na busca da produção voltada para as necessidades locais, em oposição ao modelo de agricultura do agronegócio. Esta observação demonstra uma característica do MST: ser camponês é opor-se à agricultura familiar, pois esta, segundo Medeiros, representa para o MST um modelo de trabalhador mais próximo do agronegócio, voltado a uma dimensão econômico-produtiva, e por isso “(...) *ele é percebido como um possível futuro a ser combatido, porque simboliza o destino não desejado, a integração ao agronegócio*”. (2007, p. 572)

Esta posição constrói-se oposta a de outros agentes mediadores da luta pela terra, como no caso a CONTAG, o que ajuda a observarmos como o campesinato é (re) criado a partir de diferentes modelos de desenvolvimento para o campo e, assim, para aqueles que lutam pela terra. Refletir sobre estas questões contribui para observar os recentes encontros e desencontros dos movimentos sociais, sindicais e demais grupos que atuam no campo brasileiro. Levantar questionamentos sobre a própria estrutura sindical no interior da CONTAG, pontuando como são as experiências e trajetórias dos trabalhadores ligados aos sindicatos, visto a presença de um em cada município, trazem novos elementos para entendermos sua participação e organização política e social.

Vejamos como exemplo um texto produzido pela própria instituição.

Segundo o artigo datado de 2001, apresentado por seu presidente, Manoel José dos Santos, a CONTAG, por meio de um “Projeto *alternativo* de desenvolvimento rural sustentável”, busca desenvolver uma ampla reforma agrária com o intuito de valorizar e fortalecer a *agricultura familiar* e lutar “(...) *por uma política diferenciada para a agricultura familiar e pelos direitos dos assalariados rurais*” (2001:225). Nesta perspectiva pontua que “*os problemas do campo são de ordem econômica, de acesso aos mercados e de políticas voltadas para o desenvolvimento das suas populações*” (p. 227).

Assim, no processo de organização dos movimentos camponeses de luta pela terra, criou-se uma diferenciação na denominação política dos sujeitos em luta, sendo utilizada a noção de agricultura familiar/camponesa e de agricultura camponesa/familiar. O primeiro caso aproxima-se mais do modelo de projeto buscado pela CONTAG e pela FETRAF (Federação dos Trabalhadores na agricultura), e o segundo, aos movimentos ligados a via campesina, como o MST, MAP (Movimento de Pequenos Agricultores) e CPT (FERNANDES, 2004).

Nesta perspectiva, a visão que a CONTAG possui e que se torna a forma como lutam e por que lutam para o retorno de famílias ao campo acaba por dar outro significado para a luta, se pensarmos outros movimentos de luta pela terra, como o MST. Neste caso, observa-se que a própria forma como denominam os sujeitos participantes se torna outra: aqui se observa a utilização de expressões como “assalariados rurais”, “trabalhadores rurais”, “famílias sem terra”, o que denota novos elementos para pensarmos as condições que estão emaranhadas no processo de (re) criação do campesinato.

Devemos ressaltar que não estamos buscando pensar se os caminhos acabam por ser viáveis ou não, no sentido de averiguarmos se uma ou outra iniciativa é mais eficaz. O que queremos é demonstrar que a partir da ação de outros agentes, a própria noção do campesinato e de sua (re) criação acaba por integrar novos elementos.

Um exemplo desta diversidade é elucidado na fala dos próprios sujeitos assentados no Pontal do Faia. No trabalho de campo, de convivências com estes sujeitos, nos relatos ouvidos no dia a dia e por meio das entrevistas, encontramos falas em que os sujeitos nos elucidam algumas destas noções, denominando-se como assentado, “*agora sou assentado*” ou mesmo dizendo “*sou do rural*”, e em outros casos a própria expressão “*sem terra*” também é tecida. Essas designações sugerem um pouco como estes sujeitos se identificam, por vezes, para além das terminologias dos mediadores. Em muitos assentamentos, provindos da luta por intermediação sindical e da política da CONTAG, é que estes sujeitos retornam ao campo, sob a identidade de *trabalhadores rurais*, ou de *trabalhadores na agricultura*, sob uma construção simbólico-política identificada pelas diretrizes dos agentes de mediação da luta, mas que também não restringem suas próprias experiências.

Mesmo nestes casos, observamos no cotidiano destes homens e mulheres, um modo de vida em que a família, como descrito ao longo do texto, ainda está no centro das decisões e na divisão social. Assim terra e família tornam-se elementos centrais para os desdobramentos das lutas e o sonho da conquista da terra, pois:

(...) A terra é vista como patrimônio de família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. São categorias culturais centrais do universo camponês brasileiro, o trabalho, a família e a liberdade. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado,

nas quais as três categorias estão separadas. (D'AQUINO, 1996, p. 21)

Como já ressaltamos até o momento, pensamos que esta (re) criação do campesinato perpassa estas diretrizes institucionais e se dá nas transformações cotidianas dos sujeitos em luta, seja em acampamentos ou no assentamento e se abre na sociabilidade construída na vida em contato com a terra. Como já pontuado por Almeida (2003), em seu estudo sobre a territorialização e a luta pela terra em Mato Grosso do Sul, observamos que no contato e no trabalhar com a terra, estes sujeitos (re) criam as condições de seu habitus camponês.

Um exemplo mostra-se na definição do sítio em oposição ao lote, em que passa a possuir um nome que expresse elementos de sua vida, de memórias passadas ou mesmo de sua percepção do cotidiano. Segundo Almeida, isto se dá porque *“na luta, conquista-se o lote, pelo trabalho, constrói-se o sítio”*, fato que dimensiona a terra como fruto de seu trabalho. O uso de outras terminologias, como *criação* no lugar de *pecuária*, da noção do tempo de trabalho e do lazer, demonstra que na vida no assentamento, seus habitus camponeses são (re) interpretados a partir das necessidades do cotidiano, das dificuldades enfrentadas, no plantio da terra para viver, na criação como certeza da comida de estar logo ali... Assim *“ser camponês é ser uma pessoa por inteiro e única que no assentamento é reconhecida pelo nome, pelo apelido, pelo estilo de vida que expressa o habitus, não como tradição, mas enquanto manutenção, renovação e inovação”* (ALMEIDA, 2003, p. 21).

No emaranhar destas transformações, o entendimento do campesinato brasileiro encontra possibilidades de ser pensado a partir de alguns símbolos, como a enxada, a bandeira e a própria terra, as quais se tornam representações do trabalho e da luta pela/na terra. São, conforme Almeida, habitus específicos trabalhados em diferentes mecanismos, que ganham novos contrastes em meio à luta, mas que independente dos agentes e do movimento estabelecido como mediador, apresentam-se como traços que identificam homens e mulheres de volta à terra. Portanto:

(...) a luta pela terra empreendida pela classe camponesa não conhece apenas um formato. Deste modo, a ocupação da terra, o cortar da cerca, o acampamento não pode ser considerado o divisor de águas do campesinato. Na realidade, são habitus específicos a desenhar ações diferenciadas na busca do mesmo sonho: um

pedaço de chão (...) Na beira da estrada, na cozinha do fazendeiro, nas fileiras dos sindicatos, nas diversas parcerias na terra do outro. Enfim, fora e dentro da terra, a luta pulsa numa mesma direção: a terra de trabalho. (ALMEIDA, 2003, p. 27)

A diversidade de expressões do campesinato, como ressalta Martins (1986), no pulsar que aumenta a pressão pela reforma agrária, a torna intrigante, complexa, por envolver plurais interesses de uma gama de sujeitos não idênticos, com projetos de vida que podem ser diferenciados. Destarte, dizer que “os sem terra” são camponeses e determinada categoria não, se torna algo complexo, que deve ser explorado a partir das diferentes experiências que compõem cada movimento social, observando os mediadores dessas lutas e, principalmente, os sujeitos que são os atores centrais, suas falas e modos de vida.

As falas revelam sempre elementos recorrentes desse trabalho cotidiano, que se mostram na busca de superação dos mecanismos do capital, que sempre estão a forçar o homem do campo no tocante à transformação da produção no lote em mercadoria. E nesta luta cotidiana é que exaltam os viveres passados no campo, na busca de um tempo que ficou de vir, construído nas casas e quintais, entre cercas e avenidas (BORGES, 2004).

Neste sentido, não podemos apenas buscar compreender o campo no âmago das condições capitalistas. O processo de (re) criação camponesa vai além das estruturas capitalistas e dos agentes envolvidos na luta. Nele também reside o campo das representações, campo em que os sujeitos demonstram suas práticas e necessidades de vida.

Nesta perspectiva, buscamos neste primeiro capítulo, a partir de uma análise bibliográfica e de observações na pesquisa de campo, compreender como se deram algumas destas transformações, os mecanismos que engendraram estas lutas e os elementos acionados na vida destes homens e mulheres, no tocante a observação de suas especificidades que são tecidas pelo campo brasileiro. Podemos dizer que estas são algumas transformações que proporcionaram a modificação da noção de camponês e assim do que venha a ser o campesinato, ou melhor, a (re) criação deste.



## Capítulo II

### TEMPOS, ESPAÇOS E TRAJETÓRIAS EM MATO GROSSO DO SUL

#### **2.1 - *O tempo: o tear da história no interior dos Brasis***

Fevereiro de dois mil e nove. Momento histórico para o Município de Três Lagoas, a imprensa local assim como alguns meios de comunicação de circulação



nacional<sup>47</sup>, noticiam a produção do primeiro rolo de papel produzido pela empresa VCP/ *International Paper* em solo treslagoense. As primeiras fotos e notícias estampam a vitória do Grupo Votorantim, que agora ocupa “o topo do mundo”, como maior produtor de celulose.

As ações empreendidas para implantação de empresas de celulose movimentam a economia da região, que, segundo seus diretores e empresários, ainda preveem o investimento nos próximos dez anos de mais quatro unidades de celulose no Brasil, e dentre estas, no Estado de Mato Grosso do Sul. Tal empreitada, ao lado da crescente expansão das usinas de cana-de-açúcar na região e no Estado, fecha ainda mais o cerco na concentração de terras para produção de monoculturas, expropriando mais e mais sujeitos do campo, levando-os para as cidades ou como mão de obra nessas produções, o que infelizmente, em alguns casos, é o mais próximo que chegam de novo da terra.

Esse evento da história presente de Três Lagoas torna-se expressivo e importante para compreendermos aspectos característicos que se encontram na ocupação e funcionalidade das terras do município. Da mesma forma, compreender em que contexto e espaço nosso objeto de pesquisa está situado, principalmente para nós, historiadores, é necessário e relevante, corroborando para o estudo da luta pela terra no município.

Estudar o tempo presente leva-nos a pensar sobre as relações entre o pesquisador e seu campo de investigação, os acontecimentos que estão ligados a sua vida, entre o historiador e seu tema, o historiador e seu tempo. Da mesma forma, a compreensão de tal momento histórico possibilita perceber os desdobramentos e interações que atuam diretamente na leitura do objeto de estudo. Isto ocorre porque, como corrobora Hobsbawm:

Falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em suas histórias – como atores de seus dramas – por mais insignificantes que sejam os nossos papéis – como observadores de nossa época e, igualmente, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas pelo que viemos a considerar como acontecimentos cruciais. Somos parte deste século. Ele é parte de nós (2001, p.13).

Destarte, tendo se destacado nas últimas décadas pela produção agropecuária, de celulose e pertencente a um Estado conhecido na mídia por suas

<sup>47</sup> *ISTOÉ Dinheiro*. Revista Semanal de Negócios, Economia, Finanças e Comércio. 04/02/09.

grandiosas produções de soja, Mato Grosso do Sul e o município de Três Lagoas interagem entre riquezas e graves problemas sociais, decorrentes da concentração de terras e renda, que são a face de muitas lutas e também do conflito agrário existente no Estado.

É o que sua(s) história(s) mostra: a luta de indivíduos e grupos que desde outros tempos, outras memórias, se fazem sujeitos ativos de suas histórias, ante políticas contrárias à reforma agrária e que expressam historicamente um bloqueio ao acesso à terra no município, pelos (des) caminhos da expropriação.

Infelizmente, juntamente com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, a partir da lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, estabeleceu-se a necessidade de “forjar” uma história do novo Estado, que já nascera latifundiário e foi criado sem participação popular. Esboçou-se um surto memorialista que (tendo ressalvas) cunhava a necessidade de “criar” a história de Mato Grosso do Sul, trabalhado principalmente pelos veículos de comunicação do Estado e empresas, calcando alguns marcos de memória que deveriam ser considerados importantes para o Estado. Deixaram de lado muitas histórias, grupos e passagens ricas sobre tal região, que não apareceram na ponta da caneta de muitos memorialistas, nos trabalhos sobre o Estado e a região treslagoense.

Pelas estradas que cortam o município, nas margens do rio Paraná, pelas pistas que circunscrevem a cidade, por dentro e por fora, pode passar despercebido a quem caminha ali todos os dias, que nestes espaços construíram-se histórias de sujeitos e grupos que lutaram, como ainda lutam, pela conquista da terra. E nessa caminhada apresentam-se pistas que se formulam de um passado que continua a pulsar no presente.

O histórico de povoamento da região sul de Mato Grosso remonta o século XVIII, a partir do bandeirantismo e das primeiras penetrações com as marchas de gado providas de Minas Gerais, quebrando gradualmente o ritmo da região, dos povos indígenas que ali habitavam e dando procedência ao surgimento das primeiras fazendas e povoados na região. Ao longo do século XIX e início do XX, com a Guerra do Paraguai (1864-1870), a criação da Cia. Mate Laranjeira e a construção da linha férrea da NOB (Noroeste do Brasil), outras vilas e cidades foram surgindo ao longo dos trilhos, e *“levas de homens, mulheres em menor número, nordestinos, paulistas, mineiros, portugueses, sírio-libaneses em marcha acorriam constantemente para o Oeste”* (MENDONÇA, 1991, p. 78).

As primeiras notícias sobre a ocupação da região de Três lagoas datam do início do século XVIII, quando o bandeirante Antonio Pires de Campos relata o contato com os índios Caiapós. Segundo Mendonça é dele a descrição de ferozes índios nômades, porém lavradores que *“cultivavam a batata doce, o milho e a mandioca. Homens robustos, de elevada estatura e valentes”* (p.78). Estes grupos foram deixando a região com o gradual avanço da pecuária e de ondas migratórias, principalmente oriundos das Minas Gerais.

É a partir desta região, no início do século XIX, que se originam os primeiros exploradores e realizam-se as primeiras posses, como na expedição do sertanista Joaquim Francisco Lopes, seguido nas décadas de 1820 e 1830 das famílias que realizam estas posses, como dos Irmãos José Garcia Leal e Januário Garcia Leal. Estes possuíam posses, no início do século XIX, na região de Monte Alto, no triângulo mineiro e realizaram por volta de 1830 as primeiras entradas nas “inóspitas” e “incultas” capitanias de Goiás e Mato Grosso, em busca de novas terras (MIRANDA, 2003). Nas décadas seguintes outras famílias vieram para região, como os Neves Filho, Lopes e Barbosa.

Segundo Mendonça *“a atividade pastoril significou, neste momento, um fator de “civilização”, entendida como expansão geográfica, ocupação efetiva do território e prosseguimento do extermínio dos indígenas”* (1991, p. 79). A região continua a receber intensa corrente de pecuaristas mineiros que chegam a avançar até a região do Rio Pardo e Maracaju.

Ao poucos, outros membros da família dos Garcia Leal tomaram posses das terras da região, que já em meados dos anos 1850 eram conhecidas como “Sertão dos Garcias” (MIRANDA, 2003), decorrente das vastas terras contínuas ocupadas pelos familiares. Trouxeram consigo muitas histórias de outros povoados e regiões nas quais possuíam posses ou em algum momento teriam possuído, fato que se expressa, por exemplo, na figura do “Sete Orelhas”<sup>48</sup>.

Neste período, a região integrava a “vila” de Santana de Parnaíba, que ascende como Comarca de Santana de Parnaíba em 1873, sendo instalada no ano seguinte (CAMPESTRINI, 2002). Já nesse momento, assim como fica evidente em

---

<sup>48</sup> Januário Garcia Leal, ao contrário do que muitas obras trazem era “tio” dos desbravadores de Mato Grosso e Goiás, nasceu em fins do século XVIII e ficou conhecido como “sete orelhas” pela sucessão de crimes que cometera com seu bando no início do século XIX pelo sertão mineiro, decorrente de vinganças contra a morte de seu Irmão e a impunidade da justiça colonial, dos quais arrancavam as orelhas. É considerado por muitos estudiosos como “um dos mais terríveis facinoras do interior” (BARROS, Apud MIRANDA, 2003).

toda a história da região, como veremos no decorrer da discussão, extensas propriedades marcaram sua geografia, calcadas em uma organização fundiária concentrada e excludente.

Evidente é, neste momento, a opção político-econômica do Império para o Mato Grosso, ação que proporcionou a formação de latifúndios no sul do Estado. Um bom exemplo é a Cia. Mate Laranjeira, criada pelo Decreto Imperial de 1882, cedendo a Thomaz Laranjeira uma das maiores áreas de exploração no Estado, que chegou a ultrapassar 5.000.000 ha no início do século XX na exploração do Mate (OLIVEIRA, 1996). Decorrente de empreendimentos como esses, opera-se a expulsão de milhares de sujeitos de suas terras, povos nativos ou migrantes, e de formas de cultivo e trabalho na terra, devido ao caráter monopolista de alguns empreendimentos, como no caso do Mate.

Na região de Três Lagoas, Protázio Garcia Leal, neto de Januário Garcia Leal, funda em meados de 1880, a fazenda Piaba, em solo próximo onde se encontra a atual Três Lagoas. No mesmo momento, Francisco José Nogueira se estabelece na região com a fazenda Brioso que, segundo Mendonça, é marca dos primeiros passos para tornar-se o senhor das terras da região. Na caminhada, trouxeram vacas, de cria e de leite, touros, mantimentos e ferramentas. Construíram os primeiros estabelecimentos para os animais, coxos e currais para tratar as avarias sofridas pelos animais na viagem, na difícil travessia pelo Sucuriú. Não dando trégua ao trabalho:

Derrubado o mato, veio o plantio de um alqueire de roça para prevenir suas necessidades na mudança. Foi num janeiro de 1888, que Protázio resolveu sua mudança definitiva com a família. Ajustou dois carros de bois, carregou sua tralha, tear de tecer, fiandeira, ferramentas usuais necessárias no sertão, semelhantes, mudas de árvores frutíferas e medicamentos (MENDONÇA, 1991, p. 81).

Cuidando das criações, produzindo mantimentos e alimentos, como queijos, charques e comercializando em alguns pontos na região, como em Itapura-SP e Santana de Parnaíba, vão estabelecendo seu território, não sozinhos, mas com a gradual penetração de outras figuras por aqueles locais, como viajantes, vendedores e novos posseiros que atraídos pelo comércio e pelas terras buscam tentar a vida na região. Dentre estes sujeitos, temos Antônio Trajano dos Santos que se estabelece

na região com a posse da fazenda Alagoas (próxima a atual lagoa maior, no centro da cidade).

É deste período, de fins do século XIX, a mais antiga construção que atualmente se encontra em Três Lagoas, ainda em pé. Uma casa, de proporções largas, com vasto porão que acompanha toda estrutura, com telhas cônicas de meio metro, que encontra-se na região denominada como Pontal do Faia, próximo ao assentamento hoje ali existente. Sua localização às margens do Rio Paraná, próximo do Córrego Bebedouro, em frente a foz do Rio Tietê, compõe região das primeiras fazendas, sendo tal construção datada de 1894, sabendo-se apenas que seu primeiro registro encontra-se no nome de José Marques Pereira<sup>49</sup>.

A conquista de terras nesse período ainda é tímida, ocorrendo a pequenos passos, em meio à vontade dos grandes proprietários que se formam naquele contexto, isto porque em outras regiões transformações processavam-se com a proclamação da república, como São Paulo e Rio de Janeiro, centro das decisões políticas e econômicas da nação, enquanto nos sertões estes sujeitos viviam suas leis, seus acertos e desacertos, que definem os modos de compra e venda de terras, de trabalho e de vida. Fica claro assim, segundo Mendonça (1991), que com a Proclamação da República as estruturas estabelecidas no centro do país não se abalam, mesmo que as terras devolutas estejam nas mãos do Estado.

As oligarquias regionais, centradas principalmente em Cuiabá, capital do Estado, aproveitam-se ainda mais da situação para imprimir a política fundiária arregimentada na grande propriedade. Tal política não encontrava base somente para fins econômicos, como pontua Fabrini (1996), mas também para ponderar o controle do norte sobre o sul do Estado, para conter qualquer avanço político e econômico da região sobre o norte e abafar qualquer idéia separatista que germinasse na região, como veio a acontecer no fim do século<sup>50</sup>.

Assim como em grande parte do sul do Estado, na região três lagoense formavam-se extensas propriedades pelo sertão, com pouca comunicação com outras regiões, compondo um cenário em que as propriedades cercavam-se de múltiplos sujeitos agregados socialmente com cada proprietário. Eram capatazes,

---

<sup>49</sup> Dados estabelecidos a partir de pesquisa de campo desenvolvida pelos alunos do curso de História da UFMS e da colaboração de moradores da cidade. "A mais antiga construção de Três Lagoas". *Jornal do Povo*, 1998.

<sup>50</sup> Segundo Corrêa (2006) os movimentos separatistas surgiram em fins do século XIX, por volta de 1892 em Corumbá.

vaqueiros, roceiros e jagunços que marcavam as relações sociais da região, além de suas extensas famílias que migravam para estes locais (MENDONÇA, 1991).

Por esse meandro foram criadas as condições para a formação da estrutura social, que marcaria por muito tempo sua história na região. O período é brilhantemente apresentado por Mendonça:

Novos tempos, novas leis, novos comportamentos. Eram sertanejos, fizeram-se sertanistas, prosperaram como fazendeiros, transformaram-se em coronéis. A sanha na disputa de terras e de poder destes fazendeiros, e a debilidade do governo central, marcada pela ausência, forjaram décadas de tropelias (p. 84).

Corroborando com Corrêa (2006), a história de Mato Grosso e do atual Mato Grosso do Sul no período republicano constituiu-se como a história de um povo armado. Até hoje, o modo de vida mato-grossense é expresso por muitos como práticas de uma “terra sem lei”, calcada no uso extremo da violência e da formação de bandos de capangas que ganham a vida na pistolagem.

De certa forma, esta poderia ser uma visão provinda deste momento histórico, caracterizada por uma região de alta instabilidade econômica, violenta e de extrema pobreza, no qual o advento republicano não trouxera mudanças substanciais para modificar as estruturas sócio-econômicas vigentes, baseadas no poderio dos coronéis. Pelo contrário, a política estabelecida mal chegava às regiões, e mesmo quando instaurada, colaborou para consolidação do cenário de poderio local e regional (CORRÊA, 2006). Segundo o autor:

A luta política no Estado mato-grossense assumiu tamanhas proporções que se transformou num *meio de vida*, numa verdadeira atividade econômica ou meio de sobrevivência e forjou o aparecimento de um *coronelismo guerreiro* que fez política *pelos armas* e, por outro lado, de um *banditismo endêmico*, envolvendo toda a sociedade da região (principalmente a sociedade rural), que viveu na órbita do *coronelismo*: agregados, posseiros, assalariados, camponeses, sem-terras, marginais (p. 18, grifo do autor).

Destarte, as relações dos coronéis com a capital, Cuiabá, manifestavam-se de acordo com seus interesses políticos, articulados com grupos estrangeiros assim como com o banditismo, procurando arregimentar, como já pontuado, estratégias para manutenção do poderio local. Ao longo das primeiras décadas do século XX, a intervenção do governo Estadual e Federal, mesmo que não tão profícua, somada

às transformações locais (estrada de ferro, urbanização, novas fontes econômicas), vão transformando as bases do coronelismo, mas não, em muitos casos, seu poderio. Gradualmente, o sul do Estado ganha expressividade, principalmente com o progressivo desenvolvimento de Campo Grande e Corumbá.

É, portanto, neste ambiente que o início do 1900 marca um Estado calcado no monopólio e na concentração da terra, expresso em grandes propriedades, provindos das sucessivas heranças familiares como também do empreendimento de empresas estrangeiras. Ao mesmo tempo, na região leste do sul do Estado se observa a constante penetração de sujeitos em busca de terras livres, fator fundamental para a expansão de propriedades, como também de arrendatários, sitiantes e outras figuras que privados do acesso à terra, encontravam nestas condições acesso à moradia e trabalho. Segundo Campestrini (2002) a região que compreendia Santana do Parnaíba, que então englobava a de Três Lagoas possuía, nas primeiras décadas, aproximadamente 110 fazendas, com uma média de 260.000 cabeças de gado.

Gradual transformação no cenário da região se operou no apito do trem com a chegada da ferrovia e a Noroeste do Brasil, que traçava em novembro de 1905 sua trajetória de Bauru-SP para Cuiabá-MT, trajeto este que em 1908 seria alterado para Itapura/SP – Corumbá/MT (QUEIROZ, 1997). A alteração levou à realização da passagem da linha férrea próximo às corredeiras do Jupuíá<sup>51</sup>, no Rio Paraná, que desloca a construção para a região de Três Lagoas já em 1910, estando pronto o trecho Bauru/SP - Porto Esperança/MT em 1914<sup>52</sup>.

Em 1909 alguns engenheiros e demais trabalhadores se instalam na região para construção da estrada férrea, montando acampamento às margens de uma lagoa, por decorrência de sua vegetação, solo arenoso e topografia plana (CATTANIO, 1976, p. 11), assim como pelo temor de contrair a malária. O local fica conhecido como Formigueiro.

---

<sup>51</sup> O salto Jupuíá é assim descrito por Antonio Rolin de Moura Tavares: “Há nele (Rio Paraná) um célebre passo, que chama Jupuíá, que quer dizer covão, na língua da terra, o qual é um redemoinho, que a água faz nesta figura bastante largo, e fundo e a água corre com bastante violência para parta de tal sorte, que é necessário passar o mais distante daquela parte, que pode ser, e fazendo grande força de remo, porque se chegam a dar ali as canoas infalivelmente as sorve a água” (Apud CAMPESTRINI, 2002, p. 23)

<sup>52</sup> Tal trecho, na realidade, somente estaria completo em 1926 com o término da construção da Ponte Francisco de Sá, cuja travessia era feita até então por balsa, chamada Ferry Boat, auxiliada por locomotivas de manobra, em que os passageiros desciam do trem e atravessavam em barcos.

Com o término da construção em 1910, é inaugurada a estação ferroviária, em um ponto acima do formigueiro, o que leva a criar novos pontos de instalação, nos entornos da estação. A criação da estrada de ferro é fundamental para a transformação da região em entreposto comercial do centro do país com regiões como São Paulo e Rio de Janeiro, para o escoamento e demanda dos produtos. É comum neste período, como observa Mendonça (1991), a circulação de comboios e de levadas de migrantes que utilizavam o local como pernoite, formando uma grande população flutuante, expressa no gradual aumento de hotéis.

Destarte, gradual é o seu crescimento, que em 9 de abril de 1912 é cedida pelo Estado uma área de aproximadamente 3.659 ha para constituir o patrimônio do povoado, traçar as ruas e avenidas e assim o complexo urbano. Este fato soma-se à doação de 40 alqueires feita neste período por Antonio Trajano dos Santos, dono das terras daquele local para a construção da Capela Santo Antônio, que viria a ser o padroeiro da vila (CATTANIO, 1976).

É nesta dinâmica que se forma o povoado, em meio ao apito da “Maria Fumaça”, no leva e traz de bens e migrantes nordestinos, mineiros, paranaenses e outros mais que aqui chegam e se deparam com uma região que transpirava o mandonismo, os meandros do poderio e das disputas dos grandes latifundiários, coronéis que expressam seu comando em meio ao relacionamento com o banditismo social.

Isto fica evidente na fala de um comerciante local da época, relatado por um viajante que pela região passava:

Um outro caso que bastante me impressiona , foi de um comerciante. Um tipo bastante sympathico, de maneiras finas e amáveis, falando bem, demonstrando certa dose de instrução: “Chamam-me bandido, disse ele, e talvez o seja, mas em minha vida tenho distribuído mais benefícios do que males. Não leso a ninguém, mas não perdôo aos que me fazem um mal qualquer. Um dia mataram covardemente um meu irmão. Pois bem, não deixei o assassino entrar em julgamento. Condenei-o por minha própria conta e fui matá-lo na própria cadeia em que se achava preso. Foi o meu primeiro crime e por causa dele fui obrigado a praticar outros” (NOGUEIRA, J. F. de Mello, Apud CORRÊA, 2006, p. 38).

E no acontecer de questões como esta é criado o distrito de Três Lagoas, pela lei nº 656, em 12 de junho de 1914, sendo elevado a município pela Lei Estadual nº 706, em 15 de junho de 1915. Possuidor de um dos primeiros veículos



de notícias de expressão regional, o mais antigo jornal do Bolsão, *A Gazeta do Comércio*, veiculava acontecimentos da nova cidade e de informativo combatente passou a estar ligado profundamente aos posicionamentos das elites rurais, dos senhores do comércio, arregimentadores da política local<sup>53</sup>.

O poderio da terra agora caminhava junto com a consolidação do urbano e de novas forças locais, representado em novas frentes de atuação na ordem local, que criavam tensões entre determinadas situações estabelecidas e uma nova ordem social. Não que estes coronéis não atuassem diretamente na economia e política da formada cidade, mas agora lutavam pela disputa de cargos e privilégios pela decorrente posição na política local. A eleição, por exemplo, do coronel Antônio de Souza Queiroz como primeiro presidente da câmara de Três Lagoas expressa uma de muitas intervenções.

Como pontua Mendonça, tais acirramentos que ocorriam entre os “ordenadores” assumiam caráter de disputas familiares, embates por cargos públicos e em épocas eleitorais. Disputar cargos intendentess, delegado, ser o Juiz de Paz, o promotor público, tanto representava a manutenção de determinados *status* ou mesmo a criação de novos ordenamentos políticos que poderiam proporcionar um poder decisivo local e até mesmo regional. Para tanto, eram comum a ocorrência de manifestações violentas e a articulação destes ordenadores com o banditismo local: “*emboscadas, mortes encomendadas. Tiroteios, banditismo social: aqui tanto encobriam como revelavam algumas contradições*” (1991, p. 89).

Não somente nesta região se observa neste período estruturas sociais calcadas no coronelismo e na posse da terra, mas figuram por todo Estado de Mato Grosso e por que não, pelo Brasil. Como assevera Linhares e Silva (1999) a República Velha foi um período marcado pelo mandonismo agrário-conservador, que utilizou do acesso a terra para manutenção do poderio local, para além, por vezes, de estruturas políticas governamentais, explorando e expropriando camponeses e demais trabalhadores do acesso à terra:

---

<sup>53</sup> Mendonça (1991) pontua que o Jornal *Gazeta do Comércio*, se constituiu como instrumento eficaz na política local, iniciando sua circulação de maneira crítica, mas passando como tempo a compactuar com o grupo dos ordenadores, por onde expressavam seu poderio, nas negociações, protestos, acusações. Como pontua a autora “tornava público o que devia ser ou deixar de ser” (p. 150). Mesmo os processos-crime, rica fonte bem utilizada pela autora, expressa tais pendências. A utilização de terminologias como “homens de bem”, “fidalgos” e “puro sangue” são encontradas para se referir àqueles privilegiados socialmente.

Em estados de organização política e administrativa menos complexos, como Ceará, Alagoas, Mato Grosso e Goiás, as famílias locais mais poderosas passam a controlar diretamente a máquina administrativa, ocupando todos os cargos públicos disponíveis afastando rivais e desafetos, demitindo e depondo chefes políticos não confiáveis e recorrendo, sempre que necessário a tropas de mercenários – os jagunços- para incendiar fazendas, saquear vilas e cidades e, claro, assassinar oponentes (LINHARES E SILVA, 1999, p. 97).

Coronéis, comerciantes, médicos, e mesmo padres utilizavam-se de prestígios locais para manutenção e acesso a grandes extensões de terras, que se desdobravam na consolidação de um poderio na ocupação de cargos públicos em suas comarcas. Por outro lado, devemos também ressaltar que é neste contexto que muitos movimentos sociais se formam para contestação de tais estruturas, como já pontuado no primeiro capítulo.

A base comercial que se formava no município treslagoense é situada por Mendonça como outro elemento que provocou atrito entre as oligarquias locais. Em meio aos latifúndios, portugueses, espanhóis, libaneses e siriús que ali chegavam desenvolviam seus comércios, assim como alguns mascates e viajantes destacam-se em fins de 1919 e ao longo da década de 1920. Neste momento, a presença de grupos estrangeiros que compravam grandes extensões de terra para desenvolverem atividades como dos saladeiros e charqueadas também provoca novas frentes de acirramento político, alicerçando a economia regional e estadual ao lado da pecuária.

Corrêa (2006) ressalta que em 1919 existiam cerca de 11 saladeiros no sul do Estado, muitos deles de propriedade de empresas como G. C. Dickinson & Cia, Brazil Land Cattle and Packing Co. e Pinsdorf 7 Cia (p.144). Em Três Lagoas destaca-se a presença da empresa G. C. Dickinson & Cia, possuindo o saladeiro Miranda e mais 4 charqueadas, quais sejam: charqueada Mato Grosso, Santa Luzia, Vila Velha e Tombo.

A presença destas empresas estava ligada diretamente a produção bovina na região, pois os saladeiros acabavam por beneficiar a carne e o couro, exportando-os pelo Rio Paraguai e pela estrada férrea para outras regiões do país. Destarte, mais importante é pensar que empresas inglesas, americanas e argentinas ocuparam grandes extensões de terras no município para tais empreendimentos, assim como

na produção bovina, reforçando o caráter monopolista da terra e da produção voltada para pecuária.

**Propriedades rurais pertencentes a empresas estrangeiras  
em Três Lagoas- 1919**

EMPRESA	EXTENSÃO/HA
Brazil Land Cattle and Packing Co.	759.087
The Brazilian Meat Co.	311.010
The Água Lima Syndicate	180.000
<b>TOTAL</b>	<b>1.250.097</b>

Fonte: Corrêa 2006, p. 147. Org: Martin, Andrey M.

Estes latifúndios, que hoje são o orgulho de Três Lagoas, por sua rentabilidade econômica expressa na pecuária, na produção de celulose, mas não salvo também de críticas, vêm, desde sua remota história, impedindo o acesso de homens pobres livres à terra. Nos anos 1920, a cidade até expressou a tentativa de distribuição de pequenas propriedades à leva de migrantes italianos que se dirigiam à região, depois do acordo firmado entre Brasil e Itália. Porém, fato engano, tais migrantes não alcançaram a conquista da terra, fechando as portas para a lavoura e à pequena propriedade, dando continuidade ao crescimento dos grandes latifúndios e principalmente a produção bovina. Cada vez mais, como pontua Mendonça (1991) a região direcionava-se para a intensificação da pecuária.

Isto apenas evidencia como historicamente a propriedade rural no município se estabeleceu a partir da grande extensão, concentradora e articulada politicamente. Da mesma forma, plurais são os sujeitos que historicamente compõem este cenário: camaradas, peões, boiadeiros, capatazes, lavradores, sitianteiros, lenhadores, jagunços, que, de alguma forma, acabavam por se relacionar com fazendeiros e coronéis, seja nas relações de trabalho no interior das fazendas, no banditismo ou na disputa de terras, que na maioria dos casos acabava na expulsão destes trabalhadores rurais.

Estes sujeitos não tinham garantias de trabalho, tanto quanto de sua própria vida, conviviam em relações de trabalho que se expressavam sobre incertezas e violência. As ordens do fazendeiro, na maioria das vezes, eram a lei local e o que intermediava sua vida, e por vezes *“fazia do seu dia inteiro, dedicação ao fazendeiro”* (Mendonça, 1991, p. 158). De capatazes a jagunços, faziam desses

trabalhos uma saída para sobrevivência. Moravam na maioria das vezes nas terras do fazendeiro, em galpões ou mesmo nas matas, trabalhando também na retirada de madeira. A figura dos lenhadores também transborda nestas histórias dos pobres da terra. Vivendo sua maioria à beira das estradas de ferro, no trabalho de abastecer a Maria Fumaça que ali passara, assim como para abastecimento das fazendas e da cidade. Vida laboriosa, sem hora para começar e terminar o dia, tocava sua vida nos ranchos de pau a pique, na luta para conseguir melhores condições de vida, por meio das machadadas de cada dia. Este, quando não era usado no trabalho, se tornava arma em defesa própria ou à trabalho para outros, como apresentados nos processos crimes desta comarca<sup>54</sup>.

Na maioria, seus nomes foram esquecidos, da conquista da terra foram desprovidos e seu trabalho subjugado e quando se rebelavam, sofriam as rédeas do coronelismo e eram tachados como bandidos, por muitos se tornarem jagunços, para não migrarem dali. Lugar onde para os pobres o apelido ganhava mais força que o nome, trabalhavam na derrubada de matas, no lavrar das terras e em pequenas porções de terras particulares, onde cultivavam milho, feijão e outras culturas. Este período, década de 1920, que o município esboçou a tentativa de criar um cinturão verde nas intermediações da cidade. Possuíam o intuito de conceder pequenas porções de terras a migrantes com tradição na agricultura, como também de manter a existência de pequenas propriedade que estavam desaparecendo das intermediações de Três Lagoas (MENDONÇA, 1991, p. 211.). Infelizmente, os pobres da terra da região não foram agraciados com tal proposta, articulada para descamotear qualquer possibilidade de conquista e manutenção.

Passados alguns anos, o vereador Dr. Bruno Garcia expressava o decorrer da situação das terras na região:

(...) Outrora inúmeros chacareiros habitavam nos arredores da cidade... Foram atirados para fora e constituído um latifúndio de duas léguas quadradas a leste de nossa civitas (...) Encurralaram Três Lagoas.(...) Façamos uma modesta revolução agrária em Três Lagoas: terra em pequenos lotes e grátis a quem se comprometer a cultivá-la (MENDONÇA, 1991, p. 214).

---

<sup>54</sup> Segundo Mendonça, dos 138 processos trabalhados referentes a Três Lagoas, entre 1915 e 1945, 41 deles se referiam a lavradores, sua maioria. Também nos casos de homicídios, o local que desponta em primeiro, são as fazendas. In: Arquivo criminal-Fórum de Três Lagoas.

Por maiores que fossem as transformações ocorridas em Três Lagoas, a partilha territorial caracteriza uma história de predomínio do latifúndio. O medo das constantes ameaças, dos assassinatos encomendados por fazendeiros e executados por jagunços faziam com que muitos desistissem de “requerer” terras na região, deixando o campo e se dirigindo às cidades ou migrando para outras regiões.

Ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940, em Três Lagoas, assim como todo o Estado de Mato Grosso, perpassam momentos de transformação: desenvolvimento urbano, os reflexos da política de Vargas, movimentos separatistas, constitucionalista, assim como as infindáveis disputas por terras na região, marcados por períodos de vinda de migrantes e da partida de outros.

Em 1924, quando eclode a “Revolta Paulista”, Mato Grosso também sofre investidas, sendo ocupados pelas forças da guarnição os principais pontos estratégicos do Estado, dentre eles, Três Lagoas. As tropas paulistas tentaram penetrar em Mato Grosso pela região, próximo ao Córrego Moeda, quando sofreram investidas e foram obrigados a descer até Guairá, entrando no Paraguai. Tal ação é assim narrada por Landucci na obra de Carone:

O ataque a Três Lagoas (Mato Grosso): 18-08-1924 - Cumprindo ordens, formamos uma força expedicionária de aproximadamente 800 homens, sob o comando do Coronel Juarez Távora. Após rápidos preparativos, utilizamos dois vapores da Navegação Fluvial Mato-grossense para chegar às proximidades do Porto Independência (...) Desembarcamos e seguimos, em marcha de aproximação, para Três Lagoas, através de vasta e árida planície. Não acostumamos a caminhar léguas debaixo de um sol causticante, as primeiras fadigas arrefeceram o entusiasmo inicial (...) Algumas horas haviam transcorrido quando intenso tiroteio de fuzis e metralhadoras anunciou o primeiro contato da nossa vanguarda com o grosso das forças legalistas. Decidimos entrar em ação (1975, p.78-79)

Da mesma forma, os anos entre 1930 e 1935 foram de turbulência na região. Três Lagoas amargou dias difíceis. Desavenças políticas fizeram com que fossem nomeados seis interventores em apenas cinco anos. Juntamente, o período marca a abertura de um novo regime político no Brasil, com a política nacionalista de Vargas e a ocorrência da revolução constitucionalista de 1932. Neste momento, segundo Correa (2006), grande parte do sul de Mato Grosso adere ao movimento, visando principalmente dar impulso ao movimento separatista, criando um governo paralelo

ao de Cuiabá. Muitas cidades foram ocupadas no período, como Aquidauana, Campo Grande e Três Lagoas. Como resultado, temos que os combates foram reprimidos e cessaram juntamente com a derrota paulista, porém as idéias separatistas ainda permaneciam vivas. E, em Três Lagoas, tais idéias separatistas dividiam a política local.

Ao longo deste período a cidade sofre intenso refluxo migratório, devido ao término da construção da ponte sobre o Rio Paraná, Ponte Francisco de Sá, em 1927 e com ela a ida de muitos trabalhadores e a perda da região como ponto de pernoite (Mendonça, 1991). Sua densidade populacional oscila muito entre os anos 1920 e 1940, passando da partida de muitos sujeitos, a chegada de outros e o gradual desmembramento de alguns distritos<sup>55</sup>. A anunciada morte de Três Lagoas parece ganhar novos contrastes em 1936, com novo fluxo populacional à região, motivado principalmente pela construção do quartel e das oficinas da estrada de ferro, trazendo para Três Lagoas contingentes de soldados, mecânicos e outros trabalhadores. De acordo com Mendonça *“encheram-se 90 casas, 80 novas foram edificadas. As estradas foram consertadas, o cinema reiniciou as sessões e as festas cívicas empolgavam os habitantes”* (p. 96).

Este “estímulo” ao processo de ocupação do interior do Brasil é ditado em âmbito nacional pela política estadonovista de Getúlio Vargas. O sul do Estado de Mato Grosso fazia parte da política de colonização que visava à integração espacial do país, traçada na chamada “Marcha para o Oeste”. Segundo Lenharo (1986) este empreendimento possuía como busca, além da já referida totalização do território nacional, o reordenamento corporativo da sociedade e homogeneização ideológica de todos os brasileiros. Visava apresentar um país novo e renovado, como um corpo uno, indivisível, harmonioso.

Buscando a nacionalização das fronteiras, calcada em uma política centrada na formação das pequenas propriedades, o estado delineia então armar *“um cerco ao latifúndio (...) apoiar a pequena propriedade de modo a qual ela, lentamente, corresse a velha ordem latifundiária, e, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia”* (LENHARO: 21). Neste

---

<sup>55</sup> Segundo Cattanio (1976) em 1937 Três Lagoas era composta por seis distritos: Água Clara, Alto Sucuriú, Garcias, Véstia, Xavantina e Três Lagoas. Posteriormente, o distrito de Véstia passou a ser chamado de Nossa Senhora do Guadalupe do Alto Paraná e o de Xavantina de Brasilândia. Este último, assim como o de Água Clara só foram desmembrados posteriormente, um pelo decreto nº 545, de 31 de Dezembro de 1943, com um território total de 8.829 Km<sup>2</sup>, sendo constituído o município de Ribas do Rio Pardo e Brasilândia em 1963.

momento se vê a implantação de colônias agrícolas nestas áreas ditas vazias, como se deu na criação da CAND, Colônia Agrícola de Dourados. Com isto, buscava-se diversificar a produção por meio destes núcleos econômicos, integrando novas áreas e a participação de todos os trabalhadores brasileiros.

Porém, o que se viu na verdade foi a inversão desta política, que esteve aliada aos interesses dos grandes proprietários de terras, que acabaram por não serem afetados pelas obrigações trabalhistas das cidades<sup>56</sup>. Assim ocorreu que esses projetos, concentrados nas mãos de burocratas se perderam no isolamento e nos descaminhos do investimento e as terras caíram novamente nas mãos dos grandes proprietários e empresas estrangeiras, que agora passaram a comprá-las, quando não se envolviam em grilagens<sup>57</sup>.

Neste período, segundo Oliveira (1996), o sul de Mato Grosso apresentou, em média, 36% propriedades acima de 1.000 ha, 21% com aproximadamente entre 500 e 1.000 ha e 32% com a média de 100 ha.

Em Três Lagoas, os efeitos da política de colonização expressaram-se na valorização das terras, assim como já vinha acontecendo com a construção da estrada de ferro. O que se observava era que com a migração de trabalhadores de outras regiões, principalmente do nordeste, muitos sujeitos que para a região se dirigiram encontraram uma situação difícil de conquista de terras e trabalho. Foi como pontua Mendonça, grande a leva de retirantes que aumentaram o quadro da pobreza laboriosa em Três Lagoas, e assim “*a Marcha para o Oeste era a Marcha da Pobreza*” (1991, p. 147).

Três Lagoas, durante as décadas de 1930 a 1970, estava fortemente ligada a criação de bovinos para abastecer os frigoríficos que surgem na região e no oeste paulista, implantados principalmente por empresas anglo-americanas. Assim, os anos 1940 são marcados no município pelo grande êxodo rural. Muitas terras são passadas para poucas pessoas, fato este escamoteado por aqueles que cada vez

---

<sup>56</sup> Martins analisa o período da seguinte forma: “O governo Vargas parece ter sido do começo ao fim um suceder de jogos políticos, executados com maestria e competência. Porém, marcado por inúmeras incertezas. Isso talvez explique porque Vargas estabeleceu com os coronéis sertanejos uma espécie de pacto político tácito. Em decorrência, o governo não interferiu diretamente nem decisivamente nas relações de trabalho rural, não as regulamentou, indiferente ao seu atraso histórico, embora, ao mesmo tempo, regulamentasse e melhorasse substancialmente as condições de vida dos trabalhadores urbanos. Com isso, manteve nas zonas rurais e nas cidades interioranas do país uma enorme força eleitoral conservadora, que se tornou o fiel da balança da política brasileira” (1994, p. 32).

<sup>57</sup> Observa-se, neste momento, além das já referidas empresas presentes no Estado, o empreendimento de companhias como a Someco, Moura Andrade, Viação São Paulo, Mate Laranjeira, Grupo Chamma, Indústrias Siderúrgicas e a gradual formação de frigoríficos pelo Estado.

mais pressionavam os pequenos proprietários a deixarem suas terras ou vendê-las, como já pontuado e que ocorreu nos entornos da cidade, transformando-se na laboriosa mão-de-obra disponível para o trabalho na terra.

Segundo o censo demográfico do Estado, a população rural oscilou muito ao longo de sua formação:

#### População de Três Lagoas- 1920-1970

	1920	1940	1950	1960	1970
<b>Rural</b>	3 305	830	1 179	4 602	3 022
<b>Urbana</b>	5 239	5 154	7 650	14 520	40 710

FONTE: Censo Demográfico de Mato Grosso. (org.) Martin, Andrey.

Ao dialogarmos com o trabalho de Borges (2002), observamos que a negação do acesso à terra cria gradualmente a força de trabalho na região que, juntamente com os novos sujeitos que chegam e se vêem na mesma situação, tornam-se aqueles que exercerão o trabalho nas fazendas, nas periferias da cidade, pelos meandros de todo o mandonismo local expressos pela violência presente nas suas relações de trabalho. Violência esta não somente física, mas também simbólica. Esta classe pode ser expressa pela peonagem que se forma na região. Estes, por meio de diferentes formas de trabalho, estiveram presentes desde a formação do município, alterando suas relações de trabalho e de vida, como na abertura de fazendas, na limpeza da terra, como jagunços e peões-de-trecho, estes principalmente a partir da década de 1950 trabalhando na colheita de sementes de brachiaria.

A peonagem é expressa por Borges como relações de trabalho realizadas por empreita, entre patrão e empregado, o peão, e por isso denominando-se peonagem. Tais relações na maioria das vezes produzem o endividamento do trabalhador, desde seu “acordo” inicial perpassando ao longo do seu trabalho, levando-o a ficar entregue a vontade do “gato”, que é quem agencia o trabalho. Assim:

Contratados para serviços de aberturas de fazendas, em razão das condições de contrato, acabam aprisionados pela dívida constituída de adiantamentos de pagamentos antes do início do trabalho e acrescida com as despesas de transporte até o local de trabalho. Posteriormente tais dívidas são somadas aos gastos com instrumentos de trabalho, alimentação e mais o que for necessário para sua subsistência, tudo fornecido pelos armazéns da empresa,



sem a possibilidade de controle por parte do trabalhador (2002, p. 33).

São figuras muito presentes em Três Lagoas ao longo da década de 1950, 1960 e 1970, no qual Borges (2002), por meio das fontes orais, expressa suas condições de vida e trabalho. Pelos bares, mercados, nas rodoviárias e pensões encontravam-se os peões-de-trecho, chamados assim fazendo referência ao peão de brinquedo, expressando como rodam de um lugar a outro em busca de trabalho, como nas carvoarias da região e nos maciços florestais. Fato este que observamos ainda hoje nas muitas trajetórias contadas pelos sujeitos que lutaram por terra ao longo dos anos 1980, assim como nas histórias de muitos que hoje se encontram assentados no Pontal do Faia. Em muitos casos, segundo Borges, quando não encontravam emprego, viviam a beber, dormindo por vezes em calçadas, nos vagões abandonados. Alguns deles há muito tempo longe da terra, nem sabiam montar a cavalo, *“pois nem sempre nasceu na roça, ou, se nasceu, dela já saiu há muito, expulso porque já não interessava, já não havia roça para tocar”* (p. 39).

Conseqüentemente afloram neste contexto sujeitos indo e vindo pela região, vagando, o que para muitos já era sinônimo de vagabundagem, na busca por trabalho e mais do que isso, por uma forma de sobreviver. E por esses meandros é que muitos encontram na matança sua profissão, sua forma de sobreviver. Assim, como corrobora Araújo (2008), observa-se a existência do mercado de pistoleiros na região, caracterizado pela mídia como “Sindicato da Morte”, homens que por “encomendas” e, por vezes, por simples intriga em um bar, sacavam armas e faziam a sua própria lei, seu próprio julgamento.

A presença da pistolagem em Três Lagoas estava intimamente ligada aos grandes latifúndios, à manutenção e expansão de posses e aos coronéis, que faziam uso desses pistoleiros para resolver seus desacertos, sejam disputas familiares, por terras ou mesmo rixas político-partidárias, fazendo do banditismo um catalisador da organização social e atuando como *“um exercício de controle social e político de forma autoritária, mas reconhecido e legitimado”* (ARAÚJO, 2008:77). Mesmo possuindo tais ligações, a imagem que se procedia pelos jornais da época recaía somente sobre os “bandidos”, e não sobre os mandantes. A interessante figura de Antonio Joaquim de Aragão, conhecido como “Camisa de Couro” é um

exemplo de personagem que construiu inúmeras histórias sobre o banditismo na região<sup>58</sup>.

Esta questão é ressaltada por Araújo e se torna crucial para compreensão da legitimação de um discurso de ordem provindo da elite na região, que buscou omitir ligações e relações com o banditismo que se estabelecia para “ordem local”. Na perspectiva da autora, a forma como o banditismo foi, e procurou ser fixado pelas fontes locais construiu-se pela ótica da elite, que alimentou a imagem do bandido como o responsável pela violência e temor na região, ocultando maiores relações destes com a política local, com fazendeiros e políticos, com o intuito de *“disfarçar ou encobrir as freqüentes manifestações de violências e conflitos sociais onde se fazia presente o banditismo organizado, a luta pela posse da terra, a luta de classes e a disputa de poderes”*. (2008, p. 15).

Assim, constituiu-se um discurso de que, com o “progresso” que se instaurava novamente em Três Lagoas no início dos anos 1960, com a construção da usina hidrelétrica, não havia mais espaço para o banditismo, para pistoleiros e que a presença destes apenas estaria atrapalhando a imagem da cidade. Consideravam que tais atos não eram compatíveis com as novas intervenções econômicas que se processavam, e que a construção da usina *“exercerá um papel benéfico no saneamento do banditismo”* (ARAÚJO, 2008, p. 80). Chega a ser engraçado, se não fosse trágico como se buscou apontar o dedo em apenas uma direção, como à procura de responsáveis que deveriam ser punidos, como se esse fosse um “problema” individual e não estivesse ligada a classe burguesa local que fez e fazia uso de condições sociais por eles mesmos provocadas, na exclusão de muitos sujeitos e que agora buscavam “sanar” uma condição por eles estabelecida.

Por isso as condições sociais que, na maioria das vezes foram impostas ao homem do campo ao longo da primeira metade do século XX em Três Lagoas, imprimiram a realidade do mundo rural e das relações que se formaram do campo a cidade. De forma geral, o campo no sul de Mato Grosso neste período não apresentava muitas opções para aqueles que buscavam alternativas de sobrevivência. Como resalta Corrêa *“no mundo rural podia escolher no banditismo uma opção de sobrevivência, de demonstração de poderio/ ou ascensão dentro do*

<sup>58</sup> O “Camisa de Couro” foi, segundo Araújo, um dos mais interessantes personagens presente no município de Três Lagoas, fruto de mitos e histórias sobre o banditismo na região. Tendo sua presença marcada principalmente entre os anos de 1959 e 1961, ano de sua morte, suas ações, assim como de outros, *“dariam origem à criação de uma memória popular de mitos e lendas em torno de figuras de homens considerados “fora-da-lei”* (2008, p.17).

*seu universo social”, sendo que “dependente do sistema que os explorava, aos homens pobres, os sem-terra, só restavam eticamente a alternativa do trabalho braçal, e apenas assim eram considerados homens de bem” (2006, p. 184).*

Infelizmente, ainda hoje, estes sujeitos apenas são vistos como mão-de-obra para o “progresso” que estaria vindo, na construção das usinas, na abertura das fazendas e por meio do banditismo social que marcou a história do leste de Mato Grosso. Isto ocorreu, como antes, na construção da ferrovia, do trabalho nos latifúndios estrangeiros e nos maciços florestais, sem porque e sem para o quê, e quando contestavam, se movimentavam, eram tachados de vagabundos, bandidos, revoltosos. A ação existia, mas a re-ação também.

Não podemos então desvincular as múltiplas ações ocorridas de estarem emaranhadas na questão agrária, da luta de muitos pela volta ou permanência na terra. Nesse caso corroboramos novamente com Corrêa quando pontua que:

O banditismo rural não pode ser desvinculado da luta pela posse da terra e do confronto da grande com a pequena propriedade, ou ainda, de uma situação de fato onde o homem é coagido a reagir em função de uma opressão que o leva a ingressar no banditismo (2006, p. 186).

A problemática da terra, da questão agrária acaba por se relacionar com plurais manifestações sociais, políticas e econômicas presentes na história da região estudada, pelos meandros de violência, exclusão, dominação, mas também de resistência, que se expressam não somente no fato da saída da terra, mas também pelo que ela provoca e como acaba sendo articulada pelas elites que querem impor os caminhos para estes sujeitos.

É, pois, a partir do processo histórico exposto até o momento e de seus desdobramentos ao longo das próximas décadas que se pode entender a figura dos muitos sujeitos que lutaram e lutam hoje pela permanência no campo e acesso à terra. Figura personalizada nos muitos arrendatários, peões-de-trecho, lavradores, enfim, os pobres da terra que deixaram suas regiões e aqui deixaram o campo, e tentaram de diversas formas a volta.

Os grandes empreendimentos de atração econômica para região, como a ferrovia, os frigoríficos, a usina hidrelétrica, as indústrias e o complexo de maciço florestal, estão intimamente ligados a uma política excludente que apenas vê estes sujeitos, pobres da terra, como mão de obra para a continuidade econômica, para

legitimar a realização de tais projetos. Grande parte destes projetos não buscam desenvolver políticas públicas destinadas ao desenvolvimento conjunto das populações que vivem em meio aos empreendimentos, e quando realizadas, acabam por não beneficiar a todos, como no caso dos muitos ribeirinhos ao longo do Rio Paraná.

Por fim, ainda existem mediadores que observando tais questões, buscam auxiliar nas lutas pelas quais estes sujeitos fazem parte, lutas que como vimos, construíram-se historicamente e vem a encontrar ao logo dos anos 1970 e 1980 novos canais de expressão, destacando novas frentes, novos sujeitos e novas situações. Destarte, a presença de mediadores como a Pastoral Social e a Comissão Pastoral da Terra trazem novas questões para pensarmos os (des) caminhos da luta pela terra no município três lagoense.

## **2.2 – O espaço: antigos problemas, novas lutas**

O contexto histórico desvelado anteriormente apresenta para nosso trabalho a gama de possibilidades para se pensar como homens e mulheres ao longo do povoamento da região enfrentaram inúmeras situações para seu estabelecimento, contribuindo para repensar sua própria história que, por vezes, é cunhada em muitas obras memorialistas somente a partir de vultosas figuras e seus empreendimentos, tendo esta como a história “verdadeira” e “oficial da cidade.

Contribuem também para descortinar aspectos do contexto atual do município, de situações históricas que pulsam nos problemas do presente, mas que se encontram emaranhadas em seu próprio passado, em suas contradições e que podem então muito dizer sobre as estruturas estabelecidas hoje.

Contudo, chamamos a atenção para o fato de que não estamos pensando diretamente em construir o que chamam de uma “história regional”, considerada como algo local, particular, micro. O que pretendemos com tais questões discutidas na verdade é a compreensão de como os fenômenos ocorridos em âmbito local podem ser dialogados com o entendimento do geral, para assim podermos compreender como um e outro se completam, se constroem ou se divergem e assim tecer as considerações necessárias para o entendimento do objeto estudado.

Observamos que a problemática da Questão Agrária transcorre por todo seu histórico, presente em um dos Estados a registrar maior número de conflitos, originários de múltiplas situações. Por isso a questão da posse da terra não pode ser debatida isolada dos meandros que a exercem, dos caminhos que a conduzem e das forças que a sufocam. A terra foi e ainda é no Estado de Mato Grosso do Sul a base da conquista do poder político, do controle econômico assim como do exercício de dominação. Da mesma forma, a terra se torna para outros sujeitos a semente da vida, o fruto da luta e o alimento do sonho.

Permeado por um Estado latifundiário e presente em uma região em que o crescimento econômico anda junto com a má distribuição da renda, Três Lagoas revela ao longo das próximas décadas o gestar de problemas sociais que, como os apresentados ao longo de sua história, no tocante do acesso à terra, as condições de trabalho e moradia, contribuem para agravar as tensões sociais do campo a cidade.

Por estas questões, emaranhado em uma rede de movimentos sociais que se formava pela região como em outros locais do país, o final dos anos 1970 marca em Três Lagoas o surgimento de novas frentes de ação, oriundas dos movimentos populares que se destacam na luta pelas mais diferenciadas reivindicações, por meio de novas formas de organização. O germinar destes movimentos sociais é acompanhado pelo surgimento de novos canais de expressão que buscam atuar conjuntamente a estes movimentos que, como ressalta Sader (1988) proporcionam o surgimento de novos sujeitos políticos.

É, sobretudo a respeito destes novos canais de expressão que buscaremos apresentar salutarens considerações, com o intuito de contribuir no entendimento dos movimentos sociais de luta pela terra que se formam no cenário treslagoense. Neste contexto, destacamos a participação da Igreja e dos sindicatos, que atuaram diretamente na trajetória dos movimentos aqui estudados.

### **2.2.1 - Da Igreja ao povo: “fazemos nossa a causa dos trabalhadores”**

Para podermos analisar qualquer situação presente nas ações empreendidas pelos grupos que lutaram pela posse da terra ao longo dos anos 1970 e 1980 no município de Três Lagoas, faz-se necessário compreender a figura daqueles que

estiveram emaranhados em tais ações, e que contribuíram para a realização da organização destes movimentos sociais.

Mas, porque agora? Por que nos anos 1970 é que se formam estes canais de expressão que auxiliaram diretamente no gestar destes movimentos sociais?

Antes de buscarmos dialogar com tais questões, ressaltamos que para o entendimento dos movimentos ocorridos no município de Três Lagoas, a participação destes mediadores é fundamental para a compreensão do objeto estudado, assim como foram na atuação junto aos movimentos populares. As famílias que participaram dos movimentos ocorridos na região, como na luta dos ribeirinhos no Alto Paraná, nos acampamentos ocorridos em 1984 e 1986 em Três Lagoas e região e mesmo na conturbada participação no assentamento Pontal do Faia, em 2000, encontraram neste apoio, ou pelo menos em setores dela, uma Igreja renovada com ações pautadas em direção ao fortalecimento dos movimentos sociais.

A década de 1970 no Brasil situa-se em um momento que, ainda sob os reveses do golpe militar, o mesmo do contexto latino americano, é palco da ação de grupos populares que, asfixiados pelos ditames do regime e não sentindo suas necessidades básicas à mesa, buscaram criar nos meandros do cotidiano novos espaços de reivindicação e luta por melhores condições de trabalho, saúde, educação e moradia. Eram pequenos grupos, transformaram-se em movimentos sociais, plurais, coletivos e articulados, compostos por sujeitos ativos socialmente a partir de suas experiências apreendidas no próprio movimento, sendo que *“suas práticas os põem como sujeitos sem que teorias prévias os houvessem constituído ou designado”* (Sader, 1988, p. 10)<sup>59</sup>. Não se limitaram aos grandes centros, tecendo múltiplas experiências em diversos locais pelo país e contribuíram para o gestar de novas práticas sociais que tornaram-se a base dos movimentos sociais da próxima década.

No campo, assim como ocorrido nas últimas décadas, observa-se o crescimento de trabalhadores sem terra, devido ao declínio de empregos permanentes, temporários e arrendamentos, causados pela crescente mecanização no campo e a penetração do capital, expressos por políticas governamentais que

<sup>59</sup> Sader, estudando as experiências dos trabalhadores na grande São Paulo, pontua que os movimentos populares referidos formaram-se a partir das necessidades contidas no cotidiano destes grupos, expressas nas associações de bairro, clube das mães, oposição metalúrgica, movimentos em creches e nos postos de saúde, e que deram abertura a formação de novos espaços políticos, para além das instituições.

buscavam sua modernização. Tais políticas contribuíram para o crescente caráter monopolista e concentrador das terras, vislumbrado na manutenção e expansão dos latifúndios. E assim os trabalhadores se encontram cada vez menos ligados a terra, tendo como alternativa migrarem para outras regiões, na maioria das vezes para as grandes cidades, criando um excedente de mão de obra barata, quando assim conseguem algum trabalho. Para os que ainda resistem, segundo Martins (1989) encontram nas condições de bóias-frias, posseiros ou em alguns movimentos sociais possibilidades de sobrevivência e volta para o campo.

Estes “novos” personagens, por meio das múltiplas experiências e necessidades construíram os movimentos e a luta a partir do apoio e renovação de canais de expressão político e social, como, por exemplo, dos partidos políticos, sindicatos e da Igreja, como a Metodista, Luterana e Católica. Esta que, historicamente é marcada pelos distanciamentos e aproximação dos movimentos populares, viveu nos anos 1960 e 1970 transformações em suas práticas que as aproximaram dos grupos marginalizados, dos pobres e oprimidos. No caso da Igreja Católica, suas transformações estão diretamente ligadas ao desenvolvimento de ideias progressistas permeadas pelas concepções da Teologia da Libertação<sup>60</sup>, expressos no desenvolvimento das CEBs, Pastorais Sociais e CPT. Segundo Borges e Kudlavicz:

Os anos de 1970 vieram assinalar um novo tempo na história da Igreja Católica no Brasil, e, de um modo geral, na América Latina. Nesse período, a doutrina da Igreja começou a voltar-se para os pobres e oprimidos. A partir de uma nova leitura bíblica em que a terra passava a ser compreendida como a terra de Deus, a terra vista como herança, amplos setores da Igreja chegaram à compreensão de que era preciso a reflexão da bíblia relacionada ao que os pobre do campo e da cidade estavam vivendo. (2008, p. 87).

A partir de documentos e trabalhos organizados pela própria Igreja, podemos dialogar melhor com suas histórias, especialmente em torno da criação da CPT, mediador importante nas lutas em Mato Grosso do Sul e na região pesquisada.

---

<sup>60</sup> Segundo Leonardo Boff (2005) um de seus teólogos, a Teologia da Libertação formulou-se nos anos 1960 e contribuiu para profundas mudanças na ação da Igreja latino-americana, expressando sua renovação e atuação junto aos pobres e marginalizados. Por meio de inúmeras ações neste período, buscou construir ideais de uma Igreja direcionada na luta contra opressão política e social e para a libertação dos povos. Destes ideais formam-se nas próximas décadas muitos movimentos sociais, como o MST e mediadores destas lutas, como a CPT.

A CPT, criada em Goiás em 1975, durante a XIV Assembléia Geral da CNBB, marca seu estabelecimento no Estado a partir de 1978, com a criação da CPT na Diocese de Dourados, no mesmo momento em que se cria a Diocese em Três Lagoas, mas não ainda a CPT neste local<sup>61</sup>. Implantada as sementes da organização, vão estabelecendo o movimento em âmbito estadual, por meio de equipes que desenvolvem o trabalho junto às comunidades assim como em busca de novos apoios para estrutura-lá, criando outras regionais, tendo em 1978 a sede em Campo Grande.

Através destas ações, a Diocese de Três Lagoas, por meio da Pastoral Social, juntamente com a CPT de diversos locais tecem diálogos a fim de entender a realidade do Estado e traçar objetivos e os caminhos das lutas. A necessidade do debate se dava pela diversidade de questões e problemas pulsantes no Estado, nas cidades, periferias, pelos rios e no campo, onde a diversidade de sujeitos em luta não se remetia somente à figura do sem terra, e por isso, posseiros, arrendatários, parceiros e os sem terra compunham a gama de sujeitos em movimento no período.

Estabelecem como necessidade a colaboração e a conscientização da população em lutas como do movimento dos sem terra, na organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nas ações de grupos nas periferias, de mulheres, empregadas e lavadeiras, associações e grupo de moradores<sup>62</sup>. Pode-se observar em âmbito estadual que o movimento de criação da CPT constrói-se por onde se encontravam movimentos populares que necessitavam de apoio em suas lutas, sendo que seus efeitos *“nestes diferentes lugares estruturais podem ser socialmente mais profundos ou menos. Podem desencadear transformações (e reações) em cadeia muito além do que se pode esperar (e, mesmo, desejar) do trabalho pastoral”* (MARTINS, 1994, p. 95). Desta forma, permeado por uma região com graves problemas sociais, se forma a CPT-Três Lagoas, em 1981.

O caminhar das ações da CPT-Três Lagoas foram marcados pela dialética entre fortes represálias, provindas da imprensa e elite local, ao mesmo tempo em que contrastavam com a riqueza das muitas ações que foram desenvolvidas no município, expressas nas fontes produzidas pela própria CPT, em cartas, jornais e depoimentos do período. É de se ressaltar que a vinda do Bispo D. Izidoro Kosinski

---

<sup>61</sup> CPT-Três Lagoas, 2000.

<sup>62</sup> Igreja e Terra. Pastoral Social e CPT, Três Lagoas, 1984.



para a Diocese de Três Lagoas, em 1981<sup>63</sup>, contribuiu para criação da CPT. Com sua dinâmica de ação pautada na construção de uma Igreja para/pelos pobres, buscou reunir pessoas da região assim como de outros Estados, como do Rio Grande do Sul, que estivessem interessados em participar das ações pastorais. Consegue assim, com a participação de outros sujeitos e agentes, como Mieceslau Kudlavicz, Luiz Ernesto Brambatti (Chico), Nair Cardoso Ribeiro, Genir, Izabel Prater Oliveri (Bel), Renier Parrens, Belkiss M. Maciel Kudlavicz e João Carlos Oliveri, dentre outros, fortalecer a Pastoral em Três Lagoas, expandindo suas ações na região<sup>64</sup>.

A ação da Diocese e da CPT, como é pontuada por seus membros, pode assim ser expressa como um organismo pastoral que colabora na orientação e organização de movimentos populares, de camponeses e trabalhadores rurais, assim como articulando outras frentes de lutas, na defesa dos direitos e contra as violências empreendidas a diversos grupos na região do chamado *Bolsão*. Por suas ações não se limitarem somente ao município, a CPT-Três Lagoas se torna nos anos 1980 muito conhecida e importante na mediação destes movimentos populares, no campo e na cidade<sup>65</sup>.

Apoiando diretamente a luta dos pobres da terra e dos que não possuíam uma moradia, articularam em 1982 a doação de lotes urbanos pertencentes à Igreja para aproximadamente 100 famílias na cidade de Três Lagoas, terrenos estes que em sua maioria foram doações de fiéis para santos e do município para futuras construções de capelas e salões comunitários<sup>66</sup>. Sua atuação na luta pela terra também proporcionou, neste momento, o acesso de cerca de 217 ha para 110 famílias na região da Véstia, no município de Selvíria, 72 ha para 35 famílias no patrimônio de São Pedro, no distrito de Inocência e 35 ha para 12 famílias em Cabajá, em Aparecida do Taboado.

Em suas trajetórias, também se destaca em Três Lagoas o trabalho da Pastoral nas lutas da população da periferia e nas muitas organizações de bairro, auxiliando nas reivindicações expressas naquele contexto. Segundo o boletim informativo *“A Voz do Povo”*<sup>67</sup> do ano de 1982, as passeatas ocorridas pela cidade, organizadas pela Pastoral Social, colaboraram para dar força aos movimentos

<sup>63</sup> Após mais de 27 anos à frente da Diocese de Três Lagoas, D. Izidoro vem a afastar-se em maio de 2009, voltando para sua cidade natal, Araucária-PR.

<sup>64</sup> Jornal do Povo. Três Lagoas/MS. 06 de maio de 2009.

<sup>65</sup> Jornal “O Estado de São Paulo”, 03 de julho de 1982.

<sup>66</sup> Igreja e Terra. Pastoral Social e CPT, Três Lagoas, 1984.

sociais, como a ocorrida em setembro daquele ano. Tudo se inicia na reunião realizada no dia 19 que, contando com a participação de grupos como das associações de bairro, de empregadas domésticas e trabalhadores rurais, são debatidos assuntos como o desemprego, custo de vida, salários e a violência policial na região. Dessa reunião decide-se realizar uma concentração na Igreja Matriz no dia 25 de Setembro, a fim de reunir o máximo de sujeitos possíveis. Segundo o documento:

Enfim o grande dia chegou, a concentração é feita na catedral. O povo vem de todos os lados: vem mulheres dos bairros, com suas crianças, com suas panelas, com seus rostos sofridos. Vem os grupos organizados, com suas faixas de protesto: contra o desemprego, o custo de vida, por melhores salários, pela reforma agrária (...). Vem os lavradores, vem os “sem terra” com suas enxadas, com suas foices. A grande Igreja vai se enchendo (...) o Bispo diocesano abre com sua bênção, proclamando o apoio da Igreja às justas lutas do povo. O povo canta, fala, se manifesta, um cruzeiro é montado onde são pendurados símbolos do sofrimento do povo: uma enxada, uma panela vazia, uma carteira profissional, uma caixa de remédios, um osso sem carne e um símbolo do FMI.

Posterior a realização de reuniões, saem às ruas em caminhada até a Praça da Bandeira, hoje praça “Hames Tebet”, entoando suas bandeiras, seus hinos, suas necessidades.

Descortinadas as aparências, o que se pode perceber é que as ações ocorridas neste período possuem as marcas da Pastoral e de uma rede de movimentos sociais que se estabelecem na região neste momento. Os diversos interesses e necessidades presentes naquele contexto colaboraram para realização da ação em 1982, assim como outras ocorridas no mesmo período<sup>68</sup>. Em consequência dos problemas cotidianos, das experiências tecidas na própria participação em movimento, estes sujeitos encontram-se como atores de suas

<sup>67</sup> “A voz do Povo” é um boletim informativo dos movimentos populares, ligado à comissão de direitos humanos de Lins-SP. O objetivo desse informativo é divulgar informes, notícias das lutas do povo e dos movimentos populares na região noroeste do estado de São Paulo. Porém, encontramos em suas matérias, muitas informações sobre outras regiões que se encontram ligadas ao IAJES - Andradina, como no caso da microrregião de Três Lagoas-MS, assim como outras mais que reconstruem toda uma rede de movimentos sociais neste período. É elaborado pelo IAJES e a Faculdade de Serviço Social de Lins.

<sup>68</sup> Destacam-se a organização de 12 grupos de mulheres, como da associação de lavadeiras, empregadas domésticas, comissões de saúde nos bairros, nas lutas pela iluminação nas periferias, etc. Realizavam passeatas e sempre que necessário dirigiam-se a Câmara com abaixo-assinados contendo as reivindicações dos grupos organizados, sempre com o apoio da Pastoral Social (Jornal Regional- Andradina, 05/07/1984).

próprias histórias, apreendidas em suas próprias ações e cercados, neste caso, por questões que transcendem suas imediatas reivindicações, marca esta da participação desses mediadores.

Por meio destas ações evidenciamos como os sujeitos em movimento, em luta por condições, espaços e acessos, contra a dominação, não só física, mas também simbólica, fazem uso do aparato simbólico para expressar os descontentamentos, inquietações e reivindicações. O cruzeiro montado no altar da Igreja se faz palco, como expresso no documento, dos “símbolos do sofrimento”: painéis vazios, carteiras de trabalho em branco, caixas de remédio e instrumentos de trabalho, como a enxada, que se tornam representações intimamente ligadas aos interesses, de um grupo, de algum indivíduo. Para além de símbolos do sofrimento, se faz ato significativo, que o grupo ou sujeito concede ao objeto, na representação de determinada luta, lugar ou situação, em que exercer força para aquele que nele se vê reconhecido (BOURDIEU, 1989).

Neste aspecto, as palavras entoadas em coro, os discursos, as músicas possuem nestes movimentos uma força mobilizadora, que possibilita que um grupo ou movimento se reconheça no agir e clamar destes discursos. Na política, salienta Bourdieu, dizer é fazer crer que se pode fazer, expressas nas palavras de ordem que dão suporte e função objetiva ao grupo. Assim, a representação destes mediadores se torna força quando é reconhecida pelos grupos que, em movimento expressam suas vontades, descontentamentos, e também, representações. Da mesma forma, o mediador se faz ativo como sujeito daquela luta, como “homem político” ao retirar sua força deste reconhecimento do grupo. Reconhecer e ser reconhecido se tornam então forças nas representações tecidas na luta.

Os trabalhos assim desenvolvidos pela Diocese três lagoense, por meio da Pastoral Social e CPT, ganharam notória dinamicidade desde sua criação, em fins dos anos 1970. Grande parte desta organização se deve aos constantes contatos com o IAJES<sup>69</sup> de Andradina-SP, que sempre esteve presente na caminhada dos movimentos sociais em Três Lagoas e região. Este segundo Oliveira se definia como:

---

<sup>69</sup> A importância e a compreensão do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor, o IAJES, é relevante para os estudos sobre os movimentos populares na região, por sua atuação assim como pela preocupação que tiveram em preservar, desde seu início até seu declínio na década de 1990, um acervo documental rico sobre os movimentos e lutas neste período em Andradina e região, como no caso de Três Lagoas. Atualmente este acervo documental se encontra em fase de catalogação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no Campus de Três Lagoas, pelo curso de História.

Uma instituição-movimento, organicamente ligada ao movimento popular que tem suas origens nas Comunidades Eclesiais de Base de Andradina, é uma entidade que vai modificando sua própria estrutura procurando seguir os passos do movimento popular em crescimento quantitativo e qualitativo. Com 1984, se abre novo período em que as preocupações principais do IAJES estão voltadas para ajudar a articulação dos movimentos populares e a formação dos quadros para uma região consideravelmente mais ampla (2006, p. 144).

A presença de integrantes do IAJES, como padres, agentes e outros religiosos foram constantes na organização da Pastoral em Três Lagoas. A vinda de João Carlos Oliveri em 1983, que antes residia em Andradina-SP, representa a adesão de novas experiências e ações que dão continuidade nos trabalhos da Diocese três lagoense, dando abertura “*a uma pastoral popular e libertadora, que permite a estruturação de uma equipe diocesana de serviços nesta linha*”<sup>70</sup>. As ações oriundas dessas relações podem ser expressas na formação de uma rede de grupos e entidades na região, em cidades como Araçatuba-SP, Lins-SP, Andradina e Três Lagoas, nesta última trabalhada por meio do SFAP (Serviço de Formação de Agentes de Pastoral Popular), que posteriormente vem integrar o *Pool* de grupos (OLIVEIRA, 2006).

Desta forma, o dinamismo que brotava das relações colaborou para o gestar de novos encontros, expressos pelas muitas reuniões e produções documentais oriundas destes grupos com o IAJES. Dentre as muitas correspondências trocadas entre João Carlos Oliveri com outras entidades, tecem-se debates sobre as CEBs, assembléias populares, discussões orçamentárias e os direcionamentos políticos da Pastoral em Três Lagoas<sup>71</sup>. Por meio dessas cartas, estabelece-se, por exemplo, em 21 de janeiro de 1985 o início de um debate sobre as discussões que norteariam o próximo encontro Estadual das CEBs em Mato Grosso do Sul, ficando estabelecida a organização de um encontro para os dias 2 e 3 de fevereiro no Centro Diocesano da Pastoral, em Três Lagoas<sup>72</sup>. Neste encontro são estabelecidos alguns eixos norteadores, como a participação aberta de novos grupos e o aprofundamento das propostas do *Pool*.

---

<sup>70</sup> Comissão Missionária Popular- Proposta de trabalho para o Triênio 1987-89. Pastoral Social, Três Lagoas, 1986.

<sup>71</sup> Caderno do Encontro Estadual CEBs, 15-17/11/1985- Campo Grande-MS.

<sup>72</sup> Carta de João Carlos Oliveri e Belkiss ao conselho regional do IAJES, 21 de janeiro de 1985.

Analisando o conteúdo do Encontro Estadual das CEBs, que veio a ocorrer em Campo Grande em novembro de 1985, percebe-se que estas pautas foram profundamente importantes no debate, que contou com um total de 105 participantes, das diversas Dioceses do Estado, como Jardim, Coxim, Três Lagoas e Dourados<sup>73</sup>. O intuito de buscar auxiliar na organização das novas frentes de luta que se estabeleciam pelo Estado e por que não, pelo país, surtiu seu efeito na presença da questão da terra permeando as discussões. As lutas dos trabalhadores rurais e camponeses se tornaram pauta das próximas ações destas Dioceses, principalmente por meio da CPT, tanto que ao ser debatido o tema do próximo Encontro Intereclesiais, sua 6ª edição, sobressaíram duas propostas: 1- CEBs: povo de Deus em busca da terra prometida, 2 – Igreja engajada na libertação da América. A primeira opção foi a escolhida e se tornou o norte das discussões daquele encontro realizado em Julho de 1986, em Trindade- GO<sup>74</sup>.

É evidente como desde o encontro anterior, em Canindé-CE, em 1983, a questão da terra se destaca como elemento latente nas discussões intermediadas por estas pastorais. Podemos observar tal fato como um reflexo do que estes mediadores estavam vivenciando por todo o país, a crescente luta dos trabalhadores rurais, como se expressava desde o início dos anos 1980 em Mato Grosso do Sul.

O trabalho da Diocese de Três Lagoas, juntamente com a colaboração do IAJES, suscitou ao longo dessas histórias a aversão de determinadas classes e sujeitos na cidade. Grande parte da elite local, dos ruralistas, setores políticos, posicionaram-se radicalmente contra a linha de ação adotada pela Pastoral, principalmente em relação à defesa dos movimentos de luta pela terra. Utilizando-se da imprensa local e regional, expressaram seus ataques aos agentes pastorais, ataques estes que não ficaram apenas nas palavras<sup>75</sup>.

No dia 11 de novembro de 1982, cobrindo toda a 3ª página da edição do “Paranaíba Jornal”<sup>76</sup> encontramos uma notícia intitulada “Evangelização ou Politização?”, que suscitava o tom dos ataques a Diocese. Assinada por Alberto

<sup>73</sup> Caderno CEBs, Campo Grande, 1985.

<sup>74</sup> Os Encontros das CEBs tiveram sua primeira realização em 1975, em Vitória-ES, e desde então já foram realizados 12 encontros, em 11 Estados diferentes, sendo seu último encontro realizado em Porto Velho, em julho de 2009.

<sup>75</sup> O próprio Bispo D. Izidoro Kosinski foi vítima destas perseguições, sendo até mesmo espancado em sua residência e levado em estado de coma ao Hospital. Jornal do Povo, Três Lagoas/MS. 06 de Maio de 2009.

<sup>76</sup> O “Paranaíba Jornal” foi fundado na década de 1970, em Paranaíba, por Francisco Moyses de Menezes Machado e Dráusio Magnani Zana, donos de outros meios editoriais da região, como o rádio. Este jornal se encontra em circulação até hoje.

Medeiros trazia em conteúdo o relato de uma palestra da Comissão Pastoral da Terra, assistida quando de “passagem” por Três Lagoas em fins de setembro daquele mesmo ano. Em seu relato, expressa como era a ação de “conscientização política” feita pela CPT naquela noite na Capela Dom Bosco:

Olha, só vendo pra crer! Em nível de comunicação popular, um modelo de didática. Quadros sugestivos, embora em estilo rústico e semi-primitivo. Texto adequado e provocante. Entonação motivacional ao ponto. Um primor pedagógico. Porém, em termos de conteúdo, nada mais aberrante e exótico. Pelo menos em referência ao tipo de pastoral que o Papa demonstrou em nosso meio, dois anos atrás. Em síntese, politização partidária sem peias nem retoques. Diziam: “O Brasil está dividido em duas classes antagônicas, ricos e pobres. Pior, exploradores e explorados. O governo não faz outra coisa a não ser perpetuar o sistema de massacre do povo”. Para ainda ridicularizar o governo que, no dia anterior, havia estado em Três Lagoas e oferecido um churrasco ao povo, não faltaram alusões as “vacas do Pedrossian”. Finda a peça, voltei para o hotel convicto de uma coisa. Se isto não for política partidária, os partidos da oposição ao governo estão “evangelizando”<sup>77</sup>.

A réplica a tais questões não demoraram a sair. No dia 28 de outubro, o bispo D. Izidoro Kosinski vem a público em nome da Diocese e divulga uma carta à população em que responde as “considerações” feitas por Alberto Medeiros. O relato, para além de contrapor as afirmações feitas, transparece muito das ações realizadas pela Diocese e pela CPT. Mostrando-se surpreso com as afirmações desferidas, ressalta que a Diocese de Três Lagoas, a partir de seus Círculos Bíblicos, da Pastoral Social e da CPT, busca desenvolver ações em prol dos pobres e oprimidos da região, a partir das situações expostas naquele contexto, seguindo sempre os fundamentos da CNBB e “acompanhando um trabalho de educação popular que a Igreja do Brasil está desenvolvendo”. Ressalta que a CPT naquele momento foi convidada a exibir as projeções e tecer discussões sobre a situação do campo na região, e por meio do trabalho de “estudar, informar e denunciar” proporcionar ao povo novas formas de participação política em sua sociedade<sup>78</sup>.

O conteúdo político sempre esteve presente nas ações e discussões da Diocese, trabalhado na direção do fortalecimento dos movimentos sociais na região. Por meio das palestras, dos cadernos produzidos, dos panfletos, nas passeatas e

<sup>77</sup> Paranaíba Jornal. 11 de Novembro de 1982, p. 03.

<sup>78</sup> Esta carta foi publicada no Jornal do Povo, em 3 de novembro de 1982.

comissões, buscou-se trabalhar visualizando a inserção da diversidade de grupos e movimentos no campo político. No diálogo com Remond (1996), observamos que o campo do político não possui fronteiras fixas, nem tanto uma linearidade e se constrói como modalidade a partir das práticas sociais destes grupos, captando as experiências destes homens e mulheres e por meio de seus modos de conceber, praticar e viver a política.

Em uma cartilha produzida pela CPT no ano de 1984, intitulada *“Três Lagoas, sua terra, sua luta, sua esperança”*, cujo conteúdo muito ilustrativo nos apresenta as várias faces das trajetórias e lutas no município nos anos 1980, a expressão do político se mostra permeando toda a discussão, pensada como *“a chave concreta para o fazer-se da luta”*, ressaltando sua função como *“a chave que abre as possibilidades, útil como instrumento, não como finalidade”*<sup>79</sup>. No contexto das lutas do município, especificamente as lutas no campo, a discussão calcada está relacionada assim com a necessidade destes movimentos encontrarem novos espaços de ação, de expressão do político, para além dos partidos, prefeitura e sindicatos, por considerarem instituições controladas pelo Estado e assim, pelos meandros do regime militar. Tal fato para a CPT esvaziaria as possibilidades de reivindicação destes movimentos, dando ênfase à necessidade de organização dos grupos e claro, da colaboração destes mediadores.

O confronto com outros poderes locais decorrente desta concepção política era evidente. As práticas da Pastoral da Terra batiam de frente com a elite rural da região, fazendo com que fossem constantemente alvo de críticas, especulações e demais atos contrários às suas ações. O Sindicato Rural de Três Lagoas, juntamente com outros setores ruralistas exerceram forte pressão para tentar findar com a CPT-Três Lagoas. Assim, inúmeras são as trocas de acusações que estampam as páginas dos jornais na região naquele momento.

Na edição do “Jornal da Manhã”, de Campo Grande do dia 17 de maio de 1984<sup>80</sup> o presidente do Sindicato Rural de Três Lagoas, José Queiroz Moreira, estando em Campo Grande para divulgação de evento agropecuário, aproveitou sua passagem para publicação de um artigo em que denuncia uma possível ação da CPT em terras três lagoense. Já apresentando seu posicionamento no título da matéria, “Três Lagoas: invasão preparada” relata que uma área de 700 ha às

<sup>79</sup> Caderno CPT-Três Lagoas, Outubro de 1984, p. 25-26.

<sup>80</sup> Esta mesma notícia foi posteriormente publicada no Jornal “Tempo”, de Três Lagoas, no dia 24 de maio de 1984.

margens do Rio Paraná, pertencentes à propriedade de Orestes Prestes Tibério, estaria prestes a ser “invadida” por sem terras. Segundo o autor, o plano estaria sendo “arquitetado” pela CPT-Três Lagoas e a figura de Luiz Ernesto Brambatti, conhecido como “Chico”, mencionada como mentor da ação. No restante, a matéria suscita críticas diretas à CPT e faz grande divulgação do evento agropecuário.

Desconstruindo tais afirmativas, podemos ponderar algumas considerações: primeiro que se observa naquele contexto uma disputa entre o Sindicato Rural e a figura de Brambatti, com claro intuito de atacar a Pastoral, que em outros momentos já haviam trocado farpas por divergências políticas<sup>81</sup>. Em segundo, o fato de o presidente do Sindicato Rural estar em plena campanha de reeleição, marcada num momento em que as páginas dos jornais estampavam nas capas as ocorrências em Ivinhema, na ocupação da Gleba Santa Idalina<sup>82</sup>, posicionar-se contrário a tais ações e mostrar-se a favor do governo vigente, poderia representar elementos favoráveis a sua campanha. Como visto, o fato de ter conseguido uma verba de 15 milhões de cruzeiros junto ao Governador Wilson Barbosa Martins, para a exposição agropecuária de Três Lagoas, realça o tom das notícias vinculadas.

Os esclarecimentos pontuados pela CPT em réplica publicada no Jornal “Gazeta Popular”, em 26 de maio, contestam o posicionamento do Sindicato Rural e alegam que o trabalho da pastoral se constrói em prol dos trabalhadores sem terra da região, por meio do Movimento dos Sem Terras que se criara no Estado, e que a prática de invasão “*é mais dada a grileiros impunes, a maioria deles fazendeiros ambiciosos e gananciosos*”. Também realça a necessidade de movimentos como estes, já que o Estado não buscava ajudar os trabalhadores, e que cada vez mais corroborava com a legitimação do latifúndio e a expulsão destes sujeitos do campo.

Lutar pela reforma agrária na década de 1970 e 1980 em Mato Grosso do Sul representava uma luta contra o Estado, contra os proprietários de terras e, por vezes, contra grande parte da sociedade, que reprimia os trabalhadores e criminalizava suas ações. Da mesma forma, aqueles sujeitos ou entidades que neste

---

<sup>81</sup> É oportuno ressaltar que em fevereiro deste mesmo ano, em uma reunião ocorrida no Três Lagoas Clube em prol das campanhas pelas eleições diretas, Brambatti sofreu alguns ataques depois do discurso proferido pelo mesmo no evento, ataques vindos de partidos, instituições e sujeitos, como de Iranilson Alves da Silva, que já teria sido processado pela CPT um ano antes (Jornal Gazeta Popular 18/02/84 e Nota à Imprensa, Três Lagoas, 27/04/1983).

<sup>82</sup> A ocupação da Gleba Santa Idalina ocorreu em 28/04/1984, onde aproximadamente entre 1000 a 1200 famílias ocuparam 8.762 ha de terras pertencentes a empresa SOMECO S/A. Este momento marca a continuidade de outras lutas que estavam ocorrendo no Estado desde 1981, e pode ser considerado como um importante marco na história da luta pela terra em Mato Grosso do Sul.



período desenvolviam práticas que corroboravam com os movimentos de luta pela terra, eram considerados pelo regime militar forças subversivas que atuavam contra os interesses nacionais, sendo alvos de perseguições, prisões e assassinatos<sup>83</sup>. Mieceslau Kudlavicz, agente da Pastoral da Terra no período e que ainda atua no município e região ressalta que:

(...) Então havia muita perseguição, é, a reforma agrária era vista muito como uma coisa dos comunistas! Então tinha muito isso, o pessoal aqui quer introduzir o socialismo no Brasil, não estão interessados na terra, mas é em trazer o comunismo, o socialismo pro Brasil, então, você tinha, uma das barreiras era essa. A violência e a turbulência do latifúndio era muito grande, mas também é a violência e turbulência do latifúndio hoje no mundo. Também é violento aqui no Estado, o tal do Estado latifundiário<sup>84</sup>.

A relação entre a CPT e os movimentos sociais gestados na região se faz na observação desta como principal canal de articulação e manifestação das lutas da Três Lagoas dos anos 1970 e 1980. Pode ser entendida, como matriz da organização do Movimento dos Sem Terra, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, de ligação para formação do Centro de Apoio aos Movimentos Populares, o CEDAMPO, assim como de inúmeras cooperativas pelo Estado e da Coordenação das Associações dos Assentamentos do Mato Grosso do Sul (COAMS) (BORGES; KUDLAVICZ, 2008). Seu envolvimento com a questão dos atingidos pela construção de barragens no Rio Paraná também é tamanha, visto que se torna o principal interlocutor entre os flagelados, o governo e demais instituições presentes.

Ao mesmo tempo, devemos ressaltar que, da mesma forma que a CPT se tornou canal de expressão dos movimentos sociais, principalmente na luta pela terra, não podemos esquecer que foram os trabalhadores que sensibilizaram a Igreja para a relevância histórica de suas lutas, e não somente setores da Igreja que levam estes trabalhadores para sua participação.

Assim, por meio de cartilhas e outros documentos produzidos pela CPT-Três Lagoas, podemos apreender importantes momentos destas lutas, que nos apresentam conteúdo significativo para a compreensão deste momento histórico. A

---

<sup>83</sup> Observa-se ainda hoje que estas ações de repreensão continuam vivas, marcando as lutas no campo com o sangue destes agentes. Cita-se o caso da Missionária americana Dorothy Stein, morta por fazendeiros no Pará, em 12 de Fevereiro de 2005.

<sup>84</sup> Kudlavicz, Mieceslau. Entrevista. Agente CPT-Três Lagoas, 09 de maio de 2007.

partir do trabalho da pastoral e de outras fontes produzidas neste período, conseguimos mapear, de certa forma, trajetórias que esboçam momentos norteadores do que se configurou a luta pela terra em Três Lagoas. Buscaremos, então, apresentar os caminhos de cada um destes momentos, ressaltando a necessidade da compreensão de todo o conjunto para o entendimento do trabalho.

### **2.2.2 - A água não é violenta, violenta é a barragem...<sup>85</sup>**

Do rio que tudo arrasta se diz que é violento.  
Mas ninguém diz violentas as margens  
que o comprimem  
(Bertold Brecht, "As margens").

A compreensão da luta pela terra no Brasil deve ser pensada historicamente por meio da diversidade de questões que assolam homens e mulheres do acesso a terra, composta pela heterogênea gama de sujeitos, reivindicações e experiências, que dão margem à formação de diferentes movimentos sociais. Em Três Lagoas tal percepção se torna necessária para a compreensão do que representam as trajetórias de um município marcado por esta diversidade. Os diferentes segmentos de trabalhadores que, durante as décadas de 1960 e 1970, ocupavam-se como agricultores, arrendatários, oleiros, pescadores e moradores ribeirinhos, formaram as frentes de luta na região, manifestando seus descontentamentos contra a expropriação que assolavam seu modo de vida, personificada na existência dos latifúndios, das grandes empresas que cada vez mais conglomeravam o campo treslagoense assim como pelos grandes projetos governamentais pautados para região.

Esta gama de sujeitos em movimento proporcionou o germinar, a partir do início dos anos 1980, de plurais experiências para os movimentos reivindicatórios nesta região, dando origem a diferentes segmentos de luta pela terra, por meio das diferentes situações e reivindicações, mas que integram a formação dos primeiros movimentos de luta pela terra no município.

---

<sup>85</sup> Esta é uma das frases escrita em cartazes pelos movimentos naquele contexto, em assembleia realizada em Presidente Epitácio em 1983, com a presença Governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro.

Desta forma, as lutas dos atingidos pela construção das barragens ao longo do Rio Paraná revelam novas faces da luta por terra. Como pontua Grzybowski (1991) estes movimentos, assim como o dos trabalhadores sem terra, são lutas contra a expropriação, diferenciando-se por serem conduzidas pela expropriação de setores estatais, baseadas na desapropriação pela utilidade pública, na legitimação da desapropriação do Estado para um bem social, mas que trazem consigo a destruição de milhares de trabalhos, modos de vida e por que não, de vidas.

A política nacional de incentivo à construção de hidrelétricas na região não é recente. No início dos anos 1950 já se estabeleciam discussões direcionadas para sua implantação, promovidas por campanhas como a realizada pelo então governador de Mato Grosso, Fernando Correa da Costa, que chamava a atenção para necessidade de integrar a região no processo modernizador do país, por meio da construção do complexo Hidrelétrico de Urubupungá. Posteriormente, nos início dos anos 1960, com a criação das Centrais Elétricas do Urubupungá, a CELUSA, dá-se o início do empreendimento, marcado pela assinatura dos contratos e a vinda dos equipamentos, fato este celebrado em terras treslagoenses com a presença do Presidente da República, João B. M. Goulart, do embaixador italiano, Mário Di Stéfano e os governadores de São Paulo e Paraná (ARAÚJO, 2008).

Nos anos 1970, especificamente em 1974, inaugura-se a UHE de Ilha Solteira, no mesmo momento em que a última máquina da Hidrelétrica de Jupιά, em Três Lagoas<sup>86</sup> é instalada. O início do funcionamento destas usinas marcou também o início de muitos problemas para os ilhéus ou aqueles que viviam às margens do Rio Paraná e exerciam alguma atividade ligada ao mesmo. Ressalta-se a pluralidade de sujeitos que em tal região exerciam atividades, como pescadores, pequenos proprietários, arrendatários, posseiros, meeiros e oleiros. De modo geral, a compreensão das ações ocorridas nesta região está intimamente ligada às trajetórias de luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul, visto que muitas famílias ao longo dos anos 1980 e 1990 ingressam em acampamentos por todo o Estado em busca da terra de trabalho e pela reforma agrária<sup>87</sup>. Sem deixar de lado tais sujeitos, buscaremos focar-nos mais no envolvimento dos trabalhadores rurais presentes nestas lutas.

---

<sup>86</sup>CESP. História da empresa até privatização. In: [http://www.cesp.com.br/portalCesp/portal.nsf/V03.02/Empresa\\_HistoriaAtePrivatizacao?OpenDocument](http://www.cesp.com.br/portalCesp/portal.nsf/V03.02/Empresa_HistoriaAtePrivatizacao?OpenDocument). Acessado em 8 de junho de 2009, às 17:06.

<sup>87</sup> CPT, 2000.

Segundo relatórios da CPT, em 1977 aproximadamente 100 famílias, cerca de 500 pessoas já sentiam os efeitos das mudanças no rio. Moradores da Ilha Comprida, localizada a 18 km de Três Lagoas, já não mais sentiam segurança no viver e trabalhar em suas terras, das quais eram proprietários e pagavam impostos. As cheias sazonais, que fertilizavam as terras já não tinham mais controle, causando a destruição das plantações, matando criações e dificultando o acesso à ilha<sup>88</sup>. Em relato apresentado em cartilha produzida pela CPT de Três Lagoas, fica evidente o descontentamento com a hidrelétrica:

Nós éramos tudo donos da ilha. A gente morava na Ilha Comprida. Até 70 tudo corria bem para nós. Mas, depois que inventaram essa barragem tal, começou de tempo em tempo enchentes perigosas sobre controle deles<sup>89</sup>.

As incertezas sobre o futuro destes sujeitos continuaram com o iniciar da década de 1980. A execução de dois projetos hidrelétricos também no Rio Paraná, da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta (Porto Primavera) e Ilha Grande, intensificaram as enchentes, aumentando no tocar das obras os danos causados às populações da região. Sem a certeza da manutenção de suas terras, de suas casas, os lavradores buscaram informações junto à CPT e outros mediadores, como sindicatos de trabalhadores rurais da região. Por meio desta colaboração, realiza-se o primeiro encontro dos atingidos pela construção das barragens, ocorrido em Guairá-PR, nos dias 2 e 3 de julho de 1980 (CPT, 2000). Pautada com o objetivo de debater com os atingidos os possíveis caminhos para uma organização, assim como elaborar as reivindicações necessárias, esta reunião seria a primeira de muitas, que norteariam a organização do movimento.

Na leitura das fontes, podemos perceber que as realizações destas reuniões contribuíram para a continuidade da organização, do mesmo modo que contribuíram para que novos sujeitos participassem, evidente na formação de uma Comissão Interestadual entre Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná e pelas reivindicações direcionadas pelo movimento. Assim, com a continuidade das enchentes, como a ocorrida em 1982, seguiram-se reuniões em diversos municípios, como em Naviraí-MS e Três Lagoas. A cada mês intensificavam-se as perdas, e o número de terras

---

<sup>88</sup> Relatório sobre a situação dos ribeirinhos e lavradores do Rio Paraná. CPT-Três Lagoas, 1982, p. 05. Arquivo: CPT- Campo Grande.

<sup>89</sup> “Três Lagoas: Sua terra, sua luta, sua esperança”. Cartilha. CPT-Três Lagoas, 1984, p. 05.

atingidas, mas nada que se comparasse com a enchente ocorrida no início de 1983, que de certa forma se tornou o marco do desastre e intensificou os grupos em movimento.

As enchentes que duravam aproximadamente dois meses, neste início de 1983, ultrapassaram todos os limites já vistos, devido a abertura das comportas das usinas de Ilha Solteira e Jupia, atingindo diretamente regiões dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. Na região de Três Lagoas, a Ilha Comprida, que já há muito sofria com as enchentes, agora chegara quase ao seu fim, sendo coberta pelas águas. Com aproximadamente 2.500 alqueires, as famílias de lavradores que ali viviam perderam suas terras, suas casas, bens, criações e plantações. Com a ajuda de colaboradores, providenciaram os primeiros socorros, levando alimentos, roupas e remédios às famílias, que foram retiradas do local e levadas às cidades próximas, ficando instalados em creches em Castilho-SP, casas de parentes, galpões de fazendas, escolas, assim como montando acampamento no recinto de exposições em Três Lagoas (O Barranqueiro, 1983)<sup>90</sup>.

Fazendo a leitura das fotos (ver anexo), podemos perceber a violência do acontecimento na vida destes sujeitos, na perda de seus bens, de sua terra e de tudo aquilo que nela depositaram. Os muitos barcos carregados de pertences que por todo período descarregavam às margens do rio representavam tudo aquilo que momentaneamente conseguiram salvar, mas nem tudo que poderiam recuperar. Formavam-se fileiras de mobílias, camas, geladeiras, sofás, animais em gaiolas, e porque não, de pessoas que daquele ponto só podiam observar a trajetória da água, e guardar na memória a terra que ficava para traz.

A perda de algo não material se encontra emaranhada na representação que estes sujeitos fazem da terra, lugar de seu trabalho, de sua vida. Como assevera Silva (2004), o lugar também se encontra ligado aos sujeitos por seu pertencimento social, para além do espaço no sentido geográfico, e que extrapola para o campo simbólico, relacionado ao contexto cultural e social ali existente. Isto nos leva a pensar, corroborando com Bourdieu (1983), que a forma como estes sujeitos se reconhecem e se representam por aquele espaço, pelo seu modo de vida, torna-se potência geradora das formas como poderão agir e pensar a partir de então, aliando práticas e experiências de seu modo de vida, o *habitus*, com as novas situações e

---

<sup>90</sup> O boletim informativo "O Barranqueiro" foi criado pela CPT de Três Lagoas em 1982 com o intuito de informar a comunidade três lagoense e os sujeitos das regiões atingidas sobre questões relacionadas à organização e às lutas dos diferentes grupos em movimento.

condições presentes. Isto se torna mais claro na observação dos caminhos tomados por estes sujeitos, na forma como se dá sua participação nos movimentos e pelas reivindicações feitas.

Muitos são os encontros e assembléias que se seguem de abril de 1983 a julho do ano seguinte<sup>91</sup>. No primeiro encontro, convocado pela CPT, realizado no dia oito de abril em Andradina-SP, mais de seiscentas pessoas estiveram presentes, e as comissões formadas, de lavradores, pescadores e oleiros se reuniram com o Diretor Administrativo da CESP, Miguel Kozma e com a Secretaria de agricultura de São Paulo, para cobrar um posicionamento da empresa e apresentar as reivindicações dos flagelados. Pautados na busca por assistência médica, trabalho e pela conquista de terras, os lavradores reivindicaram o ressarcimento de todo o prejuízo das benfeitorias, assim como terras com documentação na região.

Uma série de reuniões, adiamentos e contrapropostas marcaram os meses de negociação, que contaram no dia 04 de junho com a presença do Governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro em assembléia realizada em Presidente Epitácio-SP, e com Wilson Barbosa Martins, Governador de Mato Grosso do sul, em 15 de junho em Três Lagoas, onde foram encaminhadas as propostas dos grupos e decidido o arrendamento de terras para os lavradores flagelados (CPT, 2000; O Barranqueiro, junho/1983).

Como já observado nas fontes do período, novamente, não faltaram troca de acusações estampando as páginas dos jornais. A CESP acusava a CPT-Três Lagoas de estar se utilizando da situação e da fé daqueles sujeitos para provocar calúnias contra a empresa, acusando-os de “*estar usando a bíblia e a religião como forma de coerção e persuasão*” (CPT, 2000).

O tempo se passava e as terras para desapropriação não eram definidas, e nem outras soluções encaminhadas, o que dificultava a situação dos lavradores e demais flagelados, que deixavam de produzir e nem ao menos sabiam onde iriam ficar. Desde o começo das negociações, falas se desencontravam e muitas propostas soavam em caminhos distintos entre o que se decidia em reuniões e o que era publicado na imprensa. Em matéria publicada no Jornal “Correio do Estado”, de Campo Grande, em treze de maio, diretores da CESP reunidos com o Governador do Estado e com o Terrasul apresentaram uma proposta de aquisição

---

<sup>91</sup> Analisando a documentação utilizada, soma-se um total de 6 reuniões realizadas, além das muitas que foram marcadas e não aconteceram, que envolvem diretamente a luta dos lavradores atingidos.

por parte do governo de uma área de quatro alqueires em Três Lagoas para solucionar o problema dos pescadores, visando o reassentamento de 73 famílias, fornecendo-as toda “infra-estrutura” necessária. Para os agricultores, ficava a garantia de indenização por meio da compra ou arrendamento de novas terras, não necessariamente na região.

Porém, expressando argumentos distintos, exatamente três semanas antes, em vinte e três de abril, o Jornal “A Fronteira”, de Presidente Epitácio publica matéria em que os mesmos representantes argumentam a respeito do assunto da seguinte forma:

Diante de algumas reivindicações não é a CESP que vai tomar atitude. Algumas medidas como alojamento e alimentação cabem as autoridades locais (prefeituras) e a Defesa Civil, a CESP apenas auxilia. Com respeito à indenização e prejuízos a CESP não é responsável do ponto de vista legal. O responsável é realmente a chuva. Os flagelados poderão receber indenização do Governo Federal, Defesa Civil, mas a CESP não vai indenizá-los, já que do seu ponto de vista, as barragens cuja obra a CESP é uma concessionária não são as causadoras dos problemas.

Destarte, o direcionamento das decisões, das tomadas de posições e o tradicional jogo do “de quem é a responsabilidade” marcaram a trajetória dos encaminhamentos. Outras propostas também eram apresentadas ao movimento, como a de serem transferidos para o Projeto Carajás, situado no Pará, para então viverem em assentamento que estava sendo criado pela GETAT (CPT, 2000). Tal fato se repetiria posteriormente com a ida de muitos ribeirinhos para assentamentos por todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

O estabelecimento de projetos cuja tentativa é transferir estas populações flageladas, sem terras e demais grupos para possíveis locais em regiões distantes das suas atuais marcam muitas das histórias da luta pela terra no país. Muitos foram os sem terras que, desapropriados pela construção de Itaipu, receberam propostas para se dirigirem a núcleos situados na Amazônia (MARTINS, 1993). E assim ocorre com trabalhadores do Nordeste, Sul e Sudeste, que desprovidos de suas terras, pelas mais diversas questões, são levados ao mero traslado para bem longe de onde não são bem-vindos. A reforma agrária para estes que propõem tais alternativas parece se tornar algo que não percebe ou leva em consideração o que

querem os sujeitos em questão, a visão do outro, dos elementos que o ligam com a terra, com o sentido da terra.

Expressando a vontade de continuarem na região, cansados da demora e sabendo da existência de seiscentos alqueires pertencentes a CESP, um grupo de 15 famílias ocupa a área em primeiro de outubro de 1983, como forma de pressão. Este número aos poucos ganha expressividade, acompanhado de outras ações que movimentavam a região, como a ocupação pelos bóias-frias de uma gleba na fazenda experimental, também em Castilho-SP (CPT, 2000). Com os barracos armados próximos ao rio, perto da ponte férrea, se estabelecem as famílias, homens, mulheres e crianças à espera do destino, confiantes de que *“a CESP não iria despejar quem já tinha sido despejado pelas águas”* (O Barranqueiro, 1983).

É proposto pela CESP a formação do projeto de Assentamento Jupuíá, com um número inicial de cinquenta famílias previsto para área, mas que tornam-se cento e sete, depois de uma série de negociações com a CESP, que alega devido ao grande número de flagelados a necessidade da boa vontade das famílias para as receberem provisoriamente, até que se cumpra a entrega de quinze hectares por família, no prazo de oito meses a um ano (CPT, 2000, p. 82).

Juntamente com o desenvolver da luta dos lavradores, acontecia em 05 de novembro a desapropriação de terras em Três Lagoas para o projeto Capatazia dos Pescadores, para o reassentamento de cem famílias de pescadores. Mesmo com a evidente dificuldade de acesso e desapropriação de terras em Três Lagoas, estas famílias recebem os lotes em cinco de julho de 1984 (Boletim “Vida Diocesana”, junho/1984). Interessante ressaltar como a partir das fontes podemos perceber como todas estas lutas, de algum modo integram a luta pela terra. Na maioria dos documentos e sobre as reivindicações neles presentes dos diferentes grupos, destaca-se a necessidade do reassentamento de *“todos os sem terras”*, demonstrando como pela diversidade de lutas, tal caracterização se torna elemento central.

A organização destas lutas continuou a ocorrer principalmente por meio da fundação da ARABAP, Associação dos Ribeirinhos Atingidos pela Barragem Porto Primavera, em novembro de 1983, de onde a CPT era parte integrante. Pela continuidade das ações reivindicatórias na região, os flagelados assim como a CPT-Três Lagoas continuaram a ser duramente criticados pela imprensa local, que os acusava de *“não estarem respeitando as autoridades”* e de *“tornar vítimas aqueles*



*que até poderiam ser culpados*” (Gazeta Popular, Novembro/1983). Mais direcionadas a CPT eram as acusações tachativas de “Comunistas” e “agitadores profissionais”. Infelizmente tais ameaças novamente não ficaram apenas no papel. Por meio das fontes arroladas conseguimos perceber que atos repreensivos principalmente por parte da polícia local eram constantes na vida dos lavradores. O acesso à documentação nos Arquivos Criminais do Fórum local assim como na Delegacia foram permeadas por inúmeras dificuldades, limitando a utilização destas fontes. Mas a partir de arquivos do Comitê Provisório de Direitos Humanos de Três Lagoas, muitas destas histórias emergem para nós.

Em um destes documentos é relatado o crime de tortura envolvendo dois irmãos na região do Jupιά. Tendo ocorrido o roubo de um motor de barco na noite anterior a 19 de junho de 1983, Benedito Campos da Silva, ex-guarda dos botes de Jupιά foi considerado suspeito por policiais civis da cidade. Na tarde da mesma data, três policiais prenderam Benedito no porta-malas de um Corcel Branco e o submeteram à sessão de torturas por meio de “anéis” de choque, com o intuito de fazê-lo confessar o crime. Com não o confessou, foram em busca de seu irmão, o pescador Expedito Campos Santos, que também foi submetido ao tratamento de choque. Sem resultado, abandonaram os irmãos no mato a dois quilômetros da vila e os ameaçaram se contassem o caso a alguém, exigindo que estes teriam dois dias para encontrar o motor ou então voltariam a procurá-los<sup>92</sup>.

Repressão também foi registrada em dezembro de 1984, quando policiais militares de Mato Grosso do Sul realizaram ato de despejo de uma família de pescadores do assentamento de pescadores de Jupιά, sem mandado judicial. O abuso da violência física suscitou a desaprovação de outras famílias e da CPT, culminando na prisão do pescador apenas citado como Aparecido e do agente “Chico” da CPT. O fato provocou a mobilização da população, padres e agentes que após sua prisão se dirigiram à delegacia e fizeram vigília até que os dois fossem soltos, às onze e meia da noite<sup>93</sup>.

Sob este clima de perseguição e repressão a qualquer ato que viesse a ocorrer, os lavradores já instalados nas terras da CESP, no lado de Castilho-SP, prosseguem na tentativa de produzirem os frutos da terra e alcançarem a independência econômica. Inicialmente recebem da CESP sementes de feijão, arroz

<sup>92</sup> “Polícia Civil tortura irmãos em Jupιά”. Comitê Provisório de Defesa dos Direitos Humanos. Três Lagoas, 22 de Junho de 1983.

<sup>93</sup> *A Voz do Povo*, nº 26. Jan/Fev. 1985, p.1-2.

e milho para o primeiro plantio (CPT, 2000). Ao longo dos anos buscam estabelecer novos projetos e frente de apoio para a expansão da produção<sup>94</sup>. Neste ritmo, vão cultivando a terra, criando associações e realizando novas reuniões junto a CESP para reivindicarem o restante das terras que foram prometidas. Porém, como a luta pela terra não termina com o acesso a mesma, muitos problemas marcam a vida destes sujeitos nos próximos anos. Um deles encontra-se no fato de que o restante das terras que deveriam ser entregues no máximo em um ano estende-se para além da década de 1990, culminando neste tempo na ida de muitas famílias para outros assentamentos, para outras lutas pela região e pelo Estado. Das que permanecem, algumas famílias acabam por ser remanejadas em 1993 para o Projeto de Assentamento Lagoa, em Presidente Epitácio-SP e o restante fica a receber treze hectares.

De modo geral, a compreensão destas lutas e dos sujeitos em questão se mostra diretamente ligada ao direcionamento dos movimentos sociais de luta pela terra que vão se formando no Estado e dos caminhos pela reforma agrária na região. Muitas são as famílias que a partir destas lutas ingressam em novas frentes de mobilização por todo Mato Grosso do Sul e interior de São Paulo. Encontram-se presentes pescadores, oleiros e lavradores da região em acampamentos e assentamentos como Sucuriú, em Chapadão do Sul (177 famílias), Assentamento Urucum, em Corumbá (58 famílias de Ilhéus), Assentamento Retirada da Laguna, em Guia Lopes da Laguna (70 famílias), assim como nos assentamentos Marcos Freire e Monjolinho (CPT, 2000, p. 76).

Assim, sob a designação de atingidos, percebidos nos movimentos e apresentados pelas muitas fontes como “sem-terras”, encontram-se uma pluralidade de segmentos sociais, como arrendatários, posseiros, pescadores, oleiros, assalariados. São sujeitos que por decorrência das muitas formas de expropriação integram a gama de sujeitos em movimento. A construção de complexos hidrelétricos também figura como elemento destrutivo da cultura e da vida no campo. Os grandes projetos que se estabelecem, sem nenhuma consulta às populações das regiões acabam por atingirem milhares de pequenas propriedades, que imergem juntamente com modos de vida e culturas representadas por aquele espaço. Mas

<sup>94</sup> Como exemplo de projeto empreendido, no dia 15 de março de 1984 um comissão de lavradores, juntamente com agentes da CPT de Três Lagoas dirigem-se para Lins-SP para estabelecer contato com Heinzbernard Krauss Kopf, representante latino-americano do Departamento da Misereor, entidade Católica alemã que fornecerá um “banco de sementes” para o plantio e venda dos alimentos (Boletim “Vida Diocesana”, março de 1984).

pela perda também se faz vida nas manifestações de luta que nascem contra tais ocorrências. Assim como em outros Estados do país, Mato Grosso do Sul e a região de Três Lagoas também têm muitas histórias a serem descobertas sobre tais questões, para além destas poucas páginas.

O que se destaca por meio desta análise, é a percepção de como estas manifestações contribuíram para o gestar de outras manifestações, pondo sujeitos em movimento e mediadores nas lutas, visto que mesmo com as manifestações geradas, a conquista de terras em solo três lagoense ainda não se concretiza para os muitos trabalhadores rurais sem terras neste espaço, visto a decorrência de outras lutas ainda neste período, que se apresentam na continuidade do trabalho.

### ***2.3 As trajetórias: os caminhos na formação de um acampamento***

O ainda recém criado Estado de Mato Grosso do Sul em pouco tempo de existência já constituía uma história marcada por graves problemas sociais, expressos pela questão indígena, pelo desemprego, em suas fronteiras e por graves problemas fundiários, decorrentes da política gestada pelos grandes proprietários de terras que assumiram desde sua fundação à frente política do Estado. Sua própria implementação feita pelo governo militar, presidido naquele momento por Geisel, deu-se a partir do projeto da classe latifundiária, expresso pela sucessiva nomeação de grandes proprietários de terras ao governo do Estado.

O revezamento na frente política deu-se inicialmente com a nomeação de Marcelo Miranda (1979) e Pedro Pedrossian (1980-1983), seguida com as primeiras eleições e o governo de Wilson Barbosa Martins (1984-1987), o retorno de Marcelo Miranda (1988-1991) e Pedro Pedrossian (1992-1995), terminando novamente com Wilson Barbosa Martins (1996-1999) (ALMEIDA, 2003). A permanência de apenas três governadores ao longo de vinte anos de Estado representaram a manutenção do poderio econômico voltado para a grande propriedade e da política controladora do regime militar naquele período.

Este controle também se expressava na sucessiva substituição de prefeitos em municípios considerados de segurança nacional. Três Lagoas, um desses municípios era assim considerado por sua localização fronteiriça, seu complexo hidrelétrico e pela existência de um quartel general, tendo assim no início dos anos

1980 ocorreu a nomeação de três interventores em um curto espaço de tempo, segundo apresenta o jornal *Correio do Estado*, em 13 de maio de 1983.

Para setores da política local, estas sucessivas mudanças prejudicavam a continuidade e o encaminhamento da administração local, sendo que “a tranquilidade da classe política e da população dependiam da estabilidade na prefeitura” (*Correio do Estado*). Assim, qualquer ato ou manifestação que ocorresse nestes locais, eram considerados contrários à ordem estabelecida e poderiam prejudicar a segurança e continuidade da política local.

Desta forma, podemos perceber como ao longo das lutas que neste espaço ocorreram, os movimentos sociais e todos os envolvidos foram duramente reprimidos, como já expressos nas lutas que relatamos e que continuaram a partir da atomização dos movimentos de luta pela terra no Estado.

### **2.3.1 – Terra para quem nela trabalha: os braquiáristas e o acampamento Jatobá**

O histórico da luta pela terra em Mato Grosso do Sul é escrito por meio de múltiplas ocorrências que remontam trajetórias de diferentes grupos que se organizaram para manutenção ou conquista da terra.

O descontentamento ante o monopólio das terras presente em Mato Grosso do Sul, agenciado pelos meandros da política vigente, começa a ser questionado em fins dos anos 1970 a partir do movimento de arrendatários no Sul do Estado. As primeiras manifestações ocorridas em 1978/1979 estão ligadas a quebra de contratos, e os conflitos entre os arrendatários e proprietários das fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, no município de Naviraí, “vai se tornando o estopim para desencadear no Estado uma longa história e muita repressão dos trabalhadores rurais sem-terra” (CPT, 2000, p. 89).

A violência e o total descumprimento do Estatuto da Terra marcam estas primeiras lutas, visto que a quebra do contrato de arrendamento das cerca de 300 famílias ocorreu antes do prazo, e o fazendeiro forçou a expulsão dos mesmos, impedindo que realizassem a colheita. Encontraram ajuda com Joaquim das Neves Norte, advogado local, mas, infelizmente, esse vem a ser assassinado em 1981. Essa situação, somada a ocorrências semelhantes por todo Mato Grosso do Sul,

assim como o início de um movimento sindical por reivindicação de terra para reforma agrária, resultam na primeira grande ocupação de terras no Estado.

Ocorrida entre os dias 04 e 13 de maio de 1981, cerca de 800 famílias, segundo dados da CPT-MS, ocupam a fazenda Baunilha, na cidade de Itaquirá, na busca de conquistarem aquelas terras, que, segundo os mesmos, eram devolutas. Ocupada a área, iniciam o desmatamento. Logo seguido à ocupação, a Polícia Militar entra em ação e impede a chegada de mais sem-terras, e uma semana depois, após muita negociação, retiram as famílias dos lavradores ocupantes. Este momento marca apenas o início da luta, transcorrida agora a partir do acampamento que se forma e que durante os próximos 12 meses representariam a luta dessas famílias.

O desejo da elite sul-mato-grossense em desmobilizar tais ações, dispersando estes trabalhadores por todo o Estado e até para fora dele, como ocorreu nesta última manifestação, não esfriou ou apagou a chama da luta, pelo contrário, o que se observa é o início de movimentos reivindicatórios por todo o Estado, acompanhados da formação de comissões e ocupações de terras. É assim com a formação da “Comissão Estadual dos Sem Terra”, em Glória de Dourados, em 1982, acompanhada de muitas reuniões pelo Estado, contando com aproximadamente 11 municípios e a participação direta das CPT regionais e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais que se formavam naquele momento (CPT, 2000).

Logo vieram outras ocupações, e movidos por encontros e manifestações por todo o país, como no Rio Grande do Sul, Paraná e Noroeste do Estado de São Paulo<sup>95</sup>, surge o MST, no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel/PR, entre os dias 20 a 22 de janeiro de 1984. Observa-se em seguida a esse momento novas ocupações em Mato Grosso do Sul, como a da fazenda Santa Idalina, em Ivinhema em abril de 1984, que colaborou para criação do primeiro assentamento do Estado, o Assentamento Padroeira do Brasil, em Nioaque no mesmo ano<sup>96</sup>.

---

<sup>95</sup> Como ressalta Fernandes (2000) o primeiro encontro regional foi realizado em Medianeira/PR, entre os dias 09 a 11 de julho de 1982, reunindo aproximadamente 100 trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. A partir deste momento, observa-se a realização de muitas reuniões, como em Goiânia-GO, em Setembro de 1982, Belo Horizonte - MG, em Janeiro de 1983, Chapecó-SC, em Fevereiro de 1983.

<sup>96</sup> Segundo Almeida (2003), a ocupação da fazenda Santa Idalina é um importante marco no surgimento do MST em Mato Grosso do Sul, tanto por sua forma de organização quanto de ação, o que caracterizaria o movimento, mesmo ainda sob grande influência da CPT.

O caminhar das ocorrências no Estado é acompanhado por movimentos em Três Lagoas, que juntamente com toda a manifestação que já se estabelecia neste espaço, com as lutas dos ribeirinhos do Rio Paraná, começa a organizar novas frentes de luta pela terra, a partir da atuação da CPT, como nos relata o agente Mieceslau:

A CPT começou a ter uma atuação um pouco maior no Estado, e aqui na região de Três Lagoas. Já a partir de oitenta e dois começou a ser organizado também as pessoas que trabalhavam no Movimento dos Sem-Terra, na organização do movimento, na organização da fundação do Sindicato. Porque aqui no estado é... nesse final de dos anos setenta até início de oitenta eram poucos os sindicatos dos trabalhadores rurais, então a CPT teve uma atuação muito forte também nesse sentido, de ajuda, e assessorar a fundação dos sindicatos, é uma das tônicas significativas na região do Borsão sul-mato-grossense, que a CPT também inicia a atuação dela organizando os trabalhadores sem-terra para se associarem aos sindicatos e utilizarem o sindicato como uma ferramenta de luta pela Reforma Agrária, uma ferramenta de luta pela terra<sup>97</sup>

Assim como ocorria no Estado, em Três Lagoas são realizadas algumas reuniões para assessorar a organização da comissão dos “sem terra” na região, como a realizada em 11 de março de 1984. Neste grande encontro de lavradores foram debatidos assuntos referentes à reforma agrária no Estado, as lutas que estavam ocorrendo, como dos caminhos da ocupação em Itaquiraí e os caminhos da organização na região. Fica evidente também dentre os assuntos, a luta pelas eleições diretas, demonstrando que o movimento tecia debates para além da conquista da terra, uma característica dos movimentos sociais do período. A presença de mediadores como a CPT, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Fetagri permeiam a organização das reuniões<sup>98</sup>.

Como já ressaltado nas lutas que vinham ocorrendo no município, a realização das reuniões contribuíram para organização das lutas, e assim na organização do movimento dos sem-terra não foi diferente, pois se tornaram um canal de expressão dos sujeitos em luta e de suas reivindicações, como apresentado em um panfleto do período:

Todos nós trabalhadores rurais temos o grande desejo e a esperança de um dia chegarmos a ser os legítimos donos da terra e assim

<sup>97</sup> KUDLAVICZ, Mieceslau. Entrevista. Agente CPT-Três Lagoas, 09 de maio de 2007.

<sup>98</sup> A Voz do Povo, 18/03/1984.

podermos plantar sem medo de sermos expulsos pelos grandes fazendeiros que só querem *colocar boi em toda terra*. Este desejo e esperança, junto com nossa fé e coragem, dará forças para lutarmos por uma verdadeira reforma agrária<sup>99</sup>.

As palavras apresentadas no panfleto, muito representativas para uma situação presente em Três Lagoas, parecem já descrever o que viria a ocorrer no ano seguinte desta reunião. O grande desejo de possuir uma terra em que pudessem plantar sem o medo de serem expulsos, foi o que não aconteceu para as famílias presentes na luta na fazenda Jatobá.

A história que envolve essa luta é mais uma como muitas na história do Brasil e corrente nesse período em Mato Grosso do Sul, a de famílias que em busca de terras para viver e trabalhar, migram por muitos locais, passando de fazenda em fazenda e encontram na posse de terras uma possibilidade de tocar a vida. Porém neste caso, a luta entre posseiro e fazendeiro também compõe o enredo da história.

O local em que ocorre a disputa, no ano de 1984 situa-se em terras da Companhia Pastoril Jatobá, de propriedade de Silvio Arap, fazenda que possui uma área de aproximadamente 4.500 ha localizado na BR-262, rodovia que liga Três Lagoas a Campo Grande. Sua principal atividade é a pecuária e o plantio das sementes de capim braquiaria, e por isso a denominação de braquiaristas para aqueles que ali trabalhavam.

Observa-se que a utilização de pastos com esse tipo de capim representou grande avanço para economia na região, ou melhor, para os pecuaristas, uma vez que antes prevalecia a mata de cerrado, com uma terra de baixa qualidade, sem muitas condições para o plantio de capim para o gado. Neste tipo de trabalho, encontravam-se famílias inteiras, o que vai sendo substituído pela utilização do peão-de-trecho e de novas máquinas de separação de sementes, como nos mostra Borges (2002).

Segundo a documentação, em meados de 1984, cerca de 28 famílias ocupam uma gleba da fazenda, que se encontrava “parada”, coberta por mato, segundo o relatório da CPT. Consta também pela análise dos documentos que o número aproximado de famílias situa-se entre 15, presente nos dados do Comitê Provisório de Defesa dos Direitos Humanos de Três Lagoas e 28 no relatório da CPT.

---

<sup>99</sup> Panfleto de reunião do “Movimento dos Sem Terra”. CPT Três Lagoas, 27 de Março de 1983.

Ocupada a terra, essas famílias estabelecem sua morada e o cultivo de alimentos para subsistência. Assim como outras famílias que há mais tempo já viviam e trabalhavam no plantio e colheita da braquiaria, muitos iniciam trabalho na colheita, nas lavouras da companhia. E foi a partir de conversas com os mais antigos do local que se suscitaram as primeiras desconfianças em relação à procedência daquelas terras, de que poderiam ser devolutas.

Em um município que historicamente a ocupação das terras sempre foi estabelecida pela grande propriedade, possuidor de uma estrutura fundiária que segundo dados do IBGE de 1985, predominavam os estabelecimentos de 1000 a 10.000 ha, representando 54% da área, contrapondo com 0,05% de estabelecimentos com menos de 10 ha, não é de se pensar sobre possíveis existências de muitas “cercas que andam” neste espaço.

Movidos por tal desconfiança, uma comissão de lavradores seguiu no dia 28 de setembro até o departamento do TERRASUL, extinto departamento de terras de Mato Grosso do Sul, hoje IDATERRA, a fim de “*requerer a definição do caráter da terra, se era devoluta ou propriedade da fazenda*”<sup>100</sup>. A ação dos lavradores foi imediatamente seguida de reação do fazendeiro, que colocou um trator para arar a terra, possivelmente a fim demonstrar que esta estava sendo utilizada.

A ação do fazendeiro aumentou ainda mais a vontade desses lavradores em saber as procedências daquelas terras. Por isso, contrários àquela tentativa do fazendeiro em movimentar as terras, os lavradores embargaram o trabalho do trator e impediram que as terras fossem de alguma forma utilizadas, até que conseguisse descobrir a procedência da mesma.

O bloqueio ao trabalho que estava sendo feito pelo trator foi o estopim para que o fazendeiro acionasse a polícia, acusando os trabalhadores de invasão e obstrução do trabalho em suas terras. Imediatamente, a polícia se dirigiu ao local para averiguar a ocorrência, e se reuniu com os lavradores para maiores esclarecimentos. Nesse momento, um dos lavradores, Genésio Aureliano de Paula, tentou utilizar um gravador na conversa com o delegado, e por este motivo foi acusado de desacato à autoridade e acabou preso (CPT, 2000).

Fomos em busca de informações sobre esse episódio, dirigindo-nos às delegacias e ao Fórum de Três Lagoas para tentarmos encontrar alguma informação

---

<sup>100</sup> Nota sobre a ocorrência na Fazenda Jatobá. Comissão Pastoral da Terra, Pastoral Social e Centro dos Direitos Humanos. 08 de outubro de 1984. Arquivo CPT-Três Lagoas.



sobre o acontecimento. Primeiramente nos dirigimos ao 2º Batalhão da Polícia Militar, onde, por meio de requerimento, o Tenente Coronel deferiu o pedido de acesso aos arquivos. Em contato com o local onde tudo fica “arquivado”, percebemos o total descaso com a documentação, que se encontrava totalmente amontoada, sem qualquer catalogação, ordem ou quaisquer forma de manuseio. Neste local, infelizmente não tivemos sucesso.

Seguimos para a 1º D.P. em busca de possíveis informações sobre as ocorrências em 1984. A primeira impressão que tivemos foi a de estranheza em relação a busca de documentos sobre o período, sendo até mesmo nos questionado se estes ainda existiam, se já não haviam sido “incinerados”, visto que infelizmente muitos órgãos públicos não percebem a importância dos documentos para o trabalho de pesquisadores. Conversando com o delegado, tivemos acesso ao arquivo e encontramos uma única caixa referente a todas as ocorrências do ano de 1984. Realizada a consulta, não encontramos nenhuma informação sobre as ocorrências na fazenda Jatobá. Assim, a única informação que nos procede é a da prisão de Genésio Aureliano de Paula, durante o período de 24 horas, sendo solto mediante o pagamento de fiança.

No dia 6 de outubro, três oficiais de justiça se dirigiram à fazenda trazendo em mãos a liminar deferida pelo juiz, autorizando a retirada das famílias do local. No mesmo dia ocorre o despejo, iniciado, segundo as fontes, sem maiores problemas e qualquer resistência por parte dos lavradores. A desconfiança de que essas famílias estavam tentando se apropriar da área, fato apoiado pela busca feita sobre a origem daquelas terras, torna-se o principal motivo que leva ação desferida pelo proprietário e executada pela polícia.

Um fato interessante permeia esta ação. Segundo o relatório feito naquele momento pela Pastoral da Terra, pela manhã do mesmo dia, o proprietário da fazenda, que se encontraria em estado “alterado”, teria agredido os agentes da CPT que se encontravam no local para auxiliar na retirada das famílias. O fato teria se seguido com mais ameaças do fazendeiro, que teria apontado uma arma para outro lavrador, apenas mencionado pelo apelido de “Japão”, sendo o mesmo obrigado a atear fogos nos barracos que se encontravam de pé, o que destruiria uma das provas de que os lavradores já se encontravam naquele local instalados, no caso há mais de quatro meses.

O interessante é ressaltar que toda a ação foi acompanhada de perto pelos três oficiais de justiça que se encontravam no local para realizar o despejo, pela polícia que também se encontrava e ainda mais, segundo o documento, pela presença de dois advogados do fazendeiro, sendo um destes o presidente da Ordem dos Advogados, seccional de Três Lagoas.

Se mesmo com a presença de todos estes sujeitos, ligados a diversos órgãos públicos da cidade, nada mais se seguiu depois do ocorrido, e o fato da não existência de outras fontes relatando o caso, nos levam a algumas considerações. Neste caso, ou tal documentação se perdeu, como infelizmente se perdem nos arquivos públicos, por diversos motivos, ou então os sujeitos presentes naquele local agiram de má fé e nem ao menos relataram tais ocorrências em fontes, como boletins de ocorrência, processo, etc., o que nos faz indagar ainda mais sobre o posicionamento de grande parte das autoridades três lagoenses do período, que como já visto até o momento em outros episódios, não esconde seu descontentamento com movimentos como estes acontecendo na cidade.

A triste memória de tais ocorrências, em pleno final de século XX, período no qual as lutas no campo, e nela a dos posseiros, assumem novas características, gestadas de acordo com problemas de seu tempo, nos fazem lembrar as lutas dos posseiros no oitocentos que, como nos apresenta Motta (2008), enfrentaram diversas situações em busca da conquista da terra, desbravando matas, cultivando terras, mas sempre visto como atividade ilegal e nunca solucionada pela lei que, pelo contrário, "*ancorada na manutenção do poder dos terratenentes*", os acusavam de estar indo contra a segurança e a tranquilidade pública, e por isso repreendidos e na maioria dos casos, expulsos das terras. Triste é também observar que, ao contrário do que ocorria naquele período, onde segundo a autora o "*poder público não foi além da porteira*" (p.100), nesse caso, ele ultrapassou essa fronteira, mas somente para legitimar a ordem do grande proprietário e expulsa o pequeno lavrador.

No caso ocorrido em 1984, sem um caminho definido, no dia seguinte ao despejo, as famílias montam acampamento em frente à fazenda, dando início a um novo momento de luta, de organização em busca da terra.

As fontes arroladas na pesquisa não nos permitem fazer maiores análises sobre este período de acampamento, sabido apenas que perdura menos de um ano, quando são transferidos para o Projeto Guaicurus, em Bonito-MS. O difícil acesso à

documentação, pela não conservação de muitos documentos, assim como a não localização das famílias participantes, dificultou nosso trabalho de análise desse momento de luta, deixando em aberto muitas questões que nos foram apresentadas e que sem as quais não podemos continuar, levando-nos a tecer a discussão pelos caminhos que nos foram apresentados. Isto também nos leva a ressaltar que a pesquisa nunca está pronta e acabada, pois novas indagações podem surgir a partir de nova documentação e, por que não, desta mesma documentação utilizada.

Segundo o agente da Pastoral da Terra, Mieceslau, a passagem das famílias para o município de Bonito ocorreu a partir da realização de alguns projetos, ao contrário da situação vigente em Três Lagoas para estas famílias. A área de 2.880 ha destinada ao chamado Projeto de Assentamento Guaicurus situava-se em local de conflitos entre posseiros e fazendeiros da região e acabou por ser desapropriada por interesse social em julho de 1984. Como apresentado no documento da CPT, o projeto estava destinado para o assentamento dos ilhéus e ribeirinhos atingidos pelas enchentes do rio Paraná de 1982/83, mas devido à multiplicidade de lutas por terra no período no Estado, acaba por receber 16 famílias de ilhéus e ribeirinho transferidos do Projeto Sucuriú, 13 famílias do Campo dos Índios, 31 famílias de acampamento em Naviraí, 17 famílias de bóias-frias, também de Naviraí, 12 famílias de posseiros que já se encontravam na área e as 28 famílias do acampamento Jatobá (CPT, 2000, p. 88).

As muitas histórias e experiências destes sujeitos agora serão compartilhadas numa mesma luta, o que também acaba por trazer alguns problemas na organização do assentamento, visto a diversidade de projetos de vida, de associações formadas e também pela qualidade do solo no local, muito pedregoso. Nesse período no Estado, muitos são os assentamentos formados pela transferência de grupos originários de diversos locais, o que demonstra as dificuldades em realizar a reforma agrária no Estado. Em Três Lagoas, a passagem destas famílias para o município de Bonito confirma uma situação já latente naquele momento: o bloqueio a conquista de terras e a uma possível política de reforma agrária, evidenciada pelo posicionamento de setores da administração local contrários em promover projetos para a divisão de terras.

Isto apenas se confirma na ocorrência de muitas famílias que vão buscar possibilidades de conquistarem terras fora do município, como na ocorrida em 1985 no Oeste do Estado de São Paulo. Neste momento, segundo carta dos acampados

na estrada que liga Andradina a Pereira Barreto, próximo a Barragem Dois Irmãos, famílias de 24 cidades da região participam do movimento, e muitas delas, oriundas de Três Lagoas<sup>101</sup>.

O cenário das lutas na região Oeste do Estado de São Paulo é extremamente importante naquele momento. As lutas empreendidas na fazenda Primavera, em fins dos anos 1970 e início de 1980 colocam em destaque a região na pauta da reforma agrária nacional e é considerada como um dos embriões do MST no Estado de São Paulo (MICHELLETO, 2003).

Rene Parrens, ex-padre e uma das lideranças do MST na região, argumenta que esta movimentação dos sujeitos na luta pela terra confirma o fato de que os trabalhadores não medem fronteiras em busca de seus objetivos<sup>102</sup>. Concordamos com esta ideia, mas também percebemos que tal fato ocorre em Três Lagoas por estes sujeitos não encontrarem possibilidades de acesso à terra e à reforma agrária, fazendo-os perceber que a luta naquele espaço esbarra num bloqueio a esta conquista, levando-os historicamente para outras regiões e outras lutas.

Mesmo com esses problemas, o movimento não cessa, e novos sujeitos se põem em luta, depositando suas esperanças em nova tentativa de conquistarem um pedaço de chão naquela região. Inicia-se a trajetória do Acampamento América Rodrigues da Silva.

### **2.3.2 – 1986, a luta continua: Acampamento América Rodrigues da Silva**

O movimento que resultou em mais um episódio da luta pela terra no cenário três-lagoense, situa-se em um período da história brasileira de muita expectativa por parte de grupos, movimentos sociais e da população em geral. Posterior a um período de vinte anos sob as rédeas do regime militar, os ideais “democráticos” gestados com a Nova República ascenderam as possibilidades de melhores condições sociais, econômicas e políticas para grande parte da sociedade.

No caso dos grupos que atuavam na luta pela terra, tais possibilidades crescem com o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que já em 1986 editava seus primeiros projetos em diversos Estados do país, dentre eles, Mato Grosso do Sul. Eram previstos para o Estado, segundo Almeida (2003), o assentamento de 41.200 famílias no período de 1986-1990, correspondendo a uma

<sup>101</sup> IAJES, 29/10/1985.

<sup>102</sup> PARRENS, Rene. Entrevista. Coordenador do MST - regional de Andradina-SP. 06/01/09.

área de 1.480,000 ha. Porém, o que se observou foi um lento processo de tomada de decisões e o engavetamento do PNRA no ano seguinte.

Para Martins (1993) o processo de transição do regime militar para novas frentes democráticas findou as forças conservadoras que atuavam no período anterior e continuaram a exercer força na Nova República. Para o autor, novas formas institucionalizadas se desenvolveram com a finalidade de manter o poder político e econômico em mãos de alguns setores, como os grandes latifundiários, representados na criação da União Democrática Ruralista e sua busca pela manutenção da grande propriedade, visto a crescente repressão aos conflitos por terra.

Da mesma forma, crescente são os conflitos por terras em Mato Grosso do Sul nos anos de 1985 e 1986, com um número de 23 acampamentos, segundo dados do INCRA - Campo Grande. E dentre estes, encontra-se o acampamento América Rodrigues da Silva.

Para compreensão deste acontecimento, observamos a existência de três momentos marcantes em sua trajetória: o acampamento na beira da rodovia MS-395, posteriormente o acampamento na Catedral em Três Lagoas e a partida de grande parte do grupo para o Porto João André em Brasilândia. Para tessitura do trabalho, utilizaremos as fontes produzidas pela CPT-Três Lagoas, dentre fotos, recortes de notícias publicadas no período e principalmente o relatório feito sobre os 10 primeiros dias do movimento<sup>103</sup>.

A trajetória do movimento inicia-se em 06 de junho de 1986, quando cerca de 200 famílias<sup>104</sup> ocuparam terras às margens da rodovia MS-395, na fazenda Barra da Moeda, local distante 30 km de Três Lagoas, próximo ao córrego Água Limpa. Vindos de 07 municípios da região do *Bolsão*, sendo em maior número de Brasilândia, Paranaíba e Três Lagoas, estes sujeitos buscavam a conquista de terras na região, por meio do PNRA que era implementado naquele momento. A organização deste acampamento iniciou-se bem antes da ação, por meio das muitas reuniões que ocorriam no município e região, em debates sobre as condições dos

---

<sup>103</sup> Da mesma relevância, tomamos como referência o trabalho de Farias (2006), cuja dissertação de Mestrado em sociologia feita sobre o movimento lança importantes questões para a compreensão do objeto estudado.

<sup>104</sup> As fontes da CPT apontam números entre 150 e 200 famílias e Farias cerca de 200, por meio de depoimentos.

trabalhadores rurais, organizadas principalmente por meio das CEBs, CPT e do “Movimento dos Sem Terra”<sup>105</sup>.

Por meio de dados colhidos por Farias (1996), por entrevistas e pelo cadastramento feito pela CPT na época das pessoas participantes do movimento, podemos tecer considerações sobre o homem do campo que naquele momento lutava pela terra. O sentido que queremos dizer com “homem do campo” é próximo do que já foi discutido no primeiro capítulo, em que ressaltamos que os diferentes momentos históricos proporcionam o gestar de diferentes formas de se pensar e mesmo caracterizar o homem do campo, por meio de suas próprias experiências, lutas e formas de vida.

Neste caso, observamos que em sua maioria, são denominados como lavradores, compondo uma gama de diferentes segmentos de trabalho, sendo 52 como arrendatários, 48 como meeiros e 14 como trabalhadores assalariados, com um restante composto por porcentageiros e um pequeno número que já tinha possuído alguma pequena propriedade (FARIAS, p. 119). Por meio dos diferentes trabalhos, das diferentes formas de contato com a terra, ou mesmo da expropriação a esta, que os levam a exercer funções e outros trabalhos mais na cidade, ficando, muitas vezes, por muito tempo, longe da terra, caracterizam alguma das condições do novo homem do campo, substrato da recriação camponesa. Isso vem a demonstrar que, mesmo por possíveis distanciamentos da terra de trabalho, os sujeitos recriam suas condições de acesso à terra, neste caso por meio destas lutas, em que compartilham as muitas experiências e trajetórias de vida, que fazem do retorno à terra a morada da vida.

Em situação corrente por todo país, a maioria dos sujeitos se põem em luta em busca de novas condições de moradia e trabalho, mostrando-se descontentes com a atual situação, de expropriados da terra ou quando nesta, em dependência do patrão. Assim no caso estudado a maioria dos sujeitos ressalta ter entrado na luta pela terra:

(...) porque plantavam na roça do patrão, ganhando pequena porcentagem com a qual sobreviviam com muita dificuldade (...) a terra cedida era sempre a pior e o tempo máximo de permanência na fazenda era dois anos. Dependiam do patrão para continuar na terra e essa permanência era inviabilizada, uma vez que havia a preocupação do proprietário da terra em relação ao vínculo adquirido

---

<sup>105</sup> CPT, 1986.

pelas famílias continuando por longo período em sua propriedade (...) trabalhavam, cultivam a terra, conseqüentemente valorizam-na, porém não têm o direito a ela, são marginalizadas, expulsas e expropriadas” (FARIAS, 1996, p. 123)

Movidos por esses ideais, realizaram o acampamento, esperando que por meio deste, e em pouco tempo, pudessem estabelecer negociação com o governador do Estado, Ramez Tebet, e serem incluídos no PNRA. Sem saber ao certo os próximos passos da luta, ou seja, para onde iriam, sofrem do dia seguinte, 07 de junho a primeira ação contra o movimento. Cerca de três ônibus e diversas viaturas com aproximadamente 200 policiais se dirigiram ao local para desmontar o acampamento. Vindos de diversos pontos da região do Bolsão, cumpriam seu trabalho para impedir a “*formação de acampamentos em todo o território do Estado*” (CPT, 1986), desmobilizando a ação, cercando o acampamento e ameaçando qualquer pessoal “de fora” que se fizesse presente, como agentes da pastoral e imprensa. A ação foi rápida e, desmontado o acampamento, sem nenhum zelo pelos pertences daqueles sujeitos, começaram a parar os veículos que pela rodovia passavam, jogando todos os objetos nas carrocerias de caminhões, caçambas de caminhonetes e mandando-os levar para a rodoviária da cidade. A intenção era de dispersar o movimento, fazendo com que as famílias voltassem para seus respectivos locais. Muitas delas, amedrontadas pela violência da ação, não suportaram e foram embora, com receio do que ainda poderiam estar por vir.

Segundo o relatório da CPT, a grande maioria, mais de 120 famílias resistiram à ação, pois já não tinham outras alternativas, para onde ir, e tudo que possuíam se encontrava naqueles pertences, nas possibilidades daquela luta. Assim, por meio da colaboração de mediadores como a diocese de Três Lagoas, representada principalmente na figura de D. Izidoro Kosinsk, da Pastoral Social e Pastoral da Terra, organizam uma procissão pela cidade até a Igreja Matriz, onde celebraram uma missa e permanecem acampados naquela noite.

A caminhada pela cidade representa naquele momento a possibilidade de apresentarem suas reivindicações em um novo espaço social, mais próximo da sociedade e da opinião pública, com maior visualização de suas ações. Este espaço é permeado por incertezas e pelos olhares daqueles que aprovam e condenam o movimento, dosadas por opiniões expressas nos jornais que circulavam. O urbano se torna palco da luta daqueles que querem voltar para o campo.

No mesmo dia, 07 de junho, sábado, após a caminhada pelas avenidas da cidade, o grupo reúne-se em frente à Catedral central, imponente com suas torres, símbolo do catolicismo local. Sem se alimentarem bem o dia todo, é oferecida uma sopa, preparada pelas pastorais da diocese, que cede o próprio interior da Igreja para que pernoitassem, e em *“noite de bastante frio, foram colocando os colchões para que mais de cem famílias pudessem enfim descansar um pouco”*<sup>106</sup>.

A presença das famílias acampadas no interior da igreja é percebida como um afronte a grupos que se sentem representados por aquele espaço, que simboliza o sagrado, a tradição, o culto. Assim, grande parte da elite local considera que a presença do grupo estaria desrespeitando tal espaço, símbolo de sua fé, desvirtuada pela “invasão” daqueles que não consideram pertencer aquele espaço. Porém, da mesma forma que determinada classe se vê representada pela Igreja, o grupo também constrói sua representação da mesma, como local de amparo, refúgio da fé, nos momentos de necessidade e agradecimento. Assim observamos a existência do embate, da luta de representações que se estabelece neste campus, como ressalta Bourdieu, pontuando que:

O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos externos ao campo de produção (1989, p. 12)

Da mesma forma, observamos o choque que se estabelece entre os representantes da Igreja, que apoiaram tal ação, cedendo aquele espaço e classes que desaprovam sua atuação. Neste caso, a figura de d. Izidoro Kosinsk novamente é alvo de críticas e ameaças. Para o bispo, é papel da Igreja ajudar aqueles que necessitam de apoio, neste caso, de um abrigo e comida, sendo justa e necessária a colaboração na causa pela qual lutam. Este posicionamento, bem debatido por Farias por meio da entrevista realizada com o bispo, contrasta com as notícias que novamente circunscrevem os jornais naquele momento. O bispo, assim como todos aqueles que se mostravam ao lado do movimento, são tachados de comunistas, agenciadores da desordem e difamadores do espaço religioso (Jornal do Povo, Jun/1986). É neste ambiente, de apoio da diocese e de outras entidades<sup>107</sup> e do total

<sup>106</sup> CPT, 1986, p. 02.

<sup>107</sup> Dentre outras entidades que apoiaram o movimento, destacadas por meio de documentos que mostram sua participação, destacamos, além da diocese de Três Lagoas, o STAF, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais- Três Lagoas, CPT-Campo Grande, a Diocese de Jales-SP e Sinop-MT.



desacordo da elite, principalmente dos grandes fazendeiros que o grupo instala-se na cidade de Três Lagoas.

No dia seguinte, 8 de junho, já pela manhã, o grupo deixa o interior da catedral, levando seus pertences para a praça que se encontrava ao lado da Igreja. Como era domingo, as missas e outros eventos não pararam de ocorrer por decorrência do grupo, então tiveram que sair bem cedo, *“fazendo questão de deixar a Igreja absolutamente limpa”* (CPT, 1986).

Decididos a continuar a luta, montaram cerca de 40 barracas no espaço da praça, próximo à Igreja. As famílias buscaram dividir-se nesta morada, instalando de 2 a 3 famílias em cada barraco. A intenção era aguardar uma comissão que no dia seguinte iria a Campo Grande, buscar um posicionamento do governo e negociar com o Terrasul, representado por Aparecido Rodrigues, um possível encaminhamento para as famílias.

As marcas deste momento estão representadas nas fotos tiradas pela CPT e Pastoral Social, em que saltam aos olhos homens, mulheres e crianças em meio às dificuldades de saneamento, alimentação e vestuário, marcas da longa e difícil trajetória até então. Interessante observar, novamente, como a imprensa local retratou a questão. Não deixou de observar a difícil história daqueles sujeitos, nem mesmo as condições em que se encontravam, porém os argumentos utilizados foram de que a difícil condição que vigorava naquele espaço, estava prejudicando a “comunidade”, por causa do mau cheiro e da própria presença das famílias naquele local.

Por isso, uma comissão juntamente com representantes da pastoral se dirigiu à prefeitura em busca de auxílio, principalmente na questão da alimentação e na intervenção para as negociações com Campo Grande. Foram recebidos, primeiramente na prefeitura e depois em uma assembléia na Catedral. A afável recepção do prefeito da época, Antônio João Campos de Carvalho, no auxílio às famílias caminhava junto com a intenção de encontrar uma rápida solução para situação. De imediato, cedeu ajuda financeira para o deslocamento da comissão, que para Campo Grande se dirigiu. Juntamente, o poder municipal articulava-se com o poder estadual para tratar de cessar com o movimento imediatamente, visto que *“(...) Já no espaço de tempo que nós tratávamos conversas com eles, é claro, eu*

*acionei a defesa civil do Estado. Participei disso tudo ao governador, porque o governo municipal não poderia fazer muito mais do que estava fazendo”*<sup>108</sup>.

Pela manhã do dia seguinte, pode-se ver o auxílio do poder estadual. Assim como se operava em todos os acampamentos do Estado, a força fazia cumprir as ordens governamentais e cerca de 200 policiais militares, deslocados da região, principalmente do quartel de Paranaíba, se dirigiram ao acampamento. Segundo o relatório da CPT *“os policiais cercaram a praça inteira, correram atrás de lavradores e agentes da pastoral, foram até a porta da Igreja e arrancaram a máquina fotográfica de um visitante, e só não entraram porque a porta foi trancada”*. Em tempo hábil, com o auxílio de caminhões da prefeitura, desmontaram o acampamento e levaram todos os pertences das famílias, que em meio à ação, se encontravam reclusas dentro da Igreja.

Foi um momento conturbado, que ocorreu coincidentemente quando a comissão não se encontrava no acampamento. Possivelmente tal tática tenha sido utilizada para desmobilizar a ação do grupo, que não teve maiores reações, apenas marcada pelos rojões que foram soltos pelos acampados, possivelmente com a intenção de chamar a atenção da população, mas que infelizmente apenas trouxeram medo aos que ouviam, por acharem que eram tiros, e alarmaram ainda mais a violência policial (FARIAS, 1996).

Sobre o episódio, novamente nos deparamos com o descaso de órgãos públicos quanto a não conservação de documentação. Nenhuma informação foi encontrada nas delegacias, Polícia Militar ou Civil, que, assim como já pontuado por Farias, não arquivaram nenhuma ordem de serviço sobre a ação, na alegação de que os documentos, após cinco anos não eram mais arquivados. Insistimos em pontuar que o trabalho dos pesquisadores se torna cada vez mais difícil, pois parece que por meio de ações como estas, a cada ano que passa, perdemos outro de documentação arquivada.

Ainda sob os revezes do transtorno, sem terem mais a maioria de seus pertences, as famílias passam a segunda-feira, dia 09, discutindo o que fazer, para onde ir. A perda dos pertences foi um choque muito grande, pois neles estavam depositadas muitas memórias, lembranças de outros tempos, de outras histórias. Novamente, o apoio da diocese foi fundamental para a continuidade da luta,

---

<sup>108</sup> Antônio João Campos de Carvalho. Prefeito de Três Lagoas de 1986 a 1988. Entrevista cedida a Marisa de Fátima Lomba de Farias. junho de 1996.

momento em que realizaram nova assembléia para discutir os caminhos do movimento. Com a participação do Bispo D. Izidoro e de outros padres, Pe. Lauri e Pe. Ari foi oferecido o espaço da casa paroquial, dentro do pátio Salesiano para que o grupo continuasse a luta. *“O Bispo reafirmou claramente o apoio da Igreja aos lavradores em luta pela terra, colocando à disposição dos acampados os locais da Igreja enquanto precisassem”*<sup>109</sup>.

O momento da passagem para a área dentro da Igreja no dia 10 de junho foi marcado por nova violência da polícia, que a todo o momento exerceu pressão psicológica sob as famílias, passando com os camburões e motos em meio aos acampados, com sirenes ligadas. A violência simbólica exercida pela política resultou em um dos momentos mais tristes da caminhada: o falecimento da senhora América Rodrigues da Silva.

Sua morte decorreu desta ação policial, pois em meio ao deslocamento para o pátio da Igreja, dona América, levando alguns pertences, acompanhada de crianças, sofre um ataque cardíaco e morre a caminho do hospital, como relata a documentação:

Doente, tinha sido internada dias antes, quis permanecer no acampamento, pensando no futuro de seus filhos. Enquanto atravessava a rua com seus filhos pequenos, a chegada de um camburão de polícia fez as crianças assustarem e gritarem. A mãe, que já sofria do coração, teve um ataque cardíaco e faleceu enquanto era levada para o hospital por um caminhão de passagem. Era terça-feira, dia 10 de junho de 1986. (CPT, 1986, p. 04).

Morreu de pavor. Pavor da violência que se operava do poder público ante as reivindicações dos lavradores, que por dignidade e confiança no futuro melhor não cessaram a luta, homenageando o novo acampamento com o nome de América Rodrigues da Silva, escrito então no muro do pátio salesiano.

Depois de dois despejos e da morte ocorrida, muitas famílias ficaram amedrontadas com a situação, e acharam que era o momento de desistir, de encontrar novos caminhos mais seguros para suas famílias encontrarem a terra. Os documentos apontam a permanência de 90 a 120 famílias acampadas. Enquanto os meios de comunicação continuavam a tecer críticas e ataques ao movimento, as autoridades locais mostravam-se aquém da situação, não demonstrando nenhum interesse em colaborar com as reivindicações.

---

<sup>109</sup> CPT, 1986, p. 03.

Tivemos acesso a poucas notícias deste momento, porém por meio das que tivemos, observamos que sua maioria eram mais direcionadas aos mediadores da luta do que para os próprios sujeitos acampados. Pelo caráter das notícias, entendemos que boa parte da imprensa entendia que os “mentores” daquele movimento eram exclusivamente os mediadores, no caso a diocese por meio da CEBs, CPT e Pastoral Social, e que a ação empreendida pela polícia apenas se mostrava a defender a sociedade dos “agitadores”. O próprio Aparício Rodrigues, presidente do TERRASUL, representante de uma instituição ligada a causa da terra, aparece muitas vezes na documentação como aquele que esteve à frente dos despejos policiais, acusando estes mediadores e a própria luta, não somente em Três Lagoas, mas em todo o Estado:

É uma decisão irrevogável do governo: ninguém acampa, pois não permitiremos mais a perturbação da *Ordem Pública* por parte de *politiqueiros*. Precisamos preservar a *Ordem Pública*, a saúde da população, porque os acampados geram entrevo, problemas sérios de saúde, de confrontos, instabilidade no campo com a pressão que exerceram junto aos proprietários rurais. Por isso a atitude do governo não é imoral, nem ilegal, pois por preceito constitucional busca manter a ordem e a tranquilidade dentro do Território do Estado (CORREIO DO ESTADO, 10/ 06/1986, grifo nosso).

Em nota da diocese publicada à sociedade treslagoense no dia 16 de junho, assinada por padres, o bispo e outros que apoiavam a causa, argumentam o descaso das autoridades com as necessidades do grupo, o teor de violência empreendido pela polícia e a seletividade da imprensa na divulgação das notícias. Cobravam também que a polícia devolvesse os pertences dos acampados, visto que dias antes, por meio de ordem judicial, no dia 12 de Junho foram devolvidos parte dos pertences, porém, não eram nem a metade do que havia sido levado, continuando a ser afirmado pela polícia que aqueles eram tudo que haviam levado.

Mas este caso esconderia uma das situações mais repulsivas contra o movimento. Alguns dias depois, um lavrador, não tendo nas fontes mencionada a sua identidade, de passagem por uma estrada de terra a 6 km da cidade, que liga à foz do rio Paraná, sentido para Ilha comprida se deparou com uma enorme vala coberta recentemente por terra. Imediatamente os acampados se dirigiram ao local e descobriram que se tratava de suas coisas, aquelas que não haviam sido devolvidas pela polícia, que alegou “*que tinham jogado só coisas imprestáveis*”, vejam-se

colchões, gaiolas, ferramentas, etc. Sua maioria havia se perdido, visto que uma máquina havia passado por cima da terra (CPT, 1986).

Segundo Farias:

Os caminhões utilizados no despejo eram da Prefeitura Municipal, marcando a “inocência do governo”, numa demonstração clara de que compartilhava e defendia a ordem estabelecida. O próprio prefeito disse no apoio do poder municipal ao movimento realizando a mediação durante as negociações com o governo estadual e quando dos problemas enfrentados pelas famílias acampadas, fornecendo remédios, alimentos, mas sempre ressaltando que isso não deveria se caracterizar como uma situação permanente (1996, p. 165).

Assim, sob forte pressão do poder público, desmascarado e claramente contrário a continuidade do movimento, o acampamento prosseguia dentro do pátio diocesano, com muitas dificuldades e em constante movimento em busca de soluções para a situação. Algumas manifestações políticas e religiosas marcavam o cotidiano do acampamento, realizadas pelos próprios acampados, com a colaboração, na maioria das vezes, das pastorais.

Quando completado um mês de luta, exatamente no dia 6 de julho, organizaram um culto ecumênico e uma procissão por algumas ruas, levando em mãos faixas com o nome do acampamento, ferramentas de trabalho e muitas reivindicações, fundamentadas na busca pela reforma agrária. A programação, segundo documento da CPT, era a de celebrar o domingo (dia religioso) e a luta que completava um mês, realizando uma caminhada até o salão paroquial como ato de penitência. Em seguida seria realizada *“procissão ao longo dos barracos com oferecimento das ferramentas de trabalho, das crianças e dos símbolos da vida do acampamento”*.

Porém, novamente o que se viu foram atos lamentáveis de violência por parte da Polícia Militar contra os acampados, que, logo no início da manhã, quando se dirigiam de volta ao pátio da diocese, foram cercados por um grupo de policiais comandados na ocasião pelo Capitão Lima sem nenhum argumento (come se já não estivessem expostos) iniciaram nova perseguição aos lavradores, que em pânico correram para todos os lados, buscando abrigo. Muitos apanharam, como o coordenador do culto, Giancarlo Oliveri, recebido a tapas e golpes de cassetete, levando-o ao chão. Da mesma forma, alguns trabalhadores passaram mal e tiveram que ser socorridos.

Cada vez mais a situação do grupo ganhava novos contornos de violência e repressão, e nenhuma solução era encontrada. Ao mesmo tempo, podiam-se perceber certos atritos entre alguns mediadores presentes na luta. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais também se mostrava presente nas reuniões e conversava com o grupo, porém bem longe da representatividade que as pastorais possuíam. Mas, mesmo assim, as diferentes concepções de trabalhar a luta, na forma de reivindicações, organização e diálogo com setores governamentais provocavam sérios contratempos dentro do grupo, o que fica mais evidente na sequência da luta.

A reivindicação principal dos acampados, além da conquista da terra, era a de poderem sair da cidade e voltar para o campo, ficando mais próximos da terra. E isto só foi possível quase três meses depois, quando em 20 de agosto um pequeno proprietário de terras às margens do rio Paraná, no município de Brasilândia, cedeu pouco mais de 1 alqueire e meio para que as famílias pudessem ocupar até que sua situação fosse resolvida. Instalavam-se no Porto João Andre.

Nesse momento ocorre uma divisão no grupo, ou melhor, dos mediadores, já que parte das famílias, aproximadamente 10, decide ficar no pátio da diocese, sob o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e o restante, cerca de 90, vão para o Porto João André, sob a mediação da CPT. É evidente como os mediadores não possuem os mesmo projetos de organização para o movimento, sendo que as próprias fontes da CPT transparecem seu posicionamento em relação ao sindicato, quando ressaltam que *“a outra parte do acampados, instigados pelo sindicato pelego, preferiu se separar e tentar acordo com o governo”* (CPT, 1986, p. 06).

A principal diferença entre estes mediadores se estabelece na forma de diálogo com o poder público, mostrando-se por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da época, sob a presidência de Evandro, muito mais aberto a negociações e acordos, e assim, muito mais receptivo às propostas que lhe eram oferecidas. Da mesma forma, o poder público parecia muito mais aberto a colaborar com os acampados ligados ao sindicato, em referência ao auxílio à alimentação, por considerarem que estes estavam “do seu lado”.

A forma de organização trabalhada pelo sindicato, como visto em outras lutas e posteriormente no próprio município, quando organizado o acampamento Pontal do Faia, acaba por deixar de lado muitas questões importantes para a luta, como a autonomia e as próprias causas dos trabalhadores, privilegiando aspectos ligados aos posicionamentos do sindicato mais do que as necessidades do grupo. Seu

planejamento baseia-se principalmente em seu caráter institucional, ligado, por exemplo, a CONTAG, como pontua Grzybowski:

A CONTAG, mais do que uma unidade política das lutas, é uma unidade corporativa outorgada, baseada numa legislação cujo sentido político mais profundo é, exatamente, manter o movimento sindical atrelado ao Estado e restringir o alcance da representação sindical dos trabalhadores e limitar a sua cidadania. (...) O próprio Sindicato enquanto organização e o movimento sindical enquanto prática não parecem ser adequados à diversidade de situações e lutas existentes no campo. O Sindicato (...) é a organização da negociação e da greve, da prática institucionalizada e contratual. Mas há lutas no campo em que o espaço da institucionalização é mínimo, reduzindo significativamente o uso do sindicato (1990, p.62-63).

Assim, a forma de organização trabalhada pelo sindicato, além de não inserir o grupo coletivamente dentro das questões que circunscreviam a luta, não surtiram em melhores possibilidades para trajetória do movimento, visto que o grupo que continuou ligado a ele participa de uma nova ocupação, na fazenda Morro Vermelho, e, depois de dois dias, são novamente despejados, sendo então levados para o Distrito Industrial, local próximo ao chamado Cinturão Verde. Compreendemos que a divisão que ocorreu no grupo não surtiu em melhoras para nenhuma das partes, pelo contrário, o grupo que ficou ligado a CPT continuou em dificuldade no Porto João André, como de alimentação, aquele continuou a luta junto ao sindicato se viu cada vez menos amparado por sua mediação, questão esta que discutiremos posteriormente, quando analisaremos a participação sindical na reforma agrária.

No porto João André, as dificuldades não cessaram e a ajuda para alimentação dificilmente chegava. A situação permaneceu por mais um ano, quando em abril de 1987, o Secretário de Assuntos Fundiários de Mato Grosso do Sul, juntamente com o INCRA decidem transferir as famílias que se encontravam em 13 acampamentos por todo o Estado para uma área de 5.2269 ha, localizada entre os municípios de Dois Irmãos do Buriti e Anastácio, a chamada Gleba Santo Inácio (CPT, 2000, p. 113). Mesmo não concordando com a medida, cerca de 833 famílias de 13 municípios se dirigem para gleba, dentre estes, as famílias acampadas no Porto João André.

Diferente do que o presidente do TERRASUL divulgou em matéria publicada no jornal Correio do Estado, em 21 de outubro de 1987, dizendo que *“a reforma agrária em Mato Grosso do Sul estava dando certo, e servindo de modelo para o*

*Brasil, e Santo Inácio seria a primeira empresa rural do país”,* o que se observava eram mais de 4.000 pessoas vivendo em um espaço que não comportava a todos, ainda em barracos e se nenhuma possibilidade de produzirem. Esta situação evidencia como a trajetória do grupo, aquele que iniciou a luta em junho de 1986, no acampamento Barrada da Moeda ainda não tinha sido definida, e nem mesmo naquele momento seria, visto que precisaram, junto com as demais famílias dos 13 acampamentos de realizar novas ocupações, sendo somente então um ano depois, em 1988, assentados em diversos locais do Estado.

Desta luta, podemos ressaltar a formação de alguns assentamentos como: Assentamento Marcos Freire, em Dois Irmãos do Buriti, Assentamento Casa Verde, em Nova Andradina, Assentamento São Manoel e Monjolinho, em Anastácio e Assentamento Taquaral, em Corumbá. Nestes locais, transparecem a luta de muitos daqueles que iniciaram sua trajetória em busca da conquista da terra em solo treslagoense, mas que infelizmente não conseguiram romper com as cercas que dominam e mantêm as terras em poucas mãos naquele espaço.

### ***2.3.3 - Para além da cerca e da celulose: a luta continua?***

O final dos anos 1980 retrata um fatídico balanço da luta pela terra no município: o conflito posto à prática, lutas gestadas, sujeitos em movimento, mas sem a conquista da terra neste espaço. E o mais evidente, a ida das famílias para diversos locais no Estado e no país, para somente assim, conquistarem ou continuarem a luta pela terra.

A situação não se mostrou favorável aos movimentos que atuaram na luta e o cenário neste período gradualmente passa por transformações, que são cruciais para o entendimento de nossa problemática. Mudanças referentes à ação das pastorais e da diocese três-lagoense, seguidas do aumento do capital estrangeiro no campo e a crescente participação sindical realçam o contexto estabelecido. Tal configuração acompanha uma série de mudanças que se operam também no Estado e por todo país, marcado por algumas derrotas no caminhar da reforma agrária, como no engavetamento do PNRA e suas possibilidades de transformação do campo.



A primeira transformação ocorre na atuação das pastorais na região, que pode ser analisada a partir do balanço feito pela Pastoral Social e pela CPT sobre os caminhos da organização dos movimentos nos últimos anos na região, assim como sobre as perspectivas para os próximos anos. Neste relatório, fica evidente o descontentamento com a situação presente na região, visto a opressão que marca a maioria das lutas realizadas, decorrente do controle político e econômico dos grandes proprietários na condução da política municipal, refletidos no controle da maioria dos meios de comunicação, escritos e falados.

Ressalta-se o grande número de sujeitos sem moradia e trabalho, decorrente de um processo de exclusão que marca historicamente o município. Tal demanda ocorre desde sua formação, na construção da ferrovia, que teve sua continuidade com o grande contingente de trabalhadores deslocados para a construção dos complexos hidrelétricos, que foram se juntando a grande leva de famílias expulsas do campo pela consolidação das grandes propriedades.

Estas se somam a gradual entrada do capital no campo, ligadas ao maciço incentivo fiscal dado a empresas, como de reflorestamento e setores sucroalcooleiros, levando a formação de novas grandes propriedades, somando as já existentes para a pecuária e o plantio da soja. Estes fatores colaboram para a destruição da pequena propriedade e da agricultura tradicional, provocando cada vez mais a expulsão do homem do campo, levando-o para outras regiões ou para as periferias da cidade.

A partir do final da década de 1980 observa-se a consolidação de setores ligados a produção de papel e celulose no município, com a instalação de multinacionais, como *Votorantin* e *International Paper*. Instala-se em 1988, com a Chamflora Três Lagoas Agroflorestal Ltda, que desenvolve, dentre outros trabalhos, a produção de mudas e o de confinamento bovino. Somente no ano de 1989 foram aprovados mais três projetos para o Estado, criando a *Champion Paper* e a *Celulose S/A* em solo treslagoense.

Ao longo dos anos 1990, estas empresas ocupam cada vez mais a região, decorrente de grandes incentivos fiscais (ICMS), que chegam a 100%, ocupando mais terras para reflorestamento. Em todo Estado, “*compreende 4,5 milhões de hectares, nas regiões leste e nordeste do Estado, e na região de fronteira com o Paraguai, onde a atividade recebe incentivo fiscal para ser desenvolvida em 500 mil*

*hectares*<sup>110</sup>. Em 1996, somente em Três Lagoas, tais empresas possuíam 23.936 ha, números que ao longo dos anos mais que dobraram, sendo que, segundo o próprio diretor da VCP, Luciano Penido, a partir de 2008 a área de operação das unidades em Três Lagoas vão dobrar, atingindo possivelmente em 2015 um total de 440 mil hectares, sendo 286 mil de áreas efetivas para plantio, números que retratam as dificuldades na tentativa dos sujeitos e mediadores trabalharem pela reforma agrária.

Outro fator importante para compreensão dos caminhos da luta é a mudança no posicionamento da CPT no Estado, que irá refletir diretamente em sua atuação em Três Lagoas. A partir de fins dos anos oitenta tal órgão foi se afastando da participação direta e buscou, com exceções de algumas ocupações e acampamentos, direcionar seu auxílio na luta pela permanecer na terra. Tal fato, segundo agente da CPT, Mieceslau, foi muito discutido em assembleias no período, como a realizada em Campo Grande em 1988, na qual estabelecem como metas da mediação o auxílio para fixação do homem na terra, assim como melhorar as relações dentro do assentamento e as condições de socialização na região. Seu posicionamento provoca *“um sério estremecimento no relacionamento com o MST, a CPT e o Sindicalismo, quando a Pastoral se compromete em criar condições para que os sindicatos assumam a luta pela terra”* (ALMEIDA, 2008, p. 101).

São questões que se desdobram historicamente em disputas e contradições entre estes órgãos na mediação pela reforma agrária. Assim, por seu posicionamento, a CPT passa a auxiliar na manutenção do homem na terra, e na conquista de bens como educação e projetos de créditos, aumentando a organização e a participação de outros mediadores no processo de luta. Colaborou na região leste para a formação dos sindicatos para a conscientização de seu papel na luta pela reforma agrária, delegando maior participação sindical no município de Três Lagoas. Porém, mesmo com o auxílio em sua gestação, são evidentes os acirramentos entre estes mediadores, decorrentes de disputas por autonomia, posicionamentos políticos contrários ou mesmo acirramentos pessoais.

As decorrentes conturbações dentro da organização da Igreja e do Vaticano, marcadas por um retrocesso nas ações pastorais, acabam por processar, em fins dos anos 1980, nova perseguição às ações ecumênicas baseadas na Teologia da Libertação, ocasionando assim em Mato Grosso do Sul a demissão de todos os que

---

<sup>110</sup> In: <http://www.sgi.ms.gov.br/controle/ShowFile.php?id=28851> Acessado em 20/03/09. 18:23 min.

compunham a Pastoral Arquidiocesana da capital, Campo Grande, assim como o fim das Pastorais Sociais, dentre elas, a CPT, nas cidades de Três Lagoas e Jardim (BORGES, KUDLAVICZ, 2008). Inicia-se assim a continuidade da CPT autônoma, ao lado da crescente atuação dos sindicatos e do MST:

(...) e a partir de oitenta e seis, daí pra frente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra aqui no Estado começou a se estruturar e ter sua autonomia e começou a caminhar de forma mais independente. Então a CPT começa a mudar um pouco o foco da sua atuação (...) começa a trabalhar mais a questão da luta direta nos assentamentos, isso com a fixação de (...) garanti a permanência dos assentados na terra (KUDLAVICZ, 2007).

Ao mesmo tempo em que crescia a participação de movimentos sociais no cenário nacional, como o MST aglutinando muitos sujeitos em sua luta, o sindicalismo no campo também expressava novos contornos da participação na luta pela terra, alcançando números significativos de filiados por todo o país. Sua atuação corresponde a novos caminhos na luta pela reforma agrária, em meio a multiplicidade de conflitos e sujeitos presentes nestes, portados de identidades e representações muitas vezes diferentes da carregada pela bandeira sindical.

Seu modelo de trabalho, mais verticalizado e rígido, procurou condensar a diversificada classe de trabalhadores rurais, com diferentes motivações e experiências em torno de uma mesma bandeira, calcadas na consolidação de uma política de reforma agrária que levasse ao desenvolvimento da agricultura familiar, por meio de ações e encaminhamentos mais prudentes e que, na prática, respeitem os limites da lei.

Enfim, é por meio deste contexto que estão encaminhadas as possibilidades de conquista de terra em Três Lagoas, marcadas a partir de então primordialmente pela atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que depois de uma conturbada troca de presidentes, buscou alicerçar suas bases em torno de sua pedagogia de luta, que viriam a marcar em fins dos anos 1990 a consolidação de uma nova luta: o acampamento Pontal do Faia, que resultaria na formação do primeiro assentamento no município, foco da continuidade de nossas análises.

### **Capítulo III**

#### **O ACAMPAMENTO, OS SUJEITOS E OS AGENTES MEDIADORES: Memórias e experiências na formação de um assentamento**

### **3.1 Caminhos e descaminhos na organização**

Os caminhos percorridos na história da luta pela terra no município de Três lagoas esboçam as dificuldades que os movimentos sociais têm em se organizar para e pela conquista da terra. Os entraves nesta organização, expressos ao longo dos anos 1980, evidenciam como a grande propriedade privada se encontra concentrada e articulada nas mãos de poucos, o que dificulta maior abertura política para a reforma agrária e mesmo para seu debate.

Soma-se a isto a consolidação de um espaço econômico permeado por pastagens naturais e artificiais, cuja finalidade historicamente é a presença do boi na terra, ocupando uma área de 213.463 ha em todo o município. Evidencia-se também ao longo dos anos 1990, por meio de incentivos fiscais a implantação dos projetos para o estabelecimento de multinacionais, principalmente de setores que, de alguma forma ligam-se a monocultura do eucalipto, quando não da progressiva intensificação do plantio da cana de açúcar.

Isto fica evidente quando observamos a área ocupada e a distribuição dos imóveis rurais no município:

#### **Distribuição do número de imóveis e área total, segundo a categoria de imóvel rural do município de Três Lagoas – MS**

<b>Grande Propriedade</b>	<b>Média Propriedade</b>	<b>Pequena Propriedade</b>	<b>Minifúndio</b>	<b>Não classificado</b>	<b>Total</b>
-------------------------------	------------------------------	--------------------------------	-------------------	-----------------------------	--------------

<b>Imóvel</b>	584	660	379	483	39	2.145
<b>Área (ha)</b>	904.736,3	201.648,6	31.605,9	6.185,9	2.642,7	1.146.819,4

Fonte: INCRA – SNCR – Dez/05.

É claro que a grande propriedade ocupa a exorbitante maioria das terras, fato que não é diferente do restante do Estado de Mato Grosso do Sul, onde concentração fundiária é marca de todo o gestar de lutas e movimentos reivindicatórios.

Observamos também que inúmeras são as críticas produzidas em relação aos movimentos sociais e à luta pela terra nos anos 1990. Muitos artigos publicados por deputados, senadores e vereadores condenam por todo Estado a organização dos movimentos, incriminando suas ações e denegrindo a imagem daqueles que de alguma forma ligavam-se à luta pela terra.

Em muitas das matérias, estes representantes governamentais tecem inúmeras críticas à forma como alguns movimentos sociais encabeçam suas ações, pontuando que muitas vezes estes deveriam repensar suas formas de atuação e parar de controlar “na marra” os sujeitos pobres. Vê-se isto em matéria publicada no jornal *Diário de Três Lagoas*, de 14 de agosto de 1996, em que Senador do PMDB-MS tece críticas à forma como o MST busca se organizar na luta pela reforma agrária, ressaltando que sua ação “foge aos princípios do regime democrático, pois a reforma agrária deve ser feita com respeito a legislação vigente, sem violência e sem invasão”.

Partindo da mesma perspectiva, o mesmo jornal, no dia 20 de agosto de 1997 publica matéria do Deputado Hosne Esgaib em que critica as lideranças do MST, considerando suas ações como banditismo, na medida em que “insuflam invasões de terras e outras propriedades, estimulando de forma perigosa o confronto de classes no campo”.

Em matérias como estas, observamos as manifestações em que o Estado estava imerso, colaborando para o entendimento do contexto pelo qual vão se estabelecendo os grupos e mediadores que ainda buscam a conquista da terra, marcando o que continuaria a ser o longo caminho que os movimentos sociais teriam que perpassar para continuar qualquer luta. Da mesma forma, observamos

que, na maioria das notícias, as críticas recaíam sobre o MST, por considerá-lo como mais agressivo e adepto a “invasões”.

Este fato se torna importante visto que o MST não teve nenhuma participação nas trajetórias de lutas em Três Lagoas até aquele momento, e o cenário nos anos 1990 sobressaía à organização sindical, que com a gradual mudança de foco da CPT, principal mediador atuante até então, passa a organizar as lutas. Sua maior participação acarreta algumas mudanças nas práticas estabelecidas para a conquista da terra, visto que, como já observamos, a partir da estrutura organizativa da FETAGRI, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas, tendo como presidente Genir Neves da Silva, busca estabelecer novas formas para a conquista da terra na região.

Segundo a própria presidente, a reforma agrária deve ser conduzida, organizadamente, pelos órgãos competentes, e o INCRA é quem deve orientar quais as terras que são comprovadamente improdutivas para então “ocupá-las de maneira pacífica”. Ressalta que o INCRA é o único que tem disposições competentes para fazer os levantamentos e indicar os procedimentos na ocupação das terras. Calcado em um discurso mais individualizado de projeto para reforma agrária, ainda pontua que “a reforma agrária que eu sonho ver realizada neste país, é aquela que vá beneficiar os trabalhadores que realmente se identificam com o campo e têm disposições para trabalhar a terra e dela tirar o sustento de suas famílias, e não para especulação como acontece na maioria dos assentamentos”<sup>111</sup>.

Este discurso possui seu fundamento vinculado ao modelo de reforma agrária estabelecido pela estrutura sindical e suas disposições direcionadas pela FETAGRI, que busca estabelecer projetos para o fortalecimento da agricultura familiar, como ressalta a presidente:

Hoje utilizamos agricultura familiar por conta do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável, hoje a gente usa chamar o trabalhador rural de agricultor familiar esse que produz alimento, é o proprietário, o arrendatário, o meeiro ou comodatário. Então hoje o sindicato representa estes trabalhadores (SILVA, 2001)

Este modelo de trabalho também pode ser compreendido na fala do agente da CPT, Kudlavicz:

---

<sup>111</sup> Diário de Três Lagoas, 19 agosto 1997.

Olha, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais daqui de Três Lagoas de um modo geral ele segue a linha da FETAGRI, porque até mais ou menos mil novecentos e noventa (...) praticamente noventa e cinco por aí, ela não se envolvia muito pela luta da reforma agrária, muito pouco. Ela começou a se envolver porque muitos associados dos sindicatos começaram a exigir e começaram a fazer alguns movimentos de luta pela terra independente se a instituição aceitasse num é isso, a diretoria a hierarquia era favorável ou não e forçou com que a FETAGRI (...) começasse também a apoiar a luta pela terra, só que a FETAGRI sempre trabalhou no seguinte princípio de que eles são contra qualquer tipo de invasão, eles são contra ocupação, são contra invasão de terra (...) e trabalha com uma perspectiva de reforma agrária na paz (2007).

Fica evidente a discrepância organizativa dos agentes mediadores que participam dos movimentos sociais no campo, produzindo diferentes formas de trabalhar a conquista da terra. No caso da organização sindical, compreendemos que seu posicionamento junto às lutas no município vão além da diferenciação em sua forma de atuação. Isto porque o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a partir de sua presidência expõe um discurso em que ataca diretamente o MST, criticando sua forma de organização e considerando criminosos os saques e invasões cometidos pelos “supostos” sem terras participantes do movimento. Pontua que com *“a forma como o MST está agindo jamais se chegará a reforma agrária”*, ressaltando que *“eles atropelam os órgãos competentes e criam um clima de dificuldade onde fica impossível fazer qualquer negociação”*. Completa seu discurso alegando que na maioria das vezes estes “sem-terra” estão mais armados do que os policiais, fato este que se daria por estarem sendo induzidos por terceiros a agirem de tal forma e que *“o verdadeiro trabalhador rural não sai por aí matando, ele quer apenas um pedaço de terra para produzir e tirar dela o sustento de sua família”*.

A produção deste discurso em tal contexto colabora para percebermos como a questão agrária neste espaço é permeada por múltiplos posicionamentos e disputas. O bloqueio a organização de movimentos sociais neste contexto e mesmo ao debate sobre a reforma agrária já se torna historicamente um empecilho a conquista da terra, e quando estes estão presentes, como na figura do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, também encontramos a produção de discursos contrários a outras formas de organização, então, não fica difícil de perceber porque outros movimentos sociais não têm maior atuação neste espaço.



O que buscamos perceber então é como a partir da organização sindical se deram os encaminhamentos da luta pela terra no município, e como a partir da visão de reforma agrária produzida por este mediador e dos sujeitos presentes se deram as lutas e possíveis (re) produções de seu discurso.

Ainda no início dos anos 1990, ocorreram algumas manifestações de sujeitos ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais na organização da luta pela terra. Formaram em meados de 1991 o acampamento Morro Vermelho, próximo à cidade de Selvíria, contando com a maciça participação de famílias da região, principalmente, de Três Lagoas. Os dados não informam o número exato de sujeitos, mas ressaltam que novamente este grupo, depois de um tempo acampados não conseguiram a conquista de terras na região, e acabaram por participar de nova luta, na fazenda Cesalpina e posteriormente sendo assentados em Anastácio.

Após este período, “silencia-se a questão agrária em Três Lagoas”, como expressou a presidente do sindicato, referindo-se ao fato da não formação de novos movimentos sociais na região. Isto não significa que não existam sujeitos que necessitavam e continuaram buscando novas formas de conquista e permanência na terra, visto que a luta não pode ser minimizada, apenas a organização dos agentes mediadores. Percorrendo de fazenda em fazenda, nas carvoarias da região, na venda de leite na cidade, por ter que voltar para ela, estes foram alguns dos caminhos encontrados pela maioria dos sujeitos que não possuíam um pedaço de chão para trabalho, fato este que encontramos nas falas dos sujeitos que posteriormente vem a integrar o movimento de formação do assentamento Pontal do Faia.

Desta forma, a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais se buscou ao longo dos anos 1990 organizar um novo movimento que visasse à conquista de terras na região. Por meio de sua forma de organização e atuação, inicia-se um trabalho junto aos trabalhadores rurais do município que estivessem interessados em participar de um novo movimento. Inicia-se a trajetória de formação do Assentamento Pontal do Faia.

### **3.1.1 - O Assentamento Pontal do Faia: seus sujeitos, suas histórias**

É como se o tempo presente carregado de lembranças e de esperanças se configurasse como um tempo saturado de agora

(Walter Benjamin)

As possibilidades de uma nova organização, de um novo movimento que buscasse a conquista de terras no município nascem na segunda metade da década de 1990, a partir da iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em reunir trabalhadores cadastrados, para que pudessem participar de reivindicações das terras que estariam sendo desapropriadas pelo INCRA no município.

A partir de reuniões realizadas na sede do Sindicato, deram-se algumas diretrizes norteadoras sobre encaminhamentos na forma como seriam conduzidos os trabalhos, a participação e a organização dos sujeitos para/pela conquista da terra. As terras que estavam em questão eram pertencentes à Fazenda Pontal do Faia, uma propriedade que, segundo a vistoria realizada pelo INCRA possuía uma área de 1.317,691 ha improdutivos ou com baixa produtividade.

As terras onde se encontram a referida fazenda compõem uma região que historicamente apresenta alta concentração fundiária e de importância econômica. A partir da década de 1940 as terras se encontravam em propriedade do empresário Eloy Chaves, que possuía mais de 2.154 alqueires na região, divididos em 2.752 ha da Fazenda “Varginha”, uma gleba de 1.141 ha e outra de 1.000 para Companhia Cafeeira. Ligado a empresas de eletricidade e dono da usina térmica do município, retirava dessas terras a matéria para seus empreendimentos, como a extração de madeira, principalmente aroeiras, faveiros, ipês e angicos. Com o tempo, as terras arenosas transformaram-se em pastos, abrindo espaço para a pecuária, atividade desenvolvida na Fazenda Pontal do Faia em 1946, por seu filho Vail Chaves.

A partir da pesquisa de campo, do contato com os sujeitos no assentamento e pelas entrevistas orais, percebemos que neste processo de organização, o Sindicato era quem conduzia a situação, organizando o movimento muitas vezes sem a consulta dos que seriam os beneficiados pela possível conquista, calcando uma organização a partir do que considerava o “melhor caminho”, como exposto na fala da presidente:

Tentei montar uma estratégia minha para conseguir reforma agrária, então eu pensei, invadir nos não vamos, colocar as pessoas correndo o risco também não, então tem que montar um jeito, tentei selecionar as pessoas que já tinham aptidão, uma pré seleção, da minha maneira, como eu conheço o trabalho na terra, então aqueles que atendessem os requisitos do meu conhecimento, de trabalhador rural, eu já deixava ela na lista, desde que estavam quites com o sindicato (...) (SILVA, 2001).

Percebe-se que as diretrizes centrais para participação neste movimento eram a de estar devidamente cadastrado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com as contas em dia, de preferência pessoas que eram da própria cidade, como aconteceu com a maioria e de contemplarem os requisitos estabelecidos pelo mesmo, quais sejam, sujeitos que possuíam aptidão com o trabalho na terra e uma trajetória de vida no campo. Para tanto, observou-se a realização de entrevistas com todos os sujeitos cadastrados, para que, segundo o Sindicato, estabelecessem aqueles que participariam inicialmente desta luta.

Depois de vitórias feitas, a propriedade vem a ser desapropriada em 07 de fevereiro de 2000, constando em laudo como improdutivo e apta a ser destinada à reforma agrária. Como já pontuado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais entra em contato com seus cadastrados e continua a dar os nortes sobre o processo e os próximos passos para a conquista da terra, que contaria, neste momento, com a participação de 69 famílias.

Como o historiador deve sempre buscar tencionar todas as questões que transparecem no trabalho, fomos tentar entender quais seriam estas diretrizes e os próximos passos estabelecidos pelo sindicato, visto que já estávamos convencidos de como sua organização buscava arregimentar em poucas mãos os passos a serem dados. Observamos que sua proposta inicial era a de não realizar o acampamento, visto que se tinha em mente que a conquista da terra deveria ser feita a partir do trabalho do sindicato, sem “expor” os trabalhadores. Porém, como já sabemos que o acampamento veio a ocorrer, ficamos interessados em saber o que se passou nesta mudança de planos.

As tramas que envolvem a luta pela terra, os movimentos e a própria reforma agrária cada vez nos faz perceber como existem disparidades e acirramentos no processo. Neste caso, ocorreu que quando as terras foram desapropriadas, outro movimento social de luta pela terra, o MST, que possui forte organização na região, principalmente no interior do Estado de São Paulo, esboçou interesse em participar

da conquista daquelas terras, o que acabou por gerar um desconforto para a organização sindical, que queria que fossem contemplados apenas os sujeitos de Três Lagoas que estavam organizados a partir do sindicato. Segundo José D. Medeiros, hoje assentado, a formação do acampamento:

Foi pelo sindicato e nós viemos acampar aqui porque o MST estava querendo invadir aqui, e nos viemos pra segurar, nos acampamos na beira da estrada para o MST não invadir. Porque o MST ficou sabendo que esta fazenda estava sendo desapropriada, porque quando viemos aqui já tinham feito a vistoria e dado ela como improdutiva, estava sendo desapropriada, e o MST queria invadir, aí fomos a Campo Grande, com a presidente do sindicato, e o INCRA falou, cuida lá senão o MST entra e vocês perdem a terra. Aí viemos e acampamos, mas o projeto era nos pegarmos os lotes sem precisar acampar.

Nossa leitura sobre a realização da reforma agrária em nosso país hoje, calcado nas diretrizes organizativas mais utilizadas, pensando aqui as suas manifestações, formas de luta e de pressão, nos fazem compreender que a passagem e a luta pela terra no período de acampamento, são marcadas como momento em que os sujeitos ali envolvidos buscam estabelecer as primeiras organizações, como um grupo único. É caracterizado como um espaço de formação e capacitação destas pessoas, no sentido de compreensão da luta, momento no qual se compartilham experiências, representações e ideais. É o momento fundamental onde se pode trabalhar a organização do movimento, a coletividade da luta e a aprendizagem daqueles que ali estão por um único ideal: a conquista da terra.

Neste sentido, visualizamos que entre os diferentes movimentos que atuam na luta pela terra acabam por construírem, no momento do acampamento formas distintas de se trabalhar a luta e a organização. Estas divergências podem se caracterizar de acordo com as lideranças envolvidas: MST, CUT e FETAGRI, por exemplo, possuem distinções em suas formas de trabalhar a pedagogia de luta no acampamento, o que acaba por influenciar na organização posterior ao acampamento, fato este evidenciado no assentamento Pontal do Faia.

Se para alguns a ocorrência do acampamento Pontal do Faia foi apenas um ato de garantia das terras para aqueles ligados ao sindicato, para outros que

permaneceram ali, ao longo de mais de um ano, na espera, aquele momento gestou diferentes representações e significações.

O acampamento se formou por volta de junho de 2000, em frente à referida fazenda, na rodovia BR-158 que liga Três Lagoas a cidade Selvíria. Inicialmente cerca de 69 famílias estavam participando do movimento em busca da conquista de terras. Deste número, somente 45 continuaram e nem todas participaram diretamente do acampamento. Segundo os dados<sup>112</sup>, a grande maioria, 92% das famílias montaram acampamento, mas não passavam todo o tempo no mesmo. O constante deslocamento das famílias se deve as diferentes formas estabelecidas para a sobrevivência, visto que muitos possuíam trabalho nas fazendas da região, na cidade e não podiam deixar o sustento naquele momento. Muitos trabalhavam com o gado nas fazendas, como capatazes, em outros empregos na cidade, na venda de leite, então acabavam por não estar constantemente integrados às reuniões e à organização de um modo geral do acampamento.

O senhor José Dexe de Medeiros ressalta nesta passagem que:

Nós viemos em trinta e poucas pessoas só (...) e nem todos ficaram acampados, um pouco porque voltavam pra trabalhar porque tinham serviço, ficavam aí, saíam um mês, voltavam outro, vinham de fim de semana nos barracos, mas foi assim (...) tinha gado, umas vacas leiteiras, veio pra beira da estrada e começou a vender o leite, vendia leite pra Nestlé na época. Eu também não saí porque trabalhava nas fazendas, nas carvoarias na época e fiquei por aqui. (2006).

Da maioria dos sujeitos que integraram o acampamento, cerca de 40%, exerciam algum tipo de atividade no meio rural naquele momento, seguido de outros 25% que exerciam trabalho na cidade e mais 20% que transitavam como autônomos entre o campo e a cidade. Jesuíno Soares Neto nos conta que, na época do acampamento trabalhava na venda do leite na cidade de Três Lagoas, onde possuía algum gado, e por isso transitava entre a permanência no acampamento e no trabalho na cidade, pois *“ia e voltava, era mais turista. Aqui eu tava na cidade não podia deixar meu gado sozinho, porque aqui não tinha condições, levar o leite para vender na cidade, e você sem renda, sem comida não é”*.

---

<sup>112</sup> Dados estabelecidos na pesquisa de campo, por entrevistas e a partir do Relatório “A composição de renda nos assentamentos de reforma agrária na microrregião de Três Lagoas/MS: análise das atividades agrícolas e não-agrícolas”, realizado pela Fundect sob a coordenação da Professora Dr. Rosemeire Aparecida de Almeida, em 2007, da qual pudemos participar diretamente.

Situação semelhante ocorria com Dona Dalva, 58 anos e seu marido, senhor Sebastião Pereira, 53 anos, que nos conta que permanecia todo o tempo no acampamento, participando de algumas reuniões, fazendo umas hortinhas, conversando com o pessoal enquanto o marido trabalhava na cidade, como vigilante em uma empresa e para o acampamento voltava quase todos os dias, o que era necessário, segundo dona Dalva. *“De dia ele me ajudava, trazia água, mantimento pra eu comer, pra mim olha e eu ficava ali, porque era a assistência que ele podia dá porque se ele saísse da firma morria de fome”* (2008).

Estas situações contribuem para visualizarmos algumas das questões que norteiam o momento da luta no acampamento, uma luta contra a espera, contra as adversidades do cotidiano e muitas vezes contra os próprios projetos assistencialistas dos agentes mediadores, que deixam à margem da organização as propostas dos sujeitos, isso quando estabelecem alguma organização.

Interessante observar a existência de figuras como a do senhor Jesuíno, que viviam com a venda do leite pelas ruas da cidade, figuras estas que eram comuns há tempos nas cidades, passando de casa em casa, de rua em rua, geralmente a badalar um sino, em uma charrete. Porém, como o próprio Jesuíno ressalta, este tipo de comércio quase não é mais praticado, visto as muitas restrições que as leis municipais taxam sobre este tipo de comércio.

De toda a forma, as dificuldades permeavam a trajetória do movimento, desde a manutenção do acampamento, passando pela organização sindical até as contradições internas entres os próprios sujeitos. Observemos a fala do senhor Dorivan, 64 anos, um dos acampados:

E aqui onde nos fomos acampados aí, mas era para ficarmos três meses acampados, que foi o que passaram pra nos, e nos estamos com um ano e quatro meses já acampados aqui, mas não tem água, não tem luz, não tem nada. A água mais perto é 1.500 metros para ir e 1.500 para voltar, então são 3.000 metros. A outra da 3.0000 para ir e mais 3.000 para voltar, e agora a partir do dia 25 que nos recebemos a primeira cesta, não tinha cesta básica, não tinha água, não tinha nada, era tudo por nossa conta e agora que nos recebemos a cesta básica aqui que eu recebi foi agora. A dona Genir falou que vai ter mais três cestas, dessas que não é do INCRA que ela conseguiu e que depois que nos vamos começar a receber a cesta básica, depois que nos formos assentados nos lotes, nos ainda não estamos nos lote, nos ainda estamos aqui na beira da rodovia e nos vamos continuar aqui até sair a liberação dos lotes para que nos comecemos a receber a cesta básica do INCRA.

A dificuldade de assistência, de permanência e mesmo de notícias sobre o andamento das negociações eram quase nulas em grande parte do tempo, como ressalta dona Dalva:

Foi assim muito difícil porque não tinha água, a gente buscava sete, oito Km pra pode tomar essa água, lavar roupa tinha que ir à pé com roupas nas costas e assim fomos vivendo. Aí depois veio as cestas básicas três meses, lá quando nos passamos para dentro, mas assim, nos só podia passar cinquenta metros pra dentro das terras, mas sem água e sem nada do mesmo jeito. Recebia cesta e você sabe que ela não vem completa, mas já ajudava, era pouco, mas dava pra comer e saía por aí pra trabalhar, pra outro lugar...

Questionada sobre outras possíveis dificuldades, pois sabíamos que juntamente com as manifestações dos grupos pelas estradas, nos acampamentos e mesmo nas cidades, existem os preconceitos, discursos taxativos e demais concepções sobre a luta pela terra, ela expõe que eram constantes as manifestações contrárias à permanência do grupo. Muitos que passavam pela rodovia não hesitavam dizer:

Vagabundo, sem vergonha, vai trabalhar cambada de a toa. Eu vou contar mentira, acontece ué, a gente sente sabe o que é, nem todos são vagabundos e nem todos são honestos e nem todos queriam terra pra trabalha, uns queriam pra vender, outros pra alguma coisa, porque nem todos tão aqui, uns 18 ou 19 já não tão mais. Agora você acha que isso ta certo? Pra gente que tava querendo vim que foi nascido e criado com os filhos na terra, agente queria terra, trabalhar que nem estamos aqui, bom ou ruim estamos aqui, nos somos da terra. Eu já acho assim errado se eu viesse pegasse terra dali limpasse esperasse tudo do governo e depois que tava tudo limpinho eu pegasse minha terra e vender, sai fora com meu dinheiro e viver bem lá na cidade. (DALVA, 2008).

Somado a seu discurso sobre os preconceitos que se formavam em relação ao acampamento, encontra-se a indignação com os companheiros que não participavam, que pouco apareciam para discutir a luta. Pontua que muitos quase não ficavam no acampamento e que *“tinha noite que pousei sozinha aqui, lá na beira, que tinha dia que passava caminhão cheio de gente e soltava tijolo em cima do barraco da gente”*. Relata que acha errado estes que não participam da luta, pois dificultam uma união para depois, quando estiverem no assentamento, e argumenta que o acampamento transbordou movimento quando *“eles viram que o INCRA veio e eles viram que ia sair, cortar tudo e eles correram tudo, ai encheu de barraco*

*assim sabe, foi aquela festa sabe, gente para tudo quanto é lado*". Completa ressaltando que *"ou você quer uma coisa ou quer outra, então você fica na cidade ou vem pras terras e fica bem"*.

São muitas as interpretações e representações do período de acampamento, que evidenciam as dificuldades, esperanças e desilusões que nortearam este processo de luta, que acabam por transparecer nas histórias contadas, em significações que são rememoradas por estes sujeitos como marcas da luta, representadas por aqueles que ficaram acampados, em atos como de estarem à beira da cerca já trabalhando, mesmo no plantio para sobrevivência, ou quando enfrentaram o sol e as chuvas, a dor e, por vezes, a solidão.

Fabrini elucida que no período de acampamento:

Pequenas lavouras são improvisadas com culturas temporárias para a subsistência, como feijão, milho, hortaliças, nas terras do latifúndio, próximo ao acampamento. [...] O acampamento se sustenta com trabalho dos próprios acampados, com recursos conseguidos do governo e com ajuda dos sem-terra já assentados que se consideram, também, um trabalhador sem-terra, devido a identidade criada entre eles (1996, p. 118).

Na trajetória do movimento, o proprietário da fazenda, ao saber da mobilização e do estabelecimento do acampamento em frente à sua propriedade, arrendou parte das terras para o desmatamento e implantação da carvoaria e outra parte, cerca de 50 hectares, "foram arrendados para um chinês plantar mandioca". Esta foi uma tentativa do fazendeiro conseguir justificar que a propriedade e as terras que estavam sendo desapropriadas eram produtivas, mas nem esta medida e mesmo a luta judicial que ocorreu, puderam impedir a desapropriação da área.

Estas carvoarias que acabaram por ser construídas serviram de local de trabalho e sustento para os acampados:

(...) foi quando a terra foi desapropriada veio a carvoaria pra aqui, mas essa carvoaria veio pelo ex-dono da fazenda que ele tava querendo ver se não perdia as terras, jogou a carvoaria lá e nos deixou na carvoaria, nós estávamos acampados na beira da estrada e não tinha serviço e trabalhamos lá. (MEDEIROS, 2006).

Estas práticas de trabalho e da busca de suprirem suas necessidades temporárias no período de acampamento demonstram alguns dos mecanismos de luta e sobrevivência que envolvem a passagem do acampamento para o



assentamento. Passagem esta que expõe os significados da luta para cada um destes sujeitos, as marcas e representações da luta que, posteriormente, são (re) produzidas nas representações da vida no assentamento. As dificuldades passadas no período de acampamento envolvem a luta no assentamento, como vontade e insistência para superar novas dificuldades.

No período de acampamento e mesmo com os trabalhadores já assentados, as discussões realizadas no Pontal do Faia sobre a luta, o movimento e a vida no assentamento acabaram por ficar naquele momento resumidas a discussões realizadas pelo sindicato. O Pontal do Faia se abria como um assentamento marcado pela organização sindical, no qual outros agentes participantes na luta, como a CPT tem pouquíssima participação. Isto se deu principalmente porque:

O sindicato queria distância da pastoral da terra, ela queria que o... que aquele acampamento, aquela organização fosse deles e toda orientação fosse deles, não é isso! Eles não queriam influencia de nenhuma outra entidade na organização desse movimento. (KUDLAVICZ, 2007)

Desta forma, os caminhos e descaminhos da organização, os desacordos dos agentes mediadores e entre os próprios sujeitos acabam por se mostrarem presentes no processo de organização do Assentamento, nas relações de trabalho e de vida. E são questões que se abrem no continuar do trabalho sobre o Assentamento Pontal do Faia.

### **3.2 Entrar no assentamento: quando “alguns” personagens saem de cena**

O ponto de partida, o ponto de chegada, a terra. Depois da conquista, a formação do assentamento surge como nova fase, não menos árdua, para todas as famílias, correspondendo a um novo espaço de trabalho, de lazer, de suas vidas. Espaço das transformações, das rupturas e continuidades de práticas, visões de mundo, de sentimentos e descontentamentos, e para nós, pesquisadores, o emaranhar de relações que se estabelecem, de códigos de linguagens e diferentes representações e formas de organização.

E por meio de cada história contada, vamos compreendendo a formação do assentamento, e juntamente com este, dos caminhos e descaminhos da reforma agrária neste espaço.

Segundo as diretrizes organizativas pautadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e contidas no projeto “Assentamento Pontal do Faia” realizado pelo INCRA (2001), inicia-se o processo de estabelecimento dos lotes, por meio de sorteio e emissão de posse, que vem a ser realizado em 29 de dezembro de 2000, mas entregue somente na segunda metade do ano seguinte. Sua estruturação inicial buscou colaborar na construção das estradas, medição dos lotes e consignação dos créditos habitacionais, de fomento e alimentação, que correspondem a um montante de 1.0000 reais para compra de ferramentas, 12 mil para construção das casas pelo PRONAF<sup>113</sup> e cerca de quatro cestas básicas do INCRA.

Conforme o projeto:

A fase inicial de instalação da comunidade, onde está prevista aquisição de bens e materiais, construção de moradias, entre outros, será subsidiada pelo Programa de apoio ao assentado, através do qual serão repassados recursos financeiros para as famílias. A infraestrutura básica a ser gradativamente implantada contará com apoio dos órgãos públicos competentes para que sejam supridos serviços essenciais, como saneamento básico, atendimento escolar, e de saúde, sistema viário, transporte. As famílias eleitas para o assentamento serão assistidas pelos órgãos públicos competentes no sentido de fornecer orientação técnica e acompanhamento no preparo do solo e plantio das lavouras, segundo critérios e técnicas de conservação do solo.

As atividades econômicas a serem desenvolvidas pelas famílias serão dimensionadas mediante critérios técnicos de potencialidades dos recursos naturais do local. As culturas de maior adaptação na região serão adotadas a partir do levantamento pedológico, que resultou na aptidão agrícola das terras, possibilitando assim, uma boa diversidade nos plantios e conseqüentemente uma maior produção agrícola das safras (INCRA, 2001, p. 85).

Quarenta e cinco famílias. Algumas participando do movimento ativamente desde o início, outras se mostrando mais presentes a partir do sorteio e entrega dos lotes, mas todas carregando a vontade de ter a terra. Vontade esta que se misturava com o não entendimento de muitas etapas que estavam sendo realizadas e outras mais que estariam por vir.

O senhor Edson, 55 anos, está no assentamento desde o início e relata que se hoje existem dificuldades. No começo foram muito piores, pois não sabiam ao

---

<sup>113</sup> O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é um programa criado pelo Governo Federal em 1995 cuja finalidade é atender os mini e pequenos produtores por meio de linhas de crédito de *investimento* destinadas a diversos projetos rurais.

certo o que seria feito e nem quando teriam a assistência básica implantada. Esta é uma questão expressa em grande parte das entrevistas, o que nos faz perceber que os caminhos da constituição do assentamento contrastaram com a alegria da conquista da terra e as contradições na organização do movimento, que contribuem para as eventuais dificuldades que a reforma agrária apresenta em nosso país.

Assim, as primeiras cravadas de enxada na terra não foram somente para o plantar e colher, mas serviram para fazer vivo a própria existência do lote, como ressalta o senhor Edson:

Aqui nem tinha entrada nem se quer. Lá onde a Sônia mora tinha uma entrada que entrava dentro do mato, desde mato. Entrava assim e saía lá perto da cerca e eu vinha de carro naquele pedaço lá, deixava o carro lá e subia beirando aquela cerca lá, saía ali, abria uma picada ali, fiz um barraco de lona ali, sozinho e Deus, ninguém não tinha esse vizinho aqui não, nem aquele ali, tinha o seu Josias lá embaixo, o Izaque e eu ficávamos sozinho aqui e Deus, não tinha água, não tinha assistência de nada. Água a gente buscava no tambor, buscava na bicicleta, pegava um tambor de vinte litros. Aquela água era pra tomar banho, pra poder fazer comida, pra isto tudo então foi um tempo muito difícil, aí vieram abrir estrada, lá de baixo, abrimos uma picada para nos irmos aqui e eu e a turminha na enchada, machado, foi enxadão e abrimos uma picada e quando veio a máquina e apenas deixou ela aberta para nós, aí vieram e quebraram um alqueire pra gente, para cada um, a gente pagando daquela cerca pra cá, aí deu mais uma clareada, aí depois abriu mais uma parte, abriu mais quatro alqueires ali pra baixo, já ficou melhor aí já formei o pasto mas água não tinha, a mesma coisa, abriu pasto formado, cercado e não tinha gado porque não tinha água, pegava água lá na carvoaria, passei e trouxe a carroça pra cá e puxava água nela, aí já melhorou. Para construir esta casa, buscava água na carroça, veio um trator de água, paguei vinte e cinco reais e não veio uma gota d'água pra mim, paguei mas não veio a água. Pegava os tambores e trazia, então, peguei este gado e trouxe pra cá. Aí foi quando coloquei este motor, não dava certo puxar água, não deu certo esta coisa aí, então tinha que dar umas três viagens por dia na carroça, lá da lagoa perto da escola sabe, com os tambores pra água para o gado. Comecei com seis cabeças de gado e para os bichos não passarem sede buscava, e por muita vezes passei, aí lutei, lutei, lutei e consegui desenrolar o negócio desta bomba aí, e deu certo e de uns anos para cá a coisa melhorou.

A questão da assistência básica, como de água, foi um difícil obstáculo na formação do assentamento, comprometendo o projeto inicial, por não estar inserido no projeto do INCRA, como ressaltado pelo sindicato: *“Isso que eu acho um absurdo, como você põe gente em um local sem água e sem estrada, é difícil, a estrada já veio, mas a água que tinha que ser primeiro ainda não chegou”* (2002)

Dificuldades estas que se misturavam com o não entendimento dos passos a serem dados, como expressos pela não divulgação do preço que estariam pagando pela terra conquistada, como ressalta o senhor Dorivan:

(...) Não, eles ainda não discriminaram o preço ainda, porque falta esse perito vim ainda, pra que faça mais uma avaliação na área, pra que seja definido o preço. Aí vão passa o preço pra nos no documento, até o Ramon falou, isso aqui tinha que ser divulgado pra vocês, vocês tão pegando uma terra que vocês vão ter que pagar sem saber o preço, aí eu falei vai fazer o que, daí o Celso tava aí no dia do sorteio e falou também, que não tinha ainda o preço certo pra passar pra nos, que ele deu na entrevista dele ai, veio carro de som, pra monta no palanque, que não tinha que ele não podia falar que não sabia quanto que era, porque perguntaram pra ele, porque teve uns assentados que perguntaram que preço ia sai a terra e ele falou que não sabia ainda, faltava aqueles peritos ainda pra pode acerta o preço pra passar pra nos.

O desencontro nas informações e mesmo o descontentamento com estes percalços iniciais fizeram com que dois sujeitos abandonassem a luta logo no início, alegando que para eles seria muito difícil “pegar” uma terra que nem sabiam ao certo quanto teriam que pagar. E, infelizmente, este é um retrato que acontece também com muitos projetos destinados aos assentamentos. O senhor Jesuíno, nos conta que pouco tempo depois de erguida sua casa, parte dela veio ao chão com uma chuva forte, e um dinheiro que fora destinado para demais construções e reparos dentro dos lotes não chegou às mãos dos assentados, visto problemas administrativos de ordem local e federal que deixaram retidos os fundos. Seria este, assim, mais um “fundo perdido” que tanto prejudica o caminhar da reforma agrária no país.

A deficiência na demanda de investimentos governamentais nos assentamentos rurais não permite um processo continuado de melhorias, levando cada caso a diferentes formas de adaptação, de produção, assim como da própria existência do assentamento, criando diversas formas de manutenção do lote e superação das necessidades.

Embora o planejamento dos órgãos responsáveis seja feito almejando criar um espaço que possibilite a continuidade das ações do grupo, do trabalho e permanência no lugar conquistado, por vezes os caminhos para tal consolidação não são tão claros e completos, deixando marcas das dificuldades que o processo de reforma agrária expõe. Isto se fez neste momento na ausência tanto de infra-

estrutura quanto do conhecimento da organização por parte dos sujeitos assentados. E estas ações, no geral, acabam por prejudicar o próprio andamento e continuidade da organização interna, que reflete diretamente nas ações tomadas pelo grupo, como veremos.

As adversidades que permeiam o processo de conquista da terra e o início da vida no assentamento já não são os primeiros percalços na trajetória de luta do homem do campo brasileiro. A mobilidade social se torna marca da maioria dos sujeitos que compõem os movimentos sociais contemporâneos, refletindo o histórico bloqueio ao acesso à terra.

E este caráter migratório encontra-se fortemente presente nos relatos destes sujeitos, expressando uma trajetória que perpassa os últimos 50 anos de suas vidas. Na formação do assentamento Pontal do Faia, observamos que esta mobilidade se confunde com sua própria história de vida, de sua família, e de seus trabalhos, como expresso pelos senhores Edson e Benedito Amâncio:

De onde veio? Vixi, aí a história é muito longa. Quando nasci, nasci na Bahia, da Bahia vim pro Paraná, do Paraná fui pra São Paulo, com idade de 10 anos, trabalhei na metalúrgica Matarazzo, depois voltei para o Paraná e do Paraná retornei para o MS, com 11 anos voltei para o Paraná novamente, aí de lá fiquei uma temporada novamente e depois casei, ai tem 11 anos que a gente mora aqui no MS...

Onde fui nascido? Em Minas Gerais, em Quartel Geral, fiquei lá até os onze anos, de lá fui pro Estado de Pernambuco, e vim pra São Paulo, trabalhar na lavoura, aí fui pra Votuporanga. Morei muitos anos no Estado de São Paulo, e do Estado de São Paulo fui pro Mato Grosso, pra Sorriso, fui pra Sorriso, lá no nortão, de lá vim aqui pra Três Lagoas, entrei no carvão, nas carvoarias ali em Água Clara.

Walter Salles, 59 anos, é agricultor, natural de Três Lagoas, nascido e criado na terra, como não deixa de ressaltar, filho de roceiro, cresceu na roça e viu seu pai perder suas terras. Em suas andanças foi para a região de Véstia (município de Selvíria) abrir mata fechada, teve que deixar o trabalho, dirigindo-se para a região de Rondonópolis-MT, onde nos anos 1960 percorreu inúmeras fazendas. Foram tempos difíceis e a permanência no campo já não se realizava, levando-o então a trabalhos na cidade, de volta a Três Lagoas, onde se empregou na barragem e não menos que em cinco a seis empresas diferentes. Não contente com a situação, pois *“não sou empregado de ninguém”*, foi trabalhar na entrega de leite em fazendas na

região de Campinas, por cerca de sete anos, até voltar para Três Lagoas exercendo a mesma profissão, só que pelas ruas da cidade. Já “sindicalizado” há um tempo, começou a participar da organização da luta pelas terras da Fazenda Pontal do Faia, onde conseguiu então seu tão sonhado espaço para viver.

A trajetória de vida do senhor Walter é como a de muitos sujeitos por todo país e do próprio assentamento que, ao longo das últimas décadas, vivenciaram as constantes transformações do/no campo e que fazem da vida um caminho com muitas paradas, entre aproximações e distanciamentos da terra, por diversos lugares, somando diferentes experiências.

E estas experiências, quando conglomeradas em uma luta, articulam-se na própria formação do movimento, de suas ações e relações entre o grupo. No Pontal do Faia, observamos que a trajetória do sujeitos participantes compõe um total de sete Estados, sendo sua maioria do próprio Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente do município de Três Lagoas, visto que, todos deveriam ser cadastrados no Sindicato local. Somada a estes temos a presença de sujeitos dos Estados de: São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe e Paraná<sup>114</sup>.

No tocante destas trajetórias é interessante observar que em muitos relatos a presença do homem nordestino se faz constante nos campos por todo Estado, levando-nos a refletir sobre o processo de migração que historicamente marca a região. Fugindo da fome e da seca, ao longo do século XX, muitas famílias se dirigem a regiões como o Sudeste e Sul, em busca de novas condições sociais, assim como ao centro-oeste, movidas principalmente por projetos governamentais, como no caso da “marcha para o Oeste”, na década de 1930. Mas, em muitos casos, infelizmente estas famílias não conseguem a estabilidade sonhada, continuando suas trajetórias pelo país em busca de seu espaço.

E no caso da busca pela terra, vamos encontrando ao longo de nossa história, gerações que continuam a caminhada, pelos campos, em diferentes trabalhos ou pelas cidades. E neste aspecto é interessante ressaltar esta passagem pela cidade, marcada em suas falas por desencontros, contratempos e necessidades. Como já relatado em algumas entrevistas ao longo do trabalho, esta passagem se deve principalmente a dificuldades na permanência no campo, assim como pelas necessidades familiares, tal como o estudo dos filhos. Na maioria dos

---

<sup>114</sup> Dados obtidos a partir do trabalho de campo, do relatório de pesquisa desenvolvido pela projeto da Fundect e das entrevistas. Segundo relatório, a naturalidade dos sujeitos assentados

relatos, percebemos que ela se fez presente, vivenciada entre o conformismo e a resistência em querer voltar para o campo:

Nasci no meio rural. Nasci e criei no meio rural, pra você ver eu trabalhei em serviço urbano de 1971 até 1977, mas neste meio eu ainda voltei pro meio rural. Em 71 fui pra cidade e quando foi 73 voltei pra fazenda e em 75,76 voltei de novo pra cidade, porque minha mulher tinha que estudar meus filhos, aí voltei pra cidade, mas assim eu morava na cidade e eu trabalhava nas fazendas, e quando eu não arrumava serviço em frigorífico né, porque quando eu morei aqui em Três Lagoas aqui de 1975, pra 1976, minha mulher ficava com os meninos e eu ia trabalhar nas fazendas. Aí arrumei serviço em Andradina e nos mudamos pra lá, de lá eu trabalhei até 1981, daí nós fomos pra Araçatuba e ficamos mais dois anos lá e voltamos pra cá de novo e eu fui trabalhar na Frigotel, do Frigotel trabalhei até 87, aí em 87, 88 eu acidentei, fiquei 8 meses parado, aí a boca esquento né. Aí quando eu melhorei fui pra São Paulo e levei todo mundo, chegando lá fomos trabalhar eu, minha mulher, minha filha, duas filhas minha, um filho meu foi pra aeronáutica e o caçula ficava dentro de casa cuidando da casa. Aí quando foi em 92, em fevereiro de 92 nos voltamos de São Paulo, pra Três Lagoas... (MEDEIROS, 2006).

Toda vida, eu nunca gostei de cidade, eu só gostei do sítio, só fazenda, eu me criei em fazenda e quero viver em fazenda até morrer, certo, então eu tenho meu sítio aqui é minha paixão, eu morro aqui dentro, mas é minha paixão, meu sítio. É isso aí (SALLES, 2006).

Nas narrativas acima podemos perceber o sentido de transitoriedade que a cidade possui na vida destes sujeitos, como ponto de passagem para chegar ao lugar desejado, ao espaço da vida, o rural. Assim, o campo abre-se como projeto de vida, experiência de trabalho e ponto de chegada. *“Nasci, criei e casei no rural”*, como nos diz dona Josefa, representa a vontade do campo, de voltar a uma vida muitas vezes interrompida na passagem pela cidade, e que busca encontrar agora a partir de novas experiências no assentamento.

A herança da terra se torna “ordem moral”<sup>115</sup> para muitos destes sujeitos, como experiência, expressão simbólica de ter conseguido viver “da terra”, pelo fato de tirar seu sustento somente a partir dela, disposição adquirida para além dos mecanismos considerados necessários para viver. O Senhor Romão Barreto, aposentado, 67 anos, vive no assentamento desde o início da luta, nos conta que sua vida é marcada pelo trabalho no campo, e muito se orgulha disso, pois não

<sup>115</sup> Remetemo-nos aqui à discussão realizada por Woortmann (1990), que nos apresenta questões a respeito da ordem moral camponesa e suas possibilidades de compreensão.

hesita em dizer que viveu “*sempre no cabo da enxada, foice, enchada. Minha caneta é essa aí. Não sei ler nem escrever por causa disto. Escola só ouvi falar agora há pouco atrás. Não quero também mais aprender porque já não tem serventia, ainda tem mais essa...*”.

Neste caso, a ordem moral se contrapõe ao fato de não ter estudado, conseguir e ter orgulho de sobreviver apenas “da terra”, orgulho de sua trajetória, de sua conquista de vida no campo. Esta herança carrega o peso da vida de muitos sujeitos, do trabalho na terra, da experiência adquirida mesmo sem nunca ter tido um pedaço de chão do qual fosse dono.

Outras histórias também contadas fazem-nos refletir sobre as passagens da vida destes sujeitos e como a vontade da terra se faz viva na memória. As dificuldades passadas adquirem a interpretação de uma liberdade buscada agora no assentamento, seja de trabalho, moradia, assim como de negação de dada situação. Isto se torna explícito ao observarmos a fala de dona Dalva e seu marido Sebastião que nos relatam alguns atritos ocorridos na vida e no trabalho dentro das fazendas, como no caso da posse do gado:

(...) Quando o fazendeiro viu que nós pedimos para ele, tinha um gadinho que a avó deu pra ele {o marido} que está no alto sucuriú, nós pedimos para ele {o fazendeiro} se podia trazer e ele deixou. Quando o gado foi aumentando que ele viu, falou que ele {o marido} ia ficar mais rico do que ele {o fazendeiro}, aí você já vê, não da certo, ele vai caçando rolo até o empregado ir embora, o patrão faz assim, eles acham que você não pode ter nada a mais do que nada, se você tiver subindo você está roubando, alguma coisa de errado você está fazendo. Nós tínhamos o que lá, umas três ou quatro vacas só, e a gente fica chateado de falar que estamos subindo, porque um homem daquele, que está com não sei quantos mil gados achar que um pobre que tem quatro vai ficar mais rico do que ele?

Ocorrências como estas revelam-nos os diferentes posicionamentos presentes nas relações de trabalho, em que, neste caso, o trabalhador por se encontrar na posição de “empregado”, estava rompendo com a lógica do patrão, que considerava errada sua acumulação, mesmo que ínfima, se comparada com a da grande propriedade. Isto nos leva a perceber que a lógica organizativa exposta nesta relação patrão-empregado produz este bloqueio histórico à *terra de trabalho*, oposto ao modelo concentracionista de exploração do trabalho alheio, a *terra de negócio*, que ao dizer ao senhor Sebastião “*que eu ia passar o carro na frente dos*



*bois, que eu ia ficar mais rico do que ele*”, está expondo os diferentes significados que a terra possui, pois é a partir deste que se faz camponês, que luta por sua autonomia e liberdade de trabalhar e ter o que quiser.

A condição de vida e trabalho anterior ao assentamento está ligada às transformações em seu modo de vida camponês. Neste caso, observamos que a grande maioria encontrava-se como assalariado rural, exercendo trabalhos como nas carvoarias da região, bóias-frias e nas mais diversas funções pelas fazendas do Estado. Somada a estes, outra parcela dos assentados encontrava-se como assalariados urbanos, e um pequeno grupo como autônomo e desempregado na época da formação do acampamento<sup>116</sup>.

Interessante observar a partir dos relatos que mesmo estes que possuíam vínculo mais próximo com a cidade exerciam atividades como na entrega de leite, verduras e hortaliças. Muitos viviam nas proximidades de Três Lagoas, nas fazendas e sítios, desenvolvendo algum tipo de trabalho no campo e levando-o para cidade, como no caso de Jesuíno que possuía gado na cidade, *“tirando leite e vendendo, mexendo com vaca na rua”*, mesmo que *“o pessoal não gosta não, já peguei multa, já me roubaram gado, cavalo, eu deixava solto a noite”*. Para ele, a cidade é o espaço onde se vende de tudo que se planta, que se produz, porque *“lá sabe como é, é ponto da gente vender tudo, um queijo se você levar você vende, ovo de angola você vende, ovo de pata você vende, um peru você vende”*.

A cidade também era espaço de outras atividades, como ressalta o senhor José, sessenta anos de idade, conhecido como Batata por todos no assentamento:

Eu tinha umas vaquinhas na rua, trabalhava com minhas vaquinhas na rua, eu tinha uma carroça e fazia frete com ela, vivia disso lá, não vou mentir não tenho vergonha de falar. O que é certo é certo, eu vivia de frete na cidade, fazia um fretinho pra um, pra outro, você sabe o que é o frete, de carroça, uma mudancinha, pegava uma terra pra um, uma areia para outro, e levava tijolo pra um, pra outro, sabe. Se tinha um lixo lá a pessoa queria tirar, paga a gente pra tirar, é desse tipo. Vivia desse jeito ai, e assim fui tocando até o dia que Deus quisesse que saísse de lá.

---

<sup>116</sup> Os dados apresentados no relatório de pesquisa Fundect de 2007 apontam que 87% dos assentados trabalhavam na época do acampamento e 13% encontravam-se desempregados. Destes que exerciam algum trabalho, 40% eram assalariados rurais, 25% assalariados urbanos, 20% como autônomos e 15% em outros trabalhos.

É, pois, tendo em vista a proximidade destes sujeitos da cidade, exercendo atividades ligadas ao campo que começamos a perceber a importância de outro espaço neste contexto de trajetória entre o campo e a cidade: a passagem de muitos assentados pelo chamado “Cinturão Verde”. Este corresponde a um espaço localizado nos entornos de Três Lagoas, próximo ao rio Paraná, no “Parque Jupiá”, futura “Área de Preservação Ambiental”, onde existem aproximadamente 200 lotes de um hectare cada, em que famílias vivem e trabalham desde meados da década de 1970. Sua história se confunde com a própria trajetória de luta do município.

Desde a desapropriação da área, pela prefeitura, para ser destinada a instalação de indústrias, muitas famílias ocupam o local, sem a certeza de que amanhã estarão na área, pois não possuem o título da mesma, vivendo ao longo destes trinta e cinco anos “amarrados”, como dizem alguns deles. São sujeitos possuidores de histórias, de muitas lutas, assim como de contradições e problemas latentes, sendo que inúmeras famílias nasceram e cresceram naquele espaço e convivem até hoje com projetos que lhes vêm de cima para baixo.

É deste espaço que descendem muitos sujeitos integrantes do assentamento Pontal do Faia<sup>117</sup>. São famílias que, ao retornarem de outros locais, perderem seus empregos em fazendas ou mesmo na cidade, como já ressaltamos, encontraram neste espaço a possibilidade de dar continuidade ao trabalho junto à terra. Exerciam atividades como o plantio e a criação de porcos, como ressaltava o senhor Benedito Conte, que *“ia pra cidade porque na época tinha um lote lá no Cinturão Verde e eu tinha muito porco lá”*, o qual utilizava para consumo e venda, assim como o trabalho no plantio, *“mexendo com roça, sempre com roça, toda vida, uns dez anos ali no Cinturão, ai surgiu aqui então veio tudo pra cá”*.

O mesmo pode ser apreendido na fala de dona Dalva e seu marido Sebastião, que nos conta que posterior à passagem por muitas fazendas e depois de alguns problemas, resolveram voltar para Três lagoas, encontrando no Cinturão Verde a possibilidade de desenvolver atividades junto à terra para tirar o sustento. Começaram então a trabalhar no cultivo de hortaliças, em que *“vendia hortaliças nos mercados para sobreviver nos anos noventa por ai”*, encontrando assim uma forma de sobreviver novamente junto à terra, assim como outros fizeram com o leite, porcos, coco, etc...

---

<sup>117</sup> Do montante de entrevistas realizadas, oito entrevistados relataram passagem pelo Cinturão Verde.

Esta passagem pelo Cinturão leva-nos a perceber como este espaço foi, e ainda é importante na trajetória de muitos sujeitos do campo nesta região, pois possibilitou o contato de muitos novamente com a terra, para o trabalho e consumo próprio sendo que, mesmo ainda, não donos de suas terras, conseguiram plantar e colher o que bem entendiam, donos de seu tempo. Da mesma forma, compreendemos que os bens produzidos possuem grande representatividade para o consumo da cidade, na venda do leite, das hortaliças, frutas, animais, contribuindo para o abastecimento interno de Três Lagoas.

Por meio destas trajetórias, vamos tecendo como o assentamento foi formado, pelos fios que representam cada caminhada, pelas estradas, ruas, campos, de muitos trabalhos, com muitas histórias, bem próximo do que Incao nos conta sobre o perfil de muitos assentamentos pelo país:

Eles vinham, cada um, de uma história parecida. História longínqua de pequenos arrendatários ou parceiros nas grandes fazendas e história mais recente de trabalhadores temporários ou ocasionais, rurais ou urbanos, submetidos ao arbítrio de um empregador ou de seu pressuposto. Cada um se queria autônomo, livre em seu tempo e em seu esforço. Eles não queriam mais depender senão deles mesmos (1995, p. 28).

Desta forma, a teia de trajetórias, memórias e experiências de cada sujeito se condensa na formação deste espaço, agora permeado por novas relações com os mediadores do processo de conquista da terra, neste caso o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Comissão Pastoral da Terra. E por estas relações constroem-se distintos discursos, práticas e representações sobre a vida e o trabalho no assentamento.

As falas apresentadas até o momento levam-nos a perceber a construção de um movimento arregimentado sob as práticas e direcionamentos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, aquém, muitas vezes, da participação de todos os assentados. E tal forma de organização influi diretamente na estruturação do próprio assentamento. Dentro dos lotes, ou dos “sítios”, como a maioria prefere, inicia-se o trabalho na construção das casas, benfeitorias, estabelecimento do plantio e das criações. Os primeiros anos dentro do assentamento representam o agrupamento em novas relações, formas de organizar o trabalho e preservação de laços de vizinhança, de parentesco. Mas ao mesmo tempo, vamos percebendo o desenrolar

de novas perspectivas sobre a vida e as dificuldades junto à terra, principalmente a respeito da participação dos agentes mediadores até então presentes na luta.

No caminhar destes primeiros anos, a conquista de estrutura, de financiamentos e demais formas de organização ainda se mostravam concentradas na figura do Sindicato e sua presidência, delegando a ele disposições sobre maior parte dos encaminhamentos, decisões e benfeitorias destinadas aos assentados, como na realização de cursos:

No assentamento esse ano já foi dado um curso de fruticultura através da FETAGRI, com os recursos do FAT e hoje está acontecendo um curso de horticultura e por incrível que pareça só tem três homens participando, são 16 participantes e temos treze mulheres participando do curso, até por conta que os homens estão todos já na expectativa que comece a construção, então, para que não seja interrompida por conta do curso eles nem participaram (SILVA)

Segue-se assim pelos anos projetos de melhoria das estradas, da construção das casas e currais, abastecimento de água, com a construção de poços, fornecimento de energia elétrica e a construção da escola, com classe multisseriada, melhorias que contaram com a colaboração da prefeitura de Três Lagoas.

Porém, muitas vezes, quando outras formas de assistência ou colaboração tendiam a se encaminhar para o assentamento, como algumas iniciativas particulares, cursos, cestas básicas, como em casos relatados por alguns assentados, um clima de hostilidade pairava no ar, como se o direcionamento das decisões estivesse entrando em conflito com determinadas ordens vigentes, um choque de poderes dentro do assentamento.

Isto é presente quando tentamos analisar a participação da Comissão Pastoral da Terra no assentamento. Desde o início da organização do movimento, o posicionamento do Sindicato e da Pastoral foi permeado por proximidades e distanciamentos, no sentido da participação junto aos sujeitos, visto as diferentes perspectivas de trabalho. O Sindicato, a partir das diretrizes organizativas ligadas a FETAGRI, como exposto ao longo do trabalho, buscou construir um movimento mais fechado, uniforme, que limitava, por vezes, a participação dos sujeitos, como no próprio processo de organização do acampamento, pela não participação de todos neste momento e que influenciou diretamente na trajetória dentro do assentamento.

A Pastoral da Terra começou a estruturar um trabalho junto ao movimento, chegando a ser convidada algumas vezes a apresentar palestras e trabalhos de assistência sobre a terra, a produção e demais questões ligadas ao assentamento. Porém, como fomos percebendo pelas falas de seus agentes, assim como do próprio sindicato, o trabalho coletivo pautado pela Pastoral, buscando construir um espaço em que outras instâncias organizativas florescessem e buscassem novos encaminhamentos, esbarrou na organização pautada pelo Sindicato, o que trouxe diferentes leituras sobre os encaminhamentos *ao lado* dos sujeitos. Pela leitura feita pela Pastoral da Terra, o movimento ligado ao Sindicato acaba por ser deficiente por não conseguir formar diferentes linhas de atuação dentro do assentamento, não abrindo espaço para outras vozes, fazendo com que todo o movimento ficasse resumido somente a uma liderança ou comissão, limitando por vezes a atuação e compreensão de todos sobre os caminhos a serem tomados.

Isto veio a ocorrer também por percebermos que a organização do assentamento Pontal do Faia buscou construir um “modelo” de assentamento, de organização a partir do que consideravam necessário ser realizado, como já observamos a respeito da forma como foi conduzido o acampamento. Assim, nas palavras da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

O Pontal do Faia tem que dar certo, quero ele como modelo, o Faia *tem que ser modelo para Mato Grosso do Sul*. Isso vai muito talvez da liderança do município, às vezes tem assentamentos aí que o presidente do sindicato vai bem devagar, tem medo do poder, sabe, eu não tenho medo do poder, não tenho mesmo, o poder para mim eu tenho que falar de olho no olho sabe. O que é de direito, nós vamos cobrar (Grifo nosso).

Nesta perspectiva, na busca deste tão sonhado modelo, na luta contra o poder, estas lideranças acabam personificando o poder, fechando o espaço de participação, criando uma forma de organização a partir da visão de poucos, neste caso das diretrizes seguidas pelo Sindicato, sobrepujando em algumas ocasiões outras formas de expressão, prejudicando a própria compreensão e participação de todos. Este fato, na leitura de Kudlavicz:

Prejudica, porque aí, essas pessoas que vão para o assentamento é... eles vão com a aquela idéia muito individualista num é isso. Cada um vai pro seu lote e vai tenta resolve o seu probleminha do lote, então você fez com que seja uma luta de todos, é muito mais difícil.

E o movimento dos Sem-Terra, por exemplo, consegue avançar muito mais depois nos assentamentos, conquista de, na organização de conquistas lá dentro do assentamento, você vê financiamentos, projetos e assim por diante, escolas, educação, consegue avançar muito mais, aí você pega um assentamento que as famílias acampadas vão pro assentamento, mais com uma ou duas lideranças só, o assentamento tem muita dificuldade de organização interna, acaba tendo muita divergência, muita fofuquinha, muita briguinha interna (...).

Estas diferentes formas de trabalho junto ao assentamento levaram ao distanciamento da Pastoral da Terra, delegando as ações ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Por estas questões compreendemos o assentamento como um espaço onde diferentes posicionamentos se confrontam, referentes aos encaminhamentos, decisões e diretrizes organizativas, entre os mediadores que colaboram para a formação do movimento e os próprios assentados.

Entendemos que tais diferenças se produzem também entre os próprios sujeitos, por meio das diferentes formas que vão estabelecendo relações com os mediadores assim como entre eles mesmos. Em muitos casos, observamos que a concepção do que representa o movimento, a luta e a vida no assentamento é resultado das experiências adquiridas ao longo de suas trajetórias, expressando diferentes interpretações sobre os acontecimentos.

Dona Josefa já passou por inúmeras dificuldades em sua vida até chegar ao assentamento, onde, infelizmente, passaria por outras mais, mas agora em contato com “sua terra” que tanto almejava. Antes de vir para o Pontal do Faia possuía uma visão sobre os movimentos sociais, relatando que:

Eu tinha, eu tinha uma, eu via antes estes negócio de sem terra na televisão, inclusive quando meu marido veio, eu ainda fiquei na cidade, ficava uma semana e voltava, *eu achava que era igual aquele povo do boné vermelho* então eu tinha muito medo de sabe. Mas aí a dona Genir me explico que não, que aqui não tinha nada disso (...) (grifo nosso).

“Mas daí a dona Genir me explicou que não tinha nada disso”, nos remete a pensarmos na própria concepção de reforma agrária expressa pelo Sindicato que, como já exposto no trabalho, não concordava com as formas organizativas estabelecidas por outros movimentos, como o MST. A representação do boné vermelho ecoa como um dos elementos simbólicos produzidos pelo MST,

principalmente a partir da década de noventa, ligado a personificação de uma unidade política, do movimento, da luta daqueles que integram e, neste caso, caracterizado por Dona Josefa como elemento que simboliza a forma de ação do movimento.

Ao longo de nosso contato com Dona Josefa, percebemos que ela também concordava com esta concepção de luta pela terra, não concordando com a forma como outros movimentos conduziam à conquista da terra. Percebemos também que sua visão sobre o Sindicato e sua importância estava ligada ao fato da conquista da terra ter sido por meio deste, mas que infelizmente com o passar dos anos cada vez mais não se sentia representada pelo mesmo.

Para o senhor Ervos, 63 anos, o Sindicato, ao longo de todos estes anos, representa o ponto de partida, pois foi por meio deste que conseguiu a terra e participou do movimento, e por conta disso sua importância ainda é grande:

O sindicato é importante, porque qualquer coisa que temos que fazer aqui tem que passar pelo sindicato né, porque o assentamento aqui foi feito pelo sindicato, e tem muito assentamento aí que foi feito por outros órgãos e o nosso aqui não, tem do MST, não sei o que, tem vários, qualquer coisa que tem que fazer aqui dentro nos precisa do sindicato, tem que ter a participação do sindicato.

Entendemos que sua visão, assim como de muitos sujeitos no assentamento, está ligada ao Sindicato como fio condutor das negociações, canal de expressão e intermédio para busca de melhorias para o assentamento. Isto ocorre para maioria destes sujeitos, por um lado, pela forma como a organização se deu até o momento, longe de outras formas organizativas, e por outro, por algum contato maior que possa ter com o Sindicato, como no caso do senhor Walter:

O sindicato pra mim tá muito beleza, muito beleza, eu sou do conselho fiscal lá dentro. O sindicato pra nos aqui está sendo um fruto, o que eu preciso do sindicato, ele tá em cima. Eu sou lá de dentro. Pra começar, se eles tivessem chutado eu, feito alguma coisa de errado, eu tinha saído fora deles, se eu to com eles é porque é um pessoal muito excelente comigo, gosto demais dele.

Para outros assentados, as expectativas geradas pela organização do Sindicato, pelas reuniões iniciais e pela forma como a tomada dos encaminhamentos sempre fora conduzida pelos mesmos, tornaram-se gradualmente descrenças em sua representatividade, levando a compreensão de que a

participação de mediadores dentro do assentamento já não se faz presente ou até mesmo necessária. Dona Sônia nos conta que esta mudança ocorreu gradualmente, visto que no começo, pelos anos de dois mil e dois, dois mil e cinco, a maioria sempre buscou participar de tudo, colaborar nas ações pautadas, cursos e debates sobre os caminhos para o assentamento, porém ela nos conta que o direcionamento das decisões nem sempre abrangia a todos, e cada vez mais muitas questões eram levantadas e não tinham continuidade, muitos encaminhamentos se perdiam em promessas que saíam do assentamento, mas nunca voltavam. Assim, paulatinamente, foram desacreditando de conseguir algo somente pelo intermédio sindical.

Os conflitos que ocorriam, os projetos que se iniciavam e não davam certo, enfim, o emaranhar de acontecimentos levaram grande parte dos assentados a não ter a mesma confiança de antes nos caminhos estabelecidos pelo projeto sindical. Assim, para muitos, falar sobre a representação sindical neste momento ou sobre a própria participação dentro do assentamento gerava um clima de desconfiança, desconforto. *“O sindicato, nem gosto de falar nada, que já tem gente que sabe mais que eu e já te falou dessa parte aí”*, diziam alguns, *“ah, para mim afastou mais do que era, que era mais, tinha mais união, mais perto, afastou tudo”*, dizem outros, não convictos mais dos projetos ou cursos que poderiam vir e colaborar para o assentamento, deixando muitos de pagar mensalmente o sindicato.

Pensar o que um mediador representa para o assentamento, para a continuidade do movimento é levantar muitas outras questões sobre os próprios caminhos do assentamento, das relações dos sujeitos com este e entre os próprios assentados. Perguntar hoje o que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais representa para muitos, é deixar algo no ar, ou como nos fora respondido, *“essa pergunta fica no ar, porque é difícil né, é difícil de falar”*.

O que se percebe por meio das entrevistas e das conversas informais ao longo dos anos é que a forma como foi organizado o movimento gerou certa “dependência” de parte dos sujeitos da tomada de ação vinda somente de uma direção: a do vínculo sindical, ao mesmo tempo em que, sem buscar defendermos esse ou aquele tipo de organização, a forma como muitas questões foram encaminhadas e concentradas em poucas mãos, somadas a diferenças de ordem particular entre os sujeitos envolvidos, prejudicaram a própria organização e o



caminhar do assentamento, contribuindo para o surgimento de muitos problemas, aquém dos já enfrentados pelos assentamentos em nosso país.

Neste sentido, entendemos também que parte desta problemática se estabelece na própria função que o sindicato possui para estes sujeitos, isto porque para a maioria a ligação com o mesmo ocorre apenas no sentido da conquista da terra, de instrumento para tal conquista. Assim, se a filiação ao sindicato se faz necessária para serem incluídos no processo, a fazem como questão secundária, a fim de estarem adequados as exigências do Estado para a seleção. Neste aspecto, Almeida ressalta que a filiação ao sindicato, se torna questão menor, sendo que “*o importante são as diversas formas de luta criadas e re-criadas para se chegar na terra e nisso encaixa-se o reconhecimento legal da condição de trabalhador rural, via filiação ao STR*” (2003, p. 306).

Assim, o vínculo com os agentes mediadores tomam diferentes rumos ao longo da vida e trabalho no assentamento, permeado por distanciamentos e aproximações, momento em que se percebe a necessidade da formação de outras instâncias organizativas dentro do próprio assentamento, como na formação de associações e cooperativas, da mesma forma que se criam novos espaços de conversação e debate sobre o que ocorre no dia-a-dia no assentamento, como observamos no caso estudado.

Quando alguns personagens vão saindo de cena, outros aparecem e com estes a possibilidade de novos encaminhamentos, projetando outros espaços de discussão, locais onde observamos o gestar de opiniões, críticas e caminhos para o assentamento.

### **3.2.1 Havia um bar no meio do caminho...**

As falas apresentadas até o momento sobre as diferentes interpretações dos rumos tomados na consolidação do assentamento são significativas, pois nos fornecem subsídios para entendermos algumas alterações importantes que observamos nos últimos anos de pesquisa. Tais mudanças se referem às diferentes perspectivas que nos são expostas sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nos levando a perceber o desentendimento de muitos com este mediador, refletindo diretamente na busca de uma organização interna para além deste.

Ao longo dos anos, juntamente com o Sindicato, coexiste uma Associação, cuja primeira presidente também é a presidente do Sindicato, a qual também possui um lote no assentamento. Este fator por inúmeras vezes trouxe questionamentos para muitos assentados, no sentido de não entenderem seu papel, como presidente, assentada e “cabeça” da associação. Segundo a própria presidente, já no início do assentamento, sua função começava a ficar mais clara:

Olha, hoje pra te falar a verdade tô me sentido mais presidente do sindicato do que assentada, porque meu lote eu to indo no Sábado, Domingo e feriado, inclusive o INCRA falou que a única pessoa que não precisa estar lá 24 horas sou eu, porque tenho que trabalhar processo pro lado de fora sabe, então eu to indo lá, faço meu trabalho (...) então eu tô aqui no sindicato hoje e eu não sou eterna aqui e um dia vou sair daqui e vou ter que ter meu canto lá, tranqüila né, formado, mas eu estou trabalhando assim regime de mutirão com os meus colegas assentados e trabalhando mais no sindicato que to querendo mais reforma agrária, hoje eu ainda abracei outra causa a direção da Fetagri, to na secretaria de assalariado e formação sindical também e então vou andar um pouco mais o Mato Grosso do Sul também, então é uma coisa assim muito corrida (SILVA, 2001).

Isto ajuda a entender o gradual distanciamento que ocorreu ao longo dos anos, e como foram se estabelecendo outras associações dentro do assentamento. Seu envolvimento com outras questões dentro do núcleo sindical, fato natural que ocorre também em muitas outras regiões, suscitaram desentendimentos dentro da própria organização do assentamento, restringindo sua participação na associação. Esta, criada logo no início do assentamento, foi responsável pela maioria dos encaminhamentos já expostos ao longo do trabalho, ao mesmo tempo que colaborou levando cursos periodicamente para os assentados.

Ligados a parcerias com a Prefeitura de Três Lagoas e com o SENAI, puderam realizar cursos como “Derivados do leite”, “Pão, bolos e biscoitos”, “Juntos somos fortes” e “Conserva de legumes e frutas”, cursos ligados principalmente a participação das mulheres. Por este caminho, fomos percebendo como estas foram conquistando espaço, inicialmente tímido dentro da organização do assentamento, primeiramente por meio da maciça participação nos cursos e posteriormente na própria associação.

Nesse processo, as mulheres foram descobrindo sua força dentro das atividades produtivas no assentamento, levando à formação de um grupo de

trabalho cuja finalidade era desenvolver atividades que promovessem a participação de todas as mulheres, gerando produtos artesanais que contribuíssem com o bem estar e a sustentabilidade de suas famílias. E assim aconteceu com atividades como o artesanato, como nos conta dona Joana, ressaltando que o objetivo do grupo “*é trabalhar com o artesanato, como terapia para as mulheres (...) uma terapia que vai gerar uma renda extra*”, levando ao desenvolvimento de outras atividades como o corte e costura e a reciclagem, pois “*tudo aquilo que você imaginar que não serve para nada eu quero achar utilidade para aquilo e transformar em alguma coisa útil, um modelo decorativo, latinha, garrafa pet, papelão, semente, folha, tudo serve*”.

A partir de trabalhos como estes, as mulheres do assentamento puderam levar seus produtos, feitos no próprio assentamento, para feiras em Três Lagoas, Campo Grande, assim como na feira nacional que ocorre anualmente em Brasília-DF, destinado a comercialização de produtos feitos em assentamentos. E ações como estas nos remetem a pensar a importância que a mulher tem na vida e trabalho no campo, sendo que muitas vezes elas, como nos salienta Rago (1998), acabam por estarem mais atentas aos detalhes e determinadas manifestações do cotidiano, contribuindo para a criação de novas formas de trabalho e sustentabilidade neste espaço.

De forma geral, ações como estas, cursos e demais formas de organização foram criadas dentro do assentamento a fim de recriarem novos canais de expressão. E em todos estes casos, vamos percebendo como os sujeitos procuram preencher os espaços deixados pela organização inicial. A própria descrença nas ações tomada pela associação, como veremos, levaram estes sujeitos a buscarem alternativas para conseguirem benefícios para o assentamento, fato este que pudemos observar em constantes conversas que começaram a ocorrer em outros espaços para além dos ditos “oficiais”.

Denominamos como “oficial” o espaço no qual ocorriam todas as reuniões, cursos e demais assembléias marcadas pelo Sindicato e pela associação em seu momento inicial, que era o prédio onde funcionava a escola<sup>118</sup>. Segundo os relatos, a

---

<sup>118</sup> O prédio da escola localiza-se na travessa principal do assentamento, e serve como espaço oficial de encontro de todos no assentamento. Entre os anos de 2004 e 2007 a escola estava aberta, realizando aulas para as crianças mais jovens do assentamento, por meio de classe multisseriada, sob o comando da professora Oraci, que também é assentada. Infelizmente as aulas foram suspensas por decorrência da construção de uma nova escola na cidade de Três Lagoas, para onde agora se dirigiam todos os dias as crianças, assim como a Dona Oraci, desempenhando agora a função de “bedel” na nova escola.

grande maioria se mostrava descrente com as reuniões que eram marcadas, dizendo que *“ficavam muito tempo sem nada acontecer, depois apareciam, marcavam reunião, conversavam, falavam e nada”*, e assim muitos foram deixando de participar, ou mesmo quando participavam, pouco opinavam.

É neste momento que fomos percebendo como muitos sujeitos ao se encontrarem em outros espaços, debatiam muito mais do que nestas reuniões. Segundo os dados da pesquisa Fundect, 41% apontaram a escola como o espaço coletivo do assentamento, porém, a soma de todos os outros espaços também indicados se mostra maior, o que indica a carência de um local em que possam compartilhar coletivamente. E encontramos em espaços como as casas e o bar existente no assentamento, locais geradores de discussões.

O bar do seu Jair, localizado na travessa principal do assentamento, logo em frente a uma das porteiras da fazenda vizinha se destacou aos nossos olhos como um ponto de encontro em muitos fins de tarde, onde transitavam semanalmente assentados e não assentados, pessoas das fazendas vizinhas assim como outros só de passagem. Espaço de sociabilidade no assentamento, bar como já não se vê muito hoje em dia, em que tudo para muitos vai sendo marcado na cadernetinha lá no canto, onde os “pendurados” ficam na confiança de serem pagos depois.

Em uma das ocasiões que estávamos realizando pesquisa de campo, transitamos diariamente por este espaço, quando tivemos a percepção de como naquele espaço, a grande maioria acabava por participar de debates mais do que em outros momentos, discutindo questões sobre o preço do leite, melhoria nas estradas, construção de postos de saúde, questões que, por vezes, não transpareciam junto às reuniões e em outras instancias. Ao mesmo tempo, percebemos como nossa presença naquele meio estava permeada por certa confiança em debater aqueles assuntos, ligando nossa presença e trabalho aos possíveis caminhos que poderiam ser tomados por suas decisões. Quantas vezes não ouvimos o pedido de “anotar” o que diziam, as conclusões a que chegavam, os consensos sobre várias questões em pauta.

Isto é interessante para compreendermos como no trabalho com as fontes orais, esta implica uma relação de alteridade e confiança daqueles que falam e o pesquisador, projetando a construção de saberes mútuos, entre seus problemas e os nossos, por meio de nossa participação no cotidiano, mesmo sabendo que não somos daquele local.

Neste mesmo espaço, em uma das tarde em que estávamos no assentamento, encontramos o agente da CPT, Mieceslau, conhecido por todo como “Mie”, chegando à casa de dona Sônia e seu Jair, onde se localiza do bar. Lá, junto com outros vizinhos que ali se encontravam, discutiram sobre uma reunião que havia ocorrido semanas atrás, a respeito do projeto de melhoria da pastagem. Para tanto, os assentados ficaram encarregados de conseguir o adubo e o calcário na fazenda vizinha, e assim o Mie conseguiria os tratores para tombar a terra. Entre contratemplos e desencontros, as coisas não saíram totalmente como planejaram, visto que nem todos assentados correram atrás, ao mesmo tempo em que muitos não conseguiram entrar em acordo para compra do material.

Os fatos citados nos fazem perceber como existe grande dificuldade em organizarem novas formas de cooperativismo, mecanismos de organização para buscarem novos caminhos. Mostraram-se contra a organização inicialmente estabelecida, posta de “cima para baixo”, mas sentem a dificuldade em organizarem algo coletivamente. Percebemos que para muitos assentados, isto ocorre porque se torna difícil buscam algo “sem eles”, pois *“é através deles que são participantes para nós, trazer algo de melhor, o que interessa mesmo é isso. Buscar algo sem eles é difícil, você não consegue nada”*, isso porque *“para você trazer, tem que ser da associação, do sindicato, através deles você tem mais objetivo de trazer alguma coisa para cá, junto com a comunidade”* (Ervos, 2008).

Este fator é crucial para compreendermos os caminhos que vão sendo tomados na busca de uma nova organização interna. Ações como a do grupo de mulheres, por meio de novos cursos, de uma nova produção para ajudar nas despesas, vêm acompanhadas de muitos outros contratemplos e uma série de percalços que geram desconfianças e desentendimentos na organização interna.

Estes contratemplos que se operam nesta organização interna nos remetem às reflexões de Thompson, que nos fazem perceber que as práticas, as transformações e representações produzidas neste espaço são produtos das experiências sociais de cada indivíduo, vivenciadas de diferentes formas e que repercutem nas idéias e valores de como cada um questiona e interpreta as ações coletivamente. Isto posto no contexto pesquisado, os desentendimentos gerados na tomada de decisões para formação de grupos internos, como em uma nova associação, são frutos das experiências apreendidas ao longo do movimento, visto

que muitos carregam reveses de como foi organizado inicialmente e de como esta sendo agora.

A própria passagem de diretoria na associação traz marcas dos desentendimentos e da recusa de muitos em participar, alguns por não concordarem com os caminhos tomados e outros por não se sentirem incluídos no centro organizativo, como expressa Jesuíno:

A associação está mudando de diretoria, acho até que já mudou, nem eleição teve, só teve reunião da secretaria, teve uma reuniãozinha, mas não convidaram todo mundo não, mas eu também não quero participar (...).

Ao mesmo tempo em que esta recusa em participar da associação “oficial” traz a vontade da grande maioria em buscar novas alternativas, estas também mostram os percalços da possível individualização que ocorre muitas vezes nos assentamentos, e que prejudicam o encaminhar das decisões, projetos e formação de novos grupos:

Eu estava dando uma ideia pro Debrair {outro assentado} lá, entre nós mesmos da associação interna, uma vez por mês a gente poderia fazer uma reunião pra comparecer todo mundo, pra gente debater, o que tá acontecendo, qual a solução, o que cada um pode ajudar, mas só que você vai falar ai o pessoal dá a cara, a que é isso, que é aquilo, e tem outros que já pensam que você tá querendo ganhar em cima, e por isso eu desisti, não participo mais não, fico na minha(...) eu já tentei, eu já peguei meu cavalo e saí de casa em casa, são 45 quilômetros, só não fui em três, que é o da Genir, do pai dela e do irmão dela que não moram ai, mas o resto que morava ai, pra juntar tudo, vamos gente, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, nós damos conta, nós somos capazes, achavam que eu tava ganhando, depois já andei de moto também, peguei e larguei mão, cuido do que é meu só, fica no meu canto eu ganho mais. Só que é uma ideia errada né, se fosse assim de a gente ficar tudo junto daria conta de fazer mais coisas (JESUÍNO, 2008).

Observamos em muitas falas a desistência na organização interna, principalmente pela falta de “união” entre muitos assentados, visto que entendem que a falta de comprometimento prejudica a tomada de novos projetos, de novos grupos de trabalho, e assim muita coisa se perde ao longo dos anos. Nas conversas pelas casas, no bar, percebemos a vontade e o entendimento da necessidade de se

unir para que novos projetos saiam da cabeça, mas na prática muito ainda se perde pela não continuidade da organização.

Nesse sentido, a aprendizagem e experiência inicial que os havia posto em movimento, na luta pela terra, pela forma como o movimento fora conduzido, contribuíram para estes percalços na continuidade da vida após assentados. Questionavam a todo o momento os argumentos de que somente com as experiências adquiridas pelos trabalhadores na conquista da terra como sendo suficientes para levá-los a uma organização coletiva da produção e uma suposta conscientização de interesses comuns. Conheciam as experiências, mas também seus limites. No processo de conquista da terra, trabalhadores e agente envolvidos possuíam os mesmos interesses, qual seja: a conquista da terra. Porém a partir da realização desta conquista e das demais fases que envolvem a vida e a luta no assentamento, nascia também o desejo da autonomia e assim de diferenças entres estas famílias agora assentadas.

Como pontua Incao, na trajetória pela liberdade tão almejada, constroem projetos distintos para a vida na nova casa, na nova terra que, por vezes, acabam por alargarem determinados laços e situações no tempo de agora. Porém, os agentes que poderiam estar ao lado destes sujeitos muitas vezes não correspondem a tais projetos, apresentando-se de um lado sujeitos que não abrem mão de sua autonomia para a tomada de decisões, e por outros mediadores que se veem no direito de tomada de tais decisões, isto quando continuam lá, para auxiliar. E nesse processo, aparecem as *“diferenças de idade, de composição da família, de conhecimento agrícola, de possibilidades de convivência, com as regras do mercado ou do sistema financeiro, etc. Diferenças de trajetórias de vida e, conseqüentemente, de objetivos, de sonhos e de fantasias (...)”* (INCAO; ROY, p. 31).

Tais situações acabam por prejudicar e, por vezes, condenar a manutenção ou mesmo o desenvolvimento de novas práticas sociais dentro do assentamento, pois ao buscarem novos caminhos para além da organização inicial, acabam por reproduzirem práticas que em outra vez condenaram, atando suas ações e dando nó nas buscas por outros caminhos. Novas situações, velhos problemas.

### 3.3- Promessas que não se realizaram e a realização do que não prometeram: trabalho e cotidiano no assentamento

O narrador conta o que ele extrai da experiência – sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história.

(Walter  
Benjamim)

As mudanças ocorridas depois de assentados são visíveis, principalmente nas questões de organização interna e externa. É possível perceber que a compatibilidade de idéias inicialmente fora muito maior, entre os próprios sujeitos e destes com os agentes mediadores envolvidos. Com o andamento da vida junto à terra, já dentro dos lotes, ocorre a incidência de maiores divergências, em relação aos problemas já pontuados assim como muitos outros que vem a ocorrer, levando a não viabilidade de projetos, decisões e interesses.

Mesmo com tais problemas, o assentamento é agora o espaço das realizações, da construção do território camponês. E é neste cotidiano onde se expressam as vontades, desejos e diferentes formas de vida junto à terra, especificidades daqueles que se reconhecem como camponeses, independente de como voltaram e conquistaram a terra.

A vida de trabalho árduo segue no assentamento, acordar cedo, tocar o gado, tirar o leite, passar a manhã mexendo com as criações, arrumando uma cerca. Vai à casa de um, busca algo na casa de outro, faz um “servicinho” ali, segue-se o dia e os afazeres no sítio não terminam, pois *“nunca falta serviço, você às vezes está parado aqui, descansando, acabou de fazer alguma coisa já tem outra aqui pra fazer”*, isso porque como nos diz o senhor Ervos *“na terra, você nunca diz assim “você nunca não tem o que fazer”, porque sempre tem o que fazer, todo dia você tem serviço, todo dia você trabalha, todo dia você tem alguma coisa pra fazer”*.

Pelos relatos, observamos como o “ter algo pra fazer”, dito por muitos engloba o próprio sentido da vida no campo, para além de um trabalho onde não se vê, pelo qual muitos passaram, mas no sentido da terra como fonte da vida e do trabalho, da fartura e autonomia, donos de seu tempo. Interessante observar na maioria das falas como a “bricolagem” se mostra presente no sentido de se morar novamente no



campo, o verde, a horta, o pomar, a terra molhada, tudo parece saltar como símbolo da vida no campo, da vontade de continuar na terra, mesmo com as adversidades presentes. Recordando as imagens, saltam-nos da memória a diversidade do que é plantado, colhido e dividido.

Nas muitas caminhadas pelas estradas do assentamento, observa-se em cada lote, a diversidade de plantações que cercam cada casa, pomares bem diversificados, as hortas, evidenciando como a terra é utilizada para todas as necessidades. No assentamento, a agropecuária ainda predomina na utilização das terras, principalmente de pastagens para produção leiteira, presente em quase todos os lotes. Somada a esta, encontramos uma rica diversidade de culturas que cercam o uso da terra, como no plantio da mandioca, da cana-de-açúcar, abacaxi, abóbora, melão, milho, feijão e arroz. Esta diversidade se torna importante pelo fato de sua maioria ser destinada ao consumo próprio, para família, vizinhos e para as criações, como pontua o senhor Amâncio:

Eu não sei o que é comprar um arroz, um feijão, planta tudo, estou comendo arroz do ano passado ainda, deste ano ainda não estou comendo ainda, vendi um pouco, deu outro pro pessoal plantar, quando quero levo e mando beneficiar, taí, cheio de arroz aí (...).

Por esse motivo, a cidade se torna espaço da exceção, para onde se dirigem para fins como pagamento de contas, a compra de produtos básicos e eventuais problemas de saúde. A riqueza da produção no lote permite que sua maioria consiga tirar da terra grande parte de seu sustento, mesmo que ainda tenha muitas dificuldades no trabalho com a terra e na renda. Soma-se a tal fato, o de não gostarem da cidade, pelo prazer de estar no campo, pois como nos diz o senhor Romão *“não me criei na cidade, não tenho costume de estar lá naqueles quadradinhos, olhar o que? A parede? Não tem como. E o meu prazer de estar aqui é olhar longe, enxergar longe”*.

A cidade é assim, o ponto de passagem, secundário para maioria do assentamento, visto que para muitos a necessidade é ir apenas *“uma vez por mês, duas, vou fala, faço o que preciso e venho pra traz”*, pois *“para mim é se criar aqui dentro do sítio rapaz. Fico um dia, por exemplo, chego lá umas dez horas e quando são umas duas, três horas, estou de volta”*, como nos diz o senhor José.

Para outros, a cidade é momento do passeio, mas bem longe de ser o espaço onde querem ficar, pelo medo da violência e de passar fome com sua família:

Cidade pra nós aqui é só passeio (...) cidade pra nós aqui é só festa, que todo mundo fica contente, cada um põe seu sapatinho, sua roupa e vem, agora com essa penca de filho que eu tenho, você acha que vou criar meus filhos, roubando lá, aqui não, eu dou graças a Deus, eu durmo porque não tenho filho lá na maloca, filho roubando, não tenho filho usando droga, eu não tenho filho aprendendo coisa ruim não, tá tudo aqui comigo (DALVA, 2008).

Segundo Costa (1993), estar no campo, trabalhando e plantando algo que é seu, assim como a realização de qualquer outra atividade ligada à terra, representa para estes lavradores a conquista de um tempo que há muito esperam, ligado ao tempo de paz, sossego, fartura e aconchego, em que trazem à tona saberes, práticas e experiências passadas, produtoras de significados e valores. Nesse sentido, constroem representações ligadas a outros tempos e lugares, a partir do qual se representam e determinam identidades, visões de mundo e interesses sociais, como exposto na visão sobre a cidade.

Da mesma forma, constroem representações sobre a vida do/no campo, como no relacionamento e trato com os animais, em que expressam o sentido de possuírem suas criações, de cuidarem bem destes. O senhor Conte sempre nos diz que ao chegar à cidade *“que me lembro daqui, que lembro das minhas vacas, lembro dos porcos, do gado, ai eu fico louquinho pra voltar para traz, doido”*, pois estas significam muito mais do que animais para consumo e venda, são parte da sua vida, pois diz que quando não tenho ninguém pra conversar, *“converso com os animais, você não viu eu falando com o cavalo lá, apartando bezerro, o animal distrai muito a gente. Os animais querem muito carinho sabe, se você der carinho pra eles vixi, aquele cavalo pode estar onde estiver eu chamo ele vem correndo”*.

O mesmo ocorre quando perguntado para muitos assentados, que sempre dizem chamar todos pelo nome, da vaca ao porco, do cachorro ao bezerro, e que voltar a terra para ter suas criações foi uma das maiores vontades:

Saí da fazenda pra ter minhas criação, olha, se você chegar ai e fazer assim “grrrrrrrrrrrr”, ai junta tudo as criação. Eu tive de ir porque não tinha terra e não tinha condições de arrendar um canto pra mim, pra botar meu gado, meus cachorro, meus bichos (...) tenho

97 cabeças, só por razão lá dentro, tem tudo nome, chama vem, Daiane, Neguinha, Madona, e vai indo por ai (JESUÏNO, 2008).

Assim, o próprio sentido da criação para estes sujeitos, como expresso nas falas, vai muito além do estabelecido pela unidade capitalista, em que o montante de animais, como o gado e porcos, por exemplo, são numerados a ferro, vistos apenas como mercadorias. Como bem ressaltado por autores como Almeida (2003) e Borges (2004), este elemento característico do camponês nos faz lembrar a poética de Guimarães Rosa, cuja em sua obra “Sagarana” percebemos como a relação homem-natureza está inserida na figura dos animais, em que, como para o camponês, estes têm vida e nome próprio.

Cultivando valores, estabelecendo relações, encontros e desencontros no tear da vida no assentamento, assim vão vivendo as quarenta e cinco famílias do Assentamento Pontal do Faia, superando as dificuldades, buscando criar pequenas formas de cooperação, mesmo que muitas vezes não são perceptíveis para todos. Dizemos isso porque, ao mesmo passo que problemas como a individualização de muitos, a baixa renda e problemas estruturais estão presentes, como veremos depois, os próprios sujeitos são produtores de atos cotidianos que acabam por alargar os laços de ajuda mútua.

Todas as manhãs, dia após dia, é uma rotina os assentados acordarem cedo, tocarem as vacas e se dirigem ao lote 18, para levar o leite para os resfriadores<sup>119</sup>. Tudo vai sendo marcado numa caderneta, o nome, o dia e a quantidade. Tudo é anotado na confiança do que rabisca, posto que vão ser conferidos depois pelo laticínio. Ocorre neste processo que muitos assentados, por questões de saúde ou demais problemas particulares não podem realizar diariamente tal atividade, momento em que observamos o criar de laços de sociabilidade, pois os vizinhos, companheiros de cerca estabelecem uma teia de ajuda mútua, se encarregando de levar os tambores de leite para o resfriador, ou até mesmo realizar a ordenha das vacas.

Outro exemplo de como acontecem estas relações é na troca de alimentos. A horta, o pomar de cada sujeito transforma-se em um campo aberto a todos que necessitam de algo, uma fruta, uma hortaliça, um tempero para o almoço, tudo vai

---

<sup>119</sup> Os resfriadores existentes no assentamento são dois e servem para o depósito diário de todo o leite entregue pelos assentados. Todas as semanas este leite é levado pelos caminhões do laticínio, que controla sua qualidade e regula o preço da venda.

sendo trocado por meio de relações mútuas, pois “*se o vizinho quer um pé, quer outro, a gente pega, se precisar, se sobrar do vizinho a gente pega também*”, como alega o senhor José. Isso porque, como já ressaltado, a grande maioria da produção está destinada ao consumo interno, abrindo espaço para tais trocas diariamente:

Trato das minhas criação, trato dos porcos, das galinhas, pego três pés de mandioca ai e do pras galinhas, ah, quando eu tenho bastante aí passa e pega, vem os amigos da cidade e também leva, os vizinhos também troca, as vezes um leva uma mandioca, uma abóbora, deixa uma alface e vai indo (...) (JESUINO, 2008).

Vendo muito pouco. Planto mais pra custeio, pra ter a fatura sabe. Se alguém chegar e precisar eu tenho, dou pra outro, pros vizinhos. Ah, eu queria tal, leva um saco, queria tal, leva um saco... (BENEDITO AMÂNICIO, 2008).

Estes são pequenos atos cotidianos que nem sempre são percebidos por todos, mas que possuem grande importância para sustentabilidade do assentamento, na aliança das relações e aproximação de todos, visto que podem contribuir para a tomada de novos caminhos para superarem as dificuldades presentes ao longo dos anos. Dificuldades estas que são muitas, segundo os relatos.

Dentre os principais contratempos ressaltados nas entrevistas, estão os problemas ligados à venda do leite, com a assistência técnica, questões ligadas à saúde e a problemas de relacionamento, como a falta de união.

Em relação ao leite, pontuam que este é a principal fonte de renda do assentamento, sendo retirados por dia aproximadamente 950 litros de leite, variando de dia para dia, pois já vimos em certas datas serem entregues aos resfriadores 1.300 litros, 1030 em outro, etc... De modo geral, para a maioria a renda obtida pelo leite é pequena para cobrir os gastos que têm, como no tratamento dos animais e no pagamento dos custeios para manutenção dos resfriadores. Para alguns, torna-se difícil o trabalho com o mesmo, pois:

O leite, o leite você tem o leite, e é trinta e dois centavos o litro de leite. Agora a renda que nos temos, nós temos que compra ração pro gado, tem que comprar sal, comprar remédio e ele, o que você faz com o leite é só pra isto e olha lá que não dá, então se vai vive do que aqui? (JOSEFA, 2008).

Tal questão torna o trabalho com o leite uma atividade instável, pois problemas de ordem econômica afetam seu preço, *“o leite tá um trem no geral, o preço do leite, não é só aqui, então é o que nós temos que esperar a maré melhorar, porque se fosse só aqui, mas é geral, pra todo canto o leite não sobre”*, como nos diz o senhor Benedito em uma das ocasiões, assim como problemas no clima também afetam a produção, *“tirar leite na seca, você tira vinte litros, dá uns trinta e poucos reais né, você pega esse dinheiro e vai na cidade, o que você compra?”*, como argumenta dona Dalva. Estes fatores fazem com que muito desistam desta atividade, também por não concordarem com os valores pagos pelo laticínio, *“é o leite eu mesmo não entro mais. Agora o cara está fazendo o que quer com a gente. Parei, não estou tirando 5 litros de leite. Não está pagando nem os gastos com a vaca”*, retruca o senhor Romão.

Assim, muitos utilizam parte ou a totalidade da produção para desenvolverem outras atividades, como a produção de derivados do leite, para consumo e comercialização, como de queijos, doces, qualhada e pães. Como já vimos, muitos destes produtos conseguem chegar a feiras e demais eventos, contribuindo para a renda familiar. Ao mesmo tempo, muitos assentados buscam levar diretamente ao consumidor, vendendo pela cidade todo tipo de produção dentro do lote:

Na cidade, na rua, no mercado você pode vender, só se tiver nota, e lá tem que ter sequência, todo dia tem que entregar tanto, aí vira, agora se você pegar eu tenho vinte frango o cara não vai querer, então vendo pros meus vizinhos lá da cidade, o leite eu entrego aqui, e as outras coisas mando pra lá, vendo pato, ovos (JESUÍNO, 2008)

Em muitos casos, também ocorrem dificuldades em venderem os produtos, pelo fato de não possuírem algum tipo de cadastramento ou regularidade na comercialização, o que nos mostra a falta que faz o funcionamento de cooperativas e maior participação de associações dentro do assentamento:

Eu tenho um plantio de pimenta, lá embaixo posso até te mostrar, porque aqui não é só homem que trabalha não, mulher aqui também trabalha, cuida de porco, galinha, molha horta, planta, carpe, o que der, mandiocal, aparta vaca, corta vaca, apanha o abacaxi, o que tiver nos faz, agora você acha, peguei um saco de pimenta bodinha, na cidade quase você não acha, cheguei no super mercado, olha a senhora não pode, tem que ter aquele papel pra vender, a nota lá, CNPJ. Peguei meu saco de pimenta fui nas portas, vender por ai, pra não perder minha pimenta. Chegava num lugar, um ficava com um

pouco, outro com outro. Foi antes de ontem, cento e dez reais, de pimenta, joga o saco nas costas e foi. Só que eu tive que vender baratinho, porque o homem falou, ao menos quinze reais o quilo, por que por ai vende a vinte e cinco, trinta, pimenta bodinha, das outras não tem tanta validade, ele disse, olha se a senhora fizer a dez reais eu fico com tudo. Eu pra não trazer de volta eu peguei, porque com cento e dez sabia que eu ia comprar alguma coisa pra colocar dentro de casa e não ia jogar pimenta fora. (DALVA, 2008).

Dificuldade semelhante ocorre na falta de maquinários para o trabalho na terra. Encontramos na maioria dos lotes o uso de equipamentos como plantadeira, tralha, carrinho de mão e carroça, auxiliando nas mais diversas atividades, do gado ao plantio. Porém, para muitas famílias o trator se torna instrumento útil para o desenvolvimento do plantio e necessário para o melhor aproveitamento, e sua falta dificulta o trabalho:

Olha, fácil não é, aqui não é fácil, olha a gente não tem assistência de maquinário, né, você não tem, de onde você vai tirar? Quando é na seca, o gado até chego a ficar pendurado, buscando em cima de um caminhão, buscando e voltando na estrada, cortando capim, gado em cima, dano na boca pra ver se escapava, bezerro morrendo de fome, Olha aqui ó, nos trabalhamos e lutamos feito condenado pra comprar este trator assim velho ai, esta os pedacinho mas da pra trabalhar, pra nós é nosso, compramos, mas nem os implementos nós temos dinheiro pra comprar, nem velho a gente não acha pra comprar, nem se nós achar não tem dinheiro pra comprar, esta sem bateria, pelo menos com um trator velho nós tentamos trabalhar, vamos tombar uma terra, plantar um arroz, um feijão, não tem o calcário, não tem adubo não tem de onde tirar. (DALVA, 2008).

A dificuldade do acesso ao maquinário, no caso de um trator, reflete os percalços do pequeno agricultor em conseguir a compra ou a manutenção e o uso de tais equipamentos, visto que se para comprar é muito difícil, o aluguel dos mesmos também não são amistosos para as famílias, pois *“esta vendo esse trator aí? É setenta reais a hora, se quiser fazer, se não, não faz e inclusive eu trabalhei só quatro horas porque pra mim não dá mais. Ai tem que ir batalhando assim, devagar”*, segundo o senhor Romão, isto posto que a dificuldade em alugar também é muito grande, e *“quando aparece um trator é o olho da cara, não tem como pagar”*, nos conta dona Josefa.

A questão da estrutura nos assentamentos é, de forma geral, um problema que se percebe em muitas outras localidades, em outros projetos, independente dos agentes mediadores envolvidos. São problemas envoltos em dificuldades de

organização, de assistência por parte de outras instâncias e desencontros na consolidação de projetos estabelecidos. Temos como exemplo disto, a construção do barracão de sericultura, que fora posto para todos os assentados, por meio de um projeto que buscava estimular a criação do bicho-da-seda. Neste projeto, por meio de empréstimo, os assentados receberiam assistência para a construção do barracão e cuidariam da produção, assim como do cultivo da amora, alimento necessário para tal atividade. Porém, houve a recusa de muitos assentados em aceitar o projeto, pois não entendiam como pagariam pelo mesmo, como se daria a ajuda ao longo dos anos e o que aconteceria se por ventura não desse certo. Assim muitos recusaram e não aceitaram a instalação, outros aceitaram e até hoje continuam trabalhando com esta atividade, e outros que aceitaram e não deram certo, arrumaram novas utilidades para o barracão, como galpão para ordenha, curral, mangueira, etc..., mostrando que nada perde utilidade no sítio, tudo se recria.

Pelo mesmo viés é que observamos também as dificuldades geradas pela falta de assistência médica e de transporte. Ao longo das transformações em nossa sociedade, temos que a população do campo encontra-se em muitas regiões excluída do acesso de assistência à saúde pública, fato que não é diferente em grande parte dos assentamentos de reforma agrária. No Pontal do Faia encontra-se proposto um modelo em que unidades médicas se locomovem até o assentamento esporadicamente, buscando sanar eventuais problemas. Porém somente esta medida não é suficiente para evitar incidentes maiores, como os passados por dona Josefa:

Sou problemática, sou doente né, tenho problema de pressão, tenho problema de coração, já fiz cateterismo e acho que nós não temos assim apoio né, nós não temos apoio de médico, nós não tem apoio de ninguém aqui, inclusive domingo, está aqui a prova ó, tô aqui toda rocha de soro, domingo eu passei mal, não tem um carro pro você ir pra cidade né, ai ligo lá, tenho uma filha policial né, aí ligo lá o bombeiro veio me busca, chegando no posto de saúde não tinha um médico no posto de saúde domingo, não tinha medico porque o medico de lá, estava de fora, ai como minha pressão tava muito alta ligaram no hospital ai o médico resolveu me atender. Aí fui pra lá e fiquei internada até quarta-feira.

Fatalidades maiores vivem por ameaçar a vida de muitos assentados, por possuírem algum problema de saúde e sofrerem com a falta de um posto próximo ou dentro do assentamento. E isto somado a dificuldade que muitas famílias têm em se

locomover para a cidade mais próxima, fazem com que a cada dia o trabalho na terra se torne mais difícil, como nos conta o senhor Benedito em um episódio por ele passado:

É que o doutor não deixou ficar no calor, eu fui um dia ali plantar mandioca, mas a mulher falo não, ta sol, e um sol quente, que doía, aí fiquei tonto assim e cai, fiquei lá dentro do mato, ai o mundo acabou pra mim. Ai ela foi correndo pra lá com água fria, chegou lá, mas um berreiro, chorando, ai chamou o Zé Dexe ali, ai veio o povo ai, mas é um povo unido demais da conta, demais mesmo sabe, considero demais. Daí já avisou lá o Jair o Jair deitou, ele tava almoçando veio até com a roupa rasgada que tava, ai ó vim do jeito que tava, e me levou pra cidade, foi dizendo o seu Amâncio, o senhor não ta bom não né, falei pra ele assim, tava uma formigueira no meu rosto, não mão, formigando tudo assim. Chegando lá, o doutor falou assim, eh negão, passou por um tantinho assim, ai eu disse, deu pra passar, então ta bom, deu pra passa. Ai fui tomar remédio, tomar remédio, ai no outro dia voltei fui trabalha e to assim até hoje, graças ao bom Deus.

A questão da saúde pública em assentamentos rurais está inserida em um debate muito maior, que engloba o cumprimento da constituição de 1988 em relação a políticas públicas voltadas para os setores mais pobres ou não beneficiados por algum tipo de assistência, como em periferias urbanas, sociedades indígenas, comunidades negras (como remanescentes de quilombos) e a população rural.

Infelizmente, tais dificuldades acima pontuadas prejudicam o próprio andamento da vida no assentamento, visto que em muitos casos, os danos deixados pela falta de assistência técnica, assistência médica e por dificuldades na renda fazem com que muitos sujeitos tenham que abrir mão da terra conquistada, depois de tantos anos a sua espera. No assentamento, encontramos muitos casos de famílias, ou casais que deixaram o lote pelo falecimento de algum cônjuge, por decorrência de problemas de saúde. Isso somado a outros reveses ao longo da vida no assentamento, nos fizeram refletir sobre o abandono de lotes que infelizmente vinha ocorrendo. A pesquisa de campo nos levou ao dado de que, ao longo dos nove anos de existência do assentamento, das quarenta e cinco famílias que iniciaram o movimento, quinze já deixaram o assentamento, dando lugar a novas famílias, o que representa um percentual de 33% do total, um dado bastante sério sobre os caminhos tomados na luta pela terra no município. São dados importantes para compreendermos os (des) caminhos do assentamento, mas que ao mesmo





tempo escondem outra questão bastante séria sobre os caminhos da reforma agrária no país.

Isso porque nos levam a outro dado que consideramos um dos mais importantes desta pesquisa. Observando esta foto, mesmo sem cores, tirada no próprio assentamento, o que abstraímos dela:



Figura 02- Casal de assentados. Pontal do Faia. 2008. (Acervo: Mieczeslau Kudlavcz)

Se observarem ao longo de todo o trabalho, todas as falas utilizadas, estão acompanhadas da idade de todos os entrevistados que vivem no assentamento ou participaram da luta pela terra na região. Se a observação foi atenta, perceberam que sua grande maioria possuía idade entre os cinquenta e setenta anos, e que desde a época de algumas entrevistas, o número de sujeitos acima dos sessenta anos já é a maioria. No geral, no assentamento, a faixa etária dos responsáveis pelo lote se encontra entre quarenta e sessenta anos, acompanhado de perto dos acima de sessenta.

Estes dados nos levam a entender que a reforma agrária vem acontecendo a passos lentos por todo o país e, como nos mostra Almeida (2003), a incidência de pessoas com idade avançada nos campos do Estado de Mato Grosso do Sul é grande. No caso do município de Três Lagoas, se observarmos todo o histórico de lutas aqui apresentado, somando aos sujeitos que ingressaram no movimento no Assentamento Pontal do Faia e em outras localidades do município, como no

Cinturão Verde, a incidência de sujeitos com idade avançada é preocupante, o que reforça nossa leitura de que existe um bloqueio ao acesso a terra na região, o que dificulta a volta de muitos sujeitos para o campo, e quando esta acontece, a idade avançada dificulta o trabalho na terra. Isso fica claro na fala do senhor Walter:

Hoje, a minha dificuldade eu vou explicar pra você o que é. Eu fui um homem muito sadio, quando eu entrei aqui eu entrei com uma força toda, carregava palanque nas costas ai pra fechar, com a maior animação. Mas ai eu fiquei doente, deu um problema de artrose nos joelhos, problema de coluna, problema de bursite, mas eu to aqui, to aqui agindo ainda, mas não estou tendo força pra nada mais...

Ao mesmo tempo, observamos que um número significativo de assentados se encontra em situação de aposentados, ou à espera da mesma, o que nos fornece a leitura de que sua grande maioria perpassa toda a vida exercendo atividades não ligadas à terra, como na cidade, ou junto a esta como empregados, chegando tardiamente ao contato com a terra. Ao mesmo tempo, o fator da aposentadoria permite a muitas famílias complementarem a renda mensal, colaborando nas dificuldades que aparecem na produção agrícola e agropecuária.

Para muitos, o encontro tardio com a terra, como ressalta Almeida (2003), dificulta o trabalho e a possibilidade de tocarem a terra como tocaram a vida toda, mas nunca uma terra que possuíam. Mas mesmo com tais adversidades, torna-se rico observar como não medem esforços em dizer que a vida agora esta melhor do que antes, pois estão em contato com o que mais sabem fazer, com o que mais gostam de fazer e estão onde mais gostam de esta: junto à terra. E esta vontade de continuar, os fazem tentar novamente, de uma forma para além dos mecanismos que engendram a grande propriedade, voltada para o mercado, pois para estes sujeitos, a renda é necessária, porém a melhoria de vida não se encontra necessariamente relacionada ao nível de produção, isso porque estar junto à terra se confunde com sua própria vida.

Desta forma, pelos relatos fomos tecendo esta colcha que corresponde ao assentamento, trançada com muitas histórias, avanços, recuos, encontros e desencontros com a vida no campo. Sabem que muito ainda tem que fazer para que o assentamento se desenvolva e melhor, e juntamente com isso, a vida de todos. Mas desde o início da luta, já compreenderam que sozinhos não fazem nada e que novos projetos devem ser estabelecidos, buscando novos canais de expressão e

uma forte organização interna, pois o assentamento é feito por cada um, em um constante fazer-se que deixa em aberto novas possibilidades e novas experiências.

Compreendemos que para os sujeitos que deram vida a este trabalho, o campo ainda é o melhor lugar para se viver.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS – Novos caminhos...**

O ponto de partida, ou melhor, o de chegada deste trabalho corresponde a uma série de questões pontuadas ao longo destas páginas, expressas pelos diálogos travados entre teóricos de diferentes áreas do saber, assim como interlocutores que, de alguma forma, trazem em suas marcas e experiências o que foi, e ainda é a trajetória da luta pela terra no município de Três Lagoas.

O olhar para o campo nos faz perceber como historicamente os camponeses constituem-se como classe heterogênea, que se constrói no fazer-se de suas lutas, trajetórias e formas de busca e manutenção de seus valores. Assim, acaba por ser pensado e debatido a partir dessa diversidade, se (re) criando por diferentes locais, em diferentes tempos e sociedades. E por esta razão, entendemos que os camponeses são produtores de múltiplas práticas e experiências ao longo de sua existência, visto que não compreendem a luta a partir de um único formato, como visto várias vezes no caso estudado.

As considerações de Shanin nos levam a compreensão de que não podemos realizar uma leitura generalizada do que seja o campesinato, de seu modo de vida e de luta, pois estes podem diferenciar-se de uma sociedade para outra, assim como dentro de um mesmo grupo, visto que cada sujeito ou grupo pode passar por diferentes experiências ao longo da vida, relacionando-se com sujeitos possuidores de outras características, o que levaria a transformações dentro do próprio grupo.

Compreendemos também que estas transformações que se operam no bojo das trajetórias desses sujeitos representam mecanismos para manutenção de seu modo de vida e de sua própria identidade, entendidas no contato e trabalho junto à terra e, portanto, devendo ser pensada como parte de sua própria identidade, levando à compreensão de um campesinato que se fez ao longo de suas lutas, de suas experiências e trajetórias.

É importante mencionar que esta leitura está calcada no pressuposto de que, como nos ensina Thompson, classe e consciência de classe se tornam indissociáveis para nossa compreensão do campesinato, e que as possíveis ambiguidades que se operam no bojo de sua existência, como a de serem proprietários e trabalhadores, fazendo alusão às considerações de Almeida (2003) e também observadas em nossa pesquisa, tornam-se mecanismos para lutarem contra possíveis elementos desagregadores, expressos, por vezes, na luta contra o capital.

A partir da análise realizada sobre a trajetória de luta pela posse da terra em Três Lagoas, podemos elucidar algumas considerações. A história do próprio município confunde-se com os caminhos de homens e mulheres que lutaram ante forças desagregadoras pela permanência no campo e de todo um modo de vida existente, expresso por uma política concentracionista contrária à reforma agrária e que produziu historicamente um bloqueio ao acesso à terra no município.

Desde o início da ocupação da região, fica visível a opção político-econômica imprimida para o Estado, calcada na formação de grandes propriedades evidenciadas por grandes empreendimentos, como no caso da Cia. Mate Laranjeira. A primeira metade do século XX expõe uma região arregimentada no monopólio e na concentração da terra, fruto de sucessivas heranças familiares que concentravam em poucas mãos grandes propriedades, assim como pelo grande número de empreendimentos estrangeiros que se apossavam de grandes propriedades. Como visto, esta se tornou uma região calcada no coronelismo e na posse da terra, face de uma república permeada pelo mandonismo agrário-conservador, que se utilizava do acesso, ou melhor, do bloqueio à terra, para manutenção do poderio local.

Tal estrutura estabelecida, de exploração e expropriação de homens e mulheres, visto a constante penetração de sujeitos em busca de terras livres, levou ao estabelecer de uma pluralidade de sujeitos que historicamente integravam aquele cenário: peões, boiadeiros, sitiantes, lenhadores, jagunços eram algumas das figuras que transitavam pela região ao longo de meados do século vinte e compunham a leva de sujeitos que de alguma forma relacionavam-se com fazendeiros e coronéis, na disputa, trabalho ou posse das terras.

Ao longo das décadas, os grandes empreendimentos que se estabeleciam na região, como a construção da ferrovia, os frigoríficos, a usina hidrelétrica, os maciços florestais e posteriormente as grandes indústrias fortaleceram a política

excludente e concentracionista, que cada vez mais desagregava muitos sujeitos de um espaço próprio para viver e trabalhar. Isso porque observamos que estes projetos não desenvolveram políticas destinadas ao desenvolvimento conjunto das populações que porventura viviam em meio a estes empreendimentos, e mesmo quando se realizavam, acabavam por não beneficiar a todos, como o exemplo apresentado da luta dos ribeirinhos ao longo do Rio Paraná.

O resultado que se observou fora que a década de 1970 marcaria a consolidação de um Estado que já nascera latifundiário, e de uma região em que o crescimento econômico era acompanhado pela má distribuição da renda. Estes fatores levaram à gestação de graves problemas sociais referentes ao acesso à terra, as condições de trabalho e de moradia, o que contribuiu para o agravamento das tensões neste espaço.

Por meio do corpo documental utilizado, de entrevistas orais à documentos escritos, observamos que, como em grande parte do país, a década de 1970 foi palco da ação de grupos populares que buscaram criar novos espaços para reivindicar por melhores condições de trabalho, saúde, educação e moradia. Os diferentes segmentos de trabalhadores existentes na região formaram a frente de luta, manifestando seu descontentamento ante a expropriação que assolava seu modo de vida, transformando-se em movimentos plurais, coletivos e articulados.

É neste contexto que se apresenta o início de movimentos dos atingidos pela construção das barragens ao longo do Rio Paraná, momento que marca a participação de diferentes sujeitos portadores de múltiplas experiências, derivadas das diferentes atividades que exerciam, como pescadores, pequenos proprietários, arrendatários, posseiros, meeiros e oleiros. O que se observa é a formação de movimentos a partir de diferentes práticas sociais, envolvendo uma pluralidade de sujeitos que compartilham as incertezas sobre o futuro de seu trabalho, seu lar, seu modo de vida, e que encontram no partilhar destas experiências a vontade que os impulsionou a gestar esses novos movimentos.

Sob a designação de atingidos, percebemos as muitas faces de ser “sem terra”, expressas na pluralidade de sujeitos que participam destes movimentos, em decorrência das muitas formas de expropriação que atingem estes trabalhadores e os colocam em movimento. Neste caso, a construção de complexos hidrelétricos foi o elemento desagregador do modo de vida de inúmeras famílias, decorrente de projetos particulares e governamentais que são executados sem a consulta da

grande maioria dos sujeitos que vivem na região, exercendo forte impacto desagregador de todo um modo de vida. Ao mesmo tempo, torna-se elemento potencializador para manifestação de novas lutas neste espaço, como vimos no corpo do trabalho.

A compreensão destes movimentos torna-se importante pelo fato de que estão ligados a própria continuidade de lutas que se desdobram em todo Estado de Mato Grosso do Sul, visto que a própria trajetória das ações e das lutas empreendidas pelas famílias atingidas com a construção das barragens os levaram a participação em outros movimentos reivindicatórios que surgiram ao longo dos anos 1980 e 1990, em acampamentos por todo o Estado e para além deste, em busca da terra de trabalho e na luta pela reforma agrária. Expressão de suas ações é evidenciada na formação de reassentamentos e no apoio a outros movimentos sociais.

Portanto, elucidar questões relacionadas a este momento e sobre tais movimentos contribuem para compreensão dos caminhos e descaminhos de outras lutas que seriam gestadas ao longo dos próximos anos, pois marcaria um momento em que novos sujeitos se colocam em luta, encontrando na consolidação de novos canais de expressão, como os mediadores presentes nas lutas, a possibilidade de reivindicar por seus direitos, pelo espaço perdido. Ao mesmo tempo, revelam novas faces da luta pela terra na região e por todo país, evidenciando como diferentes sujeitos se colocam em movimento pela conquista de um lugar para viver.

Das ocorrências de expropriação, exploração e pela vontade de retornar ao campo é que nascem os movimentos de luta pela terra em Mato Grosso do Sul, inicialmente no sul do Estado, mas que juntamente com o surgimento de diferentes problemáticas vão transbordando por outros locais. E assim o caminhar das ocorrências também é acompanhado por novos movimentos em Três Lagoas, que juntamente com as manifestações já estabelecidas neste espaço, produzem novas frentes de luta.

No caso de Três Lagoas compreendemos que a formação dos primeiros movimentos está intimamente ligada a atuação da Comissão Pastoral da Terra e da Pastoral Social na região, visto que esta já auxiliava o movimento dos ribeirinhos e colaborou na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Assim, a manifestação ocorrida em 1984, dos arrendatários da fazenda Jatobá, acontece em

um momento em que algumas reuniões já aconteciam naquele espaço, assessoradas pela CPT para formação da comissão dos “sem terra” na região.

A presença destes mediadores torna-se fundamental para a formação de movimentos nos anos 1980, ao mesmo tempo em que não é suficiente para a consolidação de maiores conquistas naquele espaço. Isso fica evidente nesta primeira tentativa por meio de um acampamento em 1984 e posteriormente na trajetória de luta empreendida através do acampamento América Rodrigues da Silva, isto já somando a longa luta que os ribeirinhos empreendiam desde o final da década de 1970 e que se desdobraria ao longo dos anos 1990.

Com o distanciamento de mediadores como a CPT, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais se torna o principal interlocutor a partir de fins da década de 1980. Dotado de uma organização verticalizada, ligada a Fetagri, este não conseguiu dar continuidade a novas organizações dentro do município, e o que se observa é a participação de muitas famílias em outras lutas em municípios próximos, integrando movimentos como o MST, principalmente no interior oeste e noroeste do Estado de São Paulo.

Neste contexto, o município só teria uma nova organização em fins dos anos 1990, no qual o próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais formaria, a partir de seus associados, um novo acampamento que resultaria no Assentamento Pontal do Faia.

A partir deste, conseguimos compreender como se deram as matrizes organizativas deste mediador e as relações com os sujeitos daquela luta. Percebemos que sua organização ocorreu de forma muito centralizada na figura do Sindicato, e que a própria participação dos sujeitos era permeada por proximidades e distanciamentos. Ao mesmo tempo, uma série de disputas acabou por prejudicar os caminhos na formação do assentamento, por incongruências envolvendo o Sindicato, a participação de outros mediadores, como a CPT assim como entre os próprios sujeitos.

A presença do pesquisador dentro daquele espaço também foi sentida, pois se percebe que não é compatível com o discurso sindical, visto que ali se encontrava para compreender a própria existência do assentamento, e assim acaba por produzir outros pressupostos e visões, que nem sempre eram bem vistas por alguns mediadores, mas que, ao mesmo tempo, como não era parte daquele contexto, não poderia ser “eliminada” como se faziam com aqueles que não

concordavam com as disposições pautadas. Isto acontecia principalmente pela recusa de ajuda, seja na coleta de fontes ou mesmo na disposição em colaborar com a pesquisa.

O assentamento aparece assim como espaço onde novos modos e práticas misturam-se com o velho, com as experiências adquiridas ao longo da vida. Novas relações de vizinhança, reciprocidade e participação política são apreendidas no decorrer da consolidação do assentamento, mesclando conformismos e resistências, visto que, muitas vezes, se observa a própria reprodução de relações de dominação a que outrora estiveram submetidos. Talvez esta questão nos leve a pensar principalmente como se deram os caminhos da conquista da terra, as experiências apreendidas em movimento, visto que muitos deles, já com idade avançada, nunca participaram de movimentos sociais.

As experiências adquiridas e partilhadas ao longo destes nove anos dentro do assentamento, somadas as que carregam por toda a vida, dão formas e cores para a vida no assentamento, onde apelidos, histórias, alegrias e tristezas dão os tons deste novo momento de suas vidas.

Nosso objetivo, ao narrar esses episódios neste trabalho, não se resume em compreender o assentamento como algo recortado de uma realidade maior, mas observar como, desde as primeiras manifestações de homens e mulheres nos campos da região, transformações ocorreram, novos sujeitos entraram em cena, juntamente com a participação de outros mediadores, e visualizar que a conquista de terra ainda sim não se mostra claramente uma opção para estes sujeitos, visto o árduo bloqueio existente.

Como também ressaltado, não buscamos medir qual forma de organização presente se mostrou mais eficaz, mas sim entender como tal organização, ou sua falta foi decisiva para os rumos da trajetória de lutas neste espaço.

Por ventura, nessa constante (re) leitura do trabalho, as lacunas deixadas, as possibilidades de investigação que agora saltam aos olhos, nos fazem pensar como a pesquisa se encontra constantemente em sentido provisório, inconcluso e por fazer-se ao longo do tempo. Isso porque, estamos dialogando com sujeitos, lutas e problemas de uma realidade presente que se encontra em movimento, e os sujeitos centrais nestas histórias estão em fazer-se de novos caminhos e possibilidades para muitas das questões aqui debatidas.



Apesar das dificuldades e bloqueios impostos pelo latifúndio três lagoense, estes sujeitos, pobres do campo, têm imposto sua presença incômoda, como se estivessem a dizer, “estamos aqui”, em busca de sonhos, vontades e de um bom lugar para viver.

## FONTES

### Fontes Orais: Entrevistas

AMÂNCIO, Benedito. Assentamento Pontal do Faia. Três Lagoas. 05 de dezembro de 2008.

BARRETO, Romão. Assentamento Pontal do Faia. Três Lagoas. 03 de dezembro de 2005.

BELCHIOR, Dalva B.; PEREIRA, Sebastião B. Assentamento Pontal do Faia. Três Lagoas. 03 de dezembro de 2008.

CARVALHO, Antônio J. Campos. Prefeito de Três Lagoas -1968-1988. Entrevista cedida a Marisa de Fátima Lomba de Farias. Junho de 1996.

CONTE, Benedito. Assentamento Pontal do Faia. Três Lagoas. 03 de dezembro de 2005.

CRUZ, Edson Cabral. Assentamento Pontal do Faia. Três Lagoas. 03 de dezembro de 2005.

DORIVAN. Acampamento Pontal do Faia. Três Lagoas, 2001.

JOANA. Assentamento Pontal do Faia. Três Lagoas. 28 de abril de 2006.

KUDLAVICZ, Mieczslau. Agente CPT-Três Lagoas, 09 de maio de 2007.

MEDEIROS, José Dexe de. Assentamento Pontal do Faia. Três Lagoas. 27 de novembro de 2006.

MEDEIROS, José Ferreira. Assentamento Pontal do Faia. Três Lagoas. 04 de Dezembro de 2008.

MEDEIROS, Josefa C. Assentamento Pontal do Faia. Três Lagoas. Três de dezembro de 2005.

NETO, Jesuino Soares. Assentamento Pontal do Faia. Três Lagoas. 04 de dezembro de 2008.

OLIVEIRA, Ervos. F. Assentamento Pontal do Faia. Três Lagoas. 03 de dezembro de 2008.

PARRENS, Rene. Coordenador do MST - Regional de Andradina-SP. 06 de janeiro de 2009.

PINTO. Sônia M. N. Assentamento Pontal do Faia. Três Lagoas. 02 de dezembro de 2005.

SALLES, Walter. Assentamento Pontal do Faia. Três Lagoas. 27 de novembro de 2006.

SILVA, Genir Neves da. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas. 12 de dezembro de 2001.

## **Periódicos**

### **Jornais**

Jornal do Povo. Três Lagoas – Mato Grosso do Sul. Edições: junho de 1986; agosto de 1998; 06 de maio de 2009.

Gazeta Popular. Três Lagoas – Mato Grosso do Sul. Edições: novembro de 1983; 26 de maio de 1984.

Correio do Estado. Campo Grande- Mato Grosso do Sul. Edições: 13 de maio de 1983; 10 de junho de 1986; 21 de outubro de 1987.

A Fronteira. Presidente Epitácio – São Paulo. 23 de abril de 1983.

O Estado de São Paulo. São Paulo – São Paulo. 03 de julho de 1982.

Jornal Regional. Andradina-São Paulo. 05 de julho de 1984.

Jornal da Manhã. Campo Grande – Mato Grosso do Sul. 17 de maio de 1984.

Paranaíba Jornal. Paranaíba – Mato Grosso do Sul. 11 de novembro de 1982.

Diário de Três Lagoas – Mato Grosso do Sul. Edições: 14 de agosto de 1996; 20 de agosto de 1997.

### **Boletins**

Vida Diocesana. Três Lagoas- Mato Grosso do Sul. Março/junho de 1984.

A Voz do Povo. Andradina – São Paulo. Edições: outubro de 1983; março de 1984; agosto de 1984; jan/fev. 1985.

O Barranqueiro, Três Lagoas – Mato Grosso do Sul, 1983.

### **Revistas**

ISTOÉ Dinheiro. Revista Semanal de Negócios, Economia, Finanças e Comércio. 04/02/09. São Paulo-São Paulo.

### **Documentos Diocese Três Lagoas**

Relatório sobre a situação dos ribeirinhos e lavradores do Rio Paraná. CPT-Três Lagoas, 1982, p. 05. Arquivo: CPT- Campo Grande.

Panfleto de reunião do “Movimento dos Sem Terra”. CPT Três Lagoas, 27 de março de 1983.

Nota à Imprensa, CPT Três Lagoas, 27/04/1983.

Igreja e Terra. Pastoral Social e CPT, Três Lagoas, 1984.

“Três Lagoas, sua terra, sua luta, sua esperança”. Cartilha. CPT-Três Lagoas, outubro de 1984.

Nota sobre a ocorrência na Fazenda Jatobá. Comissão Pastoral da Terra, Pastoral Social e Centro dos Direitos Humanos. 08 de outubro de 1984. Arquivo CPT-Três Lagoas.

Carta de João Carlos Oliveri e Belkiss ao conselho regional do IAJES, 21 de janeiro de 1985.

Caderno do Encontro Estadual CEBs, 15-17/11/1985- Campo Grande-MS.

Nota da Diocese sobre o Acampamento América Rodrigues da Silva. CPT, 16 de junho de 1986.

Comissão Missionária Popular- Proposta de trabalho para o Triênio 1987-89. Pastoral Social, Três Lagoas, 1986.

História da Comissão Pastoral da Terra/Mato Grosso do Sul – Período 1978-1992: Participação e contribuição da CPT nas lutas dos trabalhadores rurais em Mato Grosso do Sul. CPT, Campo Grande, 2000.

### **Documentos avulsos**

IBGE. Censo Agropecuário de Mato Grosso do Sul – 1985-1995/96. Campo Grande.

Nota do Comitê Provisório de Defesa dos Direitos Humanos. Três Lagoas, 22 de junho de 1983.

Carta dos acampados em Andradina. Documentação IAJES, 29 de outubro de 1985.

### RERERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

ALMEIDA, Rosemeire A. de. *Identidade, Distinção e Territorialização: O processo de (Re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul*. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia), Unesp, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_ (et al). *A composição de Renda nos Assentamentos da Microrregião de Três Lagoas/MS: análise das atividades agrícolas e não agrícolas*. Três Lagoas. Relatório Fundect, 2007.

ARAÚJO, Beatriz de Castro Sanches Azevedo. *“Camisa de Couro” e a densa trama das relações de poder que envolvem a criação de suas imagens na cidade de Três Lagoas-MS-1959-1962*. Dissertação. Mestrado em História. São Paulo, PUC. 2008, 202 pg.

BAUER, Guilherme G. Telles. *Sobre as origens da Questão Agrária Brasileira*. Revista de História Regional. UEPG. Vol. 3, n 01, 1998.

BOFF, Leonardo. Biografia. Disponível em <<http://leonardoboff.com/>>. Acessado em 21/11/08.

BORGES, Maria Celma. *De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema*. 2004. Tese (Doutorado em História). Unesp, Assis.

\_\_\_\_\_ ; KUDLAVCZ, Mieceslau. História e vida da CPT em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul - uma visão multidisciplinar*. Campo Grande: Ed.UFMS, 2008.

BORGES, Maria Stella Lemos. *A consignação da violência: a peonagem na região de Três Lagoas-MS*. 2002, 256 pg. Tese. Sociologia. Campinas-SP, Unicamp, São Paulo.

BOURDIEUR, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Unesp, 2002.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMERMAN, Cristiano. Terra de Trabalho e Terra de Exploração. In: MATIAS M. e LENZ, J. S. (Coord.) *A Igreja e a propriedade da terra no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

CAMPESTRINI, Hildebrando. *Santana do Paranaíba. De 1700 a 2002*. 2º edição. Campo Grande: IHGMS, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo. *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002.

CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CATTANIO, Maria Bernadete. *A dinâmica urbana e a estruturação espacial de Três Lagoas*. 1976, 126 p. Dissertação (USC), Bauru.

CESP. História da empresa até privatização. In: <[http://www.cesp.com.br/portalCesp/portal.nsf/V03.02/Empresa\\_HistoriaAtePrivatizacao?OpenDocument](http://www.cesp.com.br/portalCesp/portal.nsf/V03.02/Empresa_HistoriaAtePrivatizacao?OpenDocument)>. Acessado em 8 de junho de 2009, às 17h06 min.

CHAVES, Christine de Alencar. *A Marcha Nacional dos Sem-Terra – Um Estudo Sobre a Fabricação do Social*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará: 2000.

CORREA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso-1889-1943*. 2º ed. Campo Grande: Ed.UFMS, 2006.

COSTA, Cléria Botelho. *Vozes da Terra*. Indaiá: o Porto das Esperanças. 1980-1990. 1993. 292f. Tese. USP, São Paulo.

D'AQUINO, Teresinha. *A Casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento de trabalhadores rurais das Terras de Promissão-SP*. 23º Encontro Nacional de Estudos Rurais. São Paulo, pg. 22-24, 1996.

DAVATZ, Thomaz. *Memórias de um Colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Edusp, 1980.

DUBY, Georges. *Economia rural e a vida no campo no Ocidente medieval*. Vol. 1. Edições 70, 1987.

EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos – Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil – Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Acampamento América Rodrigues da Silva: Esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra*. Dourados: Fundo de Investimentos Culturais/MS, 2006.

FABRINI, João E. *A Posse da Terra e o Sem-Terra no Sul do Mato-Grosso do Sul: o caso Itaquiraí*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/ PR enquanto território de resistência camponesa. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) Unesp, Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Delimitação conceitual de campesinato*. 2004. Disponível em: <[www.mst.org.br/biblioteca](http://www.mst.org.br/biblioteca)>. Acesso em: jul. 2006.

\_\_\_\_\_. *Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. Revista Nera/Unesp. Jul./ago. 2006.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: Cultura Ltda. 1989.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis, Vozes, 2 Ed., 1990.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950- 1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. 3º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. Os Camponeses e a Política. In: *Pessoas extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. *Rebeldes Primitivos: Estudos sobre Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos séculos XIX e XX*. Trad. Nice Risone. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

INCAO, Maria Conceição; ROY, Gerard. *Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LARA, Silvia Humbold. *Campos da violência escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2º Edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

LENIN, Vladimir Ilich. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América*. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Editora Debates, 1980.

LINHARES, Maria Yedda. *Terra Prometida: Uma História da Questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

\_\_\_\_\_; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida: Uma história da Questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

\_\_\_\_\_. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *A questão agrária brasileira e o papel do MST*. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997..

\_\_\_\_\_. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis. Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. *O poder do atraso*. Ensaio de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MEDEIROS, Leonilde S. de. *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – notas sobre a produção de um movimento social*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDONÇA, Nadir Domingues. *A (des) construção da ordem: Poder e Violência em Três Lagoas. 1915-1945*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 1991.

MICHELETTO, Selma Ribeiro. *Forjar da terra o milagre do pão: Assentamento Timboré-Andradina-SP*. 2003, 157 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza Miranda. *Jurisdição dos Capitães: A História de Januário Garcia Leal, o Sete Orelhas e seu bando*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). *Formas de resistência camponesa: viabilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. Vol. 1: Concepções de

justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. 352p.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998.

NOVAIS, Fernando. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: *Brasil em Perspectiva*. Difel, 1984.

\_\_\_\_\_. & MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: *História da vida privada no Brasil*. Vol. 4. 1997.

OLIVEIRA, Aparecida Lopes. *Grandes Projetos de investimento no Mato Grosso do Sul*. 1996, 164 p. Dissertação ( Mestrado em Geografia). USP, São Paulo.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. *O grito abençoado da periferia: trajetórias e contradições do IAJES e dos movimentos populares na Andradina dos anos 1980*. 2006, 298 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá-UEM, Maringá-PR.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. *Modo capitalista e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*. Vol. 15 nº. 43 – São Paulo, Sept/ Dec. 2001.

PAULINO, Eliane Tomiase. *Terra e Vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná*. 2003. Tese [Doutorado] – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PRIORI, Ângelo. A. *A revolta camponesa de Porecatu. A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo. (1942-1952)*. 2000. 338 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Assis.

\_\_\_\_\_. *O protesto do trabalho*. História das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná (1954-1964). Maringá: Eduem, 1996.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. *As curvas do trem e os meandros do poder*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1997.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Masculino, feminino, plural. Florianópolis, SC. Editora Mulheres, 1998. Disponível em: <http://www.projcnpq.mpbnet.com.br>. Acesso em: 12 de nov. de 2009.



REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém: Representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo. 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Os Agregados: Uma Tipologia ao Fim do Período Colonial (1780-1830)*. In: *Estudos Econômicos*, vol. 11, n.3, dez, 1981.

SANTOS, Manuel José dos. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. *Estudos avançados*. Vol 15, nº. 43, p. 225-238, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA - Presidente Prudente*. Ano 8, nº. 07. Julho/dez de 2005.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006.

STÉDILE, João Pedro. *Questão Agrária no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Atual, 1997.

Superintendência de Gestão da Informação de Mato Grosso do Sul In: <<http://www.sgi.ms.gov.br/controle/ShowFile.php?id=28851>>. Acessado em 20/03/09. 18h23 min.

THOMAZ Júnior, Antônio. *O Trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil*. XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Dez. 2002. Cd room.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa – A árvore da liberdade*. Vol.01. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

\_\_\_\_\_. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de clase*. 3ª. Edição. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

WOLF, Eric. *As guerras camponesas no século XX*. Trad. Iolanda Toledo. São Paulo: Global. 1984.

WOORTMANN, Klass. *Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico nº. 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

## APÊNDICE



Moradores ribeirinhos a retirar seus pertences com a enchente de 1983 - Três Lagoas, 1983 – Núcleo de Documentação Histórica- CPTL/UFMS.



Encontro dos desabrigados do rio Paraná - Panorama- SP – Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”, CPTL/UFMS.



Acampamento em terras da CESP – Três Lagoas - Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”, CPTL/UFMS.



Curso realizado no Assentamento Pontal do Faia. Três Lagoas, 2005.